



**Revista**

# **DESPIERTA**

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 3 - número 03 | 2016

**Nº 03**

**ISSN 2359 -5868**



## SUMÁRIO

### **DOSSIÊ: Neoliberalismo – Teoria e Realidades Latino-Americanas**

**O processo de reestruturação produtiva através.....03**

**da teoria dos regimes de acumulação**

*Felipe Mateus de Almeida*

**Neoliberalismo y crisis orgánica en México: ¿Adiós al estado-nación? .....23**

*José Luis Solís González*

**A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil .....52**

*Lucas Maia*

**Economía política de la valorización en Argentina:.....76**

**la energía en las disputas del bloque en el poder**

*Francisco Cantamutto*

### **ARTIGOS**

**A questão da educação em Maurício Tragtenberg.....102**

*Edmilson Marques*

**A contribuição de Marx para a teoria dos movimentos sociais.....114**

*Nildo Viana*

**A burocracia para Maurício Tragtenberg .....140**

*Rubens Vinícius da Silva*

### **RESENHAS**

**Democracia, poder e mídia - controle e construção do consenso .....169**

*Ezequiel de Almeida Machado*

## O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA ATRAVÉS DA TEORIA DOS REGIMES DE ACUMULAÇÃO

Felipe Mateus de Almeida\*

No presente artigo, apresentamos uma discussão sobre o processo de reestruturação produtiva a partir da teoria dos regimes de acumulação (VIANA, 2003; 2009), além de fazer uma crítica ao conceito de acumulação flexível (HARVEY, 2012), defendendo o conceito de acumulação integral (VIANA, 2009) como termo capaz de expressar a atual situação do trabalhador no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, em um primeiro momento, o texto traz uma análise do processo de reestruturação produtiva, abordando os aspectos do taylorismo, do fordismo e do toyotismo, objetivando apresentar suas semelhanças e diferenças e quais as consequências desses modelos de organização científica do trabalho na rotina dos trabalhadores. Em seguida, apresentamos uma crítica ao conceito de acumulação flexível de David Harvey, apresentando seus problemas e apontando para a necessidade de superação do mesmo.

### Reestruturação Produtiva e Regimes de Acumulação

O capitalismo é um modo de produção que possui uma longa história e tem como essência a extração de mais-valor. Com o desenvolvimento histórico do capitalismo, têm-se a permanência dessa essência e a mudança de suas formas:

O método dialético e a teoria do capitalismo elaborada por Marx (...) são o fio condutor para tornar visíveis estas mudanças aparentemente invisíveis, pelo menos em suas determinações, (...) é preciso, partindo deste fio condutor, avançar no sentido de compreender a dinâmica do modo de produção capitalista e suas fases de desenvolvimento. Assim, é necessária uma teoria dos regimes de acumulação (VIANA, 2009, p. 8 - 9).

Nesse sentido, partindo dessa afirmação de que o capitalismo possui uma longa história e tem como essência a extração do mais-valor que se mantém sempre existente através de formas diferentes no decorrer de seu desenvolvimento, Viana apresenta a sua teoria dos regimes de acumulação. O regime de acumulação deve ser entendido como “(...) uma forma de manifestação relativamente estabilizada da luta de classes e se expressa em determinada forma de organização do trabalho, determinada forma de organização estatal e determinada forma de relações internacionais” (VIANA, 2009, p.5).

---

\* Cientista Social e Mestre em Sociologia/Universidade Federal de Goiás.

Existe uma grande diferença entre a definição de um modo de produção e a definição de regime de acumulação. Um modo de produção só é sucedido por outro quando se tem um processo de transformação radical em uma determinada sociedade, ou seja, quando todas as suas relações sociais e suas formas de regularização são abolidas e substituídas por outras novas. Já um regime de acumulação surge quando ocorre uma mudança parcial dentro de um determinado modo de produção, ou seja, quando se muda apenas alguns aspectos para se manter a ordem e as relações sociais vigentes. Segundo Viana, o modo de produção capitalista bem como o seu desenvolvimento podem ser melhor compreendidos a partir das mudanças nos regimes de acumulação:

A sucessão de regimes de acumulação explicita a manutenção do modo de produção capitalista e de seus elementos característicos fundamentais, e a substituição de um regime por outro é marcada, no fundo, pela realização do objetivo de manter as relações de produção capitalistas e pelo aprofundamento de tendências já existentes no regime anterior, seguindo a dinâmica de acumulação de capital (VIANA, 2009, p. 15).

A partir dessas considerações, podemos dizer que o modo de produção capitalista é permeado por uma série de contradições e que, para tentar acabar com elas, é necessário a passagem de um regime de acumulação para outro, ou seja, percebe-se que no modo de produção capitalista um regime de acumulação entra em crise assim que há uma queda na taxa média de lucro e, conseqüentemente, uma baixa na extração de mais-valor. Segundo Viana, até hoje existiram os seguintes regimes de acumulação dentro do modo de produção capitalista: o regime de acumulação extensivo (que começou na revolução industrial e durou até o final do século XIX); o regime de acumulação intensivo (que durou do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); o regime de acumulação intensivo-extensivo (que dura do Pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século XX) e o regime de acumulação integral (que começa no final do século XX e dura até a atualidade) (VIANA, 2009, p. 34). Sobre as características desses regimes de acumulação, o autor vai dizer que:

(...) o regime de acumulação extensivo (...) se caracterizava pela extração de mais-valor absoluto, pela vigência do Estado liberal e do neo-colonialismo. O regime de acumulação intensivo, que o substituiu, caracterizava-se pela busca de aumento de extração de mais-valor relativo, através do taylorismo, pelo Estado Liberal-Democrático e pelo imperialismo financeiro, fundado na exportação de capital-dinheiro. O regime de acumulação que o sucedeu foi o intensivo-extensivo, no qual o fordismo buscava ampliar a extração de mais-valor relativo no bloco imperialista e a extração de mais-valor absoluto no bloco subordinado, o que foi complementado pelo Estado Integracionista (*welfare state*) e pela expansão oligopolista transnacional. O regime de

acumulação integral busca ampliar simultaneamente a extração de mais-valor relativo e absoluto e tem como complemento necessário para efetivar isso o Estado Neoliberal e o Neoimperialismo (VIANA, 2009, p. 35).

Tendo como base esses argumentos, podemos identificar três modos de organização e gerenciamento do processo de trabalho que se encaixam nessas características dos regimes de acumulação: o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. Nesse sentido, é necessário que se traga uma descrição de cada um desses modelos de administração do processo de trabalho, chamando a atenção para suas principais características, bem como para as suas técnicas de controle dos trabalhadores, demonstrando como esses modelos de organização do trabalho ajudaram no aumento da extração de mais-valor e no combate na queda da taxa de lucro médio (VIANA, 2009).

O taylorismo tem esse nome porque foi criado por Frederick Winslow Taylor. Taylor nasceu nos Estados Unidos e pertencia a uma família burguesa. Após certo tempo e por motivos ainda desconhecidos, ele abandonou seus estudos e acabou se empregando como aprendiz de operário em uma fábrica do ramo da metalurgia. No decorrer de seu aprendizado, Taylor começou a perceber que um trabalhador era capaz de produzir mais do que o que era apresentado durante o seu período de trabalho na empresa, ou seja, “a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que a sua produção real na empresa” (PINTO, 2013, p.25). Tal problema, segundo as constatações de Taylor, se devia ao fato da constante troca de funções, ferramentas, máquinas e deslocamentos dentro dos espaços das fábricas.

Porém, como Taylor estava inserido nesse espaço, ele percebeu que esse não era o único problema responsável pela perda de tempo de produção e, conseqüentemente, pela pouca produção:

(...) essa “queima” de tempo não se devia somente às condições técnicas em que eram realizadas as tarefas, mas que os trabalhadores desenvolviam seus macetes (e os utilizavam junto aos deslocamentos do espaço fabril etc.) justamente como forma de controlar o tempo em que trabalhavam e, dessa forma, proteger seus conhecimentos e seus salários, frente a uma produtividade em expansão advinda do emprego crescente da maquinaria que, pouco a pouco, tornava cada vez mais escassa a necessidade de trabalho humano na produção. Enfim, era uma forma de conservar a necessidade dos empregadores de mantê-los na ativa, controlando o tempo de trabalho minimamente necessário desempenhado na produção das mercadorias (PINTO, 2013, p. 25-26).

Taylor (1995) identificava como problemas que estavam para além dos mecanismos, ferramentas e demais aparelhos de funcionamento da empresa, as seguintes práticas: a vadiagem, que ocorria porque os trabalhadores achavam que se eles

tivessem um maior rendimento entre o seu trabalho e sua relação com a máquina haveria um processo de demissão em massa; o ato de fazer cera e os métodos empíricos ineficientes que fazem com que os empregados desperdicem grande parte de seu esforço.

A partir dessas constatações, Taylor teve a ideia de que se criasse uma subdivisão das tarefas e se fizesse uma medição da duração de cada movimento durante a realização de cada tarefa através da utilização de um cronômetro, ele teria em mãos o resultado do tempo “real” que era gasto na realização de cada tarefa (PINTO, 2013).

É em sua obra *Princípios de Administração Científica* que Taylor vai apresentar os principais aspectos do seu modelo de administração científica do trabalho. Segundo suas próprias palavras:

Este trabalho foi escrito:

**Primeiro** – Para indicar, por meio duma série de exemplos, a enorme perda que o país vem sofrendo com a ineficiência de quase todos os nossos atos diários.

**Segundo** – Para tentar convencer o leitor de que o remédio para esta ineficiência está antes da administração que na procura do homem excepcional ou extraordinário.

**Terceiro** – Para provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição. Além disso, para mostrar que os princípios fundamentais da administração científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até o trabalho nas grandes companhias, que reclamava a cooperação mais apurada. E, em resumo, para convencer o leitor, por meio duma série de argumentos, de que, corretamente aplicados estes princípios, os resultados obtidos serão verdadeiramente assombrosos (TAYLOR, 1995, p. 23, negritos dele).

Taylor estava engajado na criação de um modelo de administração científica capaz de sanar as perdas que os empresários vinham sofrendo e também para aumentar os lucros provando que todos os homens podem ter um rendimento “máximo”, ou um rendimento médio necessitado pela empresa, independentemente de serem mais fracos ou menos dotados de experiência do que seus outros companheiros. E como Taylor conseguiria colocar seu modelo de administração científica em prática? Quais os seus mecanismos de funcionamento? Segundo ele, as diferenças entre seu modelo de administração científica e o antigo sistema de administração, que ele denominava de sistema de administração empírica, são as seguintes:

Sob o sistema antigo de administração, o bom êxito depende quase inteiramente de obter a iniciativa do operário e raramente esta iniciativa é alcançada. Na administração científica, a iniciativa do trabalhador (que é seu

esforço, sua boa vontade, seu engenho) é obtida com absoluta uniformidade e em grau muito maior do que é possível sob o antigo sistema; e em acréscimo a esta vantagem referente ao homem, os gerentes assumem novos encargos e responsabilidades, jamais imaginados no passado. À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário (TAYLOR, 1995, p. 40).

Como consequência dessa diferenciação e descrição do modelo de administração científica de Taylor, podemos afirmar o taylorismo tinha os seguintes objetivos: o desenvolvimento de uma ciência para cada elemento do trabalho que seja capaz de diminuir a metodologia empírica; selecionar, treinar e aperfeiçoar o trabalhador através de um modelo científico que fosse capaz de dar a cada trabalhador uma tarefa específica que fosse designada por um gerente ou por um supervisor; desenvolver a cooperação cordial entre a direção da empresa e os trabalhadores e promover a divisão equitativa do trabalho e das responsabilidades entre a direção e o operário (TAYLOR, 1995). Nesse sentido,

Taylor se preocupou com o tempo de trabalho e seu aproveitamento máximo. Surge assim a racionalização do processo de trabalho, e sua vigilância se torna mais profunda. O método elaborado por Taylor apresentava um controle do tempo de trabalho, que passa a ser cronometrado. Sem dúvida, o objetivo de Taylor é aumentar a produtividade do trabalho (o que é equivalente, na maioria dos casos, ao aumento de extração de mais-valor relativo) através de diversos artifícios, entre os quais o controle rígido do processo de trabalho, o uso do cronômetro, os prêmios por produtividade individual, o parcelamento das tarefas, a formação de especialistas em gerência, a divisão entre trabalho de elaboração e de execução etc. (VIANA, 2009, p. 65-66).

O taylorismo possuía como características: um regime rígido que priorizava a vigilância profunda nos ambientes de trabalho; a racionalização dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho; caráter burocrático devido à criação dos cargos de gerentes científicos e, além disso, tinha uma produção centralizada e baseada no sistema Just In Case (JIC). Ele foi o primeiro modelo de administração científica do trabalho que se preocupou com a questão da extração do mais-valor relativo<sup>1</sup> e com a aplicação do processo científico a produção através do saber-fazer dos operários e dos especialistas encarregados, ou seja, havia uma hierarquia e uma burocracia no taylorismo.

A partir dessas características e práticas de administração científica do processo de trabalho, Taylor buscava: a ciência no lugar do empirismo; a harmonia no lugar da discórdia; a cooperação no lugar do individualismo; o maior rendimento possível, ao

---

<sup>1</sup> Podemos entender o mais-valor relativo como a ampliação da produtividade física do trabalho por meio da mecanização.



invés de se ter uma produção reduzida e o desenvolvimento de cada homem, buscando alcançar sua maior eficiência e prosperidade (TAYLOR, 1995, p. 101).

Porém, como já dissemos anteriormente, o modo de produção capitalista tem momentos de crise e, para solucionar essas crises que advém do acirramento da luta de classes e da queda da taxa de lucro médio, é preciso que os capitalistas busquem por um novo regime de acumulação que seja capaz de reverter essa crise e continue legitimando o modo de produção capitalista, suas relações sociais e suas instituições.

O taylorismo estava incluído no chamado regime de acumulação intensivo (VIANA, 2009) onde vigorava um estado liberal-democrático e o imperialismo. Esse estado liberal-democrático trouxe alguns benefícios para o movimento operário, como por exemplo a regularização dos partidos políticos, sindicatos, ampliação da legislação trabalhista e ampliação dos direitos de cidadania e dos direitos políticos (VIANA, 2003). Porém, com essas medidas, esse estado liberal-democrático conseguiu integrar essas concessões a sua lógica institucional e dominante, fazendo com que estas mudanças perdessem seu caráter subversivo e a classe trabalhadora se sentisse incluída e protegida pelo sistema.

O processo de criação do estado liberal-democrático, bem como de suas medidas e concessões, também deu início a uma “centralização e concentração de capital originária do período anterior, o que proporcionou a formação de oligopólios e a dinâmica do capitalismo oligopolista passou a ser centrada na acumulação intensiva” (VIANA, 2009, p. 85-86).

A partir de meados do século vinte, tendo como estopim a luta operária, esse regime de acumulação e, conseqüentemente o taylorismo, entra em crise:

A segunda guerra mundial abriu caminho para um novo regime de acumulação, pois a destruição em massa das forças produtivas possibilitava uma ampla e generalizada acumulação de capital, principalmente tendo em vista a capacidade tecnológica existente. O novo regime de acumulação se fundamentava no fordismo, no estado integracionista (também chamado de welfare state, keynesiano, social-democrata ou “de bem – estar social”) e no imperialismo oligopolista (VIANA, 2009, p. 87).

É a partir da crise no regime de acumulação intensivo e da crise do modelo de organização taylorista do processo de trabalho que surge o fordismo. Esse modelo de administração científica do trabalho tem esse nome porque foi criado pelo estadunidense Henry Ford. Em sua principal obra, que tem como título *Os Princípios da Prosperidade*, Ford vai dizer que:



Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário ao invés de levar o operário ao trabalho. Hoje todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter que se abaixar (FORD, 2012, p.73).

E continua dizendo que:

1.º Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira a última fase.

2.º Empregar planos-inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso, sempre que isso for possível.

3.º Usar uma rede de deslizadeiras, por meio das quais as peças a montar se distribuem a distâncias convenientes. O resultado destas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento (FORD, 2012, p. 73 -74).

Nesse sentido, assim como Taylor, Ford estava preocupado com a economia de tempo na produção dos produtos e, conseqüentemente, com o combate as formas de resistência dos trabalhadores dentro de seus ambientes de trabalho (fazer cera, absenteísmo etc.). É possível notar também a semelhança entre o taylorismo e o fordismo no que se refere a divisão das atividades entre vários trabalhadores, sendo que cada um possui uma função específica no processo de produção. Todavia, existe uma diferença entre esses modelos de administração científica do trabalho que não pode deixar de ser considerada: a questão do desenvolvimento da tecnologia.

Enquanto que no taylorismo havia uma preocupação com o aumento da produtividade, no entanto, sem desenvolvimento da tecnologia, ou seja, havia apenas um estudo dos movimentos e das práticas dos trabalhadores, no fordismo começou a se pensar em um desenvolvimento tecnológico que em conjunto com o estudo das práticas dos trabalhadores fosse capaz de aumentar a produção e combater a queda da taxa de lucro médio. É a partir dessa discussão que podemos perceber a inovação do fordismo no que se refere a criação de uma linha de montagem, regulada através de um mecanismo automático que percorria todas as etapas do processo de produção. Ou seja,

As diversas atividades de trabalho aplicadas à transformação das matérias primas ou insumos foram distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade (PINTO, 2013, p. 35 - 36).

Outra diferença que está nítida entre os modelos de organização científica do trabalho taylorista e fordista é a criação de um setor de recursos humanos, responsável

pelo estudo do comportamento dos trabalhadores dentro e fora dos ambientes de trabalho, através da visita de especialistas que procuravam “restabelecer psicológica e fisicamente os trabalhadores cansados da rotina no ambiente de trabalho, e especialmente de organizar a sua vida pessoal” (PINTO, 2013).

Através dessas considerações, podemos afirmar que ocorreu a imposição de um “compromisso fordista” a classe proletária, por parte da burguesia e pela própria lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mediado por intermediários e membros de órgãos institucionais e organizacionais que se assumiram como representantes oficiais da classe trabalhadora - sindicatos, organizações do patronato, partidos políticos etc.

Nesse sentido:

(...) o proletariado obtinha a garantia da seguridade social. Quer dizer, não só a sua assistência social, mas no sentido amplo, a satisfação de seus interesses de classe mais imediatos e, portanto, também mais vitais: uma relativa estabilidade de emprego; um crescimento de seu “nível de vida”; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, etc.). (BIHR, 2012 p. 38).

Através dessas mudanças, o regime de acumulação intensivo-extensivo ganha força e é nele que o fordismo se enquadra. Enquanto no taylorismo e no regime de acumulação intensivo o Estado era orientado por políticas de cunho liberal-democrático, no fordismo, como consequência do regime de acumulação intensivo-extensivo, têm-se o surgimento de um Estado orientado por políticas de cunho keynesiano. Por mais que fosse uma tática de manutenção e legitimação do capitalismo, os trabalhadores conquistaram alguns direitos como uma jornada de trabalho estabelecida, o direito à educação, o auxílio desemprego e a garantia de uma renda mínima, ou seja, o fordismo vigorou em uma época onde o Estado ainda era responsável por regular a economia e determinar alguns direitos fundamentais a população através do conceito e da aplicação da cidadania. O sindicalismo estava em constante processo de luta com as empresas devido à rigidez imposta dentro do ambiente fabril e a organização dos trabalhadores era mais coletiva porque se encontravam em ambientes centralizados e não fragmentados. Essa é a razão da grande expansão do fordismo:

(...) os investimentos são crescentemente investidos na produção de meios de consumo em detrimento da produção de meios de produção (o que não significa, de forma alguma, que tenha diminuído os investimentos na produção de meios de produção, mas sim que houve um deslocamento de investimentos para a produção de meios de consumo, o que significou um aumento proporcional deste em relação à produção de meios de produção,

que, caso não ocorresse, geraria um ritmo ainda mais acelerado de desenvolvimento tecnológico que aumentaria excessivamente a composição orgânica do capital) (VIANA, 2009, p. 89).

Através dessas mudanças e políticas estatais, o capitalismo tentou integrar a classe trabalhadora na ordem de funcionamento do modo de produção capitalista, possibilitando com que esse aumento de direitos sociais, bem como o aumento de seu salário, fizesse com que se tivesse um aumento no consumo de mercadorias disponíveis no mercado. Com isso, é interessante ressaltar que esse Estado Keynesiano nada mais era do que um aparato da classe dominante para explorar o trabalhador dentro e fora dos seus ambientes de trabalho. Como o fordismo era orientado – assim como era o taylorismo – por um modelo de produção em massa, era necessário que se desse aos trabalhadores um maior poder aquisitivo fazendo com que eles conseguissem suprir a necessidade de consumo imposta pelo capitalismo. Com essas políticas, conseguiu-se ao mesmo tempo frear as lutas da classe trabalhadora enquadrando-a em um modelo que supostamente a representava e também conseguiu-se suprir as necessidades do mercado.

Portanto, o fordismo deve ser compreendido como um processo onde a produção era feita em massa, o tempo era cronometrado, existia divisão entre a elaboração e a execução, as fábricas eram centralizadas e verticalizadas e existia um perfil de trabalhador coletivo fabril. Ele vigorou na época do regime de acumulação intensivo-extensivo e em conjunto com o chamado Estado Keynesiano.

Com a crise instaurada no período entre 1960 e 1970 e o processo de reestruturação produtiva e de globalização e internacionalização da economia, as políticas sociais keynesianas entram em decadência e, como consequência desse processo, o fordismo também sofre uma crise, passando por um processo de mudança que dará origem a um novo modelo de organização científica do trabalho:

(...) é necessário ter presente que os processos de globalização e reestruturação produtiva, os quais tiveram lugar a partir da crise do modelo de acumulação anterior, devem ser entendidos como um novo rearranjo social – que pôs fim ao pacto fordista dos trinta anos gloriosos do pós-guerra – e que representam muito mais do que uma acomodação do modelo de acumulação ao desenvolvimento tecnológico, ou uma adequação do mercado financeiro e produtivo ao caráter flexível das novas tecnologias. [...] é nesse sentido que se pode entender a crise das políticas keynesianas do Estado de Bem Estar Social, as mudanças no caráter do Estado e o advento das políticas neoliberais que [...] terão um profundo impacto sobre o trabalho; é também a partir desse quadro que se pode compreender as tendências de terceirização das empresas e de flexibilização do emprego e do trabalho, que mais do que uma adequação do mercado de trabalho ao caráter flexível das novas tecnologias, consistem em estratégias empresariais de acumulação e de fragmentação do trabalho organizado (LEITE, 2009, p.68).

É nesse contexto de crise do regime de acumulação extensivo-intensivo e de enfraquecimento das políticas sociais de cunho keynesiano, que surge na década de 1980 o modelo de organização do trabalho toyotista. Segundo Heloani, o toyotismo pode ser definido como:

(...) inovadora forma de produção, no lugar de gigantescas organizações verticalizadas, que produzem desde a matéria-prima até seus produtos finais, ocorre a descentralização do processo produtivo. Uma enorme rede constituída por pequenas empresas responsabiliza-se pelo fornecimento de peças e outros elementos para serem utilizados por núcleos centrais que dispõem da visão do conjunto e que geralmente possuem tecnologia avançada e grande poder de barganha com seus fornecedores (HELOANI, 2003, p.119).

Outra definição que já conta também com uma apresentação das características do toyotismo, ajuda a complementar a definição anterior:

As mudanças no processo de valorização ocorrem tendo por base a reorganização do processo de trabalho, que, na verdade, é uma continuidade do taylorismo-fordismo, com alterações formais. O taylorismo centrava sua busca de aumento de extração de mais-valor relativo na organização do trabalho, no controle e gerência, e o fordismo no uso da tecnologia. O toyotismo, bem como modelos similares, focaliza os dois processos em conjunto. O sistema Toyota subordina o processo de produção à demanda do mercado (o método do *kan-ban*, inspirado nos supermercados norte-americanos), o que gera um processo de revezamento entre intensificação e não intensificação do trabalho, processo que tem como vantagens: não produzir em excesso; proporcionar descanso, o que faz os trabalhadores suportarem os momentos de extrema intensificação do trabalho. O trabalho em equipe e a pluri-especialização visa fazer com que o trabalhador invista suas energias físicas e mentais no processo de trabalho para aumentar a produtividade. O controle de qualidade é apenas uma nova roupagem da vigilância proposta por Taylor, agora realizada pelos próprios trabalhadores (embora não totalmente) (VIANA, 2009, p. 93).

Nesse sentido, o toyotismo deve ser compreendido como um modo de regulamentação e organização da produção, das fábricas e do trabalho que possui como características a descentralização, a tecnologia avançada, o sistema Just In Time (JIT) e a flexibilização e integração das formas de consciência dos trabalhadores, ou seja, ao contrário do taylorismo que tinha como base o sistema Just In Case (JIC)<sup>2</sup>. É um modelo onde a produção não é mais produzida em massa, mas através da demanda por produto. Agora vigora o discurso de que não existe mais a figura do gerente rigoroso e mais capacitado que o trabalhador; fala-se em colaborador e não mais em funcionário ou trabalhador; o trabalhador se torna polivalente, passando a realizar várias tarefas e em variadas funções.

---

<sup>2</sup>No sistema Just In Case a produção era em massa.

A partir disso, podemos notar algumas diferenças entre o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. Enquanto nos dois primeiros modelos de organização científica do trabalho o processo de desenvolvimento tecnológico não era tão evoluído, no toyotismo o desenvolvimento tecnológico passa a ser um dos principais aspectos desse modelo. Enquanto no taylorismo e no fordismo buscava-se combater as formas de resistência dos trabalhadores através da separação das atividades nos ambientes de trabalho ao maior grau possível fazendo com que o trabalhador fosse capaz de desenvolver apenas uma tarefa, no toyotismo o trabalhador passa a desenvolver diversas atividades o que faz com que ele fique impossibilitado de se tornar especialista em uma determinada tarefa, o que acaba fazendo com que ele não tenha tempo para se aperfeiçoar e nem tempo para estudar e ascender socialmente.

Porém, o que diferenciou de maneira mais visível o taylorismo do toyotismo foi a questão da flexibilização e da integração das formas de consciência dos trabalhadores (Harvey, 2012; Heloani, 2003). Enquanto no taylorismo o modo de regulamentação do trabalho era mais rígido e fundamentado em ordens, hierarquia e burocracia, no toyotismo substituíram-se as ordens pelas regras, ou seja, foi disseminada uma ideologia que fazia o trabalhador pensar que era parte importante da empresa; que era detentor do poder de avaliar e concordar ou discordar das opiniões de seus superiores, de seus subordinados ou de seus companheiros de função. O trabalhador passou a acreditar no discurso no qual a empresa era vista como uma matriarca que deveria sempre ser defendida e idolatrada, mas na verdade ele ainda continuava a ser manipulado e vigiado, e além da parte racional (meios tecnológicos e informáticos), agora ele também era vítima de uma ideologia<sup>3</sup>.

É preciso que se compreenda que o toyotismo foi responsável por um processo de “flexibilização das jornadas de trabalho; flexibilização dos processos de trabalho com integração de diferentes parcelas do trabalho [...] e, sobretudo, flexibilização dos vínculos de emprego” (LEITE, 2009, p.69). Tal flexibilização não aconteceu no sentido de facilitar a vida do trabalhador, mas sim como forma de se criar novas políticas econômicas capazes de fomentar e apoiar os fenômenos da terceirização, da precarização e da perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores graças ao novo modelo de estado e as novas políticas adotadas que são consequências do novo regime de acumulação.

---

<sup>3</sup> O conceito de Ideologia que está sendo utilizado aqui é o mesmo conceito utilizado por Marx, ou seja, Ideologia como falsa consciência sistematizada.

O modelo de organização científica do trabalho toyotista é parte constituinte do regime de acumulação integral:

(...) ao ver o recrudescimento do mercado consumidor, a disputa por este se torna cada vez mais acirrada, bem como se busca desacelerar a produção de meios de consumo, seja através da transformação de capital produtivo em capital improdutivo (capital financeiro), seja através de guerras, o que permite um fortalecimento da indústria bélica e a destruição das forças produtivas nacionais em alguns países capitalistas subordinados, que no seu pós-guerra, se torna um mercado consumidor subordinado (VIANA, 2009, p. 92).

E o autor continua dizendo que:

Juntamente com isto, e esta é a estratégia fundamental, aumenta-se a taxa de exploração, tanto nos países imperialistas quanto nos subordinados. Assim, temos um novo regime de acumulação, que vai sendo gestado no final da década de 60 (com exceção do Japão, que lança suas bases já na década de 50, sendo sua forma de reconstrução nacional, mas apenas no que se refere ao processo de valorização), mas que só começa a existir efetivamente e predominantemente a partir da década de 80. Trata-se do regime de acumulação integral, que busca aumentar, simultaneamente, a extração de mais-valor relativo e mais-valor absoluto (VIANA, 2009, p. 93).

O regime de acumulação integral tem como principal objetivo a extração do mais-valor absoluto e relativo na tentativa de aumentar a taxa de lucro médio através da disputa pelo mercado consumidor. Fazer com que todas essas mudanças que foram citadas anteriormente acontecessem, só seria possível se tal regime de acumulação promovesse uma transformação nas políticas de Estado e de relações internacionais, além do toyotismo como novo modelo de administração científica do trabalho. Nesse sentido, “as novas necessidades do novo regime de acumulação fazem emergir o estado neoliberal” (VIANA, 2009, p. 95):

O estado neoliberal é um complemento necessário para a luta pelo aumento da extração de mais-valor. A desregulamentação das relações de trabalho, o fim da política social de “pleno emprego”, são ações estatais, entre outras, que atingem diretamente o processo de valorização. Além disto, a redução dos gastos estatais e o “livre mercado” buscam proporcionar uma política estatal favorável à retomada da acumulação capitalista, bem como a nova política fiscal e internacional (VIANA, 2009, p. 95).

No regime de acumulação integral, os trabalhadores perdem seus direitos que foram conquistados no regime de acumulação intensivo-extensivo e que eram amparados pelas políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social. Ocorre um enfraquecimento nos direitos sociais, na fiscalização das condições de trabalho e também surge um aprofundamento do imperialismo, através da onda transnacional que agora passa a deslocar “seus investimentos para locais onde a força de trabalho é mais

barata, através da criação de nichos exclusivos de mercado consumidor, onde aumenta a tendência competitiva no interior do bloco de países imperialistas” (VIANA, 2009, p. 96).

Para além dessa perda de direitos sociais e do relaxamento na fiscalização das condições de trabalho, houve uma mudança no que se refere às condições de contratação e de geração de novos empregos. Em decorrência disso, temos um aumento da precarização, da intensificação e da exploração do trabalhador em busca de mão de obra mais barata que seja capaz de aumentar a extração de mais-valor, o que, conseqüentemente, trará mais lucro para os capitalistas.

Por precarização, compartilhamos a seguinte definição:

(...) precarização significa a deterioração das condições de trabalho. [...] há precarização quando um determinado tipo de trabalho se deteriora seja no que se refere aos rendimentos auferidos, seja no que respeita aos direitos trabalhistas que eles implicam, seja ainda em relação à estabilidade, ou às características do vínculo empregatício (LEITE, 2009, p. 73).

Para reforçar as colocações de Leite, Antunes vai dizer que:

(...) intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. [...] o trabalho torna-se, então, informalizado e por vezes, dada a contingencialidade, quase virtual (ANTUNES, 2011, p.108).

Nesse sentido, a precarização está sendo compreendida, no presente artigo, como um fenômeno que deteriora as condições de trabalho (contratação, jornada de trabalho, funções exercidas durante o expediente de trabalho, acúmulo de atividades, realização de atividades da empresa no ambiente familiar) e que é responsável por processos de terceirização e de mudanças no processo de produção de mercadorias. Obviamente que essa definição de Ricardo Antunes é problemática no sentido de dizer que o trabalho torna-se quase virtual e imaterial fazendo com que o homem deixe de ter poder sobre a máquina e ela – assim como quem a comprou – não precisa mais de um operário controlando suas funções:

(...) no regime de acumulação integral, os trabalhadores informacionais assumem uma importância muito maior e isto proporciona sua expansão quantitativa e setorial (na produção industrial e no processo de distribuição-circulação-regularização). A chamada “revolução informacional” através do uso mais intensivo de novas tecnologias e da informatização controlada pelo capital é uma das principais fontes desta expansão do trabalho informacional. No entanto, a informatização tem um papel fundamental no processo de reprodução ampliada do mercado consumidor. Não apenas os trabalhadores informacionais se tornam consumidores de forma-mercadoria (o próprio



processo de formação da força trabalho) e de mercadorias, como o processo de informatização produz uma grande ampliação do mercado consumidor que atinge outras camadas da população (VIANA, 2009, p. 239).

Sendo assim, o trabalhador ou o trabalho dito informacional ou imaterial é parte integrante do regime de acumulação integral bem como do desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, existe sim a necessidade de homens treinados para manusear determinadas máquinas e aparelhos eletrônicos para realizarem determinadas tarefas (telemarketing, serviço bancário etc.). Admitir que o trabalho é informacional e imaterial ao ponto de se tornar algo simbólico é o mesmo que esquecer-se das determinações histórico-sociais e concretas que o cercam o que, conseqüentemente, torna a análise problemática.

É interessante ressaltar ainda que a precarização não é um fenômeno que atinge apenas o ambiente de trabalho, ela também atinge outras relações sociais dos trabalhadores:

O processo de precarização do trabalho, que é, do mesmo modo e em medida ampliada, precarização da vida social (e pessoal), expressa, em si, a contradição crucial entre a perspectiva possível de uma sociedade do não-trabalho (no sentido de *tripalium*), ou seja, o homem emancipado do sofrimento do labor por conta do desenvolvimento da produtividade do trabalho social; e o sofrimento do desemprego provocado pela potencialização desta mesma determinação, por esta ocorrer no interior da sociedade do capital (ALVES, 2006, p. 35).

Portanto, a precarização não é um fenômeno que atinge apenas o ambiente de trabalho e as relações que os trabalhadores desenvolvem segundo sua função dentro de uma determinada empresa. A precarização também é algo social, e as relações sociais desenvolvidas pelos trabalhadores (amizade, coletivismo, cooperação, paciência, prática de consumo e de lazer) também são atingidas por esse fenômeno. Conseqüentemente, as formas de consciência dos trabalhadores também são transformadas e manipuladas segundo os interesses da classe dominante e de suas classes auxiliares.

O fenômeno da intensificação do trabalho também é algo comum no regime de acumulação integral e no modelo de organização científica do trabalho toyotista. Segundo Dal Rosso (2008), houve um processo de diminuição da extração de mais-valia absoluta e um aumento das técnicas de extração de mais-valia relativa. Para esse autor, existem três tipos de mais-valia relativa que surgem de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, as transformações e reestruturações do modo de produção capitalista. Através das revoluções industriais inglesa e americana e com o aumento das lutas pela diminuição da jornada de trabalho e o apoio de

importantes setores da sociedade que se mobilizaram em favor do estabelecimento de regras legais sobre o período de horas trabalhadas diariamente, o Parlamento se viu sobre pressão pela sociedade civil e votou leis que diminuíram a jornada de trabalho. Com essa diminuição da jornada de trabalho, os capitalistas criam e investem em equipamentos capazes de aumentar a produção, o que faz com que os trabalhadores tenham que se adaptar ao novo ritmo de trabalho imposto por essas novas máquinas. Desse processo, surge a mais-valia relativa de tipo 1, que ocorre através da “intensificação que acompanha a introdução de mudanças técnicas no trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p. 47).

Com o surgimento do taylorismo no final do século XIX e começo do século XX e sua proposta de administração científica do trabalho, que tinha como objetivo aumentar a capacidade de produção dos trabalhadores através de mecanismos de regulação e de controle do trabalho sem que se investisse em novas tecnologias, cria-se a mais-valia relativa de tipo 2, que ocorre “quando a intensidade é obtida mediante mudanças organizativas no processo do trabalho e não por revolução industrial” (DAL ROSSO, 2008, p. 63).

A mais mais-valia relativa de tipo 3 surge com o advento do toyotismo a partir da década de 1960-1970 e pode ser definida como um tipo de mais-valia em que as “mudanças tecnológicas junto com transformações na organização do trabalho contribuem para aumentá-la” (DAL ROSSO, 2008, p. 70).

Nesse sentido, levando em consideração esses três tipos de mais-valia relativa que se encontram presentes nos mais diversos tipos de relações de trabalho, a intensificação do trabalho deve ser compreendida como:

Os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador como o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho (DAL ROSSO, 2008, p. 23).

Diferentemente da precarização, a intensificação do trabalho não está associada apenas aos aspectos legais das relações trabalhistas – carteira assinada; seguridade social; décimo terceiro salário e férias remuneradas. Compreender o trabalho através da intensificação é ir além desses aspectos – que continuam sendo de suma importância para compreender as relações sociais de trabalho no capitalismo – associando-os a incorporação e exploração das capacidades físicas, cognitivas e psicológicas dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção.

O fenômeno da intensificação do trabalho pode ser identificado através dos seguintes aspectos: o alongamento da jornada de trabalho, o ritmo e a velocidade, o acúmulo de atividades, a polivalência, versatilidade e flexibilidade e a gestão por resultados (DAL ROSSO, 2008).

A contribuição de Dal Rosso para a compreensão do fenômeno da intensificação do trabalho é importante, pois além de uma definição do que é a intensificação do trabalho, o autor também aponta os aspectos e as características desse fenômeno. Porém, Dal Rosso comete um equívoco ao afirmar que existem “tipos de mais-valia relativa”, pois na verdade o que se tem não são tipos de mais-valia relativa, mas sim formas de se extrair mais-valor relativo de acordo com cada regime de acumulação e modo de regulamentação e organização científica do trabalho.

### **Acumulação Integral ou Acumulação Flexível?**

Antes de concluirmos o presente artigo, é interessante ressaltarmos o porquê de utilizarmos a expressão “acumulação integral” (VIANA, 2009; 2003), ao invés de utilizarmos a expressão “acumulação flexível” (HARVEY, 2012; ANTUNES, 2011).

David Harvey (2012) traz uma discussão sobre taylorismo, fordismo e toyotismo, sendo que este último pode ser caracterizado como um regime de acumulação flexível. Harvey recorre à linguagem da escola de regulamentação que pode ser entendida como uma escola que diz existir um modo de regulamentação que vai fazer com que haja uma materialização do regime de acumulação que toma a forma de hábitos, leis e redes que regulamentam e garantem a unidade e a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. O autor conceitua a acumulação flexível como:

(...) um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2012, p.140).

Imbuído da mesma convicção teórica de Harvey, Antunes vai dizer que:

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor (ANTUNES, 2011, p. 35).

A acumulação flexível pode ser compreendida então como um regime que cria uma flexibilização nos processos de trabalho, criando novas maneiras de se fornecer os serviços financeiros e como uma acumulação que é responsável por uma inovação comercial, tecnológica e organizacional que transformou radicalmente as relações sociais de produção.

Viana apresenta uma concepção diferente da concepção defendida por Harvey:

Ao se falar de “acumulação flexível”, “especialização flexível”, “flexibilização dos trabalhadores” e “aparato produtivo, vê-se que a palavra é utilizada em sentidos diferentes e inexatos. (...) não existe “flexibilização” do aparato produtivo e muito menos dos trabalhadores, o que existe é uma “inflexibilidade”, pois tanto o aparato produtivo quanto os trabalhadores são submetidos “inexoravelmente” e “implacavelmente” ao objetivo de aumentar a extração de mais-valor relativo (VIANA, 2009, p.69 - 70).

E continua dizendo que:

A expressão mais adequada a qualquer relação ou fenômeno social deve ser compatível com o “ser” que expressa. No caso da acumulação, o que se busca é concretizar uma acumulação *integral*, simultaneamente *intensiva* e *extensiva*, através da extensão do processo de mercantilização das relações sociais e da busca de ampliação do mercado consumidor, mesmo que esta busca se caracterize, em parte, pela produção personalizada, e também pelo aumento da intensificação da exploração da força de trabalho através do aumento de extração de mais-valor relativo e absoluto. (...) No caso dos trabalhadores, o que ocorre é uma *intensificação*, da exploração com a retirada de seus direitos já conquistados e da formação de um mercado de trabalho *inflexível*, em que os trabalhadores se submetem à subcontratação, ao desemprego etc. (VIANA, 2009, p.70, grifos dele).

Nesse sentido, optamos por utilizar o conceito de acumulação integral ao invés do conceito de acumulação flexível pelos seguintes motivos: primeiro porque nesse artigo estamos partindo do ponto de vista do proletariado e o conceito de acumulação flexível analisa apenas as mudanças do ponto de vista daqueles que regulam o capital. Segundo porque o conceito de acumulação flexível apenas descreve as mudanças no mundo do trabalho e não faz uma análise crítica do processo de reestruturação produtiva, partindo de uma perspectiva dialética que analise a totalidade dos fenômenos e das relações sociais o que, conseqüentemente, faz com se tenha uma análise apenas da “aparência” ao invés da “essência” dessas mudanças e desses novos modelos de regulação do mundo do trabalho e também da sociedade e da luta de classes. Terceiro porque para o trabalhador não existe nenhum tipo de flexibilidade. Não existe flexibilização dos processos de trabalho e nem um relaxamento na disciplina fabril dos trabalhadores; o termo flexível é apenas mais uma tentativa da burguesia e de suas classes auxiliares de esconder o verdadeiro sentido do processo de superexploração

sofrido pelo proletariado. O que se tem hoje é um processo muito maior e mais bem articulado de extração de mais-valor relativo dos trabalhadores, ou seja, um conjunto de discursos, ideias, equipamentos, materiais, leis e códigos que propiciam a burguesia uma grande facilidade para exercer o processo de exploração dos trabalhadores.

Portanto, a acumulação integral invade todas as esferas da vida social do trabalhador, ela não ocorre só e apenas no ambiente fabril, ela está em suas casas, nos seus ambientes de lazer, nos seus programas de TV, nas suas rodas de conversa, em suas escolas e universidades. A acumulação integral engloba a esfera política, econômica e social do trabalhador, ela toma conta da cultura e se coloca a serviço dos interesses do capital. Continuar insistindo na utilização do conceito de acumulação flexível seria no mínimo contraditório para aqueles que pretendem trazer uma contribuição crítica acerca da realidade e do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e de suas relações sociais.

### **Conclusão**

Nesse artigo, trouxemos uma discussão crítica sobre o processo de reestruturação produtiva e as consequências causadas por esse processo no cotidiano de trabalho da classe proletária. A reestruturação produtiva é a mudança nas formas de controle e organização do trabalho, sendo ela uma parte do processo de transformação e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Analizamos esse processo através da teoria dos regimes de acumulação, tendo como base os estudos de Nildo Viana, pois essa teoria parte do método dialético, analisando as mudanças no modo de produção capitalista a partir da totalidade de seus fenômenos. Com isso, conseguimos apresentar nesse artigo, como o capitalismo – através de suas instituições e blocos dominantes – muda de acordo com seus interesses e necessidade de desenvolvimento, deixando a classe trabalhadora refém desses interesses e necessidades.

O artigo trouxe ainda uma crítica ao conceito de acumulação flexível, pois como buscamos trazer uma contribuição crítica de um determinado fenômeno da realidade social a partir da perspectiva do proletariado e do materialismo histórico-dialético, insistir na utilização do termo acumulação flexível seria um erro de nossa parte, pois isso acabaria por obliterar o caráter crítico desse artigo. É por isso que optamos pelo conceito de acumulação integral, conceito esse que acreditamos ser correto para explicar

as relações de trabalho no atual estágio do modo de produção capitalista, bem como os seres que a expressam e fazem parte dela.

### Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-50.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2012.

DAL ROSSO, Saggi. *Mais Trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELOANI, Roberto. *Organização do Trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e Realidades. In: \_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (orgs.). *O Trabalho Reconfigurado: Ensaio sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 67 – 95.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TAYLOR, Frederick W. Taylor. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

**Resumo:** neste artigo, apresentamos uma discussão sobre o processo de reestruturação produtiva através da teoria dos regimes de acumulação. O objetivo central do texto é trazer uma análise crítica do processo de reestruturação produtiva, bem como criticar e superar o conceito de acumulação flexível.

**Palavras – Chave:** Trabalho; Reestruturação Produtiva; Regimes de Acumulação.

**Resumen:** en este artículo, presentamos una discusión sobre el proceso de reestructuración productiva através de la teoría de los regímenes de acumulación. El objetivo central del texto es traer un análisis crítico del proceso de reestructuración productiva, bien como criticar y superar el concepto de acumulación flexible.

**Palabras – Clave:** Trabajo; Reestructuración Productiva; Regímenes de Acumulación.



## NEOLIBERALISMO Y CRISIS ORGÁNICA EN MÉXICO: ¿ADIÓS AL ESTADO-NACIÓN?

José Luis Solís González\*

### Introducción

A lo largo de su historia como país nominalmente independiente, México ha experimentado un fenómeno de convergencia contradictoria entre el proceso de construcción del Estado-nación y la constitución de bandas del crimen organizado<sup>4</sup>. Este proceso no ha sido lineal: ha sido más importante en función de períodos de crisis económicas asociadas a crisis políticas. Más el Estado debilita su poder e influencia sobre la sociedad, más el crimen organizado crece y comienza a sustituirlo. En esos momentos el Estado pierde el "monopolio legal de la violencia" (que nunca ha tenido en su totalidad) y pierde también el control integral del territorio, así como sobre la recaudación de impuestos, el ejercicio del presupuesto público, la justicia y, en consecuencia, sobre la soberanía nacional. Esta debilidad del Estado mexicano ha crecido con la irrupción del neoliberalismo y el crimen organizado a gran escala a partir de los años ochenta del siglo XX<sup>5</sup>. Hoy en día, México pasa por una profunda crisis económica, acompañada por una crisis política de legitimidad y por una crisis humanitaria de extrema gravedad.

En este trabajo vamos a tratar de construir una explicación de la actual crisis mexicana basada en un enfoque orgánico-estructural. El Estado y el crimen organizado son ambas formas distintas de la dominación de clase en las sociedades capitalistas, una es supuestamente "legal" y la otra está "fuera de la ley". En los países capitalistas avanzados, el "Estado de Derecho" delimita la frontera entre ellos de una manera más o menos precisa, aunque siempre hay "territorios comunes" o algún grado de interpenetración entre estas formas de poder<sup>6</sup>. Su objetivo en ambos casos es el control de las personas y de sus bienes con la mira de apropiarse, al margen del mercado, de una porción determinada de la plusvalía; en el caso del Estado, para su uso en propósitos comunes (bienes y servicios públicos, seguridad y defensa nacional); en el

---

\* Doutor em Ciências Econômicas/Universidade de Picardie (Amiens, França) e professor da Universidade Autônoma de Coahuila.

<sup>4</sup> Para un interesante análisis de este fenómeno, pero en relación con la experiencia europea durante los siglos XVII y XVIII, véase Tilly (1985).

<sup>5</sup> Acerca de las erosiones devastadoras del neoliberalismo sobre los principios democráticos, las prácticas sociales y las culturas, ver el análisis de Brown (2015).

<sup>6</sup> El caso de la mafia italiana o de otras organizaciones criminales en los EE.UU. y en el resto del mundo, muestra este fenómeno de interpenetración claramente.

caso del crimen organizado, para propósitos privados (economías de renta como el narcotráfico o la extorsión), así como para detentar un mayor poder político y social. Sin embargo, a pesar de cualquier discurso ideológico de legitimación, ambas formas de dominación utilizan la violencia o algún tipo de coerción para someter a la población a sus designios en favor de la alianza de clases dominantes. El Estado supuestamente ofrece protección, seguridad, bienes públicos y servicios a la población a cambio de obediencia, lealtad, del pago de impuestos y otros cargos. En el caso de la delincuencia organizada, la contrapartida de estos beneficios incluye asimismo el pago de los llamados “derechos de piso”, la extorsión, el secuestro, o el despojo puro y simple de la propiedad. En ambos casos, las personas que no pagan sufren algún tipo de violencia, que va desde la imposición de multas, la confiscación de bienes, la prisión, la tortura o, finalmente, el asesinato.

En los países subdesarrollados, como México, donde no hay un espacio económico-social *homogeneizado por la generalización de la mercancía y el dinero*, y donde, por consiguiente, el “imperio de la ley” es parcial y defectuoso (GONZÁLEZ, 2012, p. 177-178), la frontera entre el crimen organizado y el Estado se vuelve aún más nebulosa y porosa. Tienden a confundirse continuamente entre sí, lo que proporciona las condiciones para la emergencia, en una suerte de simbiosis, de economías de mafia y de Estados narco y, por supuesto, para el surgimiento intermitente de estallidos de violencia y de mayor inseguridad pública.

En las sociedades capitalistas avanzadas, la relación social de producción entre el trabajo asalariado y el capital es dominante, y funda la especificidad de su modo de producción basado en la propiedad privada de los medios de producción y en la sumisión del trabajo al capital. Sin embargo, en los países capitalistas subdesarrollados como México, esta relación, siendo igualmente dominante, coexiste de manera variable y contradictoria con otras relaciones sociales de producción pre-capitalistas o no capitalistas (como, por ejemplo, el ejido o la comunidad indígena campesina), las cuales han sido sometidas por medio de la violencia a un proceso de desestructuración / adaptación de acuerdo a las necesidades de la valorización del capital. Por ello, la relación salarial no obedece únicamente a un acto de equivalentes intercambiados en el mercado (derecho de uso de la fuerza de trabajo a cambio de un salario, por el cual el trabajo se somete de manera anónima al capital y, con ello, al propio Estado), sino también a relaciones de sumisión personal: clientelismo, padrinazgo, intercambio de

favores, cacicazgos e incluso a formas de esclavitud disfrazada (CAMARA y SALAMA, 2004, p. 176-177).

Por lo tanto el Estado *separado de la sociedad*, como la forma social que asume la dominación de clase específicamente capitalista en tanto que “relación de soberanía y dependencia” (MARX, 1981, p. 107), no surge, en el caso del capitalismo subdesarrollado, solamente de *la contradicción política que tiene sus raíces en el conjunto en las relaciones sociales de producción capitalistas* (ARTOUS, 2015, p. 35), sino también de otras formas sociales propias de otros modos de producción ajenos al mundo de la mercancía y el dinero pero en simbiosis contradictoria con éste. Por consiguiente, el fetichismo de la mercancía es débil e incompleto y no alcanza a constituirse en la base de la legitimación del poder. En suma, en los países periféricos subdesarrollados *el Estado no toma la forma de una "persona colectiva abstracta"* (Pasukanis, 1970), *como en los países capitalistas avanzados, ni la relación de soberanía y dependencia asume la forma de la democracia representativa*, como forma característica del poder político en el capitalismo central.

Las formas fenoménicas que asume el Estado capitalista periférico son, por el contrario, variadas y heterogéneas, como lo son los campos históricos de clase y los tejidos sociales de los que surge en sus respectivas sociedades. Dichas formas, asociadas a regímenes de acumulación neoliberales, volcados hacia afuera y con fuerte presencia dominante del capital transnacional, van desde los regímenes políticos bonapartistas o los diferentes gobiernos populistas, hasta dictaduras abiertas como las que dominaron a los países de América Latina en los siglos diecinueve y veinte. Más recientemente, ha surgido el fenómeno de los Estados narco en la era actual de la globalización neoliberal, de la cual son sin duda consecuencia en el contexto del subdesarrollo. Así tenemos que las formas que revisten los regímenes políticos (y sus respectivos gobiernos) en el mundo subdesarrollado, son parodias más o menos disfrazadas de la “democracia occidental” o, de manera más precisa, de la democracia representativa burguesa. Esto significa que la práctica sistemática de la violencia, el autoritarismo, el clientelismo y el fraude electoral, sustituyen en estos países a las elecciones “libres” como forma “normal” de cambio de gobierno en las sociedades capitalistas avanzadas. Esta es la razón por la que la construcción del llamado “Estado e Derecho” en los países subdesarrollados es tan ambivalente, difícil, problemática y, a la larga, utópica.

El panorama anterior describe la situación actual de México. A lo largo de su existencia como un Estado nominalmente independiente, México ha sido (como lo fue durante la Colonia y lo es actualmente) *un trofeo, o un objeto de rapiña* para los diferentes grupos y clases sociales que constituyen la oligarquía dominante. En la coyuntura presente, dicha oligarquía incluye, además de las diferentes fracciones de la burguesía nacional, a la "clase política"<sup>7</sup>, a la iglesia católica, al capital extranjero instalado en el país, en particular las empresas transnacionales de los Estados Unidos y, por supuesto, al crimen organizado y el tráfico de drogas como un negocio transnacional, el cual constituye de hecho una de las fracciones más dinámicas del capital (aunque no la más poderosa). Hoy en día, de la llamada "revolución mexicana" sólo existen vestigios, harapos bajo la forma de la ideología del "nacionalismo revolucionario" que, en su etapa de plenitud (hasta los años setenta del siglo XX), proporcionó legitimidad a los gobiernos del Partido Revolucionario Institucional (PRI).

### **La Crisis Mexicana y el Estancamiento Económico de Largo Plazo**

A causa de la globalización neoliberal y de su propia debilidad institucional, México enfrenta actualmente un acelerado proceso de erosión del Estado-nación. El crimen organizado se ha beneficiado de los efectos de la crisis mundial sobre la economía mexicana para desarrollar, bajo protección oficial, las actividades vinculadas al tráfico de drogas y otras actividades ilegales altamente rentables. El régimen político mexicano ha evolucionado hasta convertirse en un *Estado narco*, basado en la corrupción y la impunidad generalizadas, independientemente del signo político sus los diferentes gobiernos. Al mismo tiempo, la crisis mundial ha precipitado el colapso del régimen de acumulación anterior basado en la sustitución de importaciones, ya minada por sus propias contradicciones (GONZÁLEZ, 2007).

En consecuencia, el país experimentó durante los años ochenta una enorme crisis de deuda externa, que abrió la puerta a la globalización<sup>8</sup> de la economía mexicana y la

---

<sup>7</sup> La "clase política" es el conglomerado social compuesto por legisladores y miembros de los diversos partidos políticos, algunos de los cuales adquieren a través del tráfico de influencias, el padrinaje y el clientelismo, poder político y económico que no se explica sólo por sus habilidades, conocimientos profesionales o méritos personales. Pongo entre comillas esta expresión porque no se trata de una clase social en sentido estricto, puesto que no hay un vínculo unívoco, *común a sus miembros individuales*, con el proceso de producción capitalista, ya sea como capitalistas o como trabajadores productivos, directa o indirectamente.

<sup>8</sup> Pierre Salama (2015: 104) señala la diferencia entre una apertura externa "sin portero", es decir sin Estado que intervenga para regularla (como la que ha ocurrido en México y en casi todos los países), y otra "con portero" como la que está ocurriendo en China. Esta metáfora es muy útil para entender lo que

empujó hacia la adopción de políticas neoliberales de apertura externa promovidas por los organismos financieros internacionales, principalmente el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), bajo el control de los intereses de Estados Unidos, representados por el denominado Consenso de Washington. Esto favoreció el agravamiento de la crisis económica y política existente en el país. El crimen organizado, vinculado no sólo al tráfico de drogas, sino también a una amplia variedad de actividades ilegales (trata de personas, prostitución, trabajo forzado, tráfico de armas, contrabando, secuestro y extorsión, etc.), ha crecido exponencialmente en México durante las últimas cuatro décadas.

Así, en el contexto del actual proceso de globalización, el desarrollo reciente de la economía mexicana ha llevado a su configuración como un modelo de acumulación de capital de enclave secundario-exportador, con una creciente presencia de grandes conglomerados transnacionales y de las llamadas empresas "maquiladoras". Este enclave de exportación coexiste con un sector industrial doméstico cada vez desintegrado, letárgico y dependiente de la tecnología y el capital externo. Esto ha dado como resultado la transformación del país en una enorme plataforma de exportación de bienes manufacturados bajo control externo<sup>9</sup>. Las empresas transnacionales con filiales en México, en el marco de estructuras monopólicas y oligopólicas de mercado, tienen el control y la propiedad de este proceso, cuyas condiciones de competitividad y rentabilidad en la economía global están determinadas por los bajos costos de la mano de obra local, materias primas baratas y abundantes recursos naturales (principalmente petróleo, gas natural y productos de la minería). Todo esto complementado por un verdadero "paraíso fiscal". Los conglomerados transnacionales se benefician, además, de una política de estabilización macroeconómica que favorece los movimientos internacionales de capital, particularmente los especulativos y, por lo tanto, la repatriación sin obstáculos de las ganancias de la inversión extranjera.

---

ha pasado en México desde el gobierno de Salinas de Gortari, quien adoptó una política neoliberal de apertura externa indiscriminada (legitimada por el Tratado de Libre Comercio de América del Norte), sin limitaciones frente a los capitales externos, abandonando al mismo tiempo toda política industrial (el "portero") que pudiera regular su entrada y proteger en lo posible a la economía mexicana. En este contexto todo mundo entró, incluyendo por supuesto el crimen organizado y el tráfico de drogas como negocios transnacionales. Este el verdadero origen de la transformación del Estado mexicano en un "Estado narco" al servicio de una economía de mafia dominada por el capital transnacional, así como de la crisis orgánica por la que atraviesa el país desde los ochentas.

<sup>9</sup> Los productos manufacturados representan el 83% del total de las exportaciones de México (Trading Economics, 2015).

El alto dinamismo de las empresas orientadas a la exportación, generalmente de capital foráneo, contrasta con un sector industrial doméstico constituido principalmente por pequeñas y medianas empresas (PYME) con bajos niveles de competitividad y de rentabilidad, cuya viabilidad económica se ve amenazada permanentemente por el insuficiente (o francamente inexistente) apoyo oficial y la falta de recursos financieros. Esta situación, en un contexto de estrechez del mercado interior<sup>10</sup> y de subdesarrollo tecnológico, representa un grave obstáculo que enfrentan las empresas mexicanas para acceder a los mercados globales. Además, las políticas de ajuste impuestas a México por el Fondo Monetario Internacional (FMI) durante los años ochenta, han afectado negativamente la balanza de pagos, la tasa de inversión productiva, el empleo y los salarios, fenómenos que han conducido al estancamiento productivo de largo plazo, a la desindustrialización “prematura” de la planta industrial y a la “financiarización” de la economía mexicana (SALAMA, 2010).

Otros efectos negativos del “dogma de la austeridad” del FMI y de las políticas comerciales y financieras de apertura adoptadas por el gobierno mexicano, fueron el incremento de las desigualdades sociales<sup>11</sup>, así como el crecimiento de la pobreza<sup>12</sup>. La clase media, que se había beneficiado de una importante mejora en su bienestar durante el período de “milagro económico mexicano” (1950-1965), sufre desde los años ochenta un deterioro constante de sus ingresos y su nivel de vida<sup>13</sup>. Al parecer, han sido sobre todo las clases medias de las grandes ciudades (Ciudad de México, Guadalajara y Monterrey), las que se han beneficiado principalmente de la “modernización” neoliberal (PARNREITER, 2002).

Por otro lado, la transferencia del sistema bancario del país a bancos extranjeros durante la década de los noventa, fomentó una “economía de casino” apoyada en la dominación de la finanza sobre el resto de la economía y en el libre flujo de capital

---

<sup>10</sup> La estrechez del mercado interno mexicano no es una barrera para las empresas transnacionales y los grandes conglomerados locales, dado que la mayor parte de la plusvalía por ellos extraída de la fuerza de trabajo mexicana se realiza en los mercados globales, así como en la franja del mercado doméstico representado por la población urbana mexicana con altos ingresos. Sin embargo, la crisis financiera mundial ha afectado, sin duda, a las empresas en su conjunto.

<sup>11</sup> Según Forbes (2015), México tiene uno de los hombres más ricos del mundo (Carlos Slim), pero tiene más de cincuenta y tres millones de pobres (53.3% de su población) de acuerdo con el CONEVAL (2015: 57).

<sup>12</sup> La tendencia al aumento de la pobreza se ha agravado en el actual gobierno de Peña Nieto. En México, la pobreza aumentó a una tasa de 2.9% entre 2008 y 2014. Por el contrario, para el resto de América Latina la pobreza disminuyó, con excepción de Venezuela y Honduras (CEPAL, 2015: 11).

<sup>13</sup> De acuerdo al Banco Mundial, durante la década de 2000 las clases medias en América Latina experimentaron una mejora en sus condiciones de vida. Sin embargo, en México la clase media se estancó e incluso retrocedió (Redacción Aristegui Noticias, 2013).

financiero especulativo internacional, a expensas de los créditos para inversiones productivas, en particular los que podrían haber sido destinados a las PYME. El “lavado” de dinero y la especulación financiera, sobre todo la *inmobiliaria*, se ha generalizado en todo el país pero particularmente en la ciudad de México.

Contra toda lógica, dada su pertenencia a una zona sísmica, la ciudad experimenta la multiplicación de altos edificios y complejos de viviendas de lujo, lo que ha aumentado las exigencias de servicios urbanos (el agua en primer lugar, el suministro de energía, transporte, etc.). Esos fenómenos han llevado a una mayor población urbana, a más tráfico, más contaminación (smog y ruido principalmente) y más...corrupción. De hecho, la fiebre de la construcción inmobiliaria está en proceso de acelerar el hundimiento físico de la ciudad de México<sup>14</sup>.

EE.UU. impuso a México (y al resto del mundo) su modelo industrial basado en el automóvil, lo que se ha constituido en la principal causa de la enorme crisis de contaminación que sufre su capital (NAVARRO, 2014), y las otras grandes ciudades del país. Dada la ausencia de planificación del desarrollo industrial, de políticas de sostenibilidad y de eficientes políticas de descentralización administrativa, el gobierno mexicano ha permitido a las empresas transnacionales del automóvil instaladas en el país un incesante crecimiento de su producción y comercialización, no sólo para la exportación sino también para el mercado doméstico. Por otra parte, las políticas neoliberales imperantes permiten la importación de automóviles nuevos libres de arancel, provenientes sobre todo de los EE.UU., Canadá y los países de la Unión Europea. Por lo tanto, el parque automovilístico de la Ciudad de México ha crecido en los últimos veintiséis años, de 1.53 millones de unidades a 4.42 millones, sin contar el área metropolitana que la rodea.

Si se tiene en cuenta los municipios del Estado de México que forman parte de la zona metropolitana de la Ciudad de México, esto nos arroja una cifra estimada de 5.5 millones de automóviles (Castro, 2016), la cual aumenta considerablemente si se considera el constante flujo de automóviles y automotores de carga que van y vienen cotidianamente de la Cd. de México a las entidades federativas cercanas (Estado de México, Hidalgo, Morelos, Puebla, Tlaxcala), y que no están sometidas aún a las

---

<sup>14</sup> Como se sabe, los aztecas construyeron Tenochtitlán (actual Ciudad de México) sobre un gran lago, que los españoles de manera insensata rellenaron, causando una catástrofe ecosistémica de proporciones colosales cuyas consecuencias llegan hasta nuestros días. Por lo tanto, su suelo no es sólido (como lo muestra el hundimiento sufrido por el emblemático Palacio de Bellas Artes, en el centro de la ciudad), y está permanentemente en riesgo de actividad sísmica, como lo mostró dramáticamente el temblor de 1985.



regulaciones ambientales de la capital del país, Además, según algunos analistas de la UNAM como Héctor Rivero, lo que realmente podría bajar los niveles contaminantes sería obligar a PEMEX a reducir la cifra de azufre (actualmente de 300 a 400 partes por millón) en las gasolinas que produce o importa a 30 partes por millón, como lo marcan las normas internacionales (OLIVARES, 2016).

Dentro de este panorama catastrófico, las unidades de transporte urbano del gobierno de la Ciudad de México y del Estado de México son las más contaminantes, dada su obsolescencia, su falta de mantenimiento y la existencia de controles ineficientes y fraudulentos de sus emisiones. Por esta razón, el polémico programa "Hoy No Circula" es ineficaz para reducir los altos niveles de contaminación existentes en esta ciudad (RAMÍREZ HERNÁNDEZ, 2016), que está muy cerca de los niveles de contaminación de las ciudades de China y la India, que son las más contaminadas del mundo.

Adicionalmente, el asfalto de toda la ciudad está en un estado lamentable y desastroso debido (como lo señalamos arriba) a la fiebre de la construcción que después de algunos años sufre la capital del país, y a la "falta de recursos" para remediar sus "daños colaterales". Las empresas constructoras son intocables (algunas son propiedad del magnate Carlos Slim) y, gracias a la corrupción y la impunidad imperantes, no reparan los daños causados a las calles y avenidas de la ciudad por sus unidades de transporte de materiales de construcción. En cambio, se han llevado a cabo varias obras públicas de "ornato" en algunos distritos burgueses sin el consenso ciudadano, que dificultan aún más la circulación de vehículos y personas. Hoy en día, durante las llamadas "horas pico", es prácticamente imposible circular en ciertos sectores de la Ciudad de México.

Por si fuera poco, hay grandes áreas del Bosque de Chapultepec, zona arbolada emblemática de la capital del país, donde algunos individuos y empresas con "influencias políticas" han instalado cercas, casas y hoteles, construidos para su uso particular o para intereses comerciales privados, en la total impunidad (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2012). Desgraciadamente, este es un patrón de depredación que se reproduce en todo el país.

A partir de los ochenta, el Estado mexicano de acuerdo a su "nuevo credo" neoliberal, renunció a intervenir en la economía nacional. Pero al mismo tiempo, ha orientado su acción a coadyuvar en la reproducción del capital global a través de la adopción de políticas de liberalización económica y financiera, así como por medio de

la exención de impuestos y otras medidas de apoyo en beneficio principalmente de las empresas transnacionales y los grandes grupos empresariales domésticos. Por otra parte, la adopción de una política macroeconómica de estabilización con el objetivo de asegurar el libre flujo de capitales y de frenar la inflación, ha llevado a la sobrevaluación del peso mexicano, lo que ha repercutido en un déficit crónico en la balanza de pagos. Además, el freno a los precios internos y los salarios mediante medidas de austeridad, desempleo y precarización de la fuerza de trabajo, ha dado lugar a una contracción del consumo interno y, por consiguiente, de la demanda agregada doméstica. El déficit crónico de la balanza comercial, en particular la de bienes industriales, y las bajas tasas de ahorro y de inversión internas, han agravado las tendencias recesivas de la economía heredadas de la crisis de deuda de los años ochenta.

La reciente caída de los precios internacionales del petróleo de exportación mexicano (MARTÍNEZ MEDINA, 2016) y una menor producción de crudo, dejaron una brecha de casi 400 mil millones de pesos en las finanzas públicas de enero a noviembre de 2015 (CARDOSO, 2015a). Por lo tanto, los ingresos procedentes de la venta de petróleo fueron 36.7% inferiores a los ingresos petroleros obtenidos en el mismo periodo de 2014. Por si fuera poco, la deuda pública interna y externa creció a su nivel histórico más alto: 5 billones 217 mil 839.3 millones de pesos y de 160 mil 295.3 millones de dólares, respectivamente.

Así, la suma de la deuda pública interna más la deuda pública externa llegó a 7 billones 870 mil 595.6 millones de pesos. Esta cifra representó el 43.3 por ciento del PIB para el año 2015. Se trata de un salto de 46.2% y 30.1% en la deuda pública mexicana, interna y externa respectivamente, en comparación con la magnitud que ambos conceptos tenían al inicio del actual gobierno en 2012 (CARDOSO, 2015b: 19). Por lo tanto, el país ha entrado de nuevo en la década de los años 2000 en una espiral de alto endeudamiento público, acompañado de un proceso de "desindustrialización temprana"<sup>15</sup>, similar al experimentado por Brasil durante el mismo período (SALAMA, 2012)<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> El sector industrial, que representaba el 36.4% del PIB de México en 2011, pasó a significar sólo el 34.4% del mismo en 2014 (Banco Mundial, 2015).

<sup>16</sup> Sin embargo, hay diferencias significativas entre Brasil y México. A principios de su proceso de desindustrialización "prematura" durante la década de 2000, Brasil muestra un crecimiento económico relativamente elevado, mientras que en el caso de México su economía sufre un estancamiento productivo de largo plazo desde la década de los ochentas. Brasil mitigó el impacto negativo de su "desindustrialización precoz" por medio de una producción y exportación crecientes de productos agrícolas y materias primas, en un contexto de precios internacionales a la alza. Por el contrario, México no logró beneficiarse del auge de los precios agrícolas internacionales de los últimos años, debido a la

Esta desindustrialización de la economía mexicana se ha desarrollado paralelamente a la desnacionalización de la misma, prácticamente en todos sus sectores y ramas. De esta forma, el capital transnacional (sobre todo el de EE.UU.), se ha convertido en la fracción hegemónica del capital en la estructura industrial del país, así como en el comercio y los servicios. Sin embargo, es cada vez más evidente la irrupción de China y otras economías asiáticas (como Corea del Sur) en la economía mexicana, lo que se manifiesta en un importante incremento de mercaderías (muchas veces de contrabando) e insumos asiáticos en el mercado doméstico y en el sector industrial, así como de población asiática, sobre todo en la ciudad de México. Esto está reflejando, al parecer, el cambio en la hegemonía económica mundial a favor de China, lo que repercute obligadamente en México, uno de los principales países en la órbita imperial de los EE.UU. actualmente en declive.

Hay una tendencia estructural en la economía mexicana a la disminución del empleo, dado el tipo *labor-saving* de los procesos de producción de los grandes conglomerados industriales<sup>17</sup>, y las políticas de precariedad del empleo y los salarios adoptadas por los gobiernos neoliberales desde el de Miguel de la Madrid (1982-1988). En consecuencia, la participación de los salarios en el ingreso nacional ha disminuido un 25% entre 1980 y 2012 (Samaniego, 2014), cayendo también en el mismo periodo el poder adquisitivo de los salarios (UNAM-CAM, 2014).

En este sentido el cambio del régimen político mexicano, de uno autoritario, represivo y paternalista, apoyado en la ideología nacionalismo revolucionario y en un sistema de partido único (PRI), a otro tecnocrático neoliberal, pero igualmente represivo y autoritario, ha sido decisivo. Esto ha llevado a un aumento de la presencia y la diversificación de las organizaciones criminales en la economía, la política y la sociedad en su conjunto (BROOKS, 2016) y al uso sistemático del soborno (“mordida” o “moche” en español mexicano) por parte de las empresas extranjeras (por ejemplo, *Walmart* o el banco británico HSBC) como medio para obtener jugosos contratos y licitaciones del gobierno mexicano.

---

crisis estructural de su sector agrícola desde la década de 1960. A la inversa, este boom perjudicó a la economía mexicana por vía del encarecimiento de sus importaciones primarias.

<sup>17</sup> Se estima que el sector globalizado, altamente dinámico, genera alrededor del 90% del valor añadido industrial, pero sólo genera menos del 20% de los puestos de trabajo. Sin embargo, ha sufrido los efectos de la crisis mundial, en particular en la esfera financiera, lo que ha llevado a los grandes conglomerados nacionales a buscar alianzas con el capital extranjero. Es el caso de CEMEX y de otras grandes empresas en Monterrey y en el resto del país, que han tenido que endeudarse debido a la crisis financiera internacional.

Desde la década de los años 2000, las tendencias económicas recesivas y las políticas neoliberales en contra de los trabajadores, han agravado la caída del empleo en el sector formal, pero lo han aumentado en las actividades informales<sup>18</sup>. De hecho, la atrofia crónica de la economía campesina, y la participación marginal del Estado en la reproducción de la fuerza de trabajo, han dado lugar a una tendencia estructural a la hipertrofia del sector informal (GONZÁLEZ, 1991), que empeoró durante los últimos años. Este sector y la migración indocumentada a los EE.UU., sirven de hecho como "válvulas de seguridad" para enfrentar parcialmente la crisis actual y la falta de empleo existente en el país. Esto explica la apatía del gobierno mexicano para enfrentar la informalidad y la migración indocumentada hacia los EE.UU. las cuales, por omisión o por falta de contundencia de las medidas hasta ahora tomadas, son prácticamente toleradas y hasta alentadas por el propio gobierno. Sin embargo, la crisis está conduciendo a nuevos conflictos, en particular los relacionados con el estrecho vínculo entre la informalidad y el crimen organizado, incluyendo desde luego al tráfico de drogas.

En relación con el fenómeno del "lavado" de dinero, se calcula que, en el periodo 2007-2012, el crimen organizado ha "blanqueado" en México, a través de bancos, casas de cambio y establecimientos de compra-venta de divisas, etc., un monto aproximado de 10 mil millones de dólares por año (EXCÉLSIOR, 2014). Por esta razón, la Secretaría de Hacienda estima que entre 2007 y 2012, se han "lavado" alrededor de 60 mil millones de dólares en el sistema financiero mexicano. Esto clasifica a México, de acuerdo al Índice 2015 sobre "lavado" de dinero, realizado por el Instituto de Basilea para la Gobernabilidad, en la posición 97 entre 152 países (Reforma, 2016). Sin embargo, estas cifras son sólo estimaciones que crecen continuamente.

### **La Corrupción y la Impunidad como "*Mexican way of life*"<sup>19</sup>**

La profunda crisis orgánica<sup>20</sup> que padece actualmente la sociedad mexicana está constituida, como hemos señalado antes, por un déficit de racionalidad en la

---

<sup>18</sup> En el año 2014, según INEGI, el empleo informal representó el 58% de la población ocupada (INEGI, 2015: 12). Sin embargo, es probable que haya errores de cálculo hacia abajo en estas cifras, principalmente por razones políticas.

<sup>19</sup> Esta expresión no significa que todos los mexicanos seamos intrínsecamente corruptos o que todos nos cobijemos en la impunidad. Significa que la corrupción y la impunidad constituyen la forma dominante, definida estructuralmente, de la praxis económica, política y social de la oligarquía en el poder, la cual se transmite hacia abajo, a las clases "subalternas".

intervención económica del Estado (más de tres y media décadas sin crecimiento económico), y un déficit de legitimidad del Estado y sus instituciones. Esto ha llevado a una *crisis de funcionalidad del Estado*, lo que a su vez ha derivado en el estancamiento secular de la economía, en la desindustrialización “prematura” del país, en el aumento de la deuda pública y, en general, en el *aumento de la pobreza y las desigualdades sociales, lo cual constituye hoy en día el principal problema nacional de México*. Esta falta de funcionalidad estatal ha traído igualmente un crecimiento incontrolado de la violencia y la inseguridad pública<sup>21</sup>, en un contexto de corrupción y de impunidad generalizadas.

La respuesta del régimen ha sido *exactamente la contraria de la que requiere el país*: ha respondido con una aplicación acelerada de políticas y medidas neoliberales que han aumentado aún más la pobreza y las desigualdades sociales<sup>22</sup>. Sin embargo, en cambio ha frenado la inflación, garantizado el libre flujo de capitales internacionales, mantenido la “disciplina fiscal” y transformado al país en una enorme plataforma exportación de manufacturas bajo control y propiedad extranjera.

En este contexto, a tres años del inicio del gobierno de Peña Nieto, la opinión pública no ha favorecido a su administración, lo que se ha reflejado en el resultado de las elecciones parciales de junio de 2016 (HERRERA BELTRÁN, 2016, p. 3), donde el PRI perdió las siete gubernaturas estatales en juego y el nuevo partido de izquierda Morena obtuvo la mayoría de representantes en la Asamblea Legislativa de la capital del país. Con el pretexto de la lucha contra el crimen organizado y el tráfico de drogas, el régimen político mexicano ha acelerado la militarización del aparato estatal y ha generalizado la represión mediante el uso sistemático de la tortura, la cárcel y el asesinato (MÉNDEZ, 2015), no sólo contra la delincuencia organizada (de la cual es cómplice y aliado), sino también contra los movimientos de protesta social que han

---

<sup>20</sup> De acuerdo con Gramsci, Kreyneess (2011) señala que "una crisis orgánica se produce en aquellos momentos históricos en que las fuerzas sociales dominantes se enfrentan a la fractura de las relaciones entre la sociedad y el Estado, entre economía y política, y por lo tanto no pueden ejercer su papel dominante en un modo normal".

<sup>21</sup> Según el desaparecido Instituto Ciudadano de Estudios sobre la Inseguridad (ICESI, 2011: 4-5), el costo de la inseguridad pública en México equivalía en 2009 al 8.9 por ciento del PIB.

<sup>22</sup> Los representantes e ideólogos neoliberales de los gobiernos de México afirman, sin ningún fundamento teórico o histórico serio, que el principal problema nacional de México es el de “mantener los equilibrios macroeconómicos”, sobre todo el fiscal, y no la reducción de la pobreza, el desempleo y las desigualdades sociales. Para el gobierno mexicano, es más importante la lucha contra la inflación, el déficit fiscal y la protección del capital extranjero, que proteger a su propia población de pauperada a través del aumento de los salarios y el empleo, así como por medio de políticas sociales eficaces y extensivas. Se prefiere orientar la economía hacia el exterior, a la fabricación para la exportación de manufacturas que ni siquiera son de propiedad nacional (más que en los registros estadísticos), que la adopción de una política integral de desarrollo nacional basada en la expansión de mercado interno.

surgido por todo el país, desestimados o distorsionados sin embargo por el gobierno en turno y por los medios de comunicación (principalmente Televisa y Televisión Azteca).

Este es el caso de las "Autodefensas" o policías comunitarias, que han surgido en los últimos años para la propia defensa de los pueblos y las ciudades agredidas por el crimen organizado, en los estados de Guerrero, Oaxaca y, particularmente, en Michoacán (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2014a). Las "Autodefensas" han sido una abierta respuesta de la sociedad civil a la incapacidad y la corrupción del gobierno mexicano a nivel federal, estatal y local, el que está en connivencia, según numerosos testigos, con los cárteles del tráfico de drogas (MÉNDEZ, 2014).

Sin embargo, la autonomía de las "autodefensas" es muy incómoda para el gobierno. El régimen de Peña Nieto nombró a un allegado suyo de dudosa reputación, Alfredo Castillo, como representante del gobierno federal (Comisionado para Michoacán) para tratar con los diferentes grupos de autodefensas y neutralizar el conflicto armado en dicho estado, pero con la verdadera finalidad de evitar que las "autodefensas" se fortalecieran como fuerza social independientemente. Esta "interlocución" oficial terminó impidiendo de hecho el avance de las autodefensas para expulsar del estado de Michoacán a los llamados "caballeros templarios", principal grupo del crimen organizado en dicho estado. El gobierno mexicano se decidió por: a) cooptar a los líderes y miembros de este movimiento, a través de la corrupción y/o su incorporación a las instituciones represivas del Estado (ejército, policía nacional o local), y; b) aniquilarlas físicamente con el fin de desaparecerlas de la escena política y social (GONZÁLEZ, 2014). No obstante, a tres años de la emergencia de las autodefensas este movimiento sobrevive, a pesar del encarcelamiento de sus principales dirigentes, del asesinato de muchos de sus miembros y de la cooptación de otros. Sin embargo, gracias a la ambigua intervención del gobierno federal, los "templarios" y otras organizaciones criminales (como el llamado cártel de "Jalisco Nueva Generación") se han vuelto a apoderar de Michoacán.

El régimen político mexicano actual ha revocado *de facto* derechos consagrados por la Constitución mexicana y la Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU, como el derecho a la libertad de opinión y de expresión, incluyendo, por supuesto, la libertad de prensa. La periodista más importante y galardonada de México, Carmen Aristegui, fue implacablemente acosada por el anterior gobierno de Felipe Calderón y también por el actual de Peña Nieto, el cual logró que la empresa donde trabajaba (MVS) finalmente la despidiera junto con todo su equipo periodístico, a causa

de sus valientes reportajes de denuncia social y política. La denuncia que hizo de Peña Nieto y su esposa (ex actriz al servicio de Televisa) por enriquecimiento ilícito e intercambio de favores a propósito de una gran mansión en Las Lomas de Chapultepec (la llamada "casa blanca"), construida por un empresario que ha obtenido grandes contratos del gobierno, le ha acarreado la animadversión del régimen (ver mayor análisis e información en las páginas siguientes). Sin embargo, otros periodistas no han tenido tanta suerte: han sido torturados y asesinados de una manera atroz (New York Times, 2015).

*Mutatis mutandi*, el régimen mexicano actual en muchos aspectos ha evolucionado hasta convertirse en un régimen político "neo-porfirista"<sup>23</sup>. Ambos regímenes, cada quien en su época, han apoyado la apertura de la economía nacional al capital extranjero, favoreciendo la entrega al exterior de la riqueza nacional. Ambos han procedido a la militarización del aparato estatal para utilizarlo en contra de su propia población. Ambos han favorecido el predominio del capital financiero y la especulación en la economía, en detrimento del llamado "sector real". Ambos han promovido la existencia de una élite supuestamente ilustrada (los "científicos" en el caso del Porfirismo; los tecnócratas neoliberales en el caso del régimen actual), estrechamente relacionada con el poder político a través del clientelismo y la corrupción. Ambos han orientado sus "políticas públicas" a la concentración del ingreso y la riqueza en favor de los grupos oligárquicos. Por otra parte, ambos regímenes han utilizado las fuerzas armadas y el aparato de coerción estatal para reprimir los movimientos de protesta social. Además, ambos han buscado afanosamente la cancelación de la libertad de prensa y del derecho a la libertad de reunión y de asociación pacíficas de los ciudadanos. Sin embargo, el régimen de Peña Nieto como en su tiempo el de Porfirio Díaz, enfrenta también el espectro de la insurrección popular.

El actual modelo económico neoliberal ha sentado las condiciones para un estancamiento económico de largo plazo de la economía mexicana, y para una profunda crisis política de legitimidad de gobiernos sin consenso social. En este contexto, el gobierno de Peña Nieto emprendió una serie de reformas neoliberales impopulares, en alianza con el Partido de Acción Nacional (PAN, tradicional partido político de derecha, con antecedentes nazi-fascistas y sinarquistas), el Partido de la Revolución Democrática

---

<sup>23</sup> Durante 2015, hubo una intensa campaña de comunicación llevada a cabo por el monopolio Televisa, que solicitó a Enrique Krauze, historiador de derecha y miembro del consejo de administración de Televisa, hacer una apología del régimen porfirista que no ha sido bien recibida por el público (Proceso, 2015).



(PRD, partido reformista y colaboracionista, supuestamente de izquierda), y otros pequeños partidos de derecha: Partido Verde Ecologista de México-PVEM y el Partido Nueva Alianza-PNA.

Las (contra) reformas más importantes llevadas a cabo por el gobierno de Peña Nieto han sido:

1. La reforma del sector de las telecomunicaciones con el pretexto de su "modernización", pero con el objetivo real de beneficiar a los monopolios y oligopolios del sector. Más allá de una telefonía móvil, supuestamente menos costosa y la posibilidad para el usuario de cambiar de empresa proveedora de servicios, esta reforma va en contra de la libertad de expresión. Establece "legalmente" una censura que bloquea las señales de internet y telefonía de acuerdo a los intereses del gobierno, invocando la posible existencia de un supuesto riesgo para la seguridad nacional. También legaliza la interceptación de comunicaciones privadas sin una orden judicial. Por otra parte, los servicios de radio o televisión que ofrecen las comunidades indígenas no pueden continuar siendo auto-financiados, lo que las convierte en dependientes del gobierno de turno para su subsistencia. Además, esta reforma determina que las instituciones públicas de educación superior que dispongan de sus propios medios de comunicación (UNAM e IPN), recibirán un presupuesto adicional por parte del gobierno, lo que crea otra forma de control sobre las universidades y el mundo académico (VEGA, 2014);

2. La reforma de la educación, que pretende eliminar inconstitucionalmente y de manera retroactiva los derechos adquiridos por los maestros a lo largo de su vida laboral, en particular los pertenecientes a la CNTE (la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación) la cual se encuentra actualmente en lucha contra el régimen habiendo logrado un importante apoyo de los distintos sectores de la población y de la opinión internacional (MUÑOZ, 2016). Los intentos por debilitar la organización independiente de los trabajadores, incluyen el despido de más de 25 mil maestros, la detención y encarcelamiento de sus principales dirigentes, y lo que es más grave, el ataque con armas de fuego por parte de las policías federal y estatal, de un contingente de maestros en Oaxaca los cuales que sostenían un bloqueo carretero en el pueblo de Nochistlán, con un saldo de 12 muertos y más de cincuenta heridos (TELESUR, 2016). Lo cierto es que la mencionada reforma, de acuerdo a múltiples especialistas, no resuelve los principales problemas del sistema mexicano de educación: rezago educativo, analfabetismo, falta de equidad y graves deficiencias de

infraestructura en las escuelas. En realidad, esta *contra-reforma* tiene un carácter puramente administrativo-laboral, con el objetivo de reducir a cualquier precio la planta de maestros, completar la privatización de la educación en México y someter a la fuerza de trabajo a las necesidades de las empresas privadas, particularmente las extranjeras (POY SOLANO, 2013);

3. La reforma del sistema fiscal, la cual extiende la base impositiva para compensar (sin tocar a las grandes empresas y las capas privilegiadas de la población) la pérdida de impuestos sobre PEMEX como resultado de la “reforma” del sector energético, que ha conllevado hasta ahora una menor producción de crudo y una menor recaudación fiscal. Esto, sumado a la caída de los precios internacionales del petróleo, ha desembocado en el aumento de la recaudación de impuestos a través de una mayor presión fiscal sobre los trabajadores y las clases medias (NOTIMEX, 2016) y en una aguda crisis financiera de PEMEX;

4. La reforma laboral, encaminada a la disminución a toda costa de los salarios y al aumento de la precariedad en el empleo, con el objetivo de reducir el costo social del trabajo y coadyuvar a la recuperación artificial de la tasa general de ganancia de la economía mexicana. Esto refuerza al mismo tiempo los mecanismos de sumisión del trabajo asalariado al capital. El reciente escándalo de la suntuosa casa de Peña Nieto y su esposa (ARISTEGUI, 2014), así como también de la casa del actual Secretario de Hacienda (Luis Videgaray), son sólo un ejemplo de la corrupción generalizada y la impunidad existente en todos los niveles de las instituciones públicas del país. En ambos casos, estas mansiones fueron obtenidas por medio del intercambio de favores con empresarios de la construcción<sup>25</sup> en búsqueda de contratos gubernamentales. La auto-exoneración de Peña Nieto y su esposa ha motivado gran indignación dentro y fuera del país. En el momento del clímax de este escándalo, Peña Nieto nombró a un amigo personal de él, Virgilio Andrade, como Secretario de la Función Pública, con la

---

<sup>24</sup> La fractura hidráulica, o *fracking*, es una técnica utilizada para aumentar la extracción de petróleo y gas subterráneos con una mayor rentabilidad económica. Sin embargo, esta técnica tiene un impacto muy negativo sobre el medio ambiente, lo que incluye la contaminación de los acuíferos, un alto consumo de agua, la contaminación atmosférica, la contaminación por ruido y la contaminación de las áreas de cultivo debido a la migración a la superficie de gas y productos químicos utilizados. También tiene efectos negativos sobre la salud humana, animal y de las plantas. Casos de aumento de la actividad sísmica se han reportado en las áreas de operación bajo esta técnica, en su mayoría relacionados a la profundidad con que se inyectan distintos fluidos en el subsuelo, requeridos por la misma. Esto ha llevado a su prohibición en algunos países de Europa y en los propios EE.UU., donde está sujeta a regulaciones estrictas.

<sup>25</sup> El empresario Juan Armando Hinojosa Cantú, propietario del grupo de construcción Higa y supuestamente propietario de la casa de Peña Nieto, aparece en primera línea entre los mexicanos implicados en el reciente escándalo de los “Papeles de Panamá” (Redacción Aristegui Noticias, 2016a).

tarea específica de neutralizar y controlar cualquier investigación sobre el *affaire* de la “casa blanca”. Andrade declaró, contra toda lógica y evidencia, que no había ningún conflicto de interés en el caso de la “casa blanca”, así como en el caso de la casa de Luis Videgaray (Alper, 2015), por lo que el presidente, su esposa y su Secretario de Hacienda quedaron “exonerados” de toda culpa y responsabilidad legal al respecto.

Otro gran escándalo relacionado con la corrupción, fue la segunda y reciente fuga (y posterior recaptura) de Joaquín "El Chapo" Guzmán, líder del cartel de Sinaloa (el más importante de México y tal vez del mundo). Después de sólo unos meses de prisión en una cárcel federal supuestamente de alta seguridad (Penal Federal del Altiplano), "El Chapo" escapó espectacularmente con la ayuda de oficiales y custodios de la prisión que, seguramente, tuvieron el visto bueno a nivel del gabinete presidencial.

Estos escándalos, ampliamente difundidos por la prensa nacional e internacional, han minado seriamente la imagen de Peña Nieto y su gobierno, que utilizó todos sus recursos para la recaptura de "El Chapo". Sin embargo, este episodio de la guerra del gobierno mexicano contra el narcotráfico ha dejado más dudas que certezas. Plantea un dilema complicado para el gobierno mexicano: o se reconoce la incapacidad de las instituciones de seguridad y justicia nacionales para salvaguardar uno de los criminales más buscados en el mundo y se acepta la extradición del Chapo a los EE.UU., o resiste la presión de ese gobierno extranjero para lograr la extradición del "Chapo" y lo juzga en México, como lo prescribe la ley mexicana. Sin embargo, la tortura y el trato inhumano que al parecer ha sufrido "El Chapo Guzmán" en la prisión, ha llevado a su reciente declaración en favor de su propia extradición tan pronto como sea posible (MUEDANO, MARCOS, 2016).

El reciente escándalo internacional de “los Papeles de Panamá”, de la firma de abogados panameños Mossack Fonseca que, durante décadas ha facilitado el “lavado” de dinero, la evasión fiscal y la creación de empresas *off shore* a políticos, empresarios, celebridades y figuras del mundo del espectáculo y el deporte, incluye un número muy importante de ciudadanos mexicanos. Entre ellos (MILENIO DIGITAL, 2016), a Juan Armando Hinojosa (propietario del Grupo Higa, vinculado al gobierno de Peña Nieto y supuesto propietario de la “casa blanca” de Las Lomas de Chapultepec), Ricardo Salinas (dueño de TV Azteca), Alfonso de Angoitia (vicepresidente de Televisa), Edith González (actriz mexicana vinculada con el grupo de Miguel Alemán Velasco), Emilio Lozoya (ex-director general de PEMEX), y por último pero no menos importante, a Rafael Caro Quintero (narcotraficante y fundador del Cártel de Guadalajara). El

reportaje de *Süddeutsche Zeitung*, junto con el Consorcio Internacional de Periodistas de Investigación, muestra el alcance y la gravedad de la corrupción, no sólo en México sino también en todo el mundo afectado por el neoliberalismo (ILLADES, 2016).

En relación con la impunidad, el gobierno de Peña Nieto, así como sus predecesores del PRI y del PAN, ha permitido más allá de cualquier límite los crímenes y delitos de los carteles del tráfico de drogas<sup>26</sup>, así como los de las fuerzas armadas mexicanas y los grupos oligárquicos “protegidos” por el régimen y exentos de la justicia. Mencionaremos sólo algunos ejemplos:

- a) El fraude del consorcio *Oceania* contra PEMEX (ROSENBERG *et al*, 2014);
- b) Las exenciones fiscales a las empresas transnacionales y los grandes conglomerados nacionales, sin justificación legal (Méndez, 2013: 9);
- c) La contaminación de los ríos y lagos del país por las empresas mineras (Minera México en primer lugar, cuyo propietario tiene vínculos estrechos con el régimen) y otras empresas mineras transnacionales (en particular de Canadá y los EE.UU.), que han envenenado en total impunidad los cuerpos de agua a través de todo el país (EDITORIAL LA JORNADA, 2014; LEMUS, 2016: 12-15).

Sin embargo, tal vez el caso más importante de impunidad hoy en día en México es el silencio y la indiferencia oficial (REDACCIÓN ARISTEGUI NOTICIAS, 2016b) en el caso de la desaparición forzada de 43 estudiantes de la Escuela Normal Rural de Ayotzinapa, Guerrero. El gobierno mexicano ha dejado en la total impunidad la desaparición (y supuesto asesinato) de estos estudiantes, a pesar de la condena nacional e internacional al respecto (MUÑOZ, 2015a), y a pesar de las conclusiones y recomendaciones de la Comisión de la ONU y del Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI) creados para analizar el caso Ayotzinapa. Según la versión oficial, los estudiantes, para transportarse de Chilpancingo a Iguala, secuestraron algunos autobuses lo que provocó la furia de la banda del crimen organizado *Guerreros Unidos* y del alcalde de Iguala, cuya esposa es hermana de los principales líderes de dicha banda. Con la ayuda de la policía local de los municipios de Iguala y Cocula, esa banda presumiblemente capturó, torturó y asesinó a los estudiantes indefensos, incinerándolos posteriormente en el basurero municipal de Cocula y arrojando sus cenizas al río San Juan.

---

<sup>26</sup> Ciertamente, los regímenes de Calderón y de Peña Nieto han matado o capturado y encarcelado a numerosos miembros del crimen organizado y del tráfico de drogas, pero han provocado la multiplicación de los grupos criminales y más violencia en la lucha de éstos por liderazgos y control de las rutas y territorios.

Sin embargo, lo que no dice la versión oficial, es que los autobuses secuestrados estaban llenos de droga oculta en su interior sin que los estudiantes lo supieran, además de que esta agresión se dio frente a la pasividad (y posible participación) del ejército mexicano, lo que tampoco dice la “verdad histórica” del gobierno federal. Así, a pesar de los esfuerzos del GIEI para esclarecer la verdad de los hechos, el gobierno mexicano obstaculizó invariablemente su trabajo, al parecer temeroso de que aparezcan a plena luz del día las vinculaciones de funcionarios públicos de alto nivel y del propio ejército con el narcotráfico y el crimen organizado en esta región del país en particular.

Los gobiernos federales y estatales adoptaron la misma actitud de indiferencia ante el asesinato masivo de más de un centenar de migrantes centroamericanos en el nortero Estado de Tamaulipas, así como ante los asesinatos y crímenes cometidos por narcos, policías y funcionarios del nefasto Servicio Nacional de Migración (SNM) en el tristemente célebre “Tren de la Muerte”, el cual utilizan obligadamente los migrantes centroamericanos en su travesía a la frontera mexicana con los EE.UU. Por desgracia, esta lista es casi infinita. Las estimaciones de las diferentes ONG que existen en México señalan más de 26 mil personas desaparecidas, 150 mil muertos, y 170 mil personas desplazadas debido a la violencia oficial y no oficial desde 2006 (Martínez, 2012). Los casos de mujeres torturadas y asesinadas en Ciudad Juárez, en el Estado de México y en todo el país, muestran la indiferencia total del gobierno mexicano ante este tipo de delitos y frente a la sociedad entera. Además, la corrupción y la impunidad, endémicas en México a lo largo de su historia, han alcanzado niveles sin precedentes, lo que ha debilitado aún más el tejido social e institucional del país. La interiorización por los agentes sociales de los fenómenos de la corrupción y la impunidad es un hecho real y terrible, que es vivido por ellos como algo normal, como un elemento más de su existencia cotidiana.

Ciertos sectores de la opinión pública en Estados Unidos, alarmados por estos hechos, han caracterizado al régimen mexicano como un *Estado fallido*. Para estos sectores, la protección de los intereses de los Estados Unidos requiere de una intervención militar en México, para preservar su frontera sur y su seguridad nacional. Sin embargo, olvidan intencionadamente el hecho de que los EE.UU. es el mercado más grande de drogas en el mundo y que, a pesar de sus enormes recursos materiales tecnológicos y humanos, este país se ha revelado incapaz de extirpar este “cáncer” de su propio territorio. En este sentido, el mercado de estupefacientes de los Estados Unidos constituye la principal causa del tráfico de droga en México, así como de la crisis

humanitaria que atraviesa el país. Una observación similar puede hacerse con relación al tráfico de armas; los EE.UU. es el principal proveedor de armas para el gobierno mexicano, así como para los carteles de la droga y el crimen organizado (PARTLOW, 2015b), como lo evidenció escandalosamente el caso de la operación “Rápidos y Furiosos”.

### **Conclusión: La Crisis Humanitaria en México**

Nos encontramos así ante la emergencia en México de una nueva forma de Estado capitalista periférico, caracterizada por nosotros (GONZÁLEZ, 2012) como un *Estado narco*, que se manifiesta externamente bajo la forma de un régimen político neoliberal, tecnocrático y autoritario. Este fenómeno no es aislado, sino que está vinculado indisolublemente a la aparición, durante la década de los noventa, de un nuevo régimen de acumulación de capital, extrovertido y fuertemente transnacionalizado, así como a la constitución de una economía de mafia transnacional con una creciente participación del tráfico de drogas y el crimen organizado, como lo hemos señalado precedentemente.

En este contexto, la tendencia al estancamiento económico secular se ha profundizado, así como la crisis de legitimidad del régimen actual y la consiguiente militarización del aparato estatal. El gobierno de F. Calderón (2006-2012) inició una guerra fallida contra el tráfico de drogas, que, como lo señalamos antes, ha costado decenas de miles de muertos, un número enorme de personas desplazadas y desaparecidas, así como numerosos recursos presupuestarios para su financiación.

Esta guerra civil no declarada, ha sido continuada por el gobierno de E. Peña Nieto, lo que ha llevado al país a una crisis humanitaria de extrema gravedad, dada la magnitud alcanzada por las violaciones de derechos humanos perpetradas por las fuerzas armadas, así como por las bandas del crimen organizado en todo el país. Las recientes matanzas de Tlatlaya, Estado de México (2014); Iguala (estudiantes de Ayotzinapa) en el Estado de Guerrero (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2014b); Apatzingán y Tanhuato (PARTLOW, 2015a) en el Estado de Michoacán (2015); y en el Estado de Tamaulipas (2015), cometidas por el ejército mexicano y por diversos cuerpos policiales en total impunidad, muestra el carácter autoritario y represivo del gobierno mexicano. Este panorama nos ofrece, sin duda, la dimensión real de las violaciones a los derechos humanos que se producen actualmente en México (CNN

México, 2014; Muñoz, 2015b: 5), así como la gravedad de la crisis de funcionalidad que padece hoy por hoy el Estado mexicano.

Esta crisis ha traído una ola de violencia y de inseguridad pública que ha favorecido la intrusión del crimen organizado en la sociedad, en todas las instituciones públicas y en todo el país. El “Estado de derecho” prácticamente ha desaparecido en muchas regiones del país (principalmente en Michoacán, Sinaloa, Guerrero, Tamaulipas y Chihuahua) y con ello, ha surgido el espectro de un colapso del Estado-nación. El gobierno mexicano ha reaccionado con escepticismo, silencio, inmovilidad y represión sistemática ante las protestas sociales que han surgido en todo el país. Trabajadores, campesinos, maestros, estudiantes y gente común han sido golpeados, detenidos, asesinados, torturados, y puestos en prisión sin ninguna razón legal (MAGALONI y MAGALONI, 2016). El sacerdote católico y activista social, Alejandro Solalinde, ha afirmado que *México es hoy en día una gigantesca fosa clandestina* (RIVERA, 2014).

El caso de la matanza de Ayotzinapa es particularmente representativo de la estrechez de miras, intereses ocultos e incapacidad del gobierno mexicano para resolverlo. A pesar de la condena nacional e internacional sobre este caso, el gobierno de Peña Nieto ha sido incapaz de dar una respuesta racional y coherente de cara a los padres de las víctimas y a toda la nación (EDITORIAL LA JORNADA, 2015; NYT EDITORIAL BOARD, 2015). Según nosotros, la verdadera razón que explica este fenómeno reside en la protección y la impunidad (¿miedo o intereses ocultos?) dada por el gobierno de Peña Nieto a las fuerzas armadas, en particular al ejército.

Otra razón reside sin duda en la complicidad y la participación de funcionarios públicos de los diferentes niveles de gobierno, *desde el más alto hasta el más bajo*, con el crimen organizado y el tráfico de drogas, como ha sido abundantemente documentado por las más diversas fuentes. Por otra parte, según numerosos testigos el ejército mexicano participó directamente en la desaparición y probable matanza de Iguala contra los estudiantes de Ayotzinapa (HERNÁNDEZ y FISHER, 2015: 8-13), así como en las otras matanzas recientes (Tlatlaya, Apatzingán, Tanhuato, etc.).

El hecho es que los mexicanos estamos entre la espada y la pared: la economía del país no genera los empleos y oportunidades de desarrollo y de bienestar que requiere su población, y la intervención económica del Estado es prácticamente nula, a no ser que sea para beneficiar al capital foráneo transnacional (incluido el tráfico de drogas), que se ha convertido en el verdadero dueño de México. Por otro lado, el crimen organizado y el tráfico de drogas aparecen como la única alternativa para una parte cada



vez más importante de la población, que busca acceder a una fuente de ingreso y poder sobrevivir, aún al precio de perder la vida o la libertad. Tal parece ser el triste y horrendo saldo que ha dejado en México más de 35 años de neoliberalismo y saqueo desenfrenado de la nación. Terminaremos con una cita de Fernando del Paso, brillante escritor mexicano que recientemente recibió el *Premio Miguel de Cervantes*, considerado el Nobel de la literatura española (Tejeda, 2016: 2). En ocasión de la ceremonia de su premiación en España, denunció que:

...las cosas no han cambiado en México, sino para empeorar; continúan los atracos, las extorsiones, los secuestros, las desapariciones, los feminicidios, la discriminación, los abusos de poder, la corrupción, la impunidad y el cinismo (...) Criticar a México en un país extranjero me da vergüenza. Pues bien, me trago esa vergüenza y aprovecho este foro internacional para denunciar a los cuatro vientos la aprobación en el estado de México de la bautizada como *ley Atenco*, ley opresora que habilita a la policía a apresar e incluso a disparar en manifestaciones y reuniones públicas a quienes atenten, según su criterio, contra la seguridad, el orden público, la integridad, la vida y los bienes, tanto públicos como de las personas. Subrayo: es a criterio de la autoridad, no necesariamente presente, que se permite tal medida extrema. Esto pareciera tan sólo el principio de un *Estado totalitario* que no podemos permitir. No denunciarlo, eso sí me daría aún más vergüenza (énfasis propio).

## Referências

ALPER, Alexandra, (2015) "Mexico president, finance minister cleared in ethics probe" en *Reuters*, Ed. US, 21 de agosto. Article. <http://www.reuters.com/article/us-mexico-corruption-idUSKCN0QQ1T620150821>. Consultado el 18/05/2016.

ARISTEGUI, Carmen, (2014) "La casa blanca de Enrique Peña Nieto, en Las Lomas" en *Aristegui Noticias*, México, 9 de noviembre de 2014. México. Disponible en: <http://aristeguinoicias.com/0911/mexico/la-casa-blanca-de-enrique-pena-nieto/>.

Consultado el 27/05/2016.

ARTOUS, Antoine, (2015) «Retour sur quelques difficultés et discussions» en Artous, Antoine, (coord.) *Nature et forme de l'État capitaliste. Analyses marxistes contemporaines*. Paris-Québec, Éd. Syllepse et M. Editor, pp. 15-51. Banco Mundial, (2015) *Industria, valor agregado (% del PIB)*. <http://datos.bancomundial.org/indicador/NV.IND.TOTL.ZS?page=1>. Consultado el 06/06/2016.

BROOKS, David, (2016) "Ayotzinapa, ejemplo de la aparente colusión Estado-crimen, dice CIDH" en *La Jornada*, México, 3 de marzo, p. 4.

BROWN, Wendy, (2015) *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Boston, MIT Press.

CAMARA Mamadou y SALAMA, Pierre (2004) «Homicidios en América del Sur: los pobres, ¿son peligrosos?» en *Revista de Economía Institucional*, vol. 6, n ° 10, pp. 159-181. Bogotá, Universidad Externado de Colombia.

CARDOSO, Víctor, (2015a) "Boquete de \$389 mil millones en las finanzas públicas por petro-precios" en *La Jornada*. México, 30 de diciembre.

CARDOSO, Víctor, (2015b) "Llega la deuda pública al nivel histórico de 7.8 billones de pesos" en *La Jornada*. México, 31 de diciembre.

CASTRO, Miriam, (2016) "Circulación y Venta de autos incrementaron con 'Hoy No Circula'" en *Milenio.com*. México, 12 de abril. Negocios. [http://www.milenio.com/negocios/hoy\\_no\\_circula-ventas\\_autos\\_hoy\\_no\\_circula-contingencia\\_ambiental\\_0\\_717528531.html](http://www.milenio.com/negocios/hoy_no_circula-ventas_autos_hoy_no_circula-contingencia_ambiental_0_717528531.html). Consultado el 11/05/2016.

CEPAL, (2015) *Panorama social de América Latina*. Documento Informativo. CEPAL, Santiago de Chile.

CNNExpansión, (2016) "Las reacciones en el mundo por la recaptura del 'Chapo'". CNNExpansión, México, 8 de enero. Economía. <http://www.cnnexpansion.com/economia/2016/01/08/las-reacciones-en-el-mundo-por-la-recaptura-de-el-chapo>. Consultado el 17/02/2016.

CNN México, (2014) "La situación de los derechos humanos en México es "crítica", alerta HRW" en *CNN México*, 6 de noviembre. Nacional. <http://mexico.cnn.com/nacional/2014/11/06/la-situacion-de-derechos-humanos-en-mexico-es-critica-alerta-hrw>. Consultado el 18/11/2015.

CONEVAL, (2015) *Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2014*. México, CONEVAL.

DESMOG, (2015) "Wikileaks: Hillary Clinton Pushed Mexico's Oil Privatization" en *TeleSur*, México, August 10. English/news. <http://www.telesurtv.net/english/news/Wikileaks-Hilary-Clinton-Pushed-Mexicos-Oil-Privatization-20150810-0011.html>. Consultado el 13/08/2015.

EDITORIAL LA JORNADA, (2014) "Grupo México, empresa nociva" en *La Jornada*, México, 21 de agosto. Editorial La Jornada, (2015) "Ayotzinapa, herida abierta" en *La Jornada*, México, 27 de abril.

EXCÉLSIOR, (2014) "Se blanquean 10 mil millones de dólares por año en México" en *Zócalo.com*, México, 14 de abril. Sección/artículo,

<http://www.zocalo.com.mx/seccion/articulo/se-blanquean-10-mil-millones-de-dolares-por-ano-en-mexico-1397492363>. Consultado el 07/05/2014.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Rafael, (2012) *Neoliberalism and Parks: The Urban Political Ecology of Green Public Space in Mexico City*. Arizona State University, School of Human Evolution and Social Change. <https://sustainability.asu.edu/docs/symposia/symp2014/FernandezAlvarez-2014.pdf>.

Consultado el 22/09/2015.

FORBES, (2015) "La lista Forbes de los 10 millonarios mexicanos" en *Forbes en español*, septiembre de 2015. <http://www.forbes.com.mx/la-lista-forbes-de-los-10-millonarios-mexicanos/>. Consultado el 02/11/2015.

HERNÁNDEZ, A. y S. Fisher, (2015) "Inocultable, la participación militar" en *Proceso*, México, No.2027, 6 de septiembre, pp. 8-13.

HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis, (2014a) "Autodefensas michoacanas: listos para morir" en *La Jornada*, México, 18 de marzo.

HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis, (2014b) "Ayotzinapa, crimen de lesa humanidad" en *La Jornada*, México, 7 de octubre.

HERRERA BELTRÁN, Claudia, (2016) "Perdió el PRI cuatro de sus bastiones históricos" en *La Jornada*, México, 7 de junio, p. 3.

ICESI, (2011) *Coste de la Inseguridad 2010 (Resumen)*. Cuadernos del ICESI No. 10. <http://www.icesi.org.mx/>

ILLADES, Esteban, (2016) "Cinco textos (y cuatro videos) para entender lo básico de los #PanamaPapers" en *Nexos*, México, 4 de abril. Redacción. [http://redaccion.nexos.com.mx/?p=7665&utm\\_source=Nexos&utm\\_campaign=c2f2ac89f0-Boletin\\_Abril\\_2016\\_1\\_2016&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_b7efb739b8-c2f2ac89f0-90944693](http://redaccion.nexos.com.mx/?p=7665&utm_source=Nexos&utm_campaign=c2f2ac89f0-Boletin_Abril_2016_1_2016&utm_medium=email&utm_term=0_b7efb739b8-c2f2ac89f0-90944693). Consultado el 07/04/2016.

INEGI, (2015) *Resultados de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo. Cifras durante el primer trimestre de 2015*. Boletín de Prensa núm. 198/15, 15 de mayo. Aguascalientes, México.

KREYNES, Jorge A., (2011) "Crisis orgánica del capitalismo" en *La haine.org*. Internacional. [http://lahaine.org/internacional/crisis\\_capital.htm](http://lahaine.org/internacional/crisis_capital.htm). Consultado el 15/04/2014.

LEMUS, J. Jesús, (2016) "Ecocidio. Ríos tóxicos" en *Reporte Índigo*, México, ed. 964, 31 de marzo, pp. 12-15.

MAGALONI, Ana L. y Beatriz Magaloni, (2016) "Un método de investigación llamado tortura" en *Nexos*, México, marzo. <http://www.nexos.com.mx/?p=27781>. Consultado el 05/04/2016.

MARTÍNEZ MEDINA, Mayra, (2016) "Caída del crudo hunde en 17,114 millones los ingresos de Pemex por exportación" en *Economía Hoy*, México, 16 de febrero. Empresas. <http://www.economiahoy.mx/empresas-eAm-Mexico/noticias/7331951/02/16/Pemex-ingresa-17114-mdd-menos-por-exportacion-de-crudo-tras-caida-de-precios-.html>. Consultado el 29/02/2016.

MARTÍNEZ, Sanjuana, (2012) "Los muertos de Felipe Calderón" en *SinEmbargo.MX*, México. Opinión. <http://www.sinembargo.mx/opinion/20-08-2012/8932>. Consultado el 02/10/2012.

MARX, Karl, (1981) *El Capital*, Libro III. México, Siglo XXI Editores.

MÉNDEZ, Alfredo, (2013) "La devolución de impuestos a grandes empresas, la evasión fiscal legalizada" en *La Jornada*, México, 25 de febrero, p. 9.

MÉNDEZ, Alfredo, (2014) "Hasta el 25% del presupuesto de Michoacán va a manos del crimen organizado: Mireles" en *La Jornada*, México, 5 de febrero.

MÉNDEZ, Juan E., (2015) "Tortura en México es generalizada y se da con impunidad: ONU" en *Excélsior*, México, 9 de marzo. Nacional.

MILENIO DIGITAL, (2016) "Los mexicanos que hicieron negocio con Mossak Fonseca" en *Milenio.Com*, México, 6 de abril. Política. [http://www.milenio.com/politica/mexicanos\\_panama\\_papers-panama\\_papers\\_salinas\\_pliego-grupo\\_higa-edith\\_gonzalez\\_0\\_713328778.html](http://www.milenio.com/politica/mexicanos_panama_papers-panama_papers_salinas_pliego-grupo_higa-edith_gonzalez_0_713328778.html).

Consultado el 08/04/2016.

MUÑOZ, Alma (2016). "Rechazo mundial a la brutal represión contra los maestros. Cancelar el derecho a la protesta social, característica de un Estado autoritario, sostienen" en *La Jornada*, México, 18 de junio, p. 3. Política.

MUÑOZ, Alma E., (2015a) "CIDH; el gobierno refuta conclusión. La tragedia de Ayotzinapa no es un hecho aislado, aseguran integrantes de la delegación" en *La Jornada*, México, 3 de octubre, p. 5.

MUÑOZ, Alma E. (2015b) "Epidemia de tortura en México alcanzó niveles 'catastróficos': AI" en *La Jornada*, México, 23 de octubre.

MUEDANO, Marcos, (2016) "Busca 'Chapo' negociar con fiscal de EU extradición" en *El Universal*, México, 3 de marzo. Artículo/nación.

<http://www.eluniversal.com.mx/articulo/nacion/sociedad/2016/03/3/busca-chapo-negociar-con-fiscal-de-eu-extradicion>. Consultado el 17/03/2016.

NAVARRO, Israel, (2014) "Autos, primera fuente de contaminación en el país" en *Milenio.com*, México, 20 de julio. Región. [http://www.milenio.com/region/Autos-primera-fuente-contaminacion-pais-Mexico-enfermedades-humo-ozono\\_troposferico\\_0\\_338966122.html](http://www.milenio.com/region/Autos-primera-fuente-contaminacion-pais-Mexico-enfermedades-humo-ozono_troposferico_0_338966122.html). Consultado el 23/07/2014.

NOTIMEX, (2016) "Inédito aporte de nuevos contribuyentes en 2015: SAT" en *La Jornada*, México, 14 de enero.

NYT EDITORIAL BOARD (2015). "The Murder of Mexico's Free Press" in *The New York Times*, August 15. Opinion. <http://www.nytimes.com/2015/08/16/opinion/sunday/the-murder-of-mexicos-free-press.html>. Consultado el 19/08/2016.

OLIVARES ALONSO, Emir, (2016) "Calidad de gasolina, principal causa de polución: experto" en *La Jornada*, México, 9 de junio.

PARNREITER, Christof, (2002) "Mexico City: The Making of a Global City?" GaWC Research Bulletin No. 19 (February), in S Sassen (Ed), *Global Networks, Linked Cities*. New York, London: Rutledge, 145-82.

PARTLOW, Joshua, (2015a) "Residents in a Mexican neighborhood miss the cartel that protected them" in *The Washington Post*, May 30. World/The Americas. [https://www.washingtonpost.com/world/the\\_americas/residents-in-a-mexican-neighborhood-miss-the-cartel-that-protected-them/2015/05/29/049537de-032f-11e5-93f4-f24d4af7f97d\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/residents-in-a-mexican-neighborhood-miss-the-cartel-that-protected-them/2015/05/29/049537de-032f-11e5-93f4-f24d4af7f97d_story.html). Consultado el 31/05/2016.

PARTLOW, Joshua, (2015b). "What's Behind Mexico's Military Buying Binge?" in *The Washington Post*, June 15, Washington D.C., USA. News/worldviews. <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/06/15/whats-behind-mexicos-military-buying-binge/>. Consultado el 07/08/2016.

PASUKANIS, Evgueny, (1970) *La théorie générale du droit et le marxisme*. Paris, EDI.

POY SOLANO, Laura, (2013) "González Casanova: los cambios en educación son una 'contrarreforma'" en *La Jornada*, México, 12 de julio.

PROCESO (2015). *Juicio al Porfiriato. Cien años de la muerte de Porfirio Díaz. Proceso*, México, Año 38, Edición Especial, 2 vols., agosto.

RAMÍREZ HERNÁNDEZ, Arturo, (2016) "'Hoy No Circula' es ineficaz: experto" en *Siete24. La verdad en tiempo real*, 5 de abril. <https://www.siete24.mx/hoy-no-circula-es-ineficaz-experto/>. Consultado el 20/04/2016.

REDACCIÓN ARISTEGUI NOTICIAS (2016a). "La ruta del dinero - Hinojosa Cantú, el contratista de Peña Nieto" en *Aristegui Noticias*, México, 3 de abril. Multimedia. <http://aristeguinoticias.com/0304/multimedia/la-ruta-del-dinero-hinojosa-cantu-el-contratista-de-e-pn-interactivo/>. Consultado el 13/04/2016.

REDACCIÓN ARISTEGUI NOTICIAS, (2016b) "Gobierno mexicano ha obstruido nuestro trabajo: GIEI al NYT, sobre el caso Ayotzinapa" en *Aristegui Noticias*, México, 23 de abril. México. <http://aristeguinoticias.com/2304/mexico/gobierno-mexicano-ha-obstruido-nuestro-trabajo-giei-sobre-el-caso-ayotzinapa/>. Consultado el 26/04/2016.

REDACCIÓN ARISTEGUI NOTICIAS, (2012) "77% de la clase media en México se estanca: Banco Mundial" en *Aristegui Noticias*, 13 nov. 2012. Disponible en <http://aristeguinoticias.com/1311/mexico/77-de-la-clase-media-en-mexico-se-estanca-banco-mundial>. Consultado el 04/02/2013.

REFORMA (2016). "Crece en México riesgo de lavado" en *Zócalo.com*, México, 12 de abril. Sección/artículo. <http://www.zocalo.com.mx/seccion/articulo/crece-en-mexico-riesgo-de-lavado-1460453375>. Consultado el 27/04/2016.

RIVERA, A., (2014) "Quemaron con diesel a los 43: Solalinde" en *El Universal*, México, 21 de octubre. Nación-México. <http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion-mexico/2014/impreso/quemaron-con-diesel-a-los-43-solalinde-219560.html>. Consultado el 12/11/2016.

RODRÍGUEZ, Israel, (2013) "Reforma energética abre acceso a riqueza por 3 billones de dólares" en *La Jornada*, México, 13 de diciembre, p. 35.

ROSENBERG, Mica, Comlay, Elinor, y Michael Pell, (2014) "Troubled Past Haunts Mexico Oil Company at Center of Citi scandal" en *Reuters*, Nueva York / Ciudad de México, 7 de marzo. Article. <http://www.reuters.com/article/us-citigroup-mexico-oceanografia-insight-idUSBREA2613H20140307>. Consultado el 12/03/2016.

SALAMA, Pierre, (2015) "Entrevista a Pierre Salama" en *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Brasil, jul.-dez. 2015, v. 10, n. 17, pp. 94-113.

Salama, Pierre, (2012) *Les économies émergentes latino-américaines, Entre cigales et fourmis*. Paris, Éd. Armand Colin, Collection U.

SALAMA, Pierre, (2010) « Une crise financière structurelle ». *Revue Tiers Monde, Les suds dans la crise*, Hors-Série 2010, p. 39-48. Paris, Éd. Armand Colin.

SAMANIEGO BREACH, N., (2014) *La participación del trabajo en el ingreso nacional: El regreso a un tema olvidado*. México, UNAM-PUED.



GONZÁLEZ, José (1991). "Reproducción social capitalista, fuerza de trabajo e informalidad en la periferia". Schatan, Jacobo; Paas, Dieter y Álvaro Orsatti, (comps.) *El sector informal en América Latina. Una selección de perspectivas analíticas*. México, CIDE-Fundación F. Naumann, pp. 41-57.

\_\_\_\_\_(2007). "La transnacionalización de la economía mexicana y los orígenes de la crisis actual". *Humanitas. Ciencias Sociales*, Anuario del CEH-UANL, Año 34, Vol. II, pp. 257-273. Monterrey, Universidad Autónoma de Nuevo León.

\_\_\_\_\_(2012). «L'État narco : néolibéralisme et crime organisé au Mexique» en *Revue Tiers-Monde*, nm 212, octubre-décembre, pp. 173-188. Paris, Éd. Armand Colin.

\_\_\_\_\_(2014). «La violence au Mexique : État narco, crime organisé et 'groupes d'autodéfense' communautaires dans l'état de Michoacán» en *Recherches Internationales*, n° 99, avril-juin 2014, pp. 113-138. Paris, Association Paul Langevin.

TELESUR (2016) "Mexican Police Kill 12 in Clashes with Striking Oaxaca Teachers" en *Telesur*, 20-de junio. English. <http://www.telesurtv.net/english/news/Mexican-Police-Kill-3-in-Clashes-with-Striking-Oaxaca-Teachers-20160619-0024.html>.

Consultado el 20/06/2016.

TEJEDA, Armando G., (2016) "Fernando del Paso advierte sobre el "Estado totalitario" en México" en *La Jornada*, México, 23 de abril.

TILLY, Charles, (1985). "War Making and State Making as Organized Crime". Evans, P.; D. Rueschemeyer & T. Skocpol (eds.) *Bringing the State Back*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 169-187

TRADING ECONOMICS (2015). *Mexico Exports 1980-2015*. Report with INEGI data, last refreshed on Thursday, October 1. <http://www.tradingeconomics.com/mexico/exports>. Consultado el 04/11/2015.

UNAM-CAM, (2014) *El Salario Mínimo en México: de la pobreza a la miseria. Pérdida del 78.66% del poder adquisitivo del salario*. Reporte de Investigación No. 11729, Agosto. México, UNAM.

**Resumo:** Esse estudo está centrado na crise orgânica que, depois de mais de três décadas, sofre a sociedade mexicana. Esta crise é resultado da transformação da economia mexicana em uma economia neoliberal de máfia transnacional (incluindo o tráfico de drogas) e da aparição de um Estado narco. Está composta por um déficit de racionalidade na intervenção económica do Estado, e por um déficit profundo de legitimidade. Isso tem dado a uma crise de funcionalidade estatal, que tem erosionado as bases do próprio Estado-nação, debilitando o "Estado de direito" e a soberania nacional. Este fenómeno tem desembocado em violencia social e institucional, assim



como insegurança pública, a níveis sem precedentes na história mexicana contemporânea. Nesse contexto, tem emergido uma crise humanitária, associada a violência derivada de uma crescente militarização do aparato estatal e do crescimento do crime organizado. As forças armadas mexicanas estão comprometidas em uma guerra (até agora falida) contra o tráfico de drogas e o crime organizado, porém que tem se extendido sobretudo contra os movimentos sociais de protesto que estão surgindo em todo o país.

**Palavras-chave:** Economía de máfia, Estado Narco, Crise Humanitária

**Resumen:** Este estudio se centra en la crisis orgánica que, después de más de tres décadas, sufre la sociedad mexicana. Esta crisis es el resultado de la transformación de la economía mexicana en una economía neoliberal de mafia transnacional (incluyendo el tráfico de drogas) y de la aparición de un Estado narco. Está compuesta por un déficit de racionalidad en la intervención económica del Estado, y por un déficit profundo de legitimidad. Ello ha dado lugar a una crisis de funcionalidad estatal, que ha erosionado las bases del propio Estado-nación, debilitando el “Estado de derecho” y la soberanía nacional. Este fenómeno ha desembocado en violencia social e institucional, así como inseguridad pública, a niveles sin precedentes en la historia mexicana contemporánea. En este contexto, ha emergido una crisis humanitaria, asociada a la violencia derivada de una creciente militarización del aparato estatal y del crecimiento del crimen organizado. Las fuerzas armadas mexicanas están comprometidas en una guerra (hasta ahora fallida) contra el tráfico de drogas y el crimen organizado, pero que se ha extendido sobre todo contra los movimientos sociales de protesta que están surgiendo en todo el país.

**Palabras clave:** Economía de Mafia, Estado Narco, Crisis Humanitaria.

## A PEC 55 E O NEOLIBERALISMO DISCRICIONÁRIO NO BRASIL

Lucas Maia\*

### Introdução

Talvez, daqui há 10 anos, quando olharmos para trás, conseguiremos identificar com mais clareza as mutações que ora estão em curso no Brasil. Como estamos ainda no centro do redemoinho, fica difícil abrir bem os olhos, pois muita fuligem agride nossa visão. São tantas informações, tantas ideologias, tantos grupos de interesse, mudanças concretas etc. que torna a visão do todo algo bastante complexo. Como lembra Kosik (1995), na esteira de Hegel, estudar os processos presentes é sempre mais difícil do que aqueles que já estão sedimentados.

A tarefa de apresentar, mesmo que de modo bastante incompleto e insuficiente, os processos em curso é dever do intelectual engajado, do militante, dos coletivos autogestionários (revolucionários). Não faremos aqui uma mera descrição do movimento da realidade. Não acreditamos que exista qualquer descrição isenta de pressupostos teóricos e políticos. Nossa análise é compromissada, comprometida com os interesses de classe do proletariado, portanto, com a transformação total do modo de produção existente e do conjunto da sociedade atual.

Há vários anos que o legislativo e o executivo vêm apresentando projetos e modificando o arcabouço jurídico do país. O discurso legislativo, como aponta Viana (2015), é regularizador, ou seja, regulamenta as relações sociais capitalistas. Pode ser uma regularização reprodutora, inibidora, punitiva e/ou inovadora. Retomaremos esta discussão adiante, por agora, basta ressaltar o caráter regularizador do discurso legislativo.

Um determinado ordenamento jurídico regulariza, regulamenta as relações sociais de um dado país, por exemplo. Este ordenamento é expressão destas relações e ao mesmo tempo a regulariza. Portanto, o discurso legislativo, por meio das leis cristalizadas, consolidadas constitui-se em força material, pois torna regular e regulamentado o conjunto de relações sociais.

Não é, portanto, questão menor a ser considerada. Contudo, somente a análise do texto da lei é insuficiente para compreender os interesses que expressa, pois toda lei publicada é produto de certa correlação de forças na sociedade. Este ensaio visa,

---

\* Doutor em Geografia/UFG e professor do Instituto Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia

portanto, investigar os interesses que estão em jogo a partir da análise da PEC 55 (241), também conhecida como PEC do teto dos gastos estatais, enviada pelo Executivo em 15 de junho de 2016 e aprovada na Câmara dos Deputados em 25 de outubro de 2016 e agora (dezembro de 2016) em tramitação no Senado.

Existe um conjunto de outras leis também em tramitação no Congresso, mas não temos condições de analisá-las todas por agora. Isto é um trabalho que demanda mais tempo e a urgência de compreensões mais amplas dos processos em curso retira-nos o direito a tal luxo. Os projetos em discussão no Congresso como reforma da previdência, medida provisória de reforma do ensino médio, reforma trabalhista, PLP 257, que dispõe sobre a dívida pública dos estados com a União, a lei das terceirizações, o projeto de lei escola sem partido etc. são tão importantes quanto a que escolhemos para análise. Contudo, o estudo crítico destes ficará para momento posterior.

Uma análise sistemática e em conjunto de todos os projetos em andamento deve ser realizada com a maior urgência por aqueles que estão se envolvendo nas lutas sociais agora em andamento. A verdade é a fiel companheira de todo aquele que almeja a transformação radical da atual sociedade. Para tanto, urge levar o pensamento à crítica mais desapiedada do existente. A crítica metodologicamente e politicamente orientada é importante arma nas mãos do proletariado e demais setores da sociedade que se levantam. A análise de todos estes projetos nos permite identificar o que o bloco dominante está a estruturar em termos de estratégias políticas, desde as relações de trabalho até o projeto de concepção estatal. Analisar a PEC 55 constitui, portanto, parte da luta contra sua aprovação, mas, sobretudo, permite o desenvolvimento de ferramentas intelectuais necessárias à própria luta.

Identificar como a hegemonia neoliberal condiciona a produção dos textos em tramitação é o objetivo fundamental de nossa discussão. Assim, não nos propomos fazer como alguns vêm fazendo nos últimos meses, ou seja, demonstrar como ficará o Brasil daqui há 10 ou 20 anos caso essas propostas sejam aprovadas. Para nós, interessa muito mais compreender os interesses em jogo e como eles sedimentam o discurso legislativo.

Eis a tarefa a cumprir.

### **O Discurso Legislativo (Escrito, Subscrito e Sobrescrito)**

O discurso legislativo se manifesta no corpo de leis, decretos, regimentos de um determinado país, estado ou município. Diferentemente do discurso científico, artístico, jurídico (posição de um determinado jurista em específico), o discurso legislativo é

necessariamente coletivo. Enquanto os demais podem ser manifestação da concepção de um indivíduo, o legislativo é sempre coletivo. Mesmo quando sua redação é elaborada por uma única pessoa, sua tramitação pelas instâncias legais e institucionais implica que sofrerá alterações e incorporações ao texto. Ao final, quando da promulgação, o texto da lei é resultado de disputas. Estas disputas estão presentes no texto, mas não claramente, pois o debate não entra na redação. A pesquisa pode reconstituir um pouco deste debate em seu interior.

Além de ser um discurso coletivo, resultado de uma certa correlação de forças, o discurso legislativo reproduz, em grande medida, o discurso hegemônico<sup>27</sup> do período em que foi elaborado. A constituição brasileira de 1988, por exemplo, expressa isto. Embora tenha sido elaborada já num contexto no qual as concepções neoliberais começavam a se tornar hegemônicas, devido ao contexto histórico brasileiro (redemocratização, força do bloco reformista, papel dos movimentos sociais etc.) deram ao texto um caráter integracionista e socialdemocrata, apresentando concepções universalistas que abrangessem toda a população etc. Durante a elaboração do texto, estas eram as concepções que estavam vigentes e até mesmo setores conservadores defendiam estas políticas universalistas, obviamente com interesses oportunistas e eleitores.

A elaboração do texto (o escrito) está diretamente vinculada a outros elementos (o sobrescrito e o subscrito) (VIANA, 2015). Analisar o texto, o escrito, é fundamental para se compreender o discurso legislativo e a força que este tem em regularizar as relações sociais. É sabido que à medida que as relações sociais se alteram, também o discurso legislativo acompanha tais mudanças, reafirmando as novas que se estabelecem. À medida que o texto é constituído, ele passa a ser importante elemento de manutenção das relações como elas são estabelecidas. Por isto é importante a análise da legislação cristalizada (o escrito).

Contudo, é insuficiente analisar somente o escrito. Existem processos que o determinam. Reconstituir tais processos é tarefa do pesquisador que se debruce sobre isto. As condições sociais, históricas, as lutas de classes, os conflitos de interesse, as instituições etc. são todas determinações extratexto que determinam profundamente sua conformação. Assim, qualquer análise de uma determinada lei já estabelecida, se se ficar no nível da descrição do texto da lei sem entender os processos que a geraram, as

---

<sup>27</sup> Os conceitos de “discurso legislativo”, “discurso hegemônico” são de VIANA (2015).

disputas que a compuseram, o contexto histórico, as relações sociais que tal lei visa regulamentar, o entendimento será precário e parcial. A estas determinações, Viana (2015) dá o nome de sobrescrito.

Compreendido o escrito e bem localizado os processos sobrescritos que determinam a lei consolidada, Viana aponta a necessidade de se entender o subscrito: as ideologias científicas, políticas e jurídicas vigentes; os conceitos empregados na elaboração do texto; os termos técnicos utilizados, os valores, concepções etc. Enfim, o texto cristalizado em lei é na verdade a conformação de um complexo conjunto de processos e correlação de interesses e forças sociais em disputa, de ideologias conflitantes, de conceitos etc.

Ao se analisar determinada lei, deve-se ter em mente tal complexidade. Como disse Marx (s/d): “Se for necessário falar da constituição como de algo particular, será mais correto considerá-la como uma parte do todo” (MARX, s/d, 89). Essa totalidade que é o discurso legislativo está inserida em uma totalidade mais ampla que é o próprio estado, que por sua vez está inserida em outra mais ampla que é a sociedade capitalista e o conjunto de conflitos de classe, de grupos sociais, de ideologias, de representações, de valores etc. A análise, quanto mais completa e complexa for, mais capaz deve ser em reconstituir no pensamento esta totalidade.

Viana sintetiza assim sua exposição:

A análise do sobrescrito diz por qual motivo é assim e a análise do subscrito explica o signo, ou seja, revela que valores, representações, etc., que estão manifestos, materializados no discurso legislativo (VIANA, 2016, p. 33).

E conclui:

Assim, o uso de certos signos permite observar elementos subscritos, tal como concepções, ideologias, representações, que se manifestam através deles. Nesse caso, a compreensão do subscrito remete à análise do sobrescrito. A análise dos novos signos ou novos significados para velhos signos remete ao sobrescrito no âmbito da análise histórica, social e cultural, para descobrir a origem do termo, seu significado e contexto discursivo original (VIANA, 2016, p. 36).

### **Do Neoliberalismo Neopopulista ao Neoliberalismo Discricionário**

O neoliberalismo, tal como existe hoje, não é a aplicação das ideologias liberais de Milton Friedman e Tom Hayeck às políticas estatal e econômica. Esta concepção é completamente equivocada. O contrário é que ocorre. As necessidades do capitalismo

contemporâneo, ou seja, do regime de acumulação integral<sup>28</sup> demandaram algumas das ideologias liberais que foram marginais no regime de acumulação anterior, o conjugado. Tais ideologias foram recuperadas e adaptadas às necessidades presentes do capital. Tanto isto é verdade que é incorreto falar-se em um único neoliberalismo ou uma única forma universal de neoliberalismo. O que se verifica é um conjunto de variações determinadas por condições concretas nos países onde é implantado. Trata-se de variações (nacionais, temporais) dentro de uma certa continuidade histórica (regime de acumulação integral).

O regime de acumulação integral, etapa atual do modo de produção capitalista, caracteriza-se por uma exploração da força de trabalho (valorização do capital) por meio do aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo à escala mundial. O toyotismo e outras técnicas congêneres foram fundamentais no estabelecimento deste aumento da exploração da força de trabalho. As alterações nas relações de trabalho demandam uma reorganização estatal. Há, nos países imperialistas o desmonte do antigo estado integracionista (ideologicamente chamado de “bem-estar-social”) e nos países subordinados há também a desestruturação dos anteriores estados intervencionistas ou como também são conhecidos, desenvolvimentistas. Com a desagregação destas formas estatais, estabelece-se em seu lugar o estado neoliberal. Também, as relações internacionais são alteradas quando se estabelece a acumulação integral, aprofundando-se o oligopolismo transnacional (exploração internacional via empresas transnacionais, bem como um aprofundamento da exploração internacional via capital financeiro etc.).

O estado neoliberal é, pois, parte de uma totalidade maior que é o regime de acumulação integral. Onde quer que tenham sido implantadas as políticas neoliberais implicaram sempre em aumento da exploração, da miséria, dos conflitos sociais. As análises de Braga (2013; 2016) demonstram, por exemplo, o crescimento do lumpemproletariado à escala mundial. Processos que ocorreram na maioria dos países: a) privatizações das empresas estatais; b) nova regulamentação das regras de mercado (alguns chamam desregulamentação), como abertura dos mercados nos países subordinados (livre mercado) enquanto nos países imperialistas predomina um certo protecionismo; c) radicalização dos mecanismos de financeirização da economia (aumento do poder político e econômico dos capitalistas financeiros em relação aos

---

<sup>28</sup> Fase do capitalismo estabelecida a partir da década de 1980 nos países imperialistas e nos países subordinados a partir, sobretudo, da década de 1990, tal como no caso brasileiro. Para uma discussão acerca da teoria dos Regimes de Acumulação, cf. Viana (2003; 2009).

demais ramos de atividade); d) retirada de recursos das áreas sociais (assistência social, saúde, educação etc.) e sua reconversão para setores do capital (financeiro, industrial etc.); e) retirada ou enfraquecimento de direitos trabalhistas garantidos pelas formas estatais integracionistas e intervencionistas, demandas que a reestruturação produtiva impuseram aos estados; f) mudanças na legislação de saúde, previdência etc. aumentando a mercantilização e privatização destes setores; g) intervenção radical do FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio determinando as políticas econômicas dos países subordinados etc.<sup>29</sup>

É dentro deste quadro amplo que devemos compreender as transformações operadas no estado brasileiro desde a década de 1990 até os dias atuais. O governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) foi o pontapé inicial das políticas neoliberais no país. Contudo, por estar ainda o Brasil num período específico, acabando de sair definitivamente da ditadura civil-militar, por existir uma oposição consistente no Congresso (PT, PDT etc.), pelo fato de Collor ser de um pequeno partido político, por ter sido retirado somente com dois anos de governo etc. suas reformas são o primeiro momento de implantação das políticas neoliberais no país.

Com a saída de Collor, Itamar Franco assume a presidência, mas não avança em termos de políticas neoliberais. Dedicou muitos esforços à estabilização da inflação, bem como conflitos derivados de instabilidade política. A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) marca um segundo momento de implantação das políticas neoliberais no Brasil. A consolidação do plano real na economia, a expansão à escala nacional do processo de reestruturação produtiva dão lastro a um projeto radical de neoliberalização do estado. O carro chefe da era FHC foi uma contenção agressiva dos gastos públicos em saúde, educação e assistência social. Associado a isto, um amplo processo de privatização. Esta foi uma das principais marcas do que ficou conhecido como era FHC.

Com a eleição de Lula, estabelece-se no Brasil um neoliberalismo neopopulista (VIANA, 2016). Esta variante do neoliberalismo permanece durante todos os mandatos dos governos do Partido dos Trabalhadores (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). Há uma continuidade entre os momentos anteriores (Collor, FHC) e esta fase (Lula e Dilma). O primeiro ponto a ressaltar é que o estado brasileiro continua as

---

<sup>29</sup> Não é intenção minha aqui fazer uma análise mais extensa disto. Para tanto, consulte as seguintes obras: para uma discussão sobre novas regulamentações trabalhistas cf. Galvão (2007) e Perondi (2011). Para uma discussão sobre os processos de privatização cf. Biondi (2000). Para uma análise dos processos de desregulamentação ou, para empregar linguagem mais adequada, nova regulamentação financeira e de mercado cf. Soares (2009) e Chossudovsky (1999).



políticas anteriores e aprofunda outras, como a reforma da previdência de 2003, a ampliação das parecerias público-privadas, continuidade de privatizações (rodovias federais, aeroportos, Vale SA etc.). Do ponto de vista das macropolíticas econômicas, os governos petistas são tão neoliberais quanto os anteriores.

A diferença é que o neoliberalismo sob o governo petista assume outras formas. Ele dedica certa energia e recursos a setores específicos da sociedade. As burocracias das centrais sindicais, setores da classe intelectual universitária e dos institutos federais, burocracia dos movimentos sociais e entidades estudantis (UNE, UBES etc.) conformam uma base social cristalizada do governo. Outra estratégia do governo petista é criar políticas seguimentares, cooptando determinados grupos sociais (políticas específicas para mulheres, negros e homossexuais tornam-se importantes instrumentos de cooptação e propaganda do governo). Por fim, o governo empreende um processo de ampliação de políticas microassistencialistas que atendem muito precariamente parcelas do lumpemproletariado (fome zero e depois o bolsa família). Essas políticas neopopulistas e outras criam uma base social eleitoral para o partido durante certo período de tempo, mas não resolvem os problemas sociais. As manifestações de 2013 demonstraram que existia uma grande insatisfação popular, apesar de todos os esforços de intelectuais do partido e apoiadores em demonstrar um falacioso crescimento da “classe média”<sup>30</sup>.

Ao contrário do que disse Lula a respeito da crise de 2008, que o *tsunami* em Europa e Estados Unidos chegaria ao Brasil como “uma marolinha”, o fato é que começa a se delinear um problema fiscal grave, que exige medidas do executivo em conluio com o legislativo, a fim de apresentar soluções. A redução/estagnação da acumulação de capital (ideologicamente denominada crescimento econômico) a níveis bastante modestos, associada a uma dificuldade de ampliação do crescimento via crédito para consumo, que endividou grande parte das famílias do país, juntamente com uma oposição que ganhou força após as manifestações de 2013 tornaram possíveis a retirada do PT do poder executivo, finalizando a fase neopopulista do neoliberalismo no Brasil.

A ascensão de Michel Temer ao executivo marca o início de um “neoliberalismo discricionário”<sup>31</sup>. É necessário ainda um maior desenvolvimento concreto para se

---

<sup>30</sup> Para uma crítica ao constructo de “classe média”, cf Maia (2011; 2013) e Viana (2012).

<sup>31</sup> Havíamos inicialmente denominado esta nova fase de “neoliberalismo ortodoxo”. Havíamos usado o “ortodoxo” entre aspas para chamar a atenção a uma certa inadequação no uso do termo. Contudo, não encontramos na ocasião signo melhor e mais apropriado. Após a publicação do artigo de Nildo Viana “A PEC 241/55 e as políticas de austeridade” (<http://informecritica.blogspot.com.br/2016/11/a-pec->

avaliar suas características essenciais, as continuidades, as discontinuidades etc. Ele está em processo de constituição, mas as diferenças já marcam uma nova fase do neoliberalismo no Brasil e é por isso que é possível identificá-lo como um fenômeno específico.

Os autores e militantes que vem se esforçando de alguma maneira para ver um radical rompimento entre o governo Dilma e o governo Temer equivocam-se em alguns pontos: a) não há rompimento, mas sim aprofundamento e aceleração de políticas que já estavam em curso; b) a intransigência do governo diante das ações mais radicalizadas de movimentos sociais e lutas das classes desprivilegiadas não é exclusividade do governo Temer, mas também dos governos da era petista. Basta lembrar a intransigência do governo Dilma, com a Força Nacional, reprimindo manifestantes em todo o país em 2013 etc.; c) a violência judicial contra manifestantes não é monopólio do governo atual. Fez parte também das ações contra manifestantes e movimentos sociais ainda durante o governo Dilma. Inclusive, foi justamente ela quem sancionou a Lei Geral da Copa (lei de exceção que vigorou no país durante a realização dos jogos), a Lei Antiterrorismo (solicitada pelo executivo, aprovada pelo legislativo e sancionada pela própria presidente Dilma), que não é outra coisa senão uma lei contra movimentos sociais etc.

Estas transformações concretas operadas no conjunto das relações exigem também adequações no discurso legislativo. Esta adequação atende a interesses determinados. Algumas das leis em vigor estão sendo modificadas muito rapidamente a fim de atender aos interesses imediatos da classe capitalista. Nossa intenção aqui é demonstrar como a “novilíngua” neoliberal está expressa nas leis em tramitação e como elas se adequam aos interesses da classe dominante e de setores da burocracia estatal.

### **Hegemonia Neoliberal e Discurso Legislativo – a PEC 55 (241)**

Temos agora à disposição um conjunto de conceitos que nos permitem fazer uma aproximação mais orientada ao texto que está em tramitação no Congresso. Já foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado. Tudo indica que será aprovado, pois: a) Câmara e Senado estão alinhados com o executivo; b) a oposição reformista no

---

[24155-e-as-politicas-de\\_39.html](#)) no qual ele cunha o termo “discricionário”, consideramos conveniente modificar nossa linguagem anterior para utilizar expressão mais precisa. Como é possível ver nos dicionários, “discricionário” remete a algo que se exerce sem “restrições”, “sem condições”, “arbitrário”. Diferentemente do “neoliberalismo neopopulista”, que tinha alguns limites (base eleitoral, políticas neopopulistas etc.), o “discricionário” está mais isento de “restrições” para efetivar políticas austeras em favor da classe capitalista. Por isto, modificamos a linguagem, adequando nosso texto.

Congresso não representa força concreta. O *impeachment* de Dilma Rousseff com votação esmagadora denuncia isto; c) a oposição reformista extraparlamentar (movimento sociais reformistas, sindicatos e centrais sindicais, associações profissionais etc.) e a ala “autônoma” não compuseram ainda uma força real que abale efetivamente o poder governamental.

Os conceitos, mesmo que expostos tão sumariamente, já se constituem ferramentas intelectuais suficientes para interpretar o texto, objeto de nossa investigação. Este tipo de análise trás a seguinte contribuição ao problema: a) identifica e coloca à luz do dia o caráter neoliberal das reformas propostas; b) ao demonstrar o caráter neoliberal dos projetos, evidencia os interesses de classe que estão em jogo; c) denuncia o papel do discurso ideológico que tenta justificar as medidas como sendo necessárias e inevitáveis, pois, como demonstraremos, trata-se, na verdade, de interesses mesquinhos de classe e não de mera necessidade.

O discurso legislativo, como aponta Viana (2015), pode ser reprodutor, inibidor, punitivo e inovador. É reprodutor por que cumpre o papel de reproduzir, manter as relações estabelecidas. Ele garante também que as normas estabelecidas e as relações dadas não sejam desrespeitadas. Ao fazer isto, inibe infrações ou tentativas de mudança. Para garantir tal coisa, o discurso legislativo deve ser também punitivo, ou seja, estabelece penalidades àqueles que descumprem as normas e àqueles que querem mudar ou desrespeitam as normatizações legais. Por último, ele é inovador quando a criação de novas leis instituem relações sociais que não estavam até então em vigor. Por exemplo, a lei que cria os Institutos Federais no Brasil criou novas relações sociais e ampliação destas instituições por todo o país.

A PEC 55 expressa todos estes elementos do discurso legislativo. Trata-se de projeto de lei escrito por Henrique de Campos Meirelles e Dyogo Henrique de Oliveira. Henrique Meirelles, como é sabido, foi presidente do Banco Central durante parte do governo do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2010) e retornou ao governo quando Michel Temer assumiu o poder como Ministro da Fazenda. Este projeto foi enviado ao legislativo pelo poder executivo em 15 de junho de 2016, sendo finalmente aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 25 de outubro de 2016.

No dia 09 de outubro (domingo) antes da votação em primeiro turno na Câmara, o presidente Michel Temer ofereceu um milionário jantar aos deputados a fim de angariar apoio. Obteve vitória esmagadora sobre a oposição, sendo o projeto aprovado em primeiro e segundo turnos. Aguarda agora tramitação no Senado, tendo sido já

aprovado em primeiro turno. Temer já ofereceu também um milionário jantar aos senadores. Nada indica que o texto será recusado no Senado, tendo sido já aprovado em primeiro turno.

Ao analisar-se o texto, alguns elementos pulam imediatamente à consciência. Da promulgação da constituição em 1988 à proposição desta PEC confirma-se a “renovação hegemônica”<sup>32</sup> operada a partir da implantação do neoliberalismo no Brasil, produto da consolidação do regime de acumulação integral. Os princípios integracionistas e socialdemocratas (saúde e educação como direitos fundamentais, concepção universalista de atendimento à população com políticas estatais etc.) rendem espaço a concepções tipicamente neoliberais (redução dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, garantir confiança dos agentes do mercado etc.).

O discurso legislativo é parte da totalidade social da qual deriva e a qual visa regulamentar. À medida que se modifica a realidade social, também o discurso legislativo se modifica. Ocorre uma “renovação hegemônica” (VIANA, 2015). Isto se expresso na linguagem. Segundo Viana, dois processos são perceptíveis quando se dá uma renovação hegemônica: a criação de uma novílingua e a ressignificação de velhos conceitos. Quando o regime de acumulação integral emerge em substituição ao regime de acumulação conjugado, uma nova linguagem é elaborada em acordo com as novas relações estabelecidas: globalização, desregulamentação dos mercados, nova ordem mundial, estado mínimo, flexibilização, governabilidade etc. passam a ser termos empregados maciçamente pelo capital comunicacional, intelectuais (progressistas e conservadores), instituições etc.

Quando analisamos a PEC 55 esta novílingua neoliberal aparece claramente, bem como sua concepção geral expressa um dos pressupostos do estado neoliberal e das ideologias que o justificam (redução da intervenção estatal, traduzida no texto como “redução dos gastos públicos”). É bom lembrar acerca disto que se trata sempre de redução em determinadas áreas, mas nunca em todas as áreas. Os ideólogos liberais pouco falam disto. Gritam aos quatro cantos “menos estado”, mas concretamente o que

---

<sup>32</sup> Segundo Viana: “A renovação hegemônica e a mutação linguística que lhe acompanha (novílingua e ressignificação) são expressões de mudanças sociais reais, que ocorrem efetivamente, mas vistas sob a perspectiva da classe dominante e seus interesses e tarefas imediatas, bem como também são elementos geradores de novas mudanças sociais. Ou seja, a renovação hegemônica significa adaptação às novas necessidades do capital e, ao mesmo tempo, solução projetada e antecipada das mesmas. Assim, a renovação hegemônica é produto de mudanças reais no capitalismo, só que sob forma que atenda os interesses do capital e de acordo com a perspectiva da burguesia. Ela mesma é uma mudança, no nível cultural, mas que existem elementos que são mobilizadores e incentivadores de outras mudanças.” (VIANA, 2015, p. 92).

se observa é menos estado para áreas sociais e mais estado para salvar grandes capitalistas (a crise de 2008 em Europa e Estados Unidos prova isto), bem como mais estado para fins de repressão à contestação social e à criminalidade que emerge como consequência das políticas neoliberais. A este estado mínimo para algumas áreas e máximo na repressão social, Loic Wacquant deu a denominação de estado-centauro. Parte homem e parte cavalo. Retirada de investimentos por um lado e ampliação da repressão por outro.

O estado integracionista se propõe realizar políticas sociais universalistas, que garantam acesso a “direitos sociais, políticos e civis” a todos os “cidadãos” de um determinado país, investindo, para tanto, consideráveis recursos de seu orçamento para efetivar isto. O estado neoliberal, pelo contrário, propõe-se reduzir o máximo possível sua atuação direta nestas áreas, transferindo a realização de serviços e bens à esfera privada. Por isto a privatização é uma das características de todo estado neoliberal. Isto acentua o processo de mercantilização típico da sociedade capitalista.

Obviamente que nunca houve no Brasil e nem em nenhum país subordinado qualquer tipo de estado de integracionista. Nos países de capitalismo subordinado, o estado cumpriu a tarefa de modernizar, industrializar, criar infraestruturas territoriais etc., processos estes que nos países imperialistas foi, em grande medida, realizado pela própria classe capitalista. No caso Brasileiro, isto se inicia com Getúlio Vargas e se aprofunda nos governos militares. Este estado intervencionista ou desenvolvimentista caracterizou a prática do estado brasileiro por décadas, assumindo diferentes formas. Não vem ao caso aqui analisar detalhadamente tal coisa. O elemento a destacar é que este tipo de organização estatal passa a ser substituído por outro tipo de estado, o neoliberal, a partir da década de 1990 no Brasil. Nos países imperialistas, este tipo de organização estatal passa a predominar já na década de 1980.

Como já destacamos, a Constituição Federal brasileira foi elaborada num contexto histórico específico e sua análise remete necessariamente a este elemento “sobrescrito”. A redemocratização, a existência de uma oposição moderada e reformista no Congresso, a presença na cena política do movimento operário (burocratizado ou não), dos movimentos sociais etc. criam um conjunto de determinações que explicam em certa medida o caráter deste texto constitucional. Outro aspecto que não pode ser esquecido é ainda uma certa hegemonia cultural vinda de concepções típicas do regime de acumulação anterior (estado providência, políticas estatais universalistas, estado provedor de bem estar e justiça social etc.).

Tudo isto criou as condições de elaboração da Constituição (o discurso legislativo, escrito). Pode-se observar tais questões, quando se lê no art. 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais são aqueles que o estado não pode deixar de os garantir. Está garantido que todo cidadão brasileiro tem o direito à saúde, educação, moradia etc. É uma garantia universalista, que está pressuposta para todo cidadão (e não somente à mulher, ao negro, ao homossexual etc.). Se o estado consegue fazer tais direitos serem efetivamente e concretamente acessíveis a todos é outra conversa. Como sabemos, ele descumpre cabalmente tal direito. Mesmo assim, como direito, está garantido a todo cidadão brasileiro a acesso a todos eles.

Além de garantir isto como direito social, o estado especifica a forma desta garantia. Afirmo o seguinte o texto constitucional:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao *acesso universal e igualitário* às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. *O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.*

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde *recursos mínimos* derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - *no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);*

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º (BRASIL, 1988) (grifos meus).

Neste trecho é possível perceber o caráter de política universalista típico do estado integracionista, mas também a presença da esfera privada como parte do processo de garantia do direito à saúde. Segundo o texto constitucional, a União deve destinar no mínimo 15% da receita líquida de arrecadação de impostos à saúde. Estados e municípios também são contribuintes deste sistema de arrecadação. É verificável aqui que o texto dispõe sobre o limite mínimo e atrela tal investimento à arrecadação, portanto, à acumulação de capital (ideologicamente denominado “crescimento econômico”) do país.

Com os direitos educacionais, opera-se a mesma coisa:

Art. 205. A educação, *direito de todos e dever do Estado e da família*, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). (grifos meus)

Para a garantia de tal “direito de todos”, o texto constitucional dispõe que:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, *nunca menos de dezoito*, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios *vinte e cinco por cento*, no mínimo, da *receita resultante de impostos*, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988). (grifos meus)

São exatamente estes os artigos modificados pela PEC 55 no que se refere às áreas sociais. No texto da emenda aparece a terminologia técnica “resultado primário”<sup>33</sup>. Todo o texto da emenda ataca somente os gastos do estado brasileiro com despesas primárias. Não toca, em nenhum momento, nos gastos com a dívida pública. Voltaremos a isto mais à frente.

Mas o que é importante notar aqui é a própria mudança de concepção do estado. Desde a promulgação da constituição de 1988, com as ideologias do estado integracionista ainda em voga, até a redação desta emenda constitucional, momento no

---

<sup>33</sup>“O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário”. Definição pode ser consultada no seguinte link do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão: <http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-resultado-primario>



qual já vigora completamente a ideologia neoliberal e as práticas neoliberais em termos de políticas estatais, verifica-se o que Viana (2015) denominou de “renovação hegemônica”. As transformações típicas do regime de acumulação integral, que exigem reformas neoliberais na organização estatal (sobrescrito) opera também uma mudança de linguagem, de ideologias, conceitos, concepções culturais que se materializam no discurso legislativo (subscrito).

No texto que foi enviado à Câmara dos Deputados, nos explicativos da proposta, afirmam seus autores:

*Nos últimos anos, aumentaram-se gastos presentes e futuros, em diversas políticas públicas, sem levar em conta as restrições naturais impostas pela capacidade de crescimento da economia, ou seja, pelo crescimento da receita. É fundamental para o equilíbrio macroeconômico que a despesa pública seja gerida numa perspectiva global. Nesse sentido, qualquer iniciativa que implique aumento de gastos não deve ser analisada isoladamente, haja vista que essa abordagem tende a levar a conclusões equivocadas sobre seus benefícios e custos. De fato, nossa experiência ensinou que o processo descentralizado e disperso de criação de novas despesas gerou crescimento acelerado e descontrolado do gasto. Isso posto, faz-se necessário a introdução de limites ao crescimento da despesa global, ao mesmo tempo em que se preservam as prerrogativas dos poderes constituídos para alocarem os recursos públicos de acordo com as prioridades da população e a legislação vigente (PEC 241, 2016)<sup>34</sup>.*

Em que pese possa ser verdadeira a afirmação de que houve um aumento das despesas (primárias) do governo sem se atentar para a receita (é necessário fazer uma pesquisa mais detalhada para provar esta afirmação tendo em vista que o explicativo da PEC é insuficiente para isto), o texto objetiva demonstrar a relação de causa e efeito entre “despesas” e o mecanismo constitucional de atrelar investimentos primários ao crescimento da receita.

Isto fica muito mais claro na citação a seguir:

O atual quadro constitucional e legal também faz com que a despesa pública seja procíclica, ou seja, a despesa tende a crescer quando a economia cresce e vice-versa. O governo, em vez de atuar como estabilizador das altas e baixas do ciclo econômico, contribui para acentuar a volatilidade da economia: estimula a economia quando ela já está crescendo e é obrigado a fazer ajuste fiscal quando ela está em recessão. A face mais visível desse processo são as grandes variações de taxas de juros e de taxas de desemprego, assim como crises fiscais recorrentes. *A esse respeito, cabe mencionar a vinculação do volume de recursos destinados a saúde e educação a um percentual da receita (PEC 241, 216).*

---

34

Disponível

em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC241/2016), acesso em 10/11/2016.

De uma tacada só, no plano discursivo, educação e saúde deixam de ser direitos (embora isto não esteja dito no texto) e passam a ser “gastos públicos” e mais, a maneira como está disposto no texto constitucional, passam a ser também procíclicos, ou seja, fatores determinantes da crise fiscal do estado brasileiro. A atenção aqui é para mudança de termos, que revela transformações já operadas no plano político, cultural etc. É perceptível aqui a mudança de concepção do estado com relação a estes “direitos sociais”<sup>35</sup>. As transformações concretas nas relações sociais, com a consolidação do regime de acumulação integral, o estabelecimento do estado neoliberal no Brasil a partir da década de 1990 e a hegemonia completa das concepções neoliberais no campo da cultura, ciência, capital comunicacional etc. determinam a partir de “cima” (o sobrescrito) o texto da PEC (o escrito).

Isto se materializa na novíngua típica do capitalismo contemporâneo e cristalizada na proposta de emenda constitucional:

Com vistas a aprimorar as instituições fiscais brasileiras, propomos a criação de um limite para o crescimento das despesas primária total do governo central. Dentre outros benefícios, a implementação dessa medida: aumentará previsibilidade da política macroeconômica e fortalecerá a *confiança dos agentes*; eliminará a tendência de *crescimento real do gasto público*, sem impedir que se altere a sua composição; e *reduzirá o risco-país* e, assim, abrirá espaço para redução estrutural das taxas de juros (PEC 241, 2016.). (grifos meus)

Mais à frente afirma: “As regras aqui propostas só funcionarão se forem bem utilizadas por um governo imbuído de *responsabilidade fiscal*” (PEC 241, 2016- grifos meus).

Todos estes termos: “confiança nos agentes” do mercado, preocupação com “crescimento do gasto público”, “risco-país”, “responsabilidade fiscal” etc. são todos vindos da novíngua neoliberal que passa a vigorar no mundo após a década de 1980 e no Brasil após 1990.

Como demonstra Viana (2015), o escrito é determinado pelo sobrescrito, que por sua vez se materializa no subscrito por meio das ideologias, valores, concepções, conceitos etc. sob vigência em uma determinada época e sociedade. O dispositivo “técnico” para alterar os gastos estatais é, na verdade, expressão de interesses de classe,

---

<sup>35</sup> Concretamente, saúde, educação, segurança etc. são despesas do estado, pois são retiradas de seu orçamento. Isto é claro. O que é importante ressaltar é a mudança de concepção. Enquanto na Constituição aparecem como direitos de todos, dever do estado etc., na PEC 55 se apresentam como meros gastos, despesas, além de serem procíclicos do modo como está disposto na Constituição de 88. Esta mudança de concepção implica em práticas políticas determinadas. São, portanto, formas distintas se pensar e realizar as políticas estatais se materializando, portanto, de modo distinto no discurso legislativo.

ou seja, da classe capitalista, sobretudo de sua fração financeira, conduzidos e legislados pela burocracia estatal.

Ao contrário do que afirma o texto da PEC, esta reforma não é uma “necessidade” da maneira como está colocada. Ela expressa uma tentativa de lidar com o problema fiscal a partir dos interesses de classe da burguesia e burocracia estatal. Esta é a solução burguesa para os problemas desenvolvidos pela própria burguesia e burocracia. Embora seja necessário discutir e rever a questão da dívida pública brasileira (de um ponto de vista ainda capitalista e socialdemocrata, a auditoria), a PEC não apresenta solução efetiva para o problema, na medida em que atinge somente os gastos primários e nunca aqueles que estão a serviço da dívida. Ela é, na verdade, uma nova normatização que expressa uma tentativa de adequar o orçamento ao momento recessivo e à crise fiscal instaladas.

O dispositivo “técnico”, jurídico de modificação da constituição está, pois, envolvido neste conjunto de mudanças e interesses. Não podemos analisá-lo como uma necessidade extrapolítica, pois, efetivamente, é expressão de interesses de classe delimitados.

O texto da PEC 55 afirma em seu artigo 102, parágrafo 1º:

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o *caput* deste artigo equivalerá:

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária (PEC 55, 2016)<sup>36</sup>.

Ao fixar os gastos primários (entre eles saúde, educação, assistência social etc.) ao valor investido em 2017 e corrigi-lo anualmente tendo por base a variação inflacionária medida por meio do IPCA, está, na verdade, estrangulando os recursos por 20 anos (período de vigência da PEC se aprovada) nestas áreas. Se a Constituição Federal de 1988 determina um mínimo para investimento nestas áreas, a PEC 55 estabelece um teto, um máximo. Um máximo determinado a partir dos insuficientes investimentos existentes em 2017.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>, acesso em 10/11/2016. A PEC 55 é a mesma PEC 241. Depois de aprovada na Câmara dos Deputados e sofrer algumas leves alterações no texto, mantendo todo o conteúdo, a PEC 241 passou a ser denominada, PEC 55.

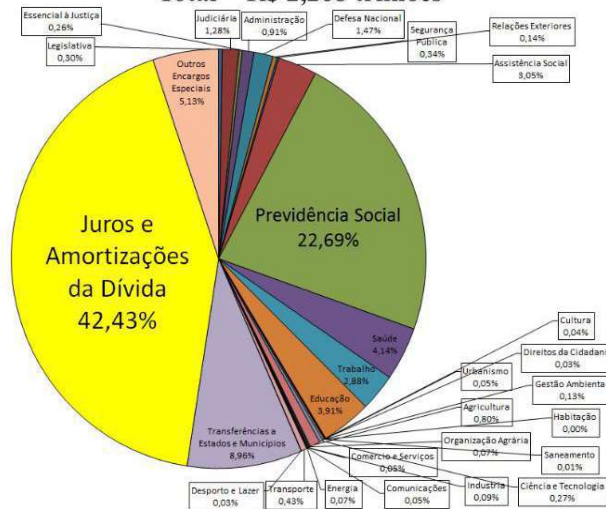
As consequências sociais a médio prazo desta decisão são mais ou menos previsíveis, mas vou evitar aqui estabelecer prognósticos. Quero, na verdade, ressaltar mais alguns elementos que ilustram os interesses envolvidos em sua aprovação.

**Para o Projeto Neoliberal Discricionário, só a PEC 55 é Insuficiente**

Quero começar esta última reflexão com o seguinte gráfico, elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida:

**Orçamento Geral da União (Executado em 2015) –**

**Total = R\$ 2,268 trilhões**



Fonte: <http://www.auditoriacidadadadividida.org.br/>

Do que analisamos até agora, a PEC 55 é o projeto global para resolver a “crise fiscal brasileira” a partir dos interesses da classe capitalista. Ela imporá o limite de gastos, independentemente do aumento ou não de receitas, ao estado brasileiro. Estabelece os limites, os lugares onde serão realizados o impedimento de aumento dos gastos estatais, determina os procedimentos “técnicos” de como realizar a paralisação no crescimento de gastos etc. Ela é peça chave na reforma neoliberal que está em curso no país. Contudo, é insuficiente.

Outro projeto que está em andamento é o da reforma da previdência. No orçamento anual de 2015 as despesas com a previdência foram da ordem de 22, 9%. Assim, no médio prazo, o que está proposto é o aumento de idade de aposentadoria, transferência para fundos de pensão privados, aumento da contribuição etc. O objetivo é diminuir a fatia da pizza destinada a este setor. Sem isto acontecer, a PEC 55 é inútil.

Outra fatia importante do gráfico que está agora sob litígio também em tramitação no Senado é o PLP 257, que dispõe exatamente sobre a relação entre União,

estados e municípios. A dívida pública dos estados e municípios com a União é profunda. Este projeto de lei visa interferir na forma como vem sendo feita a relação entre estes entes federados e está apontado uma radical diminuição da intervenção ou investimento estatal nas esferas federal, estadual e municipal em áreas do serviço público. Isto vai impactar a vida da população das classes desprivilegiadas, bem como estratos inferiores das classes auxiliares em vários aspectos, novamente com destaque para a saúde e educação. Atingirá também os trabalhadores estatais. Está previsto, por exemplo, plano de demissão voluntária etc. A PEC 55 sem a implementação deste projeto de lei torna-se estéril e limitada.

Os setores de assistência social, saúde e educação que ficam com 11,5% do orçamento já são diretamente atingidos pela PEC 55, como já analisamos anteriormente.

A reforma trabalhista em curso, a lei das terceirizações e outras atingem os 2,88% referentes à rubrica trabalho. Também esta merece análise mais acurada a partir do referencial que expusemos no presente trabalho. Vê-se, para fins de ação política mais consciente por parte dos intelectuais engajados, da militância em geral, dos coletivos revolucionários e, sobretudo, das classes trabalhadoras desprivilegiadas em geral, a necessidade de pesquisas e produções mais consistentes que avancem sobre estas áreas aqui não exploradas.

Como é possível verificar, não existe nenhuma lei ou movimento parlamentar intencionando atingir a maior faixa da pizza expressa no gráfico. Este bocado não está sendo focalizado por nenhuma política de contingenciamento de gastos. Eis aí mais uma trilha de pesquisa a ser seguida. Os caminhos abertos pela visão reformista da Auditoria Cidadã da Dívida devem ser aprofundados ou pelo menos seus resultados convertidos em práticas políticas para além do instituído e estabelecido. Os interesses de classe em todos estes projetos em tramitação no Congresso ficam evidentes diante da demonstração que acabamos de fazer.

Estado mínimo (para direitos sociais, ou seja, para políticas voltadas para classes trabalhadoras desprivilegiadas), mas não mínimo para a classe capitalista (a parte orçamentária destinada ao pagamento da dívida pública está intocada até o momento, por exemplo). Contudo, o estado neoliberal é também máximo (em controle e repressão social). Mas isto é assunto para outro momento.

### **As Contradições e as Possibilidades do Movimento de Resistência**

Até agora, descrevemos as articulações do bloco dominante<sup>37</sup>, ou seja, o setor mais consciente e politicamente organizado da classe dominante para fazer valer seus interesses de classe. Sendo, contudo, nossa sociedade fundada na divisão de classes e, portanto, no conflito de interesses, ou seja, na luta de classes, torna-se também necessário articular alguma discussão acerca do movimento que vem sendo empreendido em toda a sociedade contra as políticas de austeridade que estão sendo votadas.

A luta, a resistência apresenta-se não como projeto específico de grupo político A ou B. Trata-se de uma radicalização da postura neoliberal do estado brasileiro. O fim do neopopulismo neoliberal petista abriu as portas para uma radicalização e aprofundamento do que estamos chamando aqui de neoliberalismo discricionário. A luta é contra todo o bloco dominante (classe capitalista, burocracia estatal e demais setores privilegiados da sociedade).

O bloco reformista tenta se recompor depois de seu “aliado” no bloco dominante (o Partido dos Trabalhadores) ter sido expulso da Casa Grande. Os setores burocratizados dos movimentos sociais, as centrais sindicais, os intelectuais reformistas etc. compõem nos dias de hoje parte de toda a resistência que está se constituindo pelo país.

É necessário, pois, ao bloco revolucionário atentar-se para as lutas que estão em curso e identificar com clareza quem são realmente os aliados. Esta é uma tarefa difícil e implica em certa impopularidade em alguns meios. *Criticar visceralmente os movimentos sociais reformistas, os sindicatos, os partidos políticos, a ala reformista e a oposição constituída hoje no Congresso são tarefa do bloco revolucionário.* Agora não é, definitivamente, o momento de se fazer concessões. Não há por que, no momento atual, realizar qualquer composição com o bloco reformista. Isto não quer dizer que o bloco revolucionário não deva atuar nas lutas concretas, nas Frentes de Luta, nas ocupações de escola, nos mais variados espaços que estão mais ou menos espontaneamente se constituindo, só por que ali possa estar presente também segmentos do bloco reformista. Há, na verdade, a necessidade de atuar em tais espaços a fim de contribuir para seu avanço, para lutar contra a cooptação, moderação e burocratização típicas do bloco reformista.

---

<sup>37</sup> Para uma discussão acerca dos conceitos de blocos sociais, cf. (VIANA, 2015a)

A luta contra a aprovação desta ou daquela legislação só é importante quando os métodos de luta e as formas de organização possibilitam um avanço real da força política, da organização e da consciência de classe das classes trabalhadoras desprivilegiadas e grupos sociais políticos mais radicalizados (como a juventude atualmente). Lutar contra a aprovação da PEC 55, o PLP 257, a MP 746 etc. por si só, empregando métodos partidários, sindicais e parlamentares são completamente estéreis, pois, além de serem ineficientes no curto prazo, no médio e longo prazos só alimentam a ilusão burocrática.

André Gorz (1968) escreveu em 1964 um interessante trabalho *intitulado Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Apresenta no texto a necessidade de o movimento operário europeu elaborar uma estratégia que fosse adequada ao novo contexto histórico. O proletariado europeu de então não tinha muita coisa em comum com o movimento operário e com as condições de vida da população trabalhadora do século XIX. Da mesma forma, as condições de existência e o movimento operário da Europa Ocidental daquele contexto diferenciava-se substancialmente do existente no então Leste Europeu e demais países “socialistas” (capitalistas de estado). Assim, era necessária àquele contexto a discussão e elaboração de uma estratégia política que fosse adequada às condições específicas e concretas do movimento operário do que ele denominava “neocapitalismo”, ou seja, os países imperialistas.

Não é possível concordar com todas as conclusões do autor, tal como sua defesa (crítica) do sindicalismo, sua crítica moderada ao dito “socialismo real” etc. Contudo, um ponto interessante apontado por Gorz merece ser aqui retomado para avaliarmos o movimento que se desenha em oposição às reformas neoliberais em curso no Brasil.

Ele distingue dois processos: a) reformas reformistas e b) reformas de estrutura, não-reformistas ou revolucionárias. As reformas reformistas são aquelas conseguidas ou conquistadas dentro dos quadros institucionais pré-estabelecidos pelos capitalistas e pelo estado. Estas reformas, por importantes que sejam para as condições imediatas das classes trabalhadoras, não apresentam em seu conteúdo, nem nas formas de as conseguir, nada que aponte para qualquer rompimento com as estruturas de poder e exploração estabelecidas.

As reformas de estrutura, não-reformistas ou revolucionárias são as pequenas conquistas que a classe operária e demais classes trabalhadoras, bem como movimentos sociais arrancam ao estado e aos capitalistas (aumento de salário, moradia popular, melhores condições de trabalho, garantia de direitos etc.) conseguidas por meios não



institucionais. André Gorz distingue “poderes subalternos” de “poderes autônomos”<sup>38</sup> para discutir esta questão. Os “poderes subalternos” (ou as formas burocráticas de organização das classes trabalhadoras) são as formas de organização e movimentos criados pelos trabalhadores que estão integrados às estruturas de poder constituídas (os sindicatos, os partidos políticos, os setores burocratizados dos movimentos sociais etc.). Os “poderes autônomos”, ou seja, as formas auto-organização, pelo contrário, são aqueles espaços de exercício da criatividade, iniciativa, organização e movimento dos trabalhadores, movimentos sociais etc. não institucionalizados.

Quando se desenvolvem as formas de auto-organização, emerge aí a possibilidade de se realizar pequenas conquistas dentro ainda das relações sociais capitalistas. A estas conquistas, realizadas pelas formas de auto-organização, André Gorz denomina “reformas de estrutura”. Trata-se de compreender que antes do estabelecimento da sociedade autogerida (do comunismo), é necessário travar lutas ainda dentro do capital. Estas lutas travadas hoje se constituem como elementos potencializadores ou inibidores das lutas revolucionárias. Quando se realiza “reformas de estrutura”, as conquistas são facilmente recuperadas pelo estado e pelo capital. Contudo, as formas de organização, não. Se as lutas autônomas avançam, entram no estágio autogestionário e, portanto, a sociedade principia um processo revolucionário. Se estagnam, a tendência é desaparecerem ou alguns de seus aspectos serem incorporados pelo capital e pelo estado, logo, deixam de ser autônomas. Assim, é importante garantir que as “reformas de estrutura” sejam realizadas, mas ao mesmo tempo, é mais fundamental ainda ter-se em conta sua limitação. Não cabe, pois, aos revolucionários acompanharem a classe em todas as suas ações. Para a resolução definitiva dos problemas sociais, é necessário superar o estado e o capital e isto só se consegue avançando das “reformas de estrutura” para o processo de revolução social total e estabelecimento da Autogestão Social.

As lutas agora em curso no Brasil são bastante limitados. Restringem-se a impedir a aprovação de leis no Congresso Nacional. Seriam, portanto, lutas que almejam reformas reformistas? Sim. Seus objetivos são profundamente defensivos. Trata-se de impedir que se mude a constituição federal do Brasil (PEC 55), que se mude a legislação trabalhista, que se aprove a MP 746, PLP 257, lei das terceirizações, projeto

---

<sup>38</sup> O uso do termo “poderes autônomos” é limitado, pois alimenta a tese de que os trabalhadores devem constituir em suas lutas formas de “poder”, quando, na verdade, de um ponto de vista revolucionário, as lutas operárias revolucionárias são sempre contra todo o poder constituído. Por isto, consideramos mais adequado a expressão “formas de auto-organização” para se referir às lutas autônomas.

de lei escola sem partido etc. Como se vê, os objetivos da luta são defensivos e caminham todos em direção ao parlamento. A luta está voltada para o estado, reconhecendo e legitimando seus procedimentos institucionais, seus rituais burocráticos etc.

Deveria, portanto, o bloco revolucionário afastar-se destas lutas? Não. Por dois bons motivos: a) os projetos em tramitação no Congresso Nacional significam efetivamente uma piora na vida dos trabalhadores, portanto, a luta deve sim caminhar para impedir que sejam aprovados, mesmo reconhecendo que sua não aprovação não significa a solução definitiva dos problemas; b) mas, sobretudo, o bloco revolucionário deve atentar-se para o que se coloca em termos de luta. O desenvolvimento de diversos métodos e formas de auto-organização em curso são elementos a serem potencializados, pois é a partir daí que se criam as condições de possibilidade de formação de um estágio mais avançado das lutas sociais.

Seguindo as contribuições de Jensen (2014)<sup>39</sup>, demonstramos em Maia (2016) que existe uma tendência hoje constituída no Brasil de afirmação das lutas autônomas. Eis aí o *locus* de atuação do bloco revolucionário. Devemos reforçar estas lutas em oposição às tendências burocráticas que atuam paralelamente a elas ou mesmo em seu interior. Mas, sobretudo, devemos tencioná-las a avançar para o estágio autogestionário, ou seja, revolucionário. *Eis a verdadeira estratégia do bloco revolucionário diante das lutas em andamento.*

Agindo assim, garantindo a consolidação das formas de auto-organização não institucionalizadas, a luta para impedir que a aprovação destas leis pode se converter em “reformas de estrutura”. O que conta, pois, é a forma como o movimento ou os movimentos vão garantir que isto aconteça. Quanto mais fizermos a balança pesar em favor das lutas autônomas, mais elementos serão acumulados para as lutas futuras,

---

<sup>39</sup> Karl Jensen (2014), analisando o desenvolvimento da luta operária, identifica pelo menos três estágios pelos quais ela passa: a) *lutas espontâneas*; b) *lutas autônomas*; c) *lutas autogestionárias*. As lutas espontâneas ocorrem no cotidiano do capitalismo, expressam um nível primitivo da luta de classes, expressa-se geralmente em ações individuais de recusa do trabalho e das relações alienadas (absenteísmo etc.). As lutas autônomas significam um avanço da forma anterior e neste momento já aparece a organização, a greve, o panfleto, a manifestação etc. Quando os trabalhadores se organizam autonomamente, significa que já romperam com suas burocracias sindicais e partidárias e encaminham eles próprios a sua luta contra os capitalistas, o estado e burocracia. As lutas autogestionárias são aquelas desenvolvidas nos momentos revolucionários. É um desenvolvimento das lutas autônomas até o estágio revolucionário, onde não basta somente conquistas dentro da sociedade capitalista (melhores salários, moradia, reforma agrária etc.). Neste estágio, já se apresenta no cenário também a possibilidade, a necessidade conscientemente estabelecida de superar o capital e o estado. O projeto revolucionário é apresentado como parte da luta e como necessidade de ação.

permitindo que estas já se lancem sempre mais longe, criando condições para sairmos do estágio defensivo em que nos encontramos e nos coloquemos no ataque ao estado e aos capitalistas, fazendo que estes se coloquem numa situação defensiva, momento em que se criam as condições para o desenvolvimento das lutas autônomas ao estágio autogestionário.

Assim, os grupos sociais em luta hoje (sobretudo a juventude), ao desenvolverem suas formas de auto-organização que rompem com as estruturas estudantis burocráticas, segmentos da categoria docente que também se colocam nesta esfera de rompimento com suas burocracias sindicais e partidárias e demais setores que apoiam a luta e estão se envolvendo nos espaços de organização e ação são os setores mais radicalizados das lutas sociais hoje no Brasil. A criação destas formas de auto-organização são o elemento mais importante nas lutas em curso. Sua existência cria condições para que as lutas futuras sejam mais avançadas. Sendo ou não aprovadas estas leis no Congresso (as condições colocadas indicam que serão aprovadas), o que deve ser ressaltado é este processo, novamente, de ascensão das lutas autônomas (independentes, horizontais, apartidárias – mas ainda não antipartidárias, etc.), caracterizadas pela criação destas formas de auto-organização surgidas na luta (as ocupações de escola, nas manifestações e protestos independentes e apartidários etc.).

A importância verdadeira é que estas lutas sejam capazes de se sedimentarem, de acumularem experiência, consciência e organização para as lutas que se avizinham em futuro muito, mas muito próximo.

## Referências

BRAGA, Lisandro. *Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Paulo: Pedro & João, 2013.

\_\_\_\_\_. *Repressão estatal e capital comunicacional: o bloco dominante e a criminalização do Movimento Piqueteiro na Argentina*. (tese de doutorado). Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFG, 2016.

GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/FAPEESP, 2007.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHUSSODOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. São Paulo: Zahar Editores, 1968.

JENSEN, Karl. A luta operária e os limites do autonomismo. *Revista Marxismo e Autogestão*. v. 1, n. 2 (2014). Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/2jensen2>. Acesso em: 07/12/2016.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MAIA, Lucas. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

MAIA, Lucas. *A burocracia escolar*. In: SILVA, J. S.; BRAGA, L.; MAIA, L. Classes,

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Lisboa: Presença, s/d.

PERONDI, E. *Conciliação e precarização: a política trabalhista do governo Lula (2003 – 2010)*. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIANA, Nildo. *Representações e valores nas políticas de saúde no Brasil (1990-2012)*. (tese de pós-doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem/USP, 20015.

VIANA, Nildo. Os blocos sociais e luta de classes. *Enfrentamento*. Goiânia: ano 10, N. 17, jan/jul. 2015a.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookees, 2012.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

**Resumo:** Este texto tem como objetivo principal debater a PEC 55 agora em tramitação no Congresso Nacional. A discussão é realizada a partir da análise de discurso. A análise do discurso legislativo é feita a partir dos conceitos de “escrito”, “sobrescrito” e “subscrito”. Compreende-se em seguida como a hegemonia neoliberal está materializada no texto da PEC 55. Por fim, analisa-se os movimentos de resistência que se estabelecem em oposição à aprovação desta PEC.

**Palavras-chave:** PEC 55; renovação hegemônica; neoliberalismo; resistência.

**Resumen:** Este texto tiene como objetivo discutir la PEC 55 ahora en discusión en el Congreso Nacional. La discusión se lleva a cabo a partir del análisis del discurso. El análisis del discurso legislativo se hace con base en los conceptos de "escrito", "sobrescrito" y el "subscrito". Entende-se como la hegemonía neoliberal está plasmada en el texto de la PEC 55. Por último, se analizan los movimientos de resistencia que se establecen en oposición a la adopción de esta PEC.

**Palabras clave:** PEC 55; renovación hegemónico; neoliberalismo; resistencia.

## ECONOMÍA POLÍTICA DE LA VALORIZACIÓN EN ARGENTINA: LA ENERGÍA EN LAS DISPUTAS DEL BLOQUE EN EL PODER

Francisco Cantamutto\*

### Introducción

La valorización del capital es un proceso intrínsecamente conflictivo, siempre poniendo en tensión al conjunto de la sociedad, sus actores y sus recursos. La búsqueda por expandir su valor, como lógica del capitalismo, ha sido históricamente un motor de cambio de las sociedades, al intentar superar los obstáculos –sociales, naturales- que se le cruzan (MARX, 1981). Los capitales se enfrentan cotidianamente a la necesidad de encontrar nuevos espacios para realizar sus ganancias, para transformar los más diversos bienes y aspectos de la vida en mercancías, y, lo que constituye su rasgo central, para apropiarse de tiempo de vida del pueblo trabajador.

Estos impulsos estructurales encuentran siempre resistencias de parte de los sectores afectados, y su resultado final no está nunca predicho. Pero las tensiones no solo se inscriben en la oposición dialéctica con las clases populares, sino también al interior de las propias clases dominantes, cuyos intereses y demandas tienen aspectos comunes, pero también puntos de disidencia. Los capitales se encuentran así en lucha con las clases populares –lucha de clases- pero también entre sí, buscando determinar qué fracción del bloque de poder dirige el proceso (POULANTZAS, 1980).

La disputa es la norma, que se expresa como competencia en el plano económico, y como lucha por el poder (y, en particular, por incidir en las políticas públicas) en el plano político. Se trata apenas de dos caras de un mismo proceso, escindido por la división liberal de las ciencias (OSORIO, 2001; WALLERSTEIN, 1998). Es importante reconocer el carácter totalizante del proceso, cuyas dimensiones tienen dinámicas y recursos propios, pero que actúan en un marco conjunto, que es necesario indagar. Como veremos en este trabajo, existe de hecho la posibilidad de diversos escenarios y roces entre estas dimensiones.

El presente artículo busca aportar elementos para la caracterización del proceso histórico reciente en Argentina, signado por el kirchnerismo como fuerza social y política que gobernó Argentina entre 2003 y 2015, y el reciente recambio de escenario

---

\* Doutor em Ciências Sociais/FLACSO-México.

con el gobierno de Cambiemos (2015-...). En tal sentido, los aportes que aquí presentamos retoman la propuesta global y caracterización de FÉLIZ (2015), para indagar específicamente cómo los desplazamientos al interior del bloque de poder estructuraron la política macroeconómica. En este sentido, sostenemos que el capital industrial se erigió como dirigente durante esa etapa, desplazando relativamente tanto al capital financiero como al que opera en la cadena de valor de los servicios públicos. Ambas fracciones recuperaron lentamente su lugar, para terminar desplazando de la dirección del proceso al capital industrial con la llegada al gobierno de Cambiemos.

El texto se ordena como sigue. La primera sección analiza a la Convertibilidad (1991-2001) como la forma concreta de la reestructuración neoliberal en Argentina. La segunda sección estudia los cambios producidos con la crisis de aquel esquema, que dieron forma a la nueva configuración económica y política de la sociedad durante el kirchnerismo. La tercera sección esboza los cambios ocurridos a partir de 2012, mientras que la cuarta se enfoca en el programa económico del nuevo gobierno de Cambiemos. En cada caso, se presentan las principales políticas, con especial referencia al sector gasífero, con un enfoque de economía política. El texto cierra con algunos comentarios finales.

### **Economía Política de la Convertibilidad**

Ha sido ya largamente estudiado cómo la Convertibilidad (1991-2001) configuró la forma específica de la ofensiva neoliberal en Argentina (BASUALDO, 2006; BURACHIK, 2016; AUTOR, 2013). Las políticas macroeconómicas dieron cuenta de un programa específico, ligado a los intereses de las fracciones financieras del bloque de poder. Algunos de sus rasgos habían sido ya puestos en práctica durante la última dictadura cívico-militar (1976-1983), pero fue solo por la confluencia de diversos factores –que comentamos luego– que alcanzó su plenitud durante este período.

Concretamente, la Convertibilidad se componía de una caja de conversión con tipo de cambio fijo, lo cual ponía a un mismo tiempo la política cambiaria y monetaria al servicio de cierto programa que se presentaba como inalterable. Se obligaba al Banco Central a responder por la libre disponibilidad de divisas a una tasa de un peso equivalente a un dólar. Esto limitaba de manera tajante las posibilidades expansivas de la política fiscal, que no podía recurrir al financiamiento vía emisión de moneda. En tal sentido, los estallidos hiperinflacionarios de 1989 y 1990 fueron particularmente relevantes para generar la sensación de caos, y que el pueblo aceptara esta regla como

una solución a un problema que no había creado. La amenaza de disolución de los vínculos sociales sin ninguna alternativa superadora fungió como elemento extorsivo para constituir un programa validado por el consenso negativo (PIVA, 2007). Este fue el elemento clave para legitimar el programa frente a las clases populares.

Pero esta es solo la parte superficial de la Convertibilidad como programa. La apertura generalizada de la economía y la liberalización de la cuenta capital y financiera son centrales para dar cuenta de la forma de inserción subordinada que Argentina adoptó en el mundo. El efecto de estas reformas significaba la virtual desaparición no solo de segmentos de menor competitividad del capital, sino incluso de algunos de sus representantes más conspicuos. Por ello, el programa no tuvo viabilidad sino hasta que se logró estructurar un elemento aglutinante para las diversas fracciones, que fueron las privatizaciones (ver AZPIAZU y BASUALDO, 2004; AZPIAZU y SCHORR, 2001). La venta de activos del Estado fue una especie de “prenda de cambio” para garantizar la anuencia de: a) el capital financiero internacional (dueño de acreencias incobrables con el Estado); b) capitales transnacionales (en busca de oportunidades de negocios rentables); y c) capitales industriales locales (que participaron de la valorización de los activos públicos). Gran parte de esos últimos se retiró de los negocios muy velozmente, no sin antes realizar importantes ganancias de capital por la venta de sus acciones.

Las privatizaciones tenían además un rol específico en la dinámica de este esquema, pues de los recursos aportados por estas ventas se lograba balancear – precariamente- las cuentas fiscales y externas. La desgravación fiscal como fuente de competitividad vació de recursos genuinos al Estado, cuyo golpe final provino de la venta de la previsión social (ANSES). En el balance de pagos, la intensificación de la competencia impidió que un gran número de actividades perdurase, reconvirtiéndose sus capitales en importadores de las mercancías que antes producían, todo lo cual repercutió en un creciente déficit comercial. Solo podían sostenerse las actividades ligadas a ventajas comparativas estáticas –el capital agro-minero y su cadena de valor- y un selecto grupo de actividades protegidas, entre las cuales se destacan la cadena automotriz –integrada en el naciente MERCOSUR- y los servicios públicos recién privatizados. Se reconfiguró así la estructura productiva del país entero.

Las actividades supervivientes pudieron incrementar su productividad, al capitalizarse gracias a la importación barata de bienes de capital, aunque al costo de creciente endeudamiento. Justamente, a medida que los activos disponibles de ser enajenados escasearon, el capital financiero ganó aun mayor peso, cumpliendo la



función de balancear las cuentas fiscal y externa, a costa de un creciente endeudamiento público. El crédito permitió extender la fase de crisis en el tiempo, a costa de una dinámica socialmente insostenible, que probó ser explosiva en 2001.

Específicamente, un sector de los servicios privatizados fue particularmente relevante, en lo referido a la energía y más en concreto, el rol del gas. Durante este período, y contra el incipiente cambio hacia energía hidroeléctrica y nuclear de las décadas previas, la matriz energética de Argentina se hizo más dependiente de los hidrocarburos, y en especial del gas (BRAVO, 2015). Se distingue en esto de otras economías de la región –más dependientes de la biomasa- pero también de los países desarrollados, que impulsaron su industrialización mediante el carbón. Argentina, aunque tiene reservas de este mineral, integró tempranamente el uso de los hidrocarburos como una política de Estado. Durante décadas, la petrolera estatal YPF vendió el gas a precio subsidiado a Gas del Estado, promoviendo la cobertura de este servicio (PISTONESI, 2001). Actualmente, mientras que en el mundo el gas representa el 24% de la matriz energética, en Argentina alcanza el 52% (BRAVO, 2015). La política de uso era de tipo conservacionista, orientada a abastecer las necesidades internas presentes, pero también de mediano y largo plazo.

Esto cambió radicalmente a partir de la privatización y desregulación, que en menos de tres años buscó *crear* un mercado para la actividad gasífera. El mercado quedó dividido en: producción, transporte y distribución. Estos últimos dos segmentos, antes en manos de Gas del Estado, fueron divididos en dos empresas transportistas y ocho distribuidoras, que fueron vendidas a empresas privadas en condiciones de rápida valorización.<sup>40</sup> La ley de regulación del sector (N° 24.076) aportó realmente poco en materia de control y regulación. En lo relativo a las revisiones de las tarifas, definió tres tipos de ajustes: 1) el automático por el aumento del precio en boca de pozo (punto de ingreso al sistema de transporte, o PIST); 2) por revisión integral cada 5 años; y 3) extraordinario, mediante audiencia pública. El precio PIST –ligado al primer segmento, de producción- quedaba teóricamente liberado al mercado, abonándose a los productores y conformando la parte más importante del precio final del gas, al que se suman luego los costos de transporte y distribución.

---

<sup>40</sup> Las transportadoras son Transportadora de Gas del Sur (TGS) y Transportadora de Gas del Norte (TGN). Las distribuidoras son: Gas natural BAN, Camuzzi Gas Pampeana, Camuzzi Gas del Sur, Metrogas, Distribuidora de Gas del Centro, Distribuidora de Gas Cuyana, Litoral Gas, Gasnor, Gasnea.

Las condiciones oligopólicas del mercado se consolidaron, interactuando hacia arriba con un grupo igualmente restringido de empresas productoras –fuertemente vinculadas al negocio petrolero- y con marcados sesgos de integración a lo largo de la cadena de valor. Hacia abajo, la cadena del gas quedó fuertemente integrada a la eléctrica: actualmente, un tercio del gas se utiliza para producir casi dos tercios de la energía eléctrica por vía de generación térmica. Los otros dos principales consumos de gas se reparten entre la industria y los hogares, siendo comercios y transporte usos de menor relevancia. En la energía eléctrica, siguen en importancia a la generación térmica, la generación hidráulica, y luego la nuclear; siendo marginales los aportes de la energía eólica y solar (menores al 2% combinadas).

La libre disponibilidad del gas durante los '90, con las reservas ya comprobadas, alimentó esta tendencia así como el impulso a la exportación. Con la gestión privada, la lógica del uso de los hidrocarburos dejó de ser el abastecimiento, para pasar a ser la maximización del valor presente del stock disponible, es decir, su venta en el mercado (PISTONESI, 2001).

Es interesante señalar este punto, porque esta veloz venta del stock –en el mercado interno y a través de exportaciones- redujo las reservas comprobadas de hidrocarburos. El fuerte descenso que tuvieron las actividades de prospección y exploración, que son los tramos realmente costosos y que exigen tiempo, se puede constatar con claridad desde que fueron privatizadas las empresas del sector (IAE, 2011). Un estudio de la Secretaría de Energía publicado en 1999 ya advertía que era necesario un fuerte esfuerzo de exploración, pues el ritmo de producción de entonces comprometía el 100% de las reservas comprobadas hasta 2010. Llamamos la atención al respecto, porque fue en 2011 que, a pesar de esta temprana advertencia, Argentina pasó a tener déficit comercial energético (ver sección 3).<sup>41</sup>

Las empresas realizaron muy pocas inversiones durante esos años, la mayor parte de ellas destinadas a conectar la producción local con el mercado externo, y las que beneficiaban al mercado interno, fueron financiadas por los propios usuarios –a pesar de pasar a ser luego patrimonio de las propias empresas. Todo esto ocurrió en un marco de previsibilidad, con precios ajustados por mercado. El precio del PIST pasó de

---

<sup>41</sup> La producción total, entre la destinada a mercado interno y a las exportaciones, de ese período (1999-2010) no alcanzó los 585 mil MMm<sup>3</sup>, cuando el informe preveía un total de 674 mil MMm<sup>3</sup>. Y sin embargo, las reservas comprobadas se erosionaron más de lo previsto: de las 645 mil MMm<sup>3</sup> que el informe preveía, se llegó a 2010 con 359 mil (la mitad de los 748 mil MMm<sup>3</sup> que había en 1999). Este comportamiento se explica por la exportación –que vulneró las necesidades de abastecimiento interno, contra lo dispuesto en el artículo 3 de la ley 24.076- y la carencia de inversiones de riesgo.

US\$ 0,88 por millón de BTU en 1990-1992 a US\$ 0,97 en 1993, para ser luego “liberado” al mercado, alcanzando US\$ 1,22 y 1,33—según la cuenta— por millón de BTU en 1997: incrementos del 25% al 37% en dólares. Es decir, la baja inversión ocurrió con precios “libres” y crecientes, y como era de esperarse, mejores precios solo garantizaron mayores ganancias. Las inversiones realmente existentes no se destinaron a garantizar el abastecimiento ni la sustentabilidad del sector, sino a valorizar las reservas existentes, generando así para las empresas ganancias especulativas y cuasi-rentas ligadas a las laxas condiciones de concesión y venta (AZPIAZU y SCHORR, 2001).

Sin hacer una loa de la gestión estatal previa, es importante remarcar las características de desempeño del sector durante los años de desregulación, que dieron por resultado una superexplotación de los recursos, ofreciendo así una fabulosa oportunidad de negocios al capital trasnacional. La venta del stock disponible al mercado interno y externo pudo usufructuarse sin los costos asociados de exploración. A su vez, las privatizaciones funcionaron para balancear temporalmente las cuentas fiscales y externas, aunque con un horizonte de muy corto plazo. En un modelo basado en la dirección del capital financiero, no cabe esperar otro tipo de valorización.

### **La Crisis y el Nuevo Esquema de Políticas**

Como desarrollamos en extenso en AUTOR (2013), la crisis de la Convertibilidad es resultado de una combinatoria particular del contexto internacional, la disputa entre clases y al interior del bloque de poder. Respecto del primer aspecto, existió un cambio de condiciones relevante, en dos órdenes: por un lado, el encarecimiento del crédito de la mano de la suba de la prima de riesgo país —resultado de la ola de crisis en países de la periferia desde mediados de los '90-, que afectaba duramente a la economía cada vez más dependiente del crédito, y por el otro, la crisis de 1998 en Brasil, que resultó en una caída de la demanda de productos argentinos. Ambos elementos tensaban hasta el límite la viabilidad económica de la Convertibilidad.

Sin embargo, el límite era político: la interpretación por las causas mismas de la crisis, y del diagnóstico, la solución (Cf. PUCCIARELLI y CASTELLANI, 2014). En esta línea se inscriben las disputas entre clases y al interior del bloque de poder. Respecto de este último, se produjo una escisión a su interior, por la cual algunas fracciones lideradas —llamadas el “Grupo Productivo”— por el capital industrial comenzaron un alejamiento con críticas al modelo vigente (MERINO, 2015). De esta forma, la Convertibilidad fue asociándose de manera excluyente a las fracciones

dirigentes (financieras) y sus principales beneficiarios dentro del bloque de poder (fracciones agro-mineras, comerciales y de servicios públicos). No en vano, “el modelo” quedó asociado a la mera especulación como algo opuesto a la producción, según la interpretación nacida del seno del propio capital industrial.

Respecto de las clases populares, pocas dudas caben del (saludable) rol desestabilizador que jugaron, mostrando una creciente capacidad disruptiva (BONNET, 2002). Las protestas se multiplicaron y ganaron en intensidad. Detectamos al menos tres grandes nodos de organización en este sentido: las protestas piqueteras (incipientemente nucleadas en torno a los Congresos Piqueteros), las iniciativas de frentes populares (su mayor expresión fue el FRENAPPO), y la confluencia entre centrales sindicales. Entre estas últimas, sectores de la Confederación General del Trabajo tuvieron acercamientos con el Grupo Productivo, lo que fue dando forma a un programa con visos hegemónicos (CANTAMUTTO, 2015).

Este programa fue el que aplicaron de manera explícita los gobiernos -no elegidos por el voto popular- de Rodríguez Saá (diciembre 2001) y de Duhalde (2002-2003). Sintéticamente, el nuevo conjunto de políticas macroeconómicas proponía un cambio en el orden de prevalencia de las diferentes fracciones del bloque de poder, donde el capital industrial adquiriría el rol dirigente. Ahora bien, este recambio al interior de las clases dominantes implicaba un desplazamiento relativo de otras fracciones, concretamente, las que habían liderado el esquema de políticas hasta entonces. Esto no quiere decir que esas fracciones dejaran de formar parte del bloque de poder, o que pueda calificárselas de alguna manera de “perdedoras”: su nueva posición fue apropiadamente retribuida, como veremos.

El conjunto de políticas se trató: 1) devaluación de la moneda; 2) cesación de pagos de aproximadamente la mitad de la deuda pública; 3) pesificación (valuación en pesos) de la economía; 4) congelamiento de las tarifas de los servicios públicos; 5) aplicación de derechos aduaneros (retenciones) a las exportaciones primarias, 6) contención social, vía masificación de la asistencia social y morigeración de las demandas salariales (ver FÉLIZ, 2015, FÉLIZ y LÓPEZ, 2012; LÓPEZ, 2015). Este plexo de políticas elevó la competitividad de los capitales productores de bienes transables, básicamente, el agro-minero y el industrial, al disminuir el costo en dólares de la fuerza de trabajo.

Creemos atinado, no obstante, señalar que esta mejoría no aplicó en igual proporción a ambas fracciones del bloque de poder. Si bien el capital agro-minero

mejoró su ecuación de resultados gracias no solo a la devaluación (1) sino también a la pesificación de parte de sus deudas (2 y 3), lo cierto es que las retenciones (5) implicaban la apropiación parcial por parte del Estado de la renta que estos capitales consideran propia por derecho natural. Si bien la elevada productividad de estos capitales les permitió aprovechar el contexto y obtener ganancias, lo cierto es que esta imposición fue contraria a sus intereses políticos, lo que produce una particular situación que hemos denominado *desgarramiento*: pérdida de poder político al tiempo que se afianza su poder estructural. Esta situación fue particularmente relevante en la dinámica política a partir de 2008, como veremos.

Como reverso, el capital industrial fue el principal beneficiario de la redistribución de esa renta. La forma concreta de esta transferencia tuvo varios elementos: la promoción industrial, el subsidio a los costos de los servicios y la reducción de los salarios reales. Vale la pena resaltar de inmediato que esta prevalencia de la industria no significó que se tratara de un sujeto político con atribuciones de desarrollo social o virtudes democráticas particulares, ni que su beneficio redundara en un proceso de industrialización (CASTELLS y SCHORR, 2015): se trata de que la industria dependiente pudo reproducirse en sus características, logrando la reproducción de la sociedad sesgada por la forma de sus necesidades. Esa dependencia incluye, entre otros rasgos, la baja competitividad de las ramas no asociadas a la transformación básica de los recursos naturales –que se expresan en un intercambio comercial externo deficitario-, que obliga a organizar socialmente transferencias para sostenerse. La superexplotación de la fuerza de trabajo fue una transferencia, como también lo fue la operada mediante el Estado, que captó parte de la renta primaria para subsidiar las tarifas de los servicios, y de energía en particular, favoreciendo así al principal usuario directo y empleador de fuerza de trabajo: la industria.

Las tarifas de los servicios se congelaron y pesificaron (se pasaron a pesos) a través de la ley de Emergencia Económica (N° 25.561). La pesificación incluyó al PIST, que teóricamente se negociaba en el mercado desregulado; es decir, no era parte del servicio de transporte y distribución sino un insumo (el más relevante) para ello. ARELOVICH y otros (2015) muestran que el aumento de precios inicial de los hidrocarburos superó con creces al resto de los precios, constituyéndose en un claro ganador de la etapa.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Sobre la importancia de este cambio de la regulación en el esquema de políticas, ver BONA (2012).

En lugar de aprovechar la oportunidad para una revisión integral del marco regulatorio, el gobierno de Duhalde buscó acordar con las empresas prestatarias –bajo exigencia del FMI- para lo cual omitió cualquier tipo de auditoría, y otorgó un aumento del 10% de las tarifas sumado a una compensación económica por el “retraso” de sus precios (Azpiazu y Schorr, 2003). Si bien parte del problema de una suba de tarifas era el generalizado malestar social propio de la crisis, el fin último de este congelamiento de tarifas era subsidiar las ganancias de la industria, por doble vía: de modo directo al abaratar el insumo, e indirectamente, al abaratar los salarios.<sup>43</sup>

Los gobiernos del kirchnerismo dieron continuidad a este esquema macroeconómico, que ordenaba el lugar del sector energético, sin una política específica para el mismo –hasta 2012 (ver sección 4). Los principales cambios regulatorios del sector fueron los decretos N° 180 y 181 de 2004, que crearon el Mercado Electrónico de Gas, que permitió segmentar las tarifas para diversos usuarios, y el uso de fideicomisos para financiar nuevas obras. Este cambio permitió una mayor injerencia del gobierno en el mercado, no hubo una reforma de las leyes de fondo. Aunque con disputas verbales, ligadas a la permanente renegociación de las transferencias, resulta un exceso referir a esta gestión como de tipo “estatal”.

El IAPG (2012) calculó las transferencias directas a la industria en US\$ 25.700 millones para el período 2005-2011, absorbidas en su mayoría por las ramas de Alimentos y Bebidas, Metales Comunes, Minerales no Metálicos y Química. El efecto de estas transferencias es equivalente al de una devaluación, que le otorgó a la industria mayor competitividad frente a competidores externos. El costo de los subsidios–incluyendo costos de importación- fueron creciendo a lo largo del tiempo: desde menos de US\$ 200 millones en 2003 a poco más de US\$ 15.000 millones en 2015. LÓPEZ CRESPO, GARCÍA ZANOTTI y KOFMAN (2016) calcularon que desde 2008 a mediados de 2016 se transfirieron al sector hidrocarburífero más de US\$ 21.000 millones, de los cuales 14.000 millones provinieron del Estado y el resto de los consumidores. Se trata de una enorme transferencia –la cuenta fiscal de mayor crecimiento-, de la cual *las empresas no han rendido cuentas*.

La oligopolización e integración del mercado no fueron modificados en este período, a pesar de que existieron cambios en las empresas operadoras. El caso más relevante es el de REPSOL, que luego de vender las reservas que había comprobado

---

<sup>43</sup> Con el sector financiero que operaba dentro del país se procedió de una manera análoga, otorgando cuantiosos bonos de compensación por la pesificación asimétrica (ver COBE, 2009).

previamente el Estado, buscó salirse de YPF, eludiendo cualquier responsabilidad de exploración. Esta oportunidad fue aprovechada por el Grupo Petersen –de la familia Ezkenazi- para ingresar a YPF en 2007, capitalizando por adelantado resultados futuros (es decir, sin invertir dinero propio). El comportamiento económico de YPF no cambió con esta nueva participación accionaria. Por ello, la creación de la empresa estatal ENARSA (Ley N° 25.943) en 2004 fue relevante, pero su accionar estuvo más bien limitado a compensar las fallas de la gestión privada: pagando las importaciones (más caras) y buscando iniciar nuevas exploraciones.

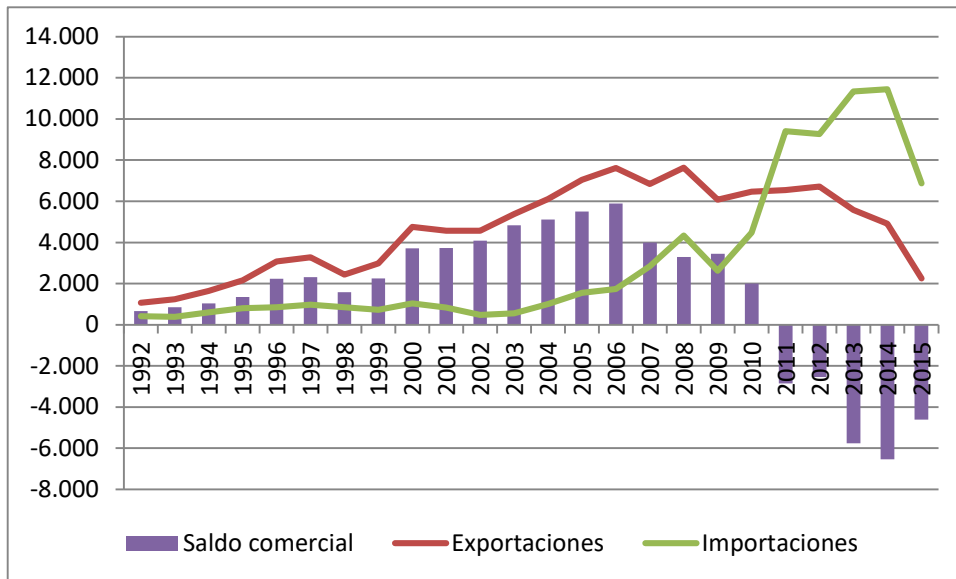
Justamente, en los hechos, las empresas no cambiaron tampoco su perfil de utilización del recurso, manteniéndolo como un activo a valorizar. En lo referido al comercio externo, como se puede ver en el gráfico 1, las exportaciones del sector continuaron creciendo hasta 2008, lo que da cuenta de una continuidad en el negocio respecto de años previos. Ese año fue el primero en el que el comercio exterior de gas resultó deficitario en metros cúbicos. Sin embargo, en paralelo, la demanda interna de energía creció al ritmo de expansión de la economía, sometido a precios en alza de los hidrocarburos. Este punto es relevante, porque Argentina exportó gas durante los '90 a bajos precios, y debió importar de manera creciente desde 2002 en un contexto de precios internacionales al alza. Y lo hizo de la mano de los mismos operadores privados. A medida que creció la demanda, la importación de Bolivia resultó insuficiente, y se incorporó desde 2008 la compra de Gas Natural Licuado (GNL).<sup>44</sup> Mientras el precio del gas de Bolivia promedió en el último lustro US\$ 9 por millón de BTU, el GNL costó entre US\$ 14 y 17.

---

<sup>44</sup> La técnica de licuefacción de gas es conocida desde hace décadas, pero sólo en los últimos años se ha incorporado a escala industrial como un insumo energético. Se está frente a la etapa de conformación de un mercado mundial de GNL, donde hay un claro exceso de oferta –generado en el Sudeste asiático.



Gráfico 1. Comercio exterior energético, en millones de dólares



Fuente: elaboración propia con datos de Ministerio de Economía.

La política instrumentada por Duhalde y sostenida por el kirchnerismo para sostener al capital industrial mostraba entonces crecientes tensiones. Por el lado fiscal, presionaba las cuentas a través de incrementos del gasto, lo que acabó por favorecer la reaparición del déficit en 2010. Debe subrayarse que otro rubro particularmente relevante en la reaparición del déficit fue la creciente presión de pagos de deuda, bajo la política de “desendeudamiento” del gobierno, que consistía en pagar todas las deudas, hasta el límite de lo sostenible con el crecimiento económico. Por el lado externo, como vimos, la presión del sector energético se sumó al déficit sistemático generado por la industria, para volcar al resultado negativo de la cuenta corriente desde 2011. Se terminaban así los “superávit gemelos”, y era necesaria una revisión. Ese año Cristina Fernández ganó las elecciones con el contundente 54% de los votos válidos, lo que le otorgó mayor poder político para tomar nuevas decisiones. La energía fue uno de los campos donde aparecieron nuevas políticas.

### El Cambio de Políticas a partir de 2012

La dinámica política de Argentina se vio modificada a partir del conflicto sostenido con las asociaciones de productores agropecuarios, organizados a través de la Mesa de Enlace, en 2008. El conflicto se originó por el intento de elevar la tasa de las retenciones, lo que significaba una mayor apropiación de la renta por parte del Estado. Este intento de captar más recursos no era un mero capricho: era una necesidad objetiva del proceso de acumulación guiado por el capital industrial, que requería de la

redistribución de esa renta para sostenerse. Los requerimientos crecientes de recursos fiscales y externos se originaban en las características de la reproducción de esta fracción del capital, incapaz de pagar la fuerza de trabajo por su valor, de competir con capitales reguladores de sus respectivos sectores, de generar divisas para completar el circuito de valorización a escala mundial.

La reacción del capital agroexportador estuvo basada en una certera lectura de su centralidad estructural, reforzada por el esquema macroeconómico, que hacía de sus exportaciones un eje central para organizar la acumulación del conjunto. En tal sentido, la disputa no era solo por la apropiación de la renta, sino por la estructuración del orden político, la impugnación de las fracciones *desgarradas* a las fracciones dirigentes. Este conflicto se dio en el marco del estallido de la crisis mundial, que añadió intensidad a las contradicciones locales. Ante el éxito del capital agroexportador, el gobierno debió buscar otras alternativas para sostener el esquema de políticas.

La estatización de los fondos de fondos de pensión fue una de las más relevantes para resolver el problema fiscal. De allí surgieron gran parte de los fondos utilizados para un amplio conjunto de políticas sociales (cuya máxima expresión fue la Asignación Universal por Hijo/a), pero también para programas de subsidio para evitar los despidos de las empresas (REPRO), y para pagar la deuda regularizada (el sistema previsional aportó gran parte de los recursos para el pago de la deuda). En el frente externo, el kirchnerismo adoptó una agenda contradictoria, por la cual reanimó las negociaciones para obtener nuevos créditos (diversos organismos multilaterales de crédito -BID, BIRF, CAF- prestaron cerca de US\$ 13.000 millones hasta el 2015) al mismo tiempo que inició una senda de mayores regulaciones –controles de importaciones y de capitales. El kirchnerismo ingresó en una fase en la que se enfrentó a las contradicciones inmanentes del esquema de políticas estructurado por el proyecto del capital industrial.

Justamente, el peso contundente de la conocida situación de deterioro del sector energético, y la presión generada por la pérdida de los “superávit gemelos” (fiscal y externo), favorecieron un cambio de políticas a partir de 2012. El hito más relevante fue la compra del 51% de las acciones de YPF en mayo de ese año, aprovechando la estrategia de salida que hacía años desarrollaba la controlante española REPSOL. Las acciones adquiridas por el Estado –repartidas entre las provincias petroleras y el Estado nacional- fueron pagadas por encima del valor de mercado a REPSOL, y no significaron un cambio del status de sociedad anónima de YPF, que aún cotiza en bolsas de valores

del mundo. Esto puso límites a las políticas que se pueden adoptar sin perjudicar a los accionistas privados, así como al control público de la empresa. YPF modificaría así el rol que tenía en manos de REPSOL, entre otros puntos, al disminuir la distribución de dividendos en favor de la inversión. No debe sobredimensionarse este giro “productivo”. Como explican ARELOVICH y otros (2015) con un amplio sostén de datos, YPF amplificó los réditos de su actividad con una fuerte emisión de títulos que permitieron a diversos acreedores y especuladores participar de la lógica de valorización financiera.

Junto a esta compra, de fuerte impacto simbólico, se aprobó nueva legislación que declaró bienes estratégicos a los hidrocarburos, que dejaban así de ser de libre disponibilidad, bajo la declaración de interés público el logro del autoabastecimiento (Ley 26.741 de Autoabastecimiento Energético y decreto N° 1.277 de Soberanía Hidrocarburífera).<sup>45</sup> A tal efecto, se conformó un Consejo Federal, que actuaría bajo un Plan Nacional de Inversiones. Se creó también el Fondo Argentino de Hidrocarburos (resolución 130/13), con un presupuesto equivalente a US\$ 2.000 millones, para fomentar la inversión.

Accesoriamente, se lanzaron en 2013 los planes Gas I y II y en 2015 el Programa de Estímulo a la Producción de Petróleo Crudo, que se sumaban –entre otras iniciativas- a los planes Gas Plus y Petróleo Plus de 2008). A través de los primeros, se garantizaba a las empresas que incorporaran nueva producción de gas al sistema un precio de US\$ 7,5 por millón de BTU, más del doble del precio internacional de US\$ 3,12. No es desatinado considerar este giro como una incipiente dolarización del mercado del gas durante el kirchnerismo, a contramano de lo que ocurría desde 2002. Se garantizaron al mismo tiempo precios internos del petróleo superiores a los internacionales, con objetivo de fomentar la producción. Mientras tanto, el precio PIST aumentó también de manera muy significativa, de US\$ 0,3 por MMBTU a cerca de US\$ 2 (Resolución SE 226/14). Para compensar el mayor precio sobre la economía local, se redujeron las retenciones a las exportaciones de petróleo crudo (decreto 1.077/14) y los impuestos internos (decreto 2.579/14).

Sin embargo, también en 2014, se comenzó a quitar el congelamiento de las tarifas energéticas, con subas que alcanzaron el 73% para las transportadoras. En 2015, las transportadoras y distribuidoras recibieron además una asistencia de \$ 2.590

---

<sup>45</sup> Sobre las importantes limitaciones de este cambio en la política que trató de conciliar el carácter estratégico de los hidrocarburos con su valorización mercantil, ver PÉREZ ROIG, SCANDIZZO y DIRISIO (2016).

millones (Resolución SE 263/15). Naturalmente, este reacomodo de precios impactó negativamente en la competitividad de la industria, reforzando las contradicciones existentes. La industria se mostró incapaz de sostener la expansión, lo cual redujo sensiblemente la creación de empleo e incrementó el déficit externo.

El plexo de políticas aplicadas para resolver este cuello de botella del sector externo surtió efectos. A partir de 2012, las reservas comenzaron a crecer nuevamente, en particular, por yacimiento no convencionales (shale, tight y cuencas offshore). YPF y Pan American Energy incrementaron su producción desde allí a 2015, incorporando nuevos yacimientos (YPF sumó Rincón del Mangrullo y Cupén Mahuida, y PAE incorporó Lindero Atravesado Oriental). Total Austral, que también participó, disminuyó levemente su producción hasta 2015, pero a inicios de 2016 puso en funcionamiento un gran yacimiento offshore en la cuenca austral, Vega Pléyade. Por el contrario, Petrobras y Pluspetrol, que completan las grandes operadoras en la extracción, continuaron su retroceso en la producción.<sup>46</sup> En tal sentido, la nueva regulación estaba mostrando incipientes resultados, insuficientes para cubrir el déficit energético de dos décadas de desregulación, y sin cuestionamiento a los riesgos socioambientales del énfasis hidrocarburífero de la matriz energética argentina.

De conjunto, estas políticas introdujeron una mayor regulación sobre el sector energético, incluyendo la participación directa del Estado en la producción y en la exploración. Debe resaltarse que esto se combinó con un tratamiento de los recursos que aún los consideró como *commodities* (bienes intercambiables en el mercado global), y que por lo mismo no tuvo reparos en re-dolarizar parcialmente el precio del insumo básico –gas y petróleo–, fomentando la producción incluso sin consideración de recaudos socio-ambientales.<sup>47</sup> Naturalmente, esto impactó sobre el resto de la cadena de valor, específicamente, en el tramo correspondiente a los servicios públicos, presionando al alza el costo del insumo y por vía indirecta, el costo de la fuerza de trabajo. El Estado puso una creciente masa de recursos al servicio de sostener la competitividad de una industria incapaz de ofrecer a cambio crecimiento, empleo, exportaciones, o siquiera la reinversión de las utilidades.

---

<sup>46</sup> Estos datos han sido enfatizados por el Observatorio de la Energía, Tecnología e Infraestructura para el Desarrollo (ver <http://www.oetec.org/>), y son reconocidos por el gobierno (RAMÓN y RUGGIERO, 2016).

<sup>47</sup> Los limitados alcances de la participación accionaria del Estado en YPF se vieron tempranamente marcados por la asociación mediante contrato secreto con Chevron, para aprovechar el yacimiento de Vaca Muerta (ver PÉREZ ROIG, SCANDIZZO y DI RISIO, 2016).

Este costo creciente repercutía sobre el conjunto social, por vías diversas. Específicamente, remarcamos la tensión con el capital agroexportador, presente desde el conflicto de 2008. Comparativamente, el capital minero obtuvo mayor cantidad de concesiones, en términos de quitas de retenciones, subas de precios garantizadas, y disponibilidad para realizar negocios a escala internacional. Estas concesiones se trasladaban a la industria a través de los servicios públicos de energía. La centralidad creciente del problema energético le daba mayor relevancia a las decisiones que tomara el capital operativo en estas ramas en relación a la producción, inversión y comercialización externa: es decir, ganó poder estructural.

Vale la pena remarcar que las crecientes tensiones fiscal y externa incorporaron a otro actor que reforzó de manera creciente su poder estructural: el capital financiero. Se trata del sector de mayor crecimiento y mayores ganancias del país durante el período 2009-2014. Es significativo porque en ambos casos jugaron roles relevantes en el escenario económico en que se desarrollaron las elecciones de 2015: el capital agroexportador reteniendo la liquidación de exportaciones y el capital financiero alimentando la fuga de capitales y presionando a través de las demandas de los llamados “fondos buitres”. Este mayor poder estructural, traducido en poder político, fue otorgado por el kirchnerismo, al negarse a ir más lejos en su proyecto, por ejemplo, estatizando el comercio exterior e impulsando una reforma agraria, o auditando la deuda externa, para mencionar solo algunas medidas que fueron planteadas sobre la mesa y se eludieron.

Las fracciones desplazadas (financiera y de servicios públicos) y las desgarradas (capital primario-exportador) del bloque de poder aprovecharían las concesiones parciales del gobierno kirchnerista para presionar por un cambio de esquema de políticas que los beneficiara con menores contradicciones y tensiones. Para ello, vale la pena resaltar, contaban con el acuerdo de los segmentos más concentrados de la industria, muchos de los cuales no veían con malos ojos reducir la intervención estatal para pasar a una fase de valorización que permitiera la expresión abierta de la crisis: concentración y centralización.

Cambios es una coalición política creada para la contienda electoral de 2015, básicamente por la confluencia del partido gobernante en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires –Propuesta Republicana, PRO- y el radicalismo –tanto la Unión Cívica Radical como Coalición Cívica. Según VOMMARO, MORRESI y BELLOTTI (2015), el PRO se compuso a partir de sectores conservadores de viejos partidos (el peronismo

y el radicalismo), dirigentes de partidos liberales (Ucedé, Recrear, Acción por la República), pero también de funcionarios ligados a institutos de políticas públicas, auténticos *think tanks* neoliberales que se presentan como por fuera del mundo de la política, asesores y gestores preocupados solo por la eficiencia. A estos sectores se les sumó cuando ganaron las elecciones de 2015 una fuerte representación de empresarios en el gabinete nacional.

Cambiamos, por su composición de fuerzas, pero más aún por sus políticas públicas, vino a representar el programa de las fracciones antes referidas como desplazadas y desgarradas. Un programa basado en un cambio entre fracciones dirigentes del bloque de poder, que implicó un feroz ataque a las mejoras sociales de los años previos, sin importar si éstas fueran tenues o significativas. Sin embargo, no ganaron las elecciones de 2015 haciendo explícito este programa.

Su campaña previa se había basado en la crítica a lo actuado durante los gobiernos del kirchnerismo, entendiéndolo como un modelo basado en la demagogia y la cooptación de las instituciones del Estado para el beneficio particular. La captura del Estado por parte del kirchnerismo lo habría sobredimensionado, en funciones y personal, operando como una traba para el libre desarrollo de las fuerzas productivas, constreñidas por regulaciones, impuestos y disputas fútiles, que abonaban a un bienestar engañoso, que erosionaba las posibilidades de desarrollo futuro. De ninguna manera se presentaba como blanco de críticas al capital industrial, principal beneficiario de las políticas de los años previos, sino que se concentraba en identificar a la fuerza política – el kirchnerismo- como responsable.

Frente a ello, Cambiamos se propuso a sí misma como una fuerza no ligada a la política, sino a una supuesta “gestión eficiente”, basada en equipos de trabajo –en lugar de afinidades ideológicas- que resolverían problemas concretos reposando en el comportamiento de los actores económicos más apropiados. Su promesa de campaña fue “sincerar” la economía, lo que ha probado ser un eufemismo para justificar un programa económico de ajuste. Lo actuado en los últimos años sería una suerte de ficción demagógica que habría que desmontar y reordenar. Este discurso, sin precisiones claras, sirvió para capitalizar descontentos con el gobierno kirchnerista, sin que esto exprese de manera evidente un apoyo al programa de Cambiamos.

### **El Programa Económico de Cambiamos**

El nuevo gobierno de Cambiemos procedió a aplicar, apenas asumió, una serie de políticas que orientadas a fortalecer las posiciones estructurales de los actores de mercado. La liberación de las trabas al comercio exterior -incluyendo la reducción de las polémicas retenciones a las exportaciones agropecuarias- y a los movimientos de capital -incluyendo el mal llamado “cepo” a las compras minoristas de dólares- se acompañaron de una retracción del Banco Central en las operaciones del mercado cambiario, lo que se tradujo en dos episodios de devaluación (en diciembre de 2015 y en febrero de 2016), que elevaron el tipo de cambio oficial un 60% -eliminando el mercado paralelo creado por los controles de capitales. Esto produjo una aceleración en la ya elevada inflación: los precios subieron más rápido de lo que subían antes. La inflación acumulada desde diciembre de 2015 a diciembre de 2016, según diversas estimaciones, superaría el 42%, siendo aún mayor en los rubros alimenticios. Esta aceleración inflacionaria fue particularmente dura con los sectores más vulnerables y los asalariados en general (ver PANIGO y otros, 2016), lo que se tradujo en una caída de la demanda de consumo.

Esto golpeó duramente entre el empresariado en general, pero particularmente entre las Pequeñas y Medianas Empresas (PyMEs) ligadas al mercado interno, que, merced de la veloz apertura comercial, no pudo trasladar a precios toda la suba de costos. La reducción del nivel de actividad impactó entonces en más despidos, impulsados en primer lugar por las grandes empresas, ansiosas por elevar sus niveles de productividad. A esto se sumó el propio Estado, arguyendo que se trataba de militantes políticos que usufructuaban de bienes públicos, lo que supuso en definitiva justificar una persecución ideológica. En total, se calcula un total de casi 200.000 despidos hasta mediados de 2016, período en el cual se aprobó en el Congreso una ley Anti-despidos que el gobierno luego vetó.

El gobierno aplicó otras medidas de fuerte impacto, entre las que se resaltan el traspaso de deuda pública en manos del Banco Central a la banca extranjera en enero de 2016 (recibiendo solo una parte de los fondos) y el oneroso e injusto arreglo con los acreedores externos con litigio en el exterior (los “fondos buitres”), operaciones ambas que elevaron la tasa de interés en dólares pagada por Argentina (por encima del 7% anual). En 2016, el gobierno había emitido deuda por cerca de US\$ 40.000 millones. Al mismo tiempo, para buscar contener la masiva emisión de pesos debida al déficit creciente y la fuerte demanda de dólares (expresada en una fuga de capitales superior a US\$8.000 millones), el Banco Central aplicó una política de esterilización a partir de



febrero. Esta se basó en la colocación de bonos rentables en pesos, cuyas tasas anuales llegaron al 38%, para reducirse al 25% en octubre (aunque con una maduración de los bonos reducida a 50 días). Ambas vías de toma de deuda estatal produjeron un fuerte incremento del costo del financiamiento, que impactó negativamente sobre las posibilidades de crédito para la inversión o el consumo. El sector ganador es, naturalmente, la fracción dirigente del nuevo esquema de políticas, el capital financiero.

En el escenario de recesión y apertura –intensificación de la competencia externa-, el gobierno incrementó las tarifas de los servicios públicos, lo que operó como una segunda ronda sobre la aceleración inflacionaria, recrudeciendo la situación social. Los datos oficiales conocidos en los meses recientes indican, sin lugar a la duda, un incremento del desempleo, la pobreza y la indigencia, en un marco de recesión superior al esperado. No hubo medidas compensatorias que morigeraran este cuadro –tanto las asignaciones familiares como los salarios pactados en las negociaciones colectivas de trabajo se incrementaron por debajo de la inflación. De aquí surgió el cuestionamiento sobre *la vulneración de derechos sociales* del aumento, que puso en riesgo el abastecimiento seguro a servicios públicos básicos, considerados derechos de la ciudadanía (afectando los derechos a la alimentación, a la salud y a vivienda digna). Esto ocurre tanto cuando los hogares son incapaces de abonar los incrementos, como cuando las empresas incurrir en despidos a causa de los mismos.

La concepción detrás de estas subas implica no considerar a estos servicios como derechos, o incluso bienes públicos, sino como simples mercancías, sometidas al arbitrio de mercado para la determinación de precios y cantidades. “Sincerar” significó entonces delegar la toma de decisiones de abastecimiento en la distribución de poder en las relaciones de mercado, es decir, replicando las desigualdades allí existentes. Como vimos, la mercantilización del abastecimiento no es una innovación de Cambiemos, sino un proceso intensificado durante la Convertibilidad, que no fue desarticulado en los años previos.

A partir de febrero de 2016 el gobierno impulsó incrementos en las tarifas del agua (de alrededor del 400%), de luz (que promedió un 500%) y el gas, además de la suba de los precios de los combustibles (en torno al 30%), que repercutió en incrementos tarifarios en el transporte. En todos los casos se alegó un estado de prolongado deterioro de la provisión de los servicios, cuya resolución debía provenir de un proceso inversor de las empresas prestadoras, para lo cual era prioritario incrementar los precios en un horizonte de previsibilidad. Como se ve, fueron subas muy por encima

de la ya elevada y acelerada inflación general, y muy por encima de las subas nominales de los salarios.

El decreto presidencial N° 134 de diciembre de 2015 declaró la emergencia energética. Aunque la misma se centraba en la energía eléctrica, reconocía problemas en el abastecimiento de gas, por lo que se instaba al Ministerio de Energía y Minería (MINEM) a elaborar y poner en vigencia un programa de acciones para resolver la situación. En relación al sector gasífero, las resoluciones MINEM N° 28 y 31 de fines de marzo de 2016, justificándose en “promover inversiones en exploración y explotación de gas natural, a fin de garantizar su abastecimiento y de emitir señales económicas claras y razonables”, definieron nuevos precios transitorios a partir del 1 de abril en el PIST y del gas propano inyectado a la red. Estas subas promediaban el 200% para usuarios residenciales (aunque con casos extremos para segmentos de alto consumo, del 900% en Camuzzi Gas del Sur e incluso 1.200% en Litoral Gas) y de casi 700% para usuarios no residenciales.

Para compensar el impacto del aumento, se admitió el cobro de las facturas de servicio de manera mensual (prorrateando el valor bimestral), se estableció una tarifa diferencial para usuarios que lograran un ahorro de consumo del 15% o más, y se instituyó una tarifa social, aplicable a cierto universo de usuarios vulnerables. Existieron múltiples reclamos sobre la falta de difusión de esta información, y falta de celeridad por parte de los organismos encargados para efectivizar esta tarifa. Se criticó además que su cobertura no aplicaba de manera automática para el conjunto de los servicios, multiplicando innecesariamente trámites para una misma condición de vulnerabilidad.

Ante las críticas recibidas, con fecha 6 de junio, la resolución MINEM N° 99 (y ENARGAS N° 3.843) le puso como tope a los aumentos de tarifa sin impuestos un 400% para los usuarios residenciales y un 500% para las PyMEs y los comercios, calculado en ambos casos en relación al valor que hubiera correspondido de aplicar el cuadro tarifario previo. Esta disposición se amplió en la resolución MINEM N° 129 del 12 de julio, que dispuso esas mismas tasas de aumento límite, pero considerando el consumo total con impuestos, respecto de igual período en el año previo.

Estas medidas impulsaron un rechazo generalizado del tarifazo por parte de diversas organizaciones sociales, entre las que resaltan las Multisectoriales constituidas *ad hoc*. Se trata de más de un centenar de organizaciones que nuclearon sindicatos, cooperativas, empresas recuperadas, clubes de barrio, centros de jubilados, centros culturales, asociaciones PyME y diversos partidos, organizando y coordinando

estrategias de protesta callejera, pero también de activismo jurídico, al promover impugnaciones y amparos. Esto produjo un auténtico torrente de presentaciones ante la Justicia, las que obtuvieron disímiles respuestas, incluyendo no pocos fallos favorables.

Entre otros, se encuentra el fallo de la Sala II de la Cámara Federal de Apelaciones de La Plata anulando la suba del gas. Este fallo fue elevado a la Corte Suprema de Justicia, que determinó a mediados de agosto que debía suspenderse el aumento a los usuarios residenciales hasta tanto no se celebrase la audiencia pública, según se prevé en la ley N° 24.076, el Decreto N° 1.172/2003 y en el artículo 42 de la Constitución Nacional, que garantizan el acceso a información y a la participación en la toma de decisiones sobre los servicios públicos. Se habían *vulnerado los derechos a la información y a la participación*. A raíz de este fallo, y solo para el caso del gas, en relación al traslado del precio en el PIST a los usuarios y tarifas transitorias para los segmentos de transporte y distribución, se celebró una audiencia pública (N° 83) entre el 16 y el 18 de septiembre de 2016, quedando prevista otra revisión integral antes de finalizar el año. La audiencia estuvo signada, tal como quedó establecido en su relatoría (expediente ENARGAS N° 30.059), por la falta de información previa y las trabas a la participación.<sup>48</sup> En los días previos, el Ministro de Energía Juan José Aranguren propuso un nuevo esquema que promediaba aumentos de tarifas para usuarios residenciales en torno al 205%.

Este valor se sostuvo en la Resolución MINEM 212-E del 6 de octubre, mostrando que los argumentos planteados en la Audiencia no fueron considerados en la decisión final, lo que permite suponer que ésta estaba ya tomada. La sucesión de disposiciones ilustra la variabilidad de ajustes y disposiciones oficiales, que ponen en duda los criterios utilizados para fijar las nuevas tarifas. En especial, porque tras más de seis meses desde que se conociera la resolución N° 28, nunca se dio a conocer la información sobre la cual se determinó el incremento del gas en boca de pozo: *no se procedió a una auditoría de lo actuado por las empresas de la cadena de valor que diera cuenta de la estructura de costos ni en lo referido a los subsidios recibidos*.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Se convocó a una única audiencia para todo el país, que por consiguiente debió extenderse por tres días consecutivos. Para participar de la misma, fue necesario inscribirse y trasladarse a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, ocasionando costos para quienes estaban involucrados. Se abrieron luego 8 sedes electrónicas de participación. Con todo, no todos los inscriptos pudieron participar, pues el ENARGAS se atribuyó criterios de representatividad para la selección de los oradores.

<sup>49</sup> La relevancia de esta auditoría es absoluta. Los registros de resultados de aquellas empresas inscritas en la Bolsa de Valores de los últimos años muestran importantes heterogeneidades, aunque la mayor parte de las empresas ubicadas en los tramos de producción obtuvieron ganancias en los últimos años. El problema es que –como es bien sabido– la cadena de valor del sector tiene fuertes sesgos de integración

Lo que Cambiemos promovió fue, en rigor, apuntalar a esas empresas a través de incentivos que no tienen que ver con el libre mercado. La propuesta de suba provisional del precio PIST del gas busca establecer un sendero escalonado de subas de precio que va de US\$ 1,29 por millón de BTU vigentes a US\$ 3,42 en octubre de 2016, US\$ 3,78 en 2017, para llegar a US\$ 6,78 en 2019. Ahora bien, para definir este precio, es necesario saber cuál es el costo de extracción y producción. ¿Cuál era el costo de estas operaciones? El Ministro Aranguren se negó a informarlo ante el Congreso. Debido a la falta de auditorías y la oscuridad de las estructuras de costos, hay que creer en lo dicho por las propias empresas. En tal caso, YPF informó ante la Bolsa de valores estadounidense un costo del millón de BTU de alrededor de US\$ 1,9, aunque no queda claro que este valor considere los costos de prospección y exploración de nuevos pozos. Cuencas similares en Canadá o Estados Unidos informan costos de alrededor de US\$ 2,6.

¿Cómo llegó entonces el ministro a esa cifra? Buscando un precio que refleje no los costos reales, sino un promedio de los precios de importación, incluyendo al costoso GNL. Un documento editado por el *think tank* neoliberal FIEL, de cuyo consejo directivo Aranguren formaba parte, habla de “costos de oportunidad a largo plazo” (NAVAJAS, 2015). El mayor problema de esta cuenta es el carácter ficticio de sus componentes, pues el valor futuro de referencia es desconocido. Por otro lado, se pagan precios vinculados a los segmentos más costosos (GNL) incluso para la extracción en cuencas de mayor eficiencia. Es decir, la criticada intervención del gobierno se sostiene en el segmento de producción, con el objetivo de garantizar pisos de ganancias en dólares.

Esto incrementó las dudas sobre la probidad del “equipo”, sobre el cual aparecieron imputaciones de violación de la ley de ética pública, que indica que deben pasar tres años desde que una persona trabajó en una empresa, y ocupe un cargo público donde se regule esa actividad. El ministro Aranguren estaría en clara falta, pues el ex gerente de Shell Argentina mantuvo acciones de la casa matriz de esta empresa hasta septiembre de 2016. Las subas en el precio del combustible, pero especialmente la suba

---

entre firmas controladas, por lo que el resultado negativo de una empresa puede ser en rigor una transferencia a otra. Por ejemplo, un estudio realizado por expertos para Página/12, encontró que, entre 1998 y 2015, las empresas transportadoras de gas –TGS y TGN- remitieron al exterior pagos por supuestos honorarios en concepto de asistencia técnica por un total de US\$ 288,3 millones... a sus supuestos accionistas. Se trata de una maniobra fraudulenta, pues la concesión les fue oportunamente otorgada en concepto de su supuesta capacidad técnica de operación del servicio, y en lugar de ello, se anotan como gastos operativos –deducibles de impuestos- lo que son remisión de utilidades. Hay, pues, elementos para sospechar diversos fraudes en las concesiones (DELLATORRE, 2016).

del PIST del gas, beneficiaron a esta empresa. Al vender las acciones, Aranguren se benefició por una suba de su valor de mercado de las mismas, lo que permite incluso sospechar de enriquecimiento ilícito. Se ha señalado que al menos 6 de sus 17 colaboradores en el ministerio tenían acciones en empresas que debían regular.

La pretensión del gobierno es que esto promueva nueva producción en yacimientos más costosos: en cuencas offshore o continentales de tipo Shale y Tight. Ahora bien, al respecto, el gobierno parece omitir no solo cualquier consideración respecto de los potenciales riesgos medioambientales, sino los estudios recientes que indican perfiles de agotamiento muy veloz de estas perforaciones señala una reducción de la producción a la mitad al segundo año de funcionamiento (EJES, 2016). Es dudoso que exista interés en incentivar el uso de energías alternativas, que son más costosas y de lenta incorporación, tanto en generación eléctrica, como transporte o uso domiciliario.<sup>50</sup>

De conjunto, la propuesta de Cambiemos se orientó a mejorar la rentabilidad de ciertas fracciones del bloque de poder, provocando una modificación respecto del esquema de políticas previo. La fracción financiera es la gran beneficiada del nuevo conjunto de políticas, pero también lo es el capital primario-exportador y el que opera en servicios públicos. La cadena del gas reúne a agentes de estas últimas fracciones. La mejora de su rentabilidad y condiciones de valorización afecta a fracciones menores del capital industrial y comercial, y al conjunto de las clases populares.

### **Comentarios Finales**

El gobierno de Cambiemos (2015-...) partió de definir la existencia de una crisis energética -cuyas características no son claras-, responsabilidad de la intervención estatal del gobierno anterior que impidió la formación de precios de mercado, lo que funcionó como señal para reducir las inversiones y fue crecientemente costosa en términos fiscales. Según este diagnóstico, la solución era liberalizar el sector –así fuera de manera paulatina- para que la toma de decisiones recaiga en un mercado gasífero integrado al mundo, ahorrando además recursos fiscales –permitiendo así reducir la

---

<sup>50</sup> Se trata de tres ámbitos en los que existe desarrollo tecnológico, que no es contemplado en esta revisión de la política energética: la generación de energía eólica, solar, nuclear o hidroeléctrica para el caso de la electricidad, el uso de esta energía para funciones de alimentación y calefacción en hogares; y el aliento a transporte público y sostenible, junto al reemplazo por automóviles híbridos o eléctricos. Todos estos son apenas ejemplos de posibles mecanismos de ahorro de gas a mediano y largo plazo, desconocidos en esta revisión integral. En la promoción de energías renovables, a fines de 2015 se aprobó la ley N° 27.191, modificando la incumplida N° 26.190 de 2006. Carecemos de elementos para evaluar su cumplimiento futuro.

presión tributaria en otros sectores. Solo para los sectores más vulnerables, y acorde con las políticas de asistencialismo focalizado de los organismos internacionales de crédito, correspondería alguna contención, aquí desplegada bajo la idea de tarifa social (que exige la demostración de la condición de vulnerabilidad por parte de quien es afectado, invirtiendo la carga de prueba).

Los problemas de este diagnóstico y su respuesta son múltiples. Según vimos, la valorización de corto plazo y consecuente falta de inversión de las empresas del sector proviene de la desregulación y privatización de inicios de los '90, que los gobiernos de Duhalde y luego el kirchnerismo no modificaron a fondo. A partir de 2012 el kirchnerismo tomó una nueva agenda que comenzó a dar lentos resultados, y aunque distantes de resolver los déficits existentes, parecen estar asociados a una mayor regulación, no mayor libertad de mercado. La toma de decisiones en manos de empresas transnacionales no está asociada a ningún objetivo de abastecimiento o soberanía nacional. Tratar al sector energético, y gasífero en particular, como una simple mercancía intercambiable a nivel global es desconocer lo más básico de geopolítica e historia internacional.

En clave de economía política, lo que ocurría era que la reproducción basada en la reproducción del capital industrial estaba resultando crecientemente costosa en términos fiscales y externos, otorgando mayor poder estructural a las fracciones financiera y la primario-exportadora. Estas aprovecharon este rol para presionar políticamente a favor de sus intereses, en lo que se constituyó como un programa para el nuevo gobierno de Cambiemos. El capital que opera en servicios públicos es una fracción coligada, desplazada relativamente durante los gobiernos del kirchnerismo, que ganó importancia relativa en la medida en que los efectos de su accionar provocaron un desbalance generalizado, y el gobierno –respondiendo al orden del capital industrial– solo pudo estructurar una salida que mejore las condiciones de valorización de esta fracción, incorporando nuevas contradicciones. El gobierno de Cambiemos vino a desplazar estas contradicciones.

Vale la pena resaltar, como cierre, que esta nueva configuración del bloque de poder está lejos de haberse estabilizado, debido a nuevas contradicciones internas. Entre otras, vale la pena mencionar: 1) la valorización financiera mediante altas tasas y cortos plazos está encareciendo la inversión en otras actividades, dificultando otras formas de valorización; 2) los aumentos de los energéticos quitan competitividad externa incluso a sectores de elevada productividad; 3) el ajuste del nivel de tipo de cambio para

compensar esta pérdida de competitividad encarece la expansión por vía de endeudamiento y la remisión de excedentes al exterior. A estos tres focos de conflicto se agrega la creciente presión social contra el programa económico, presión que aún no haya una expresión política que la represente, pero no por ello deja de demostrar capacidad de veto.

### Referências

ARELOVICH, Sergio; BERTINAT, Pablo; ARELOVICH, Lisandro; & GARCÍA, Gustavo. *Frack Inc., Tensión entre lo estatal, lo público, lo privado, y el futuro energético*. Rosario: Taller ecologista Rosario, 2015. Disponible en: <http://tallerecologista.org.ar/menu/archivos/Informe%20fracking.pdf>

AZPIAZU, Daniel & BASUALDO, Eduardo (2004). *Las privatizaciones en la Argentina. Génesis, desarrollo y principales impactos estructurales*. Buenos Aires: FLACSO, 2004.

AZPIAZU, Daniel & SCHORR, Martín. *Privatizaciones, rentas de privilegio, subordinación estatal y acumulación del capital en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: IEF-CTA, 2001.

AZPIAZU, Daniel & SCHORR, Martín (2003). *La renegociación de los contratos entre la Administración Duhalde y las prestatarias de servicios públicos. ¿Replanteo integral de la relación Estado-empresas privatizadas o nuevo sometimiento a los intereses de estas últimas?*. *Realidad Económica*, N° 193, 2003.

BASUALDO, Eduardo. *Estudios de Historia Económica Argentina. Desde Medios del Siglo XX a la Actualidad*. Buenos Aires: FLACSO/Siglo XXI, 2006.

BONA, Leandro. *Subsidios a los sectores económicos en la Argentina de la post Convertibilidad: interpretación desde una perspectiva de clase*. En AAVV, *Más allá del individuo. Clases sociales, transformaciones económicas y políticas estatales en la Argentina contemporánea*, Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

BONNET, Alberto. *Que se vayan todos. Crisis e insurrección en Argentina 2001*. *Bajo El Volcán*, n° 5, 2002.

BRAVO, Víctor. *Panorama de la energía en Argentina 2015*. Documento de trabajo, Bariloche: Fundación Bariloche, 2015. Disponible en: <http://www.fundacionbariloche.org.ar/wp-content/uploads/2016/09/Panorama-de-la-energ%C3%ADa.pdf>

BURACHIK, Gustavo. *Economía aplicada. La economía argentina en el corto y en el largo plazo*. Bahía Blanca: Ediusns, 2016.

CANTAMUTTO, Francisco & WAINER, Andrés. *Economía política de la Convertibilidad. Disputa de intereses y cambio de régimen*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

CANTAMUTTO, Francisco. *El populismo que no fue: los gobiernos de Rodríguez Saá y Duhalde*. En *Cuestiones de sociología. Revista de Estudios Sociales*, n° 13, 2015.



CASTELLS, María J. & SCHORR, Martín. *Cuando el crecimiento no es desarrollo. Algunos hechos estilizados de la dinámica industrial en la posconvertibilidad. Cuadernos de Economía Crítica*, Año 1, N° 2, 2015. Disponible en: <http://sociedadeeconomiacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/12/12>

COBE, Lorena. *La salida de la Convertibilidad. Los bancos y la pesificación*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

DELLATORRE, Raúl. *Costos inflados a gas*. Página/12, 11 de septiembre de 2016.

EJES. *Boletín N° 4*. Buenos Aires, 2016.

FÉLIZ, Mariano. *¿Neodesarrollismo en retirada? Economía política de un proyecto de desarrollo. Argentina 2002-2015*. *Revista Despierta*, Vol. 2, N° 2, 2015. Disponible en: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/299>

FÉLIZ, Mariano & LÓPEZ, Emiliano. *Proyecto neodesarrollista en la Argentina. ¿Modelo nacional-popular o nueva etapa en el desarrollo capitalista?* Buenos Aires: Herramienta - El Colectivo, 2012.

IAE. *La caída de las reservas de hidrocarburos el problema más importante del sector energético argentino*. Buenos Aires: Instituto Argentino de Energía, 2011. Disponible en: IAPG. *Incidencia de los costos energéticos en el sector manufacturero argentino. Competitividad, Subsidios y Escenarios Energéticos a Mediano Plazo para el Sector Industrial*. Buenos Aires: Instituto Argentino del Petróleo y del Gas, 2012. Disponible en: <http://www.iapg.org.ar/download/incidencia.pdf>

LÓPEZ, Emiliano. *Los años post-neoliberales. De la crisis a la consolidación de un nuevo modo de desarrollo*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2015.

LÓPEZ CRESPO, Facundo; GARCÍA ZANOTTI, Gustavo & KOFMAN, Marco. *Transferencias al sector hidrocarburífero en Argentina*. Buenos Aires: Enlace por la Justicia Energética y Socioambiental, 2016.

MARX, Karl. *El Capital*. México: Siglo XXI, 1981.

MERINO, Gabriel. *Luchas por la conducción del Estado en Argentina entre 1999 y 2003, el Grupo Productivo y el cambio del modelo*. Misiones: EdUNaM, 2015.

NAVAJAS, Fernando. *Subsidios a la energía, devaluación y precios*. Documento de Trabajo N° 122, Buenos Aires: FIEL, 2015. Disponible en: [http://www.fiel.org/publicaciones/Documentos/DOC\\_TRAB\\_1431636145020.pdf](http://www.fiel.org/publicaciones/Documentos/DOC_TRAB_1431636145020.pdf)

OSORIO, Jaime. *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*. México: FCE - UAM Xochimilco, 2001.

PANIGO, Demian; ROSANOVICH, Sergio; GARCÍA DÍAZ, Fernando & MONTEAGUDO, Pilar. *El impacto asimétrico de la aceleración inflacionaria en Argentina (2015-2016)*. Documento de trabajo, CITRA, CONICET/UMET, 2016.

PÉREZ ROIG, Diego; SCANDIZZO, Hernán & DI RISIO, Diego. *Vaca Muerta. Construcción de una estrategia Políticas públicas ambiguas, empresas estatales corporatizadas y diversificación productiva a medida*. Buenos Aires: Ediciones del Jinete Insomne, 2016

PISTONESI, Héctor (2001). *Desempeño de las industrias de electricidad y gas natural después de las reformas: el caso de Argentina*. Serie Gestión Pública N° 15, Santiago de Chile: ILPES-CEPAL. Disponible en: <http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01121065.pdf>

PIVA, Adrián. *Acumulación de capital y hegemonía débil en la Argentina (1989-2001)*. Realidad Económica, N° 225, 2007.

PUCCIARELLI, Alfredo & CASTELLANI, Ana. *Los años de la Alianza. La crisis del orden neoliberal*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *Estado, poder y socialismo*. Madrid: Siglo XXI, 1980.

RAMÓN, Mariano & RUGGIERO, Mariela. *Hidrocarburos. Informe de cadenas de valor*. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas, Año 1, N° 6, junio de 2016. Disponible en: [http://www.economia.gob.ar/peconomica/docs/SSPE\\_Cadena\\_Valor\\_Hidrocarburos.pdf](http://www.economia.gob.ar/peconomica/docs/SSPE_Cadena_Valor_Hidrocarburos.pdf)

VOMMARO, Gabriel; MORRESI, Sergio & BELLOTTI, Alejandro. *Mundo PRO. Anatomía de un partido fabricado para ganar*. Buenos Aires: Planeta, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1998.

**Resumen:** El cambio de políticas macroeconómicas post 2001 puso a los servicios públicos en un lugar subordinado a la valorización y legitimación del capital industrial. Cuando las contradicciones de este esquema se hicieron evidentes en 2011, el kirchnerismo buscó darles un nuevo tratamiento. Se analiza en particular el caso del gas en la matriz energética. El gobierno de Cambiemos (2015-...) abrió una nueva etapa.

**Palabras clave:** Argentina, capital industrial, energía.

**Resumo:** A mudança de políticas macroeconômicas após 2001 colocou os serviços públicos em um lugar subordinado à valorização e legitimação de capital industrial. Quando as contradições deste esquema se tornaram evidentes em 2011, Kirchner procurou dar um novo tratamento a elas. O caso do gás é analisado particularmente na matriz energética. O governo de *Cambiemos* (2015- ...) abriu uma nova etapa.

**Palavras-chave:** Argentina, capital industrial, energia.

## A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO EM MAURÍCIO TRAGTENBERG

Edmilson Marques\*

Discutir a questão da educação na concepção de Maurício Tragtenberg não é uma tarefa fácil, tendo em vista a sua ampla produção sobre este assunto que compreende um conjunto de artigos, palestras e discussões, em específico, o fato de sua concepção estar associada ao marxismo, que leva a maioria de seus leitores a não compreendê-la com profundidade. Aqui, no entanto, vamos apresentar o resultado de um estudo que compreende a análise desses textos esparsos de Maurício Tragtenberg, os quais foram publicados basicamente em duas obras, tratando-se de *Educação e Burocracia* e o primeiro volume de *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. Em linhas gerais vou apresentar a seguinte discussão: a concepção de Maurício Tragtenberg sobre o papel da educação na sociedade. E no interior desta discussão discutirei dois subtópicos fundamentais, tratando-se de: 1. A pedagogia burocrática e 2. A autogestão pedagógica.

Antes de abordar especificamente a concepção de educação em Tragtenberg, é preciso enfatizar que este autor parte de uma concepção da totalidade para analisar a educação. Para ele, a educação não é algo fechado em si mesmo, ou seja, que pode ser explicada por si só e está desassociada da sociedade. Portanto, para compreender a educação em Tragtenberg é necessário observar os locais de ensino como algo que integra as relações sociais. Nesse sentido, ele ressalta:

A educação, como a religião e o direito, não tem uma história à parte; constitui-se em parte integrante do todo social, pactado por suas determinações econômico-sociais. O importante é reter que a forma assumida pelo processo de trabalho determina as características e o significado da educação (TRAGTENBERG, 1982, p. 61).

Partindo do pressuposto que a educação não tem uma história à parte, isso significa que sua história assim como suas especificidades, forma de organização etc., corresponde à forma como a sociedade está organizada. Esta questão pode ser observada mais especificamente quando Tragtenberg esclarece sobre o que determina de fato o modo e ser da educação no capitalismo. Ao tratar do papel da universidade, o autor apresenta posteriormente o que de fato determina a educação. Vejamos em suas palavras:

---

\* Doutor em História/UFG e professor da Universidade Estadual de Goiás/UEG, unidade Uruaçu.

A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas *pelos servos que ela forma*. Esse modo de produção determina o tipo de formação através das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. (TRAGTENBERG, 1982, p. 13 *[itálico do próprio autor]*)

Isso quer dizer que na concepção de Tragtenberg as instituições de ensino expressam internamente as relações estabelecidas no modo de produção capitalista, portanto, integram a luta de classes e interferem em sua dinâmica. Concomitantemente é palco onde a luta de classes se manifesta.

É nesse sentido que o autor analisa o que ele chama de pedagogia burocrática. A pedagogia burocrática, para Tragtenberg, desempenha este papel de reproduzir o modo de produção capitalista, a luta de classes, e o faz de duas formas fundamentais: 1. Transmitindo a ideologia dominante e 2. Formando indivíduos para serem integrados no mercado de trabalho.

A respeito da ideologia dominante apontado por Tragtenberg, o que se observa é que ele está se referindo ao produto do trabalho de intelectuais, à falsa consciência sistematizada, assim como está em Marx (2007). A consciência burguesa recebe uma atenção cuidadosa de seus auxiliares, a intelectualidade. Esta atua no sentido de sistematizá-la e uma vez feito isso, o produto do seu trabalho, a ideologia, converte-se em um importante instrumento para a reprodução do próprio capitalismo. Isso acontece, porque os ideólogos invertem o sentido das coisas. Mas o fundamental é que naturalizam o capitalismo e ocultam as relações de exploração.

A naturalização da sociedade leva os indivíduos a pensarem que a vida só é possível dentro do capitalismo. Na verdade, a ideologia faz desaparecer a possibilidade de uma nova sociedade. Nesse sentido, vislumbrar o fim do capitalismo e a instituição de uma sociedade futura é convertido em caso de insanidade. É por isso que há uma descrença generalizada sobre concepções que defendem a abolição do capitalismo e a instituição da autogestão social. Torna-se insano aquele que pensa contrário à concepção burguesa.

Mas esta concepção que apresenta uma descrença em uma nova sociedade não nasce com o indivíduo ao rebento. Ela é inculcada em sua cabeça em seu processo de formação. Daí vem a necessidade de mecanismos para reproduzi-la em larga escala. A burguesia fez isso inicialmente com a produção ampliada da arte, da imprensa, em síntese, intensificando a produção intelectual, de forma que a sua concepção integrasse a

natureza destas mesmas produções. Daí emerge a ciência, sendo esta, portanto, a expressão da consciência burguesa.

Uma vez sistematizada, a consciência burguesa foi sendo amplamente divulgada e inculcada na cabeça das pessoas. Daí a importância dos locais de ensino, o lugar onde se transmite a consciência burguesa, seus valores, cultura etc. Mas qual característica apresenta esta consciência? Tragtenberg observa que a consciência burguesa, é acrítica. Ao ser inculcada nos indivíduos estes tornam-se apáticos ao novo e em sua maioria se mostram em conformidade com a ordem estabelecida e com as relações sociais que o envolve. Este é, segundo o autor, o papel da pedagogia burocrática.

A pedagogia burocrática ao acentuar o conformismo, o espírito acrítico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os “servos” do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada (TRAGTENBERG, 1982, p. 55).

Mas para formar um indivíduo acrítico, conformista, um *gentlemen*, não é um trabalho fácil, professores de ensino primário e secundário sabem muito bem disso. Levar os indivíduos a assimilarem a consciência burguesa exige um trabalho constante, exige o uso de ferramentas diversas para convencê-los de que aquela educação pode lhe ser útil para alguma coisa. Esse processo que Tragtenberg chama de inculcação, torna-se complexo e por isso merece toda a atenção do estado e da própria burguesia.

Daí vem a necessidade de organizar os locais de ensino como um protótipo da sociedade burguesa (MARQUES, 2015). O objetivo é fazer das instituições de ensino o meio onde o indivíduo aprenda as normas, regras, valores e forma de viver no capitalismo, de forma que, ao findar o processo de formação primária e secundária o indivíduo apresente o resultado da educação recebida, qual seja, o de um indivíduo que respeita a ordem estabelecida, que deseja e defende o mundo burguês, que coloca como fim e objetivo em sua vida, ser integrado ao mercado de trabalho. Este aparece como fim último e fundamental da educação, pois é daí que poderá conquistar outras questões que são partes da vida burguesa, como status, dinheiro, poder etc. Um indivíduo formado nestes princípios e que age conforme os mesmos, nada mais faz do que possibilitar um fôlego a mais ao modo de produção capitalista.

Esta educação só é possível dentro de um espaço complexo, pautado por um alto grau de controle, de punições, avaliações, repetições constante de atividades etc. E este contexto nada mais é do que a expressão de relações estabelecidas pela burocracia. Havendo nas instituições de ensino uma burocracia específica, que atua no controle do

que se produz e do que se é repassado no campo do conhecimento, esta faz emergir o que Tragtenberg chamou de pedagogia burocrática.

### **Pedagogia Burocrática**

A pedagogia burocrática, segundo Tragtenberg, coloca como fim último de sua atuação a produção do conhecimento. Acontece, no entanto, que este foco de sua atuação cotidiana acaba sendo invertido. Na realidade há a superavaliação da burocracia e a produção do conhecimento é jogada para segundo plano. É nesse sentido que Tragtenberg entende a pedagogia burocrática. Segundo ele, “entendo por pedagogia burocrática um sistema onde os meios de controle se tornam fins, e os fins são esquecidos. Então, o Diário de classe do Professor e o registro de faltas e notas é mais importante que o curso ministrado ao aluno” (TRAGTENBERG, 1982, p. 155).

Com a pedagogia burocrática se estabelece uma hierarquia pautada sob os pressupostos da relação entre dirigentes e dirigidos. “Da mesma maneira que o “professor-polícia” controla o aluno, o diretor-“polícia” controla o professor que, por sua vez, na esfera estadual, é escravo do delegado de Ensino, na maioria das vezes preposto dos grupos de interesse privado” (TRAGTENBERG, 1982, p. 155).

Para Tragtenberg, a pedagogia burocrática busca controlar tudo e todos dentro do espaço escolar. Poucas são as brechas que sobram para o professor discutir um conteúdo que não seja aquele que satisfaça o interesse do capital. A ideia dominante, amplamente presente no seio familiar, de que o fundamental seja formar o indivíduo para o mercado de trabalho acaba prevalecendo. Nesse sentido, “a comunidade de pais encontra no controle burocrático a melhor garantia contra quaisquer tendências desviantes do professor ao saber, que é severamente controlado, julgado e regulamentado” (TRAGTENBERG, 1982, p. 37).

Tragtenberg (1982) enfatiza ainda que a pedagogia burocrática se caracteriza também por propiciar o conformismo em relação ao ensino recebido, e nesse sentido transformando a avaliação e a nota em um novo “fetiche”. A avaliação promove a educação competitiva. Estabelece um processo de seleção de alunos, separando aqueles que são melhores e aqueles que são piores. O autor enfatiza que as instituições de ensino acabam por deixar de lado e punindo aqueles que merecem mais atenção, o “pior”, o “último da classe”.

Esse mesmo processo presente nas escolas, em que a educação é organizada e pautada pelos princípios da pedagogia burocrática, é observada por Tragtenberg como

um elemento distintivo da educação repassada também nas universidades. Semelhante às instituições escolares, a universidade atua para formar indivíduos para serem integrados no modo de produção capitalista. No seu interior há a manifestação da luta de classes e é organizada sob a tutela da burocracia. Tragtenberg observa que “a universidade não é algo tão essencial como a linguagem; ela é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem”. (TRAGTENBERG, 1982, p. 11).

No interior das universidades se estabelece assim relações de dominação. Há aqueles que alcançam o topo da hierarquia, a exemplo do reitor e seus auxiliares (pró-reitorias etc.). Estes mantêm um conjunto de subordinados que atuam nos câmpus universitários, os diretores, que também são auxiliados pelos técnicos-administrativos, alargando o campo de atuação da burocracia. E ainda recebe o apoio dos professores que utilizam e reproduzem os mecanismos da burocracia (sistema de notas, diários, etc.). Nesse sentido,

A universidade é uma instituição dominante, além disso, ligada à dominação. Até hoje a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo. Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo. A dominação que passa pela relação professor-aluno aparece através do sistema de exames. A universidade acima de tudo faz exames, é o coroamento burocrático do saber. A pedagogia burocrática se define pela valorização das aulas magisteriais, avaliação regida através do sistema de notas e troca de informações entre professores sobre aluno. Isso mostra uma pedagogia repressiva (TRAGTENBERG, 1982, p. 55).

O controle e a repressão é o meio utilizado pela burocracia, com o auxílio de grande parte dos professores, para educar o indivíduo. No meio universitário este controle é transvestido no controle do que se produz e do como se produz o conhecimento. O conhecimento produzido deve estar a serviço do capital. Indivíduos mais audazes, que por mérito próprio e perspicazes compreendem a dinâmica acadêmica, pautada pelo limite da consciência burguesa, e buscam romper com este princípio, não o fazem no interior da universidade. O fazem em outros locais onde a reflexão, o desenvolvimento de uma concepção crítica da realidade, pode ser realizada livremente do controle e dos ditames da burocracia, onde o indivíduo esteja livre da delinquência acadêmica. Segundo Tragtenberg:

A “delinquência acadêmica” aparece em nossa época longe de seguir os ditames de Kant: “Ouse conhecer”. Se os estudantes procuram conhecer os espíritos audazes de nossa época, é fora da universidade que irão encontra-



los. A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica (1982, p. 13).

A delinquência acadêmica, apontada por Tragtenberg, revela o lado obscuro que envolve a intelectualidade, aquela que faz da universidade a sua razão de ser.

Quando o autor aborda a questão dos espíritos audazes, ele está se referindo a aqueles indivíduos que buscam romper com o conhecimento que a universidade insiste em produzir e reproduzir. Grande parte dos professores insistem em empregar e utilizar os mesmos métodos que favorecem a reprodução de ideias fincadas até o pescoço no terreiro do capital. A eles cabe a tarefa não muito complicada de manter a produção do conhecimento desvinculado da produção manual.

A muito tempo a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual tem se tornado um processo irreversível no desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras: “A separação entre o “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica” (TRAGTENBERG, 1982, p. 16). Apesar da negação aparente da neutralidade, o que se nota é que ainda se reproduz os mesmos princípios do positivismo, o qual funciona como pressuposto oculto do que se é produzido. Isso leva muitos professores a desvinculem o conhecimento produzido das questões sociais mais amplas, a exemplo de seu papel de reproduzir a ordem existente.

O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de “delinquência acadêmica” ou da “traição do intelectual”. Em nome do “serviço à comunidade”, a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a “razão de Estado” em detrimento do povo (TRAGTENBERG, 1982, p. 14).

A delinquência acadêmica é parte do processo de formação universitária. Ali naquele espaço dedica à produzir e reproduzir ideologias. Além disso, as inculca nos indivíduos que integram a comunidade acadêmica. Mas não é apenas produzindo e reproduzindo ideologias que faz da intelectualidade uma auxiliar da burguesia. Esta também atua em investigações que propiciam invenções científicas que dão ao estado as poderosas armas que serão posteriormente utilizadas contra as classes exploradas e oprimidas. E nesse processo, altos investimentos são aplicados em pesquisas e programas para favorecer o seu desenvolvimento. Para Tragtenberg (1982, p. 14) a delinquência acadêmica:

Vale para aqueles que aperfeiçoam secretamente armas nucleares (M.I.T.), armas químico-biológicas (Universidade da Califórnia, Berkeley), pensadores

inseridos na Rand Corporation, como aqueles que, na qualidade de intelectuais com diploma acreditativo, funcionam na censura, na aplicação da computação com fins repressivos em nosso país (TRAGTENBERG, 1982, p. 14).

Além disso, os professores que atuam no interior da universidade ainda formam novos professores que continuarão no futuro o trabalho acadêmico já iniciado a tempos atrás, destinado à produção e reprodução da ideologia burguesa. Nesse sentido, forma-se novos professores. Como aponta Tragtenberg (1982, p. 56):

Na medida em que a universidade não forma a mão-de-obra demandada pelo sistema, singulariza-se como aparelho ideológico de inculcação de:

- a) Tipo de saber operacional e acrítico;
- b) Formas de sentir e agir conforme a “racionalidade” exigida pelo poder.
- c) Disciplina, pontualidade e discricção do aluno, futuro docente na burocracia acadêmica, ou executivo na burocracia empresarial, soldado na burocracia militar ou clérigo na burocracia eclesiástica.

A pedagogia burocrática, portanto, é apenas um lado da concepção de Maurício Tragtenberg a respeito da educação. Como vimos, esta nada mais é do que a pedagogia existente atualmente, a pedagogia que representa os interesses da burguesia. Da forma como foi exposta a discussão sobre a mesma, pode-se dar a impressão de que não há outra saída para a educação. Pode-se imaginar que tudo e todos agem para reproduzir o capitalismo, mesmo que tenha boa vontade. Bom, de fato o que prevalece é os princípios da pedagogia burocrática. Mas não é este o princípio que rege a educação em sua totalidade. Nesse sentido, a própria pedagogia burocrática cria as condições para o desenvolvimento de uma forma de educação contrária. Para Tragtenberg (1982, p. 55) “o processo educacional tem uma dinâmica própria, uma certa relativa autonomia que pode torná-lo instrumento de libertação”.

Para isso, o autor ressalta que é necessária uma reformulação dos locais de ensino que seja acompanhada de uma reformulação social. Ele destaca neste processo a necessidade de uma organização autônoma da classe trabalhadora, que seja destituída de uma burocracia interna, de uma organização pautada por relações entre dirigentes e dirigidos, e seja livre das amarras de partidos. Neste ponto aproximamos da segunda questão que apontamos no início do texto, ou seja, a concepção de Tragtenberg a respeito da autogestão pedagógica.

### **Autogestão Pedagógica**

Segundo Tragtenberg o termo autogestão pedagógica foi elaborado por Michel Lobrot (1966). Viana (2015) observa que Lobrot foi perspicaz ao associar autogestão social a autogestão pedagógica. Na concepção de Lobrot, a autogestão é o ideal, e a autogestão pedagógica poderia ser um instrumento para se chegar à autogestão social. Em suas palavras:

A autogestão social aparece como um ideal. Com efeito, tem como objetivo resolver o problema humano essencial, a saber: o da produção, ou, se se prefere, o da transformação do mundo pelo homem. Com efeito, visa levar os indivíduos a participar ao máximo no processo de produção, impedi-los de serem alienados, impedi-los de terem atividades que lhes sejam estranhas. Permite, da melhor forma, satisfazer as necessidades humanas essenciais que visam a criação, a invenção, a iniciativa, a investigação, a comunicação humana (LOBROT, Apud VIANA, 2015).

Para apresentar a sua concepção sobre a autogestão pedagógica Tragtenberg (2012, p. 177) faz o seguinte questionamento: “Não se trata de discutir como, onde e quem ensinar, a questão é outra: como aprender, onde e com quem aprender”. Partindo desta questão, Tragtenberg (2012, p. 182) apresenta os pressupostos de uma autogestão pedagógica, a partir da qual se pretende “uma aprendizagem baseada na união indissolúvel entre o trabalho e a pesquisa, teórica e prática, contrariamente às segmentações clássicas, tayloristas e produtivas”.

O autor ressalta que estes são os princípios educacionais almejados pela classe operária. É a defesa de uma educação integral e igualitária “como condição da autoemancipação dos trabalhadores e, portanto, de toda a sociedade (TRAGTENBERG, 2012, p. 183). Contrariamente à educação burguesa, que mantém nas mãos do estado e de um conjunto de burocratas o poder de definir o que e o como ensinar, da perspectiva da autogestão pedagógica todo o processo de ensino é organizado pelos próprios envolvidos<sup>51</sup> e o foco se converte em: o quê, onde e com quem aprender. Os temas a serem estudados parte de uma coletividade, temáticas que são comuns e significativos.

A autogestão pedagógica tem como centro não o programa, o professor, a instituição, mas o *aluno*. Ela é orientada no atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa. O mesmo se dá com o professor: de “máquina programada” ele passa a gerir com o aluno o programa (TRAGTENBERG, 1982, p. 59).

Portanto, o princípio para se desenvolver uma educação contrária aos interesses do capital, que tenha como foco a coletividade, a emancipação humana e o objetivo de formar indivíduos que integrem a luta com o objetivo de contribuir para alcançá-la, deve

---

<sup>51</sup> O depoimento de Tragtenberg em *Memórias de um Autodidata no Brasil* demonstra que ele próprio procurou praticar a autogestão pedagógica em algumas instituições.

ter como princípio, segundo Tragtenberg, o desenvolvimento de uma educação crítica. É preciso desenvolver uma educação antiburocrática fundada nos seguintes princípios: autogestão, autonomia do indivíduo e na solidariedade.

A autogestão da educação pressupõe que a gestão de todo processo de ensino seja realizada pelos envolvidos no processo educacional. “Isso significa a devolução do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho). Isso pressupõe a autonomia do indivíduo e da coletividade sendo este o fim da educação e não o meio, como nos princípios da pedagogia burocrática. Nega-se aí as premiações e punições. A solidariedade desenvolve-se no interior deste processo, rompendo com a competição estabelecida pela pedagogia burocrática. Esta brota da nova forma de organização da educação e da sociedade. Com isso se estabelece uma educação

Crítica e permanente das próprias formas educativas; antiautoritária, preocupando-se em desenvolver as potencialidades de cada um – eis que o indivíduo não vale tanto pelo que sabe quanto pelas condições que tenha para saber mais -; e globalizante, não restrita ao taylorismo intelectual (TRAGTENBERG, 2012, p. 183)

Os objetivos elencados acima estão associados à autogestão<sup>52</sup> do processo de aprendizagem, em que os próprios envolvidos (alunos, professores e pais) é que tomam as decisões e gerem o próprio espaço escolar. Inclui-se nesse processo a comunidade geral, uma vez que a educação não é de necessidade apenas daqueles que estão envolvidos mas da comunidade, já que esta apresenta agora como uma totalidade indivisível. Tragtenberg vê a necessidade de se criar associações de bairro para contribuir com o controle dos centros de educação.

Os envolvidos devem lutar pela educação gratuita, coletivizando os locais de aprendizagem, sendo este o meio de permitir o acesso de todos à educação. É preciso também romper com a divisão social do trabalho intelectual, o que o autor aponta como “descategorização dos professores, superação de sua divisão em categorias” (TRAGTENBERG, 2012, p. 184). Concomitantemente deve-se negar qualquer forma de organização pautada por dirigentes e dirigidos. A burocracia deve ser negada em sua totalidade e isso torna-se possível através de uma organização em que as decisões e ações sejam a partir da concordância de todos os envolvidos e não pela imposição de alguns poucos.

---

<sup>52</sup> Para uma discussão sobre a autogestão social em Tragtenberg, que é o pressuposto fundamental da autogestão pedagógica, ver Tragtenberg (1986); Tragtenberg (1987); Tragtenberg (1981); Tragtenberg (2011a), Tragtenberg (2011b).

Tragtenberg (2012) observa que esse processo é iniciado no interior do capitalismo, mas à medida que a autogestão social se generaliza as associações criadas para gerirem as unidades escolares e universitárias tendem a desaparecer, já que a divisão social do trabalho é superada e assim a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesse sentido, os indivíduos passam a desenvolver suas habilidades através do próprio trabalho, das necessidades gerais da coletividade.

Nesse sentido, a “pedagogia fundada na autogestão é incompatível com qualquer tipo de autoritarismo” (TRAGTENBERG, 2012, p. 184). Não há um grupo ou indivíduo que manda e outros que obedecem. Tudo é decidido coletivamente em uma assembleia. Para a organização dos espaços escolares elegem delegados que são revogáveis a qualquer momento. Essa é a forma encontrada pelos trabalhadores para não permitir a burocratização dos locais de trabalho e deve ser aplicada também como princípio na gestão dos espaços voltados para a educação. Assim, não se mantém um mesmo indivíduo como dirigente, já que a direção e a decisão é delegada a todos.

Tragtenberg (2012) chama a atenção que esta forma de educação não deve se restringir às salas de aula, deve ocorrer em constante contato com os bairros e outros setores da sociedade. Esse processo deve ser desenvolvido a partir da

Luta pela abolição da hierarquia professoral, divisão com a qual o poder conta para reproduzir-se. Questionamento do sistema de exames, com o qual se idiotiza um pouco mais as pessoas, ato eminentemente repressivo coberto de “boa consciência” pedagógica, que significa levar as pessoas a interiorizarem como necessário um Estado onipotente e onisapiente que completa o aspecto todo-poderoso da instituição universitária de cumprir com sua missão seletiva (TRAGTENBERG, 2012, p. 188).

O autor ressalta que o sistema de prova tem como objetivo legitimar a sociedade dividida em classes sociais, a relação entre dominantes e dominados. Segundo ele, a prova nada prova. Na luta por uma nova forma de educação é que se fazem necessárias novas formas de se aprender. Por isso, Tragtenberg (2012, p. 188) propõe “a formação de grupos de trabalho como forma de ação anti-individualista e anticompetitiva, cursos paralelos onde for possível e grupos espontâneos formados para pesquisar”.

Esta discussão apresentada por Tragtenberg (2012) sobre a autogestão pedagógica foi inspirada na experiência educacional fundada em 1976 pela Confederação Nacional do Trabalho-CNT, através da criação do que chamaram de Sindicato do Ensino. Segundo ele, esta experiência devolveu o processo educativo aos

envolvidos com o mesmo. Desta experiência desenvolveram Escolas Populares, através das quais havia uma tendência crescente a:

Crítica ao paternalismo, aumento da politização, das relações com os bairros, pesquisa pedagógica e elaboração do material, consciência da luta na frente ideológica e o problema da manifestação, consciência do papel básico da assembleia e expectativa autogestionárias, experiência coletiva e alternativa (TRAGTENBERG, 2012, p. 187).

Tragtenberg (2012) esclarece que no fundo esta proposta de educação apresentada pela CNT é baseada nos princípios pedagógicos de Francisco Ferrer, quais sejam: “solidarismo e uma educação sem prêmios ou castigos, a igualdade na liberdade; a integração da universidade às esferas produtivas, participando das comunidades de bairro na transformação dos atuais centros em ateneus libertários” (TRAGTENBERG, 2012, p. 189). Essa forma de educação, no entanto, ressalta ele, só pode se desenvolver se for gerida pelos próprios envolvidos sem a intermediação do estado ou de uma burocracia escolar. E nesse sentido,

O objetivo central permanece sendo a autogestão pedagógica, a realização da aprendizagem coletiva e individual, controlada pelos grupos interessados, sem a mediação e tutela do Estado ou intermediários privados. Pois à liberdade se vai pelos caminhos da liberdade, as vias autoritárias só conduzem ao autoritarismo (TRAGTENBERG, 2012, p. 189).

A autogestão pedagógica, portanto, deve ser pautada pela liberdade de sua gestão, e esta deve ser realizada pela coletividade envolvida no processo. Tragtenberg ressalta que a efetivação da autogestão pedagógica é um processo longo, perpassa pela autonomia dos envolvidos, pela liberdade de se organizarem, o que pressupõe o rompimento com os valores burgueses assim como com a forma de organização estabelecida sob os princípios da pedagógica burocrática. É fundamental, portanto, que haja pessoas empenhadas profundamente neste processo. E para ele, “quem tem medo de perder cargos não pode contribuir a uma educação libertadora. Capachos do poder só podem contribuir a uma educação opressiva” (TRAGTENBERG, 1982, pp. 55-56).

Em síntese, a autogestão pedagógica abordada por Tragtenberg aponta para uma nova forma de organizar e efetivar o processo de ensino. Não é um processo fácil, mas não é impossível. Tragtenberg já o mostrou que sua realização é necessária e diversas experiências já o mostraram sua possibilidade. A luta pela autogestão social é o caminho pelo qual pode-se desenvolver um ensino que manifeste o interesse de todos, a autogestão pedagógica.

### Considerações Finais

A concepção de Maurício Tragtenberg sobre a educação pode ser compreendida a partir da discussão que realiza sobre duas questões fundamentais: 1. Sobre a pedagogia burocrática e 2. Sobre a autogestão pedagógica. Vimos que Tragtenberg se refere à pedagogia burocrática como aquela que contribui para a manutenção do modo de produção capitalista, tratando-se da pedagogia que prevalece atualmente nos diversos locais de ensino (escolar e universitário).

A grande contribuição de Maurício Tragtenberg para a educação está na sua discussão sobre a autogestão pedagógica. Esta pressupõe um ensino gerido pelos próprios indivíduos envolvidos com a mesma (professores, alunos, pais etc). Há uma dificuldade de compreender esta discussão de Tragtenberg, uma vez que fomos educados através da pedagogia burocrática e ainda socializados na sociedade burguesa. Mas é preciso avançar para além da pedagogia burocrática. Maurício Tragtenberg oferece uma importante contribuição nesse processo.

### Referências

LOBROT, Michel. *Pedagogia Institucional: la escuela hacia la autogestión*. Buenos Aires: Humanitas, 1966.

MARQUES, Edmilson. A unilateralidade da educação no capitalismo. In: SILVA, Luzia et al. *A Educação na Perspectiva do Marxismo e da Escola de Frankfurt: teoria crítica e humanismo*. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Antônio Ozaí da. *Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária*. Revista Espaço Acadêmico, nº 32, jan., 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *Autonomia Operária*. São Paulo: Unesp, 2011a.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_\_. *Educação e Burocracia*. São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Memória de um Autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011b.



## A CONTRIBUIÇÃO DE MARX PARA A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nildo Viana\*

Qual é a possível contribuição de Karl Marx para a compreensão e análise dos movimentos sociais? Talvez essa pergunta devesse ser antecedida por outra: Marx oferece alguma contribuição para a análise dos movimentos sociais? Por um lado, Marx é considerado um clássico da sociologia, bem como de outras ciências humanas (ciência política, economia etc.) e da filosofia, e não poderíamos esquecer sua influência em diversas outras ciências, incluindo as naturais. Como autor clássico e considerado por muitos como atual, então certamente deve ter alguma contribuição para a compreensão dos movimentos sociais. Por outro lado, é tido por alguns como um autor do século 19 (e alguns até querem nos convencer que seria ultrapassado) e os movimentos sociais emergiram sob forma embrionária a partir do final desse século, ou seja, quando ele já havia morrido.

Sendo assim, as duas questões iniciais continuam válidas. O nosso objetivo é responder estas indagações e para isso faremos o seguinte trajeto analítico: em primeiro lugar, apresentaremos algumas posições de alguns autores a respeito da possível contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais; em segundo lugar, realizaremos um esclarecimento conceitual que, de nossa perspectiva, é fundamental para nos posicionarmos diante dessas questões; em terceiro lugar, apontaremos quais são as contribuições de Marx para uma teoria dos movimentos sociais, que é nossa posição e resultado de nossa análise.

### **Marx e os Movimentos Sociais na Produção Sociológica**

Existem, basicamente, três posições dentro da produção sociológica a respeito da possível contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais: 1) aqueles que consideram que sua contribuição ainda é atual e fundamental ou pelo menos que ele contribui de alguma forma; 2) aqueles que delimitam tal contribuição a um período histórico específico ou apenas ao caso do movimento operário; c) aqueles que negam tal contribuição. Estas duas últimas muitas vezes se confundem e alguns autores passaram

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Sociologia pela UnB e pós-doutor pela USP.

de uma posição para outra no decorrer do tempo. Para fins didáticos, vamos denominar o primeiro conjunto como contribucionistas, relativistas e negativistas.

No primeiro caso, temos um conjunto de autores, de diversos países e distintas concepções a respeito dos movimentos sociais que defendem a existência e atualidade de Marx no processo explicativo desse fenômeno social. Vamos lançar mão de alguns poucos casos concretos para demonstrar as principais manifestações dos contribucionistas.

Segundo Scherer-Warren, “a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais de libertação das classes socialmente oprimidas foi uma das mais ricas já realizadas. A abrangência de seus estudos nesse sentido torna difícil a tarefa de selecionar suas contribuições mais significantes” (1989, p. 24). Essa autora afirma que todas as “categorias sociológicas” que ela privilegia na análise dos movimentos sociais estão presentes no pensamento de Marx. Tais “categorias sociológicas” seriam práxis, projeto, ideologia, organização e direção dos movimentos sociais. Isso é coerente com a definição de movimentos sociais apresentado pela autora, pois, em sua concepção, eles seriam “uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 21). A autora analisa esses tópicos e busca retomá-los ou relacioná-los com o pensamento de Marx.

Essa posição, no entanto, nos parece muito problemática. Em primeiro lugar, teríamos que concordar com sua definição de movimento social. E seu conceito é demasiadamente amplo e por isso inaceitável, inclusive por poder englobar partidos, classes sociais e diversos outros fenômenos sociais (VIANA, 2016a). O seu campo lexical, no aspecto semântico, é distinto do de Marx em vários pontos, a começar pelo termo “ideologia”, que nesse autor é um sistema de pensamento ilusório (MARX e ENGELS, 1982; MARX e ENGELS, 1979; VIANA, 2010) e para a autora se tornou “princípios valorativos comuns”. A sua forma de elaboração conceitual é bem distinta da que é realizada pelo método dialético (VIANA, 2016a). Em segundo lugar, a sua análise da contribuição de Marx remete ao que este autor aborda no caso do proletariado, a classe revolucionária constituída pelo capitalismo segundo sua concepção. Ela transfere as afirmações de Marx, relativas ao proletariado, para os

movimentos sociais, o que é sem sentido e equivocado, pois são fenômenos distintos<sup>53</sup>. Em último lugar, a autora realiza uma interpretação problemática do pensamento de Marx, confundindo-o com o pensamento de Lênin, ao atribuir a ele uma concepção de partido político como elemento de sua teoria da revolução e confusão conceitual (como ocorre com o conceito de classes, por exemplo).

Segundo Maria da Glória Gohn, retomando Scherer-Warren, Marx teria trazido como grande contribuição para a análise dos movimentos sociais o conceito de práxis política. Ela afirma que “em suas análises históricas, especialmente em *Luta de classes na França* (1850), *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852) e *Guerra Civil na França* (1871), Marx explorou mais intensamente a questão da práxis política dos movimentos” (GOHN, 2002, p. 177).

Essa autora busca confirmar sua pressuposição de que Marx teria discutido os movimentos sociais a partir de algumas citações do mesmo, que não custa reproduzir:

Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização (MARX apud GOHN, 2002, p. 177).

Gohn não percebe que aqui Marx está abordando o movimento operário, que é um movimento de classe, e não movimentos sociais. Esse equívoco permanece na atribuição de referência aos movimentos sociais em outra citação: “não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social” (MARX apud GOHN, 2002, p. 177-178).

Assim, Gohn toma as referências de Marx sobre movimento operário e movimento de classe como se fossem referências aos movimentos sociais. As análises históricas de Marx, o que é perceptível a começar pelos títulos de suas obras citadas por Gohn, são as lutas de classes, ou seja, movimento de classes e não movimentos sociais. A primeira citação de Marx apresentada por Gohn mostra uma contraposição entre

---

<sup>53</sup> Adiante vamos discutir a relação entre movimento de classe e movimentos sociais, mas mesmo para as abordagens que consideram o movimento operário como um movimento social, essa transferência é indevida, pois ele seria parte e não o todo e seria necessário realizar essa distinção e compreender tudo que é derivado disso, o que não ocorre no caso. Por exemplo, Marx considera o proletariado como uma classe revolucionária e apenas as classes que se aliam (o que é a tendência das classes que podemos denominar “desprivilegiadas”, tais como camponato, lumpemproletariado etc.) a ele exerceriam um significado análogo, sendo que as demais classes (que podemos denominar “privilegiadas”, como a burguesia, os latifundiários, os burocratas, etc.) são tidas como conservadoras. Os movimentos sociais, em sua maioria, são policlassistas e isso, por si só, já coloca um problema e dificilmente poderíamos esquecer que os movimentos sociais são hegemonicamente reformistas e que existem movimentos sociais conservadores (VIANA, 2016a).

movimento econômico e movimento político que é descontextualizada. A citação completa ajuda a compreender isso:

Mas, por outro lado, todo o movimento em que a classe operária enfrenta como *classe* as classes dominantes e tenta obrigá-las por meio de uma pressão externa é um movimento político. A tentativa, por exemplo, de impor aos capitalistas isolados uma redução do tempo de trabalho numa só fábrica ou num dado ramo industrial por meio de greves, etc., é um movimento puramente econômico; em contrapartida, o movimento para impor uma lei das oito horas, etc., é um movimento político. E deste modo surge em toda a parte, a partir dos movimentos econômicos isolados dos operários, um movimento político, isto é, um movimento da classe, para impor os seus interesses de uma forma geral, de uma forma que possua força geral, socialmente coercitiva. Se estes movimentos supõem uma certa organização prévia, eles são igualmente, por seu lado, meio do desenvolvimento dessa organização (MARX, 2016, p. 216).

Marx se refere aqui ao movimento operário. Ele distingue entre movimento operário “econômico”, ou seja, isolado, de movimento operário político, isto é, tendo força geral e coercitiva. Neste último caso, temos um movimento de classe, político. Seria impossível aplicar essa reflexão ao caso do movimento negro ou feminino. A segunda citação comete outro equívoco. Marx está se referindo, nesse caso, não especificamente a movimentos sociais e sim a processos sociais. O parágrafo seguinte deixa bem claro isso: “somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos de classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas* (MARX, 1989, p. 160). A contraposição que Marx efetiva aqui é entre o social e o político, sendo que o primeiro está presente em todas as sociedades e o segundo é um processo existente nas sociedades de classes. O uso da palavra “movimento” (social ou político) não tem o sentido atribuído por Gohn e sim apenas para mostrar a mudança e que toda mudança política é mudança social.

Um último elemento apontado por Gohn é o da questão da solidariedade, que em Marx é uma questão específica do proletariado (ele precisa romper com a divisão e competição imposta pelo capital e criar sua unidade, associação, solidariedade), que é generalizado para todos os movimentos sociais. Porém, além disso não estar presente no pensamento de Marx, é um equívoco colocar a solidariedade como elemento fundamental para explicar os movimentos sociais.

Uma outra forma de conceber a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais é a realizada pelos pesquisadores dos movimentos sociais urbanos, movimentos sociais rurais, ou movimentos sociais populares em geral. Esses contribucionistas não extraem citações descontextualizadas e mal compreendidas de Marx para afirmar que ele fez estudos sobre tais movimentos sociais, mas sim extraem

da sua obra uma determinada compreensão da sociedade e dos problemas urbanos, rurais, populares, para explicá-los (CASTELLS, 1988; CASTELLS, 1989; LOJKINE, 1981; BORJA, 1975). Nesse caso, se reconhece uma contribuição do pensamento de Marx, mas indiretamente, com sua teoria do capitalismo, das classes, luta de classes, etc. Castells (1988; 1989), por exemplo, aborda os movimentos sociais urbanos a partir da questão da reprodução da força de trabalho, cujo espaço de realização ocorre na cidade e em relação com a estrutura urbana (transporte, moradia etc.). Por questão de espaço nos limitaremos a estas abordagens, às quais seria possível acrescentar muitas outras.

A abordagem relativista é a daqueles que limitam a contribuição de Marx a um período histórico específico ou ao caso do movimento operário. Para grande parte dos autores do que se convencionou chamar “teoria dos novos movimentos sociais”, o que preferimos denominar abordagem culturalista, as contribuições de Marx se limitam ao passado histórico do capitalismo:

Embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, [os representantes da abordagem culturalista – NV] compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas (ALONSO, 2009, p. 59).

Essa tese está presente em quase todos os autores que defendem que vivemos numa “sociedade pós-industrial” ou “pós-moderna”. As mudanças sociais teriam restringido a validade do pensamento de Marx ao período anterior e por isso seria necessário novas abordagens para analisar os movimentos sociais. A concepção marxista ortodoxa precisaria ser substituída por uma nova abordagem (ALONSO, 2009; GOHN, 2002). Esse seria o caso de autores como Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe:

Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégia dos autores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos, etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado (GOHN, 2002, p. 121).

No entanto, alguns destes autores já apontavam para um rompimento com a tese da utilidade da concepção de Marx (e geralmente de tudo que ficou conhecido como

“marxismo”) para explicar os movimentos sociais. O problema não seria apenas temporal, mas epistemológico. As correntes pós-estruturalistas apontam para a recusa da totalidade, luta de classes etc., e assim consideram que nem no que se refere ao século 19 ou especificamente ao movimento operário as teses de Marx foram válidas. Trata-se da posição negacionista, que é geralmente derivada ou sucessora da relativista. Esse é o caso de Laclau (1986) e Touraine a partir dos anos 1990 (GOHN, 2008). A ideologia da sociedade pós-moderna<sup>54</sup> ou pós-industrial acabou gerando uma epistemologia negadora do marxismo. É nesse contexto que a crítica ao pensamento de Marx deixa de ser por causa de inadequação temporal e passa a ser por causa de sua inadequação epistemológica.

Essas análises (relativistas e negacionistas) possuem limites que não poderemos explicitar em sua totalidade e detalhadamente, mas tão-somente fazer algumas rápidas observações críticas, por questão de espaço. A concepção relativista, segundo a qual as teses de Marx só eram válidas para o século 19 e/ou para o movimento operário, é equivocada. As razões do equívoco serão aprofundadas adiante quando abordarmos a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais. No entanto, é preciso adiantar aqui que a teoria elaborada por Marx possui elementos que são expressão da época, do momento histórico, e elementos essenciais da sociedade capitalista, que vão além de sua época. Isso será melhor explicitado adiante, quando trataremos de sua teoria do capitalismo. No caso específico dos movimentos sociais, sendo que eles inexistiam na época da produção de Marx, estavam apenas anunciando o seu nascimento, obviamente que ele não poderia analisar o inexistente e sua análise do movimento operário e das lutas de classes não são aplicáveis a eles, mas possuem relação com os mesmos e não é possível compreendê-los sem tal análise, como desenvolveremos a seguir.

As diversas abordagens dos “novos movimentos sociais” são problemáticas, pois suas bases teórico-metodológicas são frágeis e mesmo as mais estruturadas são marcadas por problemas insolúveis, tal como uma recusa ou má compreensão da historicidade. Da mesma forma, outro problema é a tese da superação da sociedade “industrial”, “moderna”, “capitalista” por uma outra, coisa que não ocorreu de fato (VIANA, O Capitalismo na Era da Acumulação Integral, 2009). Seria necessário um

---

<sup>54</sup> Para uma crítica do uso do termo “pós-moderno” (pós-modernidade e pós-modernismo) e crítica de algumas ideologias chamadas “pós-modernas”, cf. Viana (2009). Essas concepções também foram criticadas por Eagleton (EAGLETON, 1998; BRAGA, 2013).

grande desdobramento teórico para mostrar o equívoco dessa concepção, mas nos contentamos ao colocar que os autores que tentaram mostrar a alteração de uma sociedade industrial em uma sociedade pós-industrial (ou “pós-moderna”) não provaram absolutamente nada, pois, desde Daniel Bell (1969), passando por Alain Touraine (1970), Claus Offe (1989) até chegar a Toni Negri e Maurizio Lazzarato (2001), o que fizeram foram apenas demonstrar que a sociedade moderna alterou alguns de seus aspectos, como, por exemplo, aumentar o setor de serviços, o trabalho “imaterial”, etc. Esses autores não demonstraram que ocorreu a criação de uma nova sociedade. Aliás, a própria forma de expressão (“pós”) significa ficar preso no que supostamente se superou (sociedade industrial, moderna etc., gerando nomes como pós-industrial, pós-moderno), demonstra que não há novidade, no nível essencial, pois nesse caso teria nome próprio (VIANA, 2009).

Os chamados “novos movimentos sociais” não são tão novos e a ideia de novidade precisaria de uma fundamentação mais ampla. O movimento das mulheres emerge embrionariamente no final do século 19, assim como o movimento estudantil. Outros movimentos vão emergindo e o que surge, efetivamente de novo, a partir do final dos anos 1960, é o movimento ecológico e pacifista. No entanto, todos os movimentos sociais são incluídos entre os “novos”, o que seria um equívoco. Aliás, a própria expressão “novos movimentos sociais” é um equívoco, pois generaliza para todos os movimentos sociais o que ocorre com apenas alguns. Vários autores já criticaram esse postulado (ALONSO, 2009) e Gunder Frank e Fuentes (1989) afirmam, corretamente, que “os ‘novos’ movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas” (p. 19). Na verdade, emergiram alguns novos movimentos sociais, que são, aliás, pouco abordados pelos representantes da abordagem culturalista, e os que já existiam sofreram algumas mudanças, de acordo com a própria mudança do capitalismo, tal como colocaremos adiante. Nesse sentido, a recusa da contribuição de Marx para a teoria dos movimentos sociais é um retrocesso intelectual e nosso objetivo é, a partir de agora, apresentar as contribuições deste autor.

### **Esclarecimento Conceitual**

Antes de apresentarmos aquilo que consideramos a contribuição de Marx para uma teoria dos movimentos sociais, é necessário realizarmos alguns esclarecimentos conceituais. Para saber se Marx contribuiu ou não com a análise dos movimentos sociais precisamos, anteriormente, definir o que entendemos por isso. Aqui encontramos um



dos problemas mais graves nas abordagens dos movimentos sociais: o problema conceitual. Muitos autores não definem o que entendem por movimentos sociais, mais ainda quando abordam movimentos sociais específicos (negro, feminino, ecológico, estudantil etc.). Outros apresentam definições idiossincráticas, sem fundamentação e base teórico-metodológica. Essas definições idiossincráticas são, muitas vezes, empíricas, tal como observou Melucci (1989)<sup>55</sup>. As definições empíricas dos movimentos sociais são aquelas que partem de um movimento social, ou pior, uma mera organização ou ramificação de um, e o tomam como modelo para definir movimentos sociais em geral. Outra forma de definição é a modelar, fundamentada numa concepção racionalista criadora de modelos, que realiza generalizações que geralmente nunca se aplica ao conjunto dos movimentos sociais. Esse é o caso da definição de movimentos sociais de Scherer-Warren que apresentamos anteriormente. As definições idiossincráticas podem ser fundadas em casos empíricos ou então na imaginação daquele que faz a definição.

Todas essas formas de definição de movimentos sociais são distintas da concepção marxista, ou seja, da forma dialética de elaboração dos conceitos. A elaboração dialética do conceito parte de uma teoria da realidade e de uma teoria da consciência para elaborar os seus conceitos. O real, na concepção dialética, é o concreto e este é entendido como histórico, total, determinado. Como a célebre frase de Marx, “o concreto é o resultado de suas múltiplas determinações” (MARX, 1983a). Qualquer fenômeno social ou conjunto de fenômenos é histórico, não existiu desde sempre. As classes sociais, o Estado, os movimentos sociais, surgiram num determinado momento histórico, se desenvolvem e perecem ou se transformam. Isso não ocorre aleatoriamente ou gratuitamente, é um processo determinado. O Estado aparece com o surgimento das classes sociais e suas lutas, sendo que ele surge para expressar os interesses da classe dominante e amortecer os conflitos de classes para que não haja revolução ou instabilidade que dificulte a reprodução dessa sociedade. Um fenômeno social é uma totalidade inserida noutra totalidade mais ampla que é a sociedade. O Estado é uma totalidade (que fica cada vez mais complexa com o desenvolvimento da humanidade) inserida na totalidade da sociedade em que existe. O mesmo vale para os demais fenômenos sociais. A sociedade, entendida como o “conjunto das relações sociais”

---

<sup>55</sup> Melucci distingue definições empíricas e definições analíticas. Apesar de concordarmos parcialmente com suas considerações, julgamos mais adequado denominar as demais como “definições modelares”, pois acabam funcionando como um “modelo” ou sendo derivados de um modelo (tal como o funcionalismo).

(MARX, 1989) é uma totalidade que engloba em si diversas outras totalidades e é englobada por uma totalidade maior (natureza, universo). Um fenômeno social é histórico e isso ocorre também com o Estado e com a sociedade. O Estado surge num determinado momento histórico, assume várias formas com a passagem de uma sociedade de classes para outra, e tende a ser abolido com a superação do capitalismo. A sociedade surge com a própria humanidade e se deixar de existir será junto com ela, mas assumiu diversas formas no decorrer da história.

A dialética marxista também tem uma teoria da consciência. A consciência dos seres humanos é um produto social e histórico, sendo, igualmente, determinada e uma totalidade. Ela é o ser consciente, ou seja, o indivíduo real, existente na vida real, que desenvolve sua percepção do mundo, através de seu processo histórico de vida. Os indivíduos são seres reais, históricos, falhos, e isso se manifesta na sua consciência. A consciência, assim, pode ser verdadeira ou falsa, pois o saber verdadeiro não depende apenas da capacidade mental dos indivíduos, mas, principalmente, das condições sociais. A divisão social do trabalho, os modos de vida, interesses, etc., derivados dela, constituem limites para a consciência humana que somente uma transformação social radical pode abolir de forma generalizada na humanidade. O desenvolvimento da consciência é uma necessidade humana, mas determinadas relações sociais acabam se tornando obstáculos para isso ocorrer. É por isso que Marx tematizou a questão das ilusões e da ideologia (VIANA, Imaginário e Ideologia - As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo, 2013).

Marx, na obra *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1982), realizou a crítica da ideologia e mostrou as bases das representações ilusórias (a divisão social do trabalho e as relações sociais limitadas derivadas dela). No entanto, os seres humanos, superando os obstáculos sociais, tem a capacidade de desenvolver uma consciência correta da realidade e superar a consciência ilusória. Isso, para ocorrer, tem que ter bases sociais reais. Se os interesses gerados a partir da divisão social do trabalho, e a própria constituição dessa, são obstáculos para uma consciência correta da realidade, então essa só pode surgir a partir daqueles que possuem interesse em desenvolvê-la. Marx encontrou nas classes sociais a base dos interesses, seja em ocultar a verdade ou em revelá-la. A emergência da sociedade moderna gera o proletariado, classe que tem interesse na verdade e necessita dela para sua autolibertação, que significa, simultaneamente, emancipação humana. Nesse caso, ao invés de interesses particularistas, como os da classe dominante e suas classes auxiliares, o proletariado

representa os interesses universais e por isso não recusa a totalidade e o torna um de seus pressupostos.

No entanto, o proletariado não desenvolve uma consciência correta da realidade, nem sob a forma de representações cotidianas, nem sob a forma de teoria, pois ele tem esse interesse, mas está submetido à divisão social do trabalho e à hegemonia burguesa, bem como tem menor acesso às informações e condições sociais de reflexão e produção intelectual. Então como emerge essa consciência correta da realidade? Através das lutas de classes, que é quando o proletariado em sua luta se une, se organiza e desenvolve sua consciência<sup>56</sup>, e isso ocorre de forma mais profunda e desenvolvida quando inicia um processo revolucionário, pois o início da transformação social radical permite romper com as ilusões, com os interesses imediatos que são obstáculos para o avanço da consciência, com o processo de totalização da transformação. Contudo, as experiências revolucionárias foram derrotadas e todas as revoluções proletárias ficaram inacabadas. A retomada desse processo, no entanto, torna possível a retomada da consciência correta da realidade generalizada no proletariado e todos que o apoiam e que, uma vez realizada a revolução, se generaliza em toda a sociedade.

Antes desse processo ocorrer, no entanto, já existem indivíduos que avançam num sentido de uma consciência correta da realidade, mesmo que poucos, marginalizados, estigmatizados, por não expressarem os interesses dominantes, os interesses particularistas, não estarem seguindo os modismos e ideias hegemônicas. Isso ocorre no interior do proletariado através de alguns indivíduos que avançam no sentido de representações cotidianas verdadeiras ou mesmo representações congruentes<sup>57</sup>, especialmente utopias. Isso também ocorre no caso de intelectuais, como o próprio exemplo de Marx, mas também de outros pensadores, como Korsch, Pannekoek etc. Nesse último caso é que a consciência revolucionária assume a forma de teoria, um saber complexo e amplo que consegue explicitar as relações sociais reais tal como elas são, realizando a “crítica desapiedada do existente”. Esses processos constituem não somente uma consciência correta da realidade presente, mas também aquilo que Ernst Bloch denominou “consciência antecipadora” (BICCA, 1987).

Assim, a emergência do proletariado como classe social e suas lutas são determinações do surgimento da teoria, aqui compreendida como um universo conceitual que expressa e explica a realidade social. A teoria é expressão da realidade

---

<sup>56</sup> Isso foi explicitado por Marx (1989), Pannekoek (1978), Viana (2012), entre outros.

<sup>57</sup> Sobre representações cotidianas, cf. (VIANA, 2008; VIANA, 2015a).

sob forma totalizante e os conceitos, tal como colocou Marx (1989), são “expressões da realidade” em seus diversos aspectos.

Se o proletariado desenvolve sua consciência através de sua luta contra a classe capitalista, ou seja, na luta de classes, é dessa luta que os indivíduos de outras classes, incluindo os intelectuais, retiram suas fontes de inspiração e elaboram conceitos e teorias. Essa base social e histórica da elaboração dos conceitos é reforçada pelas necessidades da luta proletária, tal como a compreensão das mutações do aparato estatal, a emergência e significado dos movimentos sociais. A partir do momento em que surge a necessidade de compreensão dos movimentos sociais, surge a necessidade de sua conceituação e explicação. É nesse momento que se torna necessário um conceito e uma teoria dos movimentos sociais.

A elaboração dialética dos conceitos é distinta dos modelos, tipos ideais etc. O objetivo é expressar a realidade tal como ela é, ou seja, o compromisso com a verdade é sua base intelectual e não com manipulação, estratégias políticas etc. Não se elabora um conceito para servir aos interesses de uma disputa política específica e sim tendo o fim geral da transformação radical e total das relações sociais, a emancipação humana, como objetivo. E esse processo é realizado através da percepção da realidade e necessidade de expressá-la, o que é realizado através do conceito. O conceito, que é um signo, é expressão da realidade, que é o significado. O signo pode ser escolhido no interior de uma certa arbitrariedade ou convencionalidade, mas não pode ser mero capricho individual, idiossincrático. A escolha do signo, que será o conceito, obedece aos processos acima delimitados e busca ser o mais adequado possível à realidade que busca expressar. O significado, por sua vez, é o aspecto da realidade que o conceito busca expressar. Desta forma, na elaboração dialética do conceito se inicia pela necessidade de explicitar um significado e por isso esse processo começa pela distinção de qual aspecto da realidade se busca expressar. O significado é o ser, o aspecto da realidade, que o signo visa expressar e, portanto, é por este que se deve iniciar.

Logo, para que o conceito de movimentos sociais seja elaborado é preciso saber a que conjunto de fenômenos sociais ele se refere. Trata-se de um conjunto de fenômenos que podemos denominar movimento estudantil, movimento negro, movimento feminino, movimento ecológico, entre diversos outros. Uma vez esclarecido qual é o conjunto de fenômenos que são englobados no conceito de movimentos

sociais<sup>58</sup>, então o passo seguinte é sua conceituação. A melhor definição de movimentos sociais é como “movimentos de grupos sociais” (JENSEN, 2016; VIANA, 2016a). Porém, é preciso compreender que não se trata apenas de palavras e vínculos de palavras com fenômenos sociais, pois um conceito, que é uma unidade de uma teoria, remete a diversos outros conceitos (a começar pelo de grupos sociais)<sup>59</sup>. Essa definição é apenas uma parte do conceito, que precisa outros conceitos para se constituir enquanto tal. Os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais quando estes, devido insatisfação com determinada situação social específica, gera um senso de pertencimento, objetivos e mobilização (VIANA, 2016a) e cada um desses elementos necessita explicação e desenvolvimento.

É preciso deixar claro que este conceito de movimentos sociais aponta para sua concreticidade, pois engloba a totalidade do fenômeno, sua historicidade e sua determinidade: os movimentos sociais só surgem quando os grupos sociais se tornam “efetivos” ou “em fusão”, a partir dos outros elementos constitutivos acima delimitados, o que depende de condições sociais externas ao mesmo (a insatisfação social não é do grupo com ele mesmo e sim com sua situação social específica). Isso é apenas parte da questão, pois é necessário analisar as variedades de movimentos sociais, as suas ramificações (tendências, organizações etc.), entre diversos outros fenômenos correlatos e derivados.

Assim, aqui já mostramos uma contribuição de Marx, que é a elaboração de um conceito de movimentos sociais a partir do método dialético desenvolvido por ele. No entanto, outra contribuição, derivada do método dialético, é a questão da especificidade dos movimentos sociais. Os movimentos sociais não são movimentos de classes sociais e por isso o movimento operário, o movimento camponês etc., não se incluem nesse conceito. Esse esclarecimento conceitual é fundamental, inclusive para termos uma compreensão mais adequada da contribuição de Marx para a teoria dos movimentos sociais. O ponto fundamental aqui é o que diferencia movimentos sociais e movimentos de classes sociais.

---

<sup>58</sup> O signo (palavra) “movimentos sociais”, por sua vez, é o que um grande número de autores assim denominou, embora muitas vezes imprópriamente. Mas também é usado nos próprios movimentos sociais, nos meios de comunicação etc. Outro signo poderia ter sido escolhido, como, por exemplo, movimentos grupais. Contudo, isso seria um obstáculo para o entendimento e para a difusão da teoria. Por isso, como o termo “movimentos sociais” não é obstáculo e nem traz dificuldades, pode ser usado. Nesse caso, é a sua conceituação que se torna o problema, mas, sendo realizada adequadamente, atende à necessidade de expressar a realidade.

<sup>59</sup> Sobre grupos sociais, cf. Viana (2016a).

Os movimentos sociais são gerados por grupos sociais e os movimentos de classes, obviamente, por classes sociais. Aqui a diferenciação entre grupos sociais e classes sociais se torna fundamental. Um movimento de classe (como o operário, camponês etc.) tem como objetivo os interesses de classe, sejam eles interesses imediatos ou fundamentais<sup>60</sup>. As classes sociais são compostas por um conjunto de indivíduos que possui um modo de vida comum, interesses comuns e luta em comum contra outras classes, derivados da divisão social do trabalho, que, por sua vez, é determinada pelas relações de produção (MARX e ENGELS, 1982; VIANA, 2012)<sup>61</sup>. As lutas e os interesses das classes sociais remetem para a totalidade da sociedade, tanto nas relações de produção quanto nas formas sociais (“superestrutura”), pois as classes são relacionais e só existem em suas relações e lutas<sup>62</sup>.

Entre os interesses imediatos de todas as classes sociais está a luta em torno do mais-valor. No caso das classes fundamentais, o proletariado luta para diminuir a extração de mais-valor e, quando se torna classe autodeterminada, para a abolir, enquanto a burguesia luta para a manter e aumentar. Essa luta se manifesta imediatamente na luta por aumentos salariais e outras reivindicações proletárias e na busca de aumento do lucro, por parte da classe capitalista. Uma vez produzido o total de mais-valor num determinado contexto, o mais-valor global é repartido em toda a sociedade e cada classe social busca para si um montante maior do mesmo. A burocracia, como classe auxiliar da burguesia, fica com uma parte considerável do mais-valor global, bem como, em menor grau, a intelectualidade. Em certos momentos históricos de uma sociedade, a classe latifundiária fica com uma parte considerável do mais-valor global. As classes desprivilegiadas, com exceção do proletariado, ficam com uma parte irrisória do mais-valor global e as classes instituídas por relações de produção não-capitalistas, como o campesinato, sofrem com os “métodos secundários de

---

<sup>60</sup> Os interesses imediatos são aqueles que estão ligados à reprodução da classe dentro do capitalismo (no caso das classes desprivilegiadas, é o caso da sobrevivência, do acesso a bens culturais e coletivos etc.) e os interesses fundamentais são aqueles ligados à solução definitiva dos seus problemas (no caso do proletariado, abolição da extração de mais-valor, ou seja, do capitalismo e de si mesmo). O proletariado tem como interesses imediatos melhores salários e condições de trabalho e como interesse fundamental a instauração da autogestão social.

<sup>61</sup> Obviamente que aqui se trata da concepção de Marx, muito mais complexa que a simplificação economicista de Lênin (VIANA, 2012) e reproduzida por diversos outros, que relacionam classes sociais e meios de produção ou, em alguns casos, relações de produção, deixando de lado o que as caracteriza enquanto classes e também que nem todas as classes estão ligadas diretamente às relações de produção e muito menos aos meios de produção, pois existem as classes improdutivas, ligadas às formas sociais, ou “superestrutura” (VIANA, 2012).

<sup>62</sup> Isso é suficiente para ver a diferença entre a concepção marxista de classes sociais e as ideologias da estratificação social e a simplificação que é dividir a sociedade em classes A, B, C, D, ou alta, média e baixa, que não passa de criação de sistemas classificatórios arbitrários (VIANA, 2012).

exploração capitalista”. Assim, aparentemente, a luta de classes gira em torno da renda e de várias formas em que ela se reparte (incluindo o acesso aos bens coletivos e culturais), mas que é, no fundo, uma luta pela repartição do mais-valor global.

Essa luta, por sua vez, se relaciona com o aparato estatal, que é um dos principais mecanismos de repartição do mais-valor global. O Estado drena uma parte considerável do mais-valor global via impostos e outros meios e sustenta sua imensa máquina burocrática (o que inclui a burocracia estatal, tanto a estatutária quanto a governamental, além de subalternos e todos os demais)<sup>63</sup> e reparte parte do mais-valor sob outras formas, como a prevaricação<sup>64</sup>, as políticas estatais de assistência social etc.

Seria necessário dedicar um tempo e espaço extenso para apresentar todas as formas de repartição dos mais-valor global e por isso nos limitamos a esses aspectos<sup>65</sup>. A base de todo esse processo é a divisão social do trabalho, que constitui as classes sociais e é de onde elas lutam por tal repartição do mais-valor. A luta de classes é uma luta que remete à totalidade da sociedade, mesmo quando se limita aos interesses imediatos.

Os grupos sociais que constituem os movimentos sociais possuem outra dinâmica e interesses. O movimento negro, por exemplo, combate o racismo, que é um problema específico dos negros. Sem dúvida, ele pode, em alguns de seus setores, para combater o racismo, entrar na luta pela repartição do mais-valor. Ao exigir políticas de ação afirmativa, que significa dispêndio estatal, exige uma parte do mais-valor global. A justificativa para tal exigência, no entanto, não é o atendimento de necessidades de uma classe social e nem a divisão social do trabalho, e sim o passado histórico e/ou a situação racial. Mas também pode reivindicar uma legislação antirracista, o que não entra diretamente na repartição do mais-valor. O primeiro caso não seria semelhante? Apresenta um elemento de semelhança, pois remete ao processo de repartição do mais-valor, mas a reivindicação não é para beneficiar uma classe social e sim um grupo social, o que revela sua diferença. No segundo caso, a diferença é radical, pois se trata de uma questão específica de um grupo específico. Isso é derivado da diferença entre classe social e grupo social.

---

<sup>63</sup> Sobre burocracia como classe social, cf. Viana (2012; 2015b).

<sup>64</sup> A prevaricação é a conversão da renda estatal em renda pessoal ou empresarial, ou, em palavras mais simples, do público em privado, tal como no caso da corrupção, subsídios para empresas capitalistas etc. (VIANA, 2016b).

<sup>65</sup> A teoria da repartição do mais-valor está exposta em *O Capital* (MARX, 1988) e é retomada e desenvolvida em Viana (2016b).



Sem dúvida, setores do movimento negro podem colocar como objetivo a revolução socialista ou apoiar determinada candidatura ao governo ou defendê-lo, mas isso é derivado de como os indivíduos dos grupos sociais que atuam nos movimentos sociais compreendem a sociedade, o que remete, por sua vez, ao problema da hegemonia (na sociedade e no movimento), as tendências internas, as distintas organizações com seus distintos interesses etc. Essa posição diante das questões nacionais, governamentais, luta por transformação social, são parte do “duplo objetivo” existente nos movimentos sociais (VIANA, 2016c). Nenhum grupo social está fora da sociedade ou existe sem ligação com as lutas de classes (incluindo a política institucional, que remete ao problema das eleições, governos, disputas partidárias etc.). O objetivo específico é o que constitui, legitima, o movimento social ou suas ramificações. Este é a sua razão de existir. O objetivo geral é um apêndice ou um segundo objetivo que pode ganhar força dependendo da ramificação do movimento social, podendo, inclusive se tornar principal em algumas ramificações, que, no entanto, não abandona o objetivo específico, pois se o fizer deixa de ser parte do movimento social<sup>66</sup>.

No entanto, resta uma questão. A luta salarial numa empresa determinada ou numa categoria profissional é manifestação indireta da luta de classes, mas a luta salarial em nível nacional é manifestação direta da luta de classes. No primeiro caso, temos a reivindicação de setores, categorias etc., da classe social e, noutro, da classe em seu conjunto. Essa foi a distinção que Marx realizou ao abordar a diferença entre “movimento econômico” (reivindicativo para setores da classe) e movimento de classe (reivindicativo para o conjunto da classe, ou seja, “político”). A distinção do movimento reivindicativo de parte da classe e movimento político do conjunto da classe serve como base para entendermos que os movimentos sociais são fundamentalmente movimentos reivindicativos quando se limitam aos objetivos específicos e, portanto, manifestam indiretamente a luta de classes<sup>67</sup>. Quando setores dos movimentos sociais realizam

---

<sup>66</sup> O movimento negro é apenas um caso concreto, pois esse fenômeno se manifesta em todos os movimentos sociais, com diferenças e sob formas distintas, dependendo do movimento social específico em questão.

<sup>67</sup> Uma outra consequência desse processo é que as classes sociais podem gerar grupos sociais específicos que, por sua vez, podem gerar movimentos sociais específicos. É o caso do lumpemproletariado, que pode gerar, em um dos grupos sociais gerados por ele, um movimento social, como o movimento piqueteiro na Argentina ou, então, setores do movimento operário que geram grupos situacionais que podem gerar um movimento social urbano. Os grupos sociais derivados de apenas uma classe social também podem gerar um duplo objetivo, sendo que o objetivo específico não ultrapassa os limites reivindicativos e o objetivo geral pode ser nacional (como reforma urbana no caso dos movimentos sociais urbanos), governamental (eleger determinado governo que promete reforma urbana ou qualquer

reivindicações mais gerais para os grupos sociais de base dos mesmos, isso não altera o quadro que continua meramente reivindicativo. Isso só se rompe quando setores dos movimentos sociais se unem com uma classe social e sua luta, especialmente no caso do proletariado, pois é somente com ele que o processo de superação positiva do capitalismo pode ocorrer.

Desta forma, movimentos sociais e movimentos de classe são distintos, tanto pela base social de cada um (grupo ou classe)<sup>68</sup> quanto pelos objetivos e outros elementos derivados. Um elemento fundamental de diferenciação é que as classes sociais são relacionais (divisão social do trabalho, exploração e distribuição de bens, aparato estatal etc.) e os grupos sociais nem sempre. Esse esclarecimento conceitual é fundamental para observar a contribuição de Marx para uma teoria dos movimentos sociais. A partir dessa clarificação conceitual podemos dizer que Marx não abordou diretamente os movimentos sociais, a não ser algumas poucas referências aqui ou ali a um processo embrionário dos mesmos, como mostraremos adiante. O movimento operário, assim como o camponês, são movimentos de classe e não movimentos sociais.

Portanto, a abordagem de Marx sobre o movimento operário não serve de “modelo” para analisar os movimentos sociais, tanto por ele não ser um movimento social quanto por ter bases e dinâmica bem distintas. Obviamente que, em alguns casos, isso é feito para “resgatar Marx” para uma discussão em evidência, a dos movimentos sociais. Só que isso é feito através de uma forma equivocada e que acaba confundindo mais que esclarecendo. Em outros casos, a motivação oculta é colocar Marx como apenas mais um dos pensadores que se dedicou ao estudo dos movimentos sociais ou tornar o movimento operário apenas mais um movimento social entre outros e que estaria em declínio diante dos demais, que estariam em ascensão. Nesse sentido, é preciso superar esses equívocos e mostrar a real contribuição de Marx para uma teoria dos movimentos sociais.

### **A Contribuição de Marx para a Análise dos Movimentos Sociais**

---

outra coisa que beneficie o grupo social) ou revolucionário (aqui se reaproxima do caráter de classe, mas ainda continua sendo parte de um movimento social se não abandonar os objetivos específicos).

<sup>68</sup> Seria interessante acrescentar que, em relação a determinados grupos sociais geradores de movimentos sociais, existem alguns cujas diferenças são ainda maiores. Esse é o caso dos grupos sociais cujo pertencimento é definido pela corporeidade. Um indivíduo que nasce negro não pode sair do grupo, enquanto que um indivíduo, apesar da raridade e dificuldade no caso ascendente, pode mudar de classe. Sem dúvida, há alguns casos em que o indivíduo pode tentar isso através de meios artificiais (remédios, cirurgias etc.), mas a sua eficácia é relativa e o fantasma do passado sempre assombra e cria vínculos irremovíveis.

Se Marx não abordou diretamente e profundamente os movimentos sociais, em parte por causa da época em que produziu suas obras, e sim o movimento operário e outros fenômenos, então qual é sua contribuição para uma teoria dos movimentos sociais? Consideramos que sua contribuição é diversificada e sob formas distintas, umas mais diretas, outras mais indiretas. Sinteticamente, podemos dizer que Marx contribuiu para uma teoria dos movimentos sociais através do método, da teoria da história e da sociedade, da teoria do capitalismo, elementos mais específicos, e em alguns casos esparsos, de sua obra que podem ser vinculados com os movimentos sociais (teoria da ideologia, das formas de consciência, do Estado etc.), apontamentos sobre os grupos sociais de base que geram movimentos sociais.

Seremos sintéticos na análise dessas contribuições, especialmente no caso do método dialético. Marx, ao elaborar o método dialético, forneceu uma ferramenta intelectual imprescindível para a análise da realidade e, por conseguinte, para a análise dos movimentos sociais e constituição de uma teoria sobre eles. Demonstramos, anteriormente, como, através do método dialético, é possível elaborar um conceito de movimentos sociais que ultrapassa os problemas e limites das demais definições (desde as embasadas em ideologias quanto as “empíricas”). Da mesma forma, contribui com sua teoria da realidade que nos permite perceber que os movimentos sociais são determinados, históricos e totalidades no interior de outra totalidade. Partindo dessa concepção é relativamente fácil perceber que os movimentos sociais surgiram em determinado momento e se desenvolveram graças a diversas determinações que expressam mudanças sociais (ou seja, na totalidade, que é a sociedade). Ele também contribui ao fugir da ilusão que foi denominada por Hegel como o “espírito da época”, especialmente possibilitando uma perspectiva crítica e não apologética dos movimentos sociais.

A teoria da história das sociedades desenvolvida por Marx, que contém uma teoria da sociedade, é outra contribuição fundamental. Não apenas, e novamente, por recuperar a historicidade, mas por ressaltar a questão da especificidade histórica<sup>69</sup>. A percepção da especificidade histórica é fundamental para entendermos que certos fenômenos existem em todas as sociedades (modo de produção, cultura etc.), e outros que só existem em determinado conjunto de sociedades (Estado, classes sociais, exploração etc.) e, ainda, alguns que só existem em uma sociedade (como, no

---

<sup>69</sup> Korsch foi o autor que mais ressaltou essa característica do materialismo histórico (KORSCH, 1983; VIANA, 2014).

capitalismo, mais-valor, acumulação de capital, proletariado, burguesia, movimentos sociais etc.). Assim, fica mais claro a questão da historicidade dos movimentos sociais, que surgem a partir de certo momento do desenvolvimento capitalista e se transformam junto com suas mutações (que denominamos regime de acumulação). A teoria da sociedade de Marx, incluída em sua teoria da história, também traz elementos fundamentais para pensar os movimentos sociais, como a questão das classes sociais, das lutas de classes, da ideologia e formas de consciência que emergem a partir delas, das formas sociais (“superestrutura”) em geral. A análise dos interesses, das formas de consciência etc., são elementos imprescindíveis para uma compreensão mais profunda dos movimentos sociais.

Uma das principais contribuições é a teoria do capitalismo de Marx. Embora seja pouco compreendida (a maioria se limita a ler apenas o volume 01 de *O Capital*, onde coloca a questão essencial da produção do mais-valor, mas que tem desdobramentos e que estão nos demais volumes da obra), a sua teoria do capitalismo apresenta uma análise do modo de produção capitalista ampla que ajuda a entender a sociedade capitalista em geral. A teoria do mais-valor, ao lado dos elementos complementares (especialmente a acumulação de capital), são fundamentais, bem como o processo de produção de mercadorias, o fetichismo das mercadorias, as lutas operárias (tal como a pela redução da jornada de trabalho), o significado do capital improdutivo (comercial, bancário etc.), as necessidades da reprodução ampliada do capital etc. Para entender os movimentos sociais é preciso entender essa sociedade e sua dinâmica, e, nesse sentido, Marx oferece uma contribuição fundamental.

A teoria do modo de produção capitalista de Marx oferece a chave explicativa do desenvolvimento capitalista e sua ressonância nos movimentos sociais, tanto em seu processo de formação, alteração, hegemonia interna etc. Sem a teoria do modo de produção capitalista de Marx não seria possível compreender a evolução do capitalismo como uma sucessão de regimes de acumulação (VIANA, 2009; VIANA, 2015c). Os regimes de acumulação explicam as mutações e características de cada fase do capitalismo, o que significa uma determinada forma estatal (e isso incide sobre a análise das relações entre movimentos sociais e aparato estatal), processo de valorização e relações internacionais, elementos que exercem determinações sobre as formas sociais em geral e os movimentos sociais em particular.

A luta de classes, que está na base desse processo (a própria produção de mais-valor é luta de classes, pois é quando a burguesia impõe o trabalho alienado e a

exploração e o proletariado resiste) e se generaliza em toda sociedade, se manifestando na produção, sociedade civil, cultura etc. A dinâmica do movimento operário, por sua vez, é fundamental para entender a dinâmica dos movimentos sociais. Pois é nesse processo que emerge as divergências e tendências no interior dos movimentos sociais, bem como as forças hegemônicas e isso se altera com a dinâmica da luta de classes. Em momentos de crise de um regime de acumulação e de radicalização das lutas de classes, os movimentos sociais também radicalizam e avançam (como no final dos anos 1960)<sup>70</sup>. A dinâmica da luta de classes e do processo de intensificação da repressão que lhe acompanha também é importante para explicar a dinâmica dos movimentos sociais, entre diversos outros aspectos.

É também a partir dessa análise de Marx que se torna possível analisar a mercantilização das relações sociais. A compreensão do processo de mercantilização das relações sociais e como isso afeta os movimentos sociais<sup>71</sup> só é possível a partir da teoria do modo de produção capitalista de Marx, bem como de diversos outros elementos derivados. A sucessão de regimes de acumulação, por sua vez, explica o processo de intensificação da mercantilização e isso ajuda a compreender a dinâmica dos movimentos sociais e a transformação de setores do mesmo em organizações burocráticas que já não fazem mais parte dele (VIANA, 2016). A análise das ondas de mercantilização (e de burocratização) e das escalas de mercantilização (e grau de burocratização) são elementos fundamentais para explicar como determinadas ramificações de movimentos sociais se transformam em organizações burocráticas e abandonam seu vínculo com os mesmos. Sem a análise de Marx sobre a produção especificamente capitalista de mercadorias e sobre o processo de acumulação de capital, a percepção desse processo teria sido impossibilitada.

Entre estes elementos podemos citar a questão da consciência, ideologia, aparato estatal etc., em suas formas mais concretas, ou seja, tal como se manifestam no capitalismo. A hegemonia e as ideologias burguesas e seu impacto sobre os movimentos

---

<sup>70</sup> Isso foi perceptível no movimento estudantil e teve como expressão máxima a Rebelião Estudantil de Maio de 1968 na França, bem como no Movimento Negro, nos Estados Unidos, com a emergência de tendências contestadoras e radicais (Panteras Negras, Poder Negro etc.), entre outros casos concretos.

<sup>71</sup> A chamada “teoria da mobilização de recursos” (ALONSO, 2009; GOHN, 2002) foi a abordagem que mais se aproximou de uma análise desse processo de mercantilização, ao focalizar as organizações e recursos. No entanto, sua base ideológica (Weber, economia marginalista, escolha racional), geralmente implícita, dificultava um avanço explicativo do fenômeno. Se essa base ideológica tivesse sido substituída pela teoria do capitalismo de Marx, então teria rompido com seus limites e teria podido explicar de forma muito mais profunda e ampla o significado dos recursos no desenvolvimento das organizações e sua atuação social na sociedade civil e em relação ao aparato estatal.

sociais é uma questão fundamental. É nesse campo específico que se coloca a questão da cultura e das mutações culturais do capitalismo. O vínculo das formas de consciência com as classes e interesses de classes é outro ponto fundamental. A partir da teoria geral de Marx sobre consciência e ideologia, bem como de sua análise específica de suas manifestações na sociedade capitalista, temos toda uma base teórica para uma compreensão mais adequada da relação entre movimentos sociais e cultura<sup>72</sup>. E nesse contexto, as mutações do capitalismo são também mutações culturais e as renovações hegemônicas e novas ideologias que emergem são produto dessa mudança histórica, expressa pela sucessão de regimes de acumulação. Uma compreensão mais adequada das novas concepções, ideologias, representações, criadas e que possuem impacto sobre os movimentos sociais, tal como o neoliberalismo, pós-estruturalismo etc., é uma necessidade analítica.

A burocratização das relações sociais também é outro elemento fundamental que acompanha a mercantilização. Esses processos culturais e que se desenvolvem na sociedade civil e aparato estatal são elementos importantes para a compreensão dos movimentos sociais. A relação entre movimentos sociais e aparato estatal é uma das mais importantes e a análise que Marx realizou do Estado capitalista assume grande importância para entender essa relação. A análise de Marx da burocracia, especialmente a estatal e a empresarial, abre espaço para a percepção da crescente burocratização das relações sociais. Na época de Marx, a burocracia civil estava surgindo embrionariamente e ele vislumbrou isso e foi um dos pioneiros da crítica da burocracia partidária e sindical (VIANA, 2015d), apesar do seu estágio rudimentar, o que trouxe limites para a crítica, mas não a impossibilitou.

Por fim, Marx também contribuiu com alguns apontamentos sobre grupos sociais que geram movimentos sociais. Nesse caso, é uma contribuição que abarca o processo da situação social específica que gera insatisfação nos grupos sociais que são elementos necessários para a emergência de um movimento social. A grande maioria dos grupos

---

<sup>72</sup> A chamada “teoria dos novos movimentos sociais” (ALONSO, 2009; GOHN, 2002) apontou para alguns elementos dessa relação, mas sob forma metafísica e sem uma teoria da consciência ou da ideologia mais especificamente. Assim, termos como “cultura”, “identidade”, “imaginário”, entre outros construtos ideológicos, aparecem como se surgissem do nada ou como se fossem “a verdade”, aquilo que seria “definitivo” ou único, mesmo que sendo uma suposta “pluralidade”. As bases reais e sociais (inclusive o estágio do desenvolvimento capitalista, ou seja, o regime de acumulação da época) não aparecem. As ideias, a cultura, a identidade, são apresentadas como descoladas da realidade ou superficialmente ligadas a ela, ou, ainda, a partir de uma concepção evolucionista do saber, pois na sociedade mais recente emergem as ideias melhores. Assim, a abordagem da cultura e sua relação com os movimentos sociais é fundamental, mas da forma em que a abordagem culturalista a efetiva, é mais um obstáculo do que uma solução.

sociais que vão gerar movimentos sociais surgirá muito tempo depois. Alguns já existiam, mas só gerarão movimentos sociais muitas décadas após. Marx fez alguns apontamentos muito breves sobre questão racial e outras, como a questão nacional, relacionadas com alguns movimentos sociais, mas teve um grupo social que apontou elementos que contribuem para a compreensão da razão dele ter gerado um movimento social.

Trata-se das mulheres. Marx fez várias declarações sobre a questão da mulher na sociedade capitalista (e também sob forma mais generalizada). Uma das principais razões para a emergência do movimento feminino é a opressão da mulher na forma específica realizada na sociedade capitalista. Em várias passagens de sua obra ele aborda essa questão. Marx mostra como, na sociedade capitalista, se cria um conjunto de problemas sociais derivados dela e coloca que não é apenas o proletariado que sofre nessa sociedade:

Em alguns trechos sobre o “suicídio”, extraídos das “mémories tirés desenvolvimento archives de la police etc., par Jacques Peucheut”, darei um exemplo dessa crítica francesa [...], que ao mesmo tempo pode nos mostrar até que ponto a pretensão dos cidadãos filantropos está fundamentada na ideia de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e educação, como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passo que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (MARX, 2006, p. 22).

O que Marx mostra nesse breve texto no qual expõe o material autobiográfico de Jacques Peucheut, é justamente o processo no qual o capitalismo gera um processo destrutivo dos seres humanos em geral. Aqui Marx mostra, ao contrário do que alguns pseudocríticos afirmam, que somente o proletariado é atingido pelos males do capitalismo e que ele não sabia ou desconhecia outros problemas sociais além dos que acometiam essa classe. Obviamente, que, por ser o proletariado a classe revolucionária, o seu foco era sobre ela, mas ele via na emancipação dos trabalhadores a emancipação humana em geral (MARX e ENGELS, 1988; MARX e ENGELS, 1982). Marx afirma que Peucheut, devido sua experiência militante, proporcionou uma “crítica das relações de propriedade, das relações familiares, e das demais relações privadas – em uma palavra, a crítica da vida privada” (MARX, 2006). Esse rebento que aparece como novidade para a abordagem culturalista ou dos supostos “novos movimentos sociais” já era efetivada por Marx muito antes. Antes de Habermas tratar do “mundo da vida”, Marx já mostrava a existência de uma crítica da vida privada. Contudo, há uma



diferença fundamental entre a crítica marxista e a abordagem culturalista. Adiante retornaremos a isso.

O modo de vida capitalista, que é um “modo de vida fútil” (LEROY, 2014), gera o suicídio até nas classes privilegiadas, tal como se vê na citação de Peucheut por Marx, no qual cita um conjunto de motivos para tal nos “meios abastados”, tal como os “amores traídos”, “falsas amizades”, “desgosto de uma vida monótona”, etc. A razão do suicídio encontra-se na sociedade: “que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões” (PECHEUT apud MARX, 2006, p. 28). A partir das citações de Peucheut, Marx mostra o suicídio feminino gerado por repressão sexual, ciúmes, moral sexual. A sociedade capitalista, que gera uma competição desenfreada e torna o ciúme um sentimento predominante, bem como a preservação da propriedade, especialmente no século 19, quando os métodos contraceptivos ainda não haviam se desenvolvido como ocorrerá posteriormente, gerando repressão e moral repressiva, são processos que atingem principalmente as mulheres.

A crítica de Marx da família burguesa (MARX e ENGELS, 1988) complementa a crítica da opressão feminina expressa neste opúsculo. Da mesma forma, a opressão feminina é gerada pela sociedade capitalista<sup>73</sup> e por conseguinte é preciso superar tal sociedade. Ao afirmar que o grau de civilização da humanidade pode ser medido pelas relações entre homens e mulheres (MARX, 1983b) aponta para não somente uma crítica da opressão capitalista da mulher, como também para sua superação, pois, em outra obra, afirma que o objetivo do comunismo é arrancar a mulher da situação de ser “instrumento de produção” (MARX e ENGELS, 1988). O processo de humanização significa a superação da opressão da mulher e o comunismo<sup>74</sup> seria a forma de concretização desse processo.

---

<sup>73</sup> Marx estava distante dos maniqueísmos simplificadores que isolam as relações entre homens e mulheres e atribuem aos indivíduos do sexo masculino a responsabilidade da opressão feminina, gerando uma essencialização que tem no termo “machismo” a sua concretização mais cristalina. Uma passagem de Peucheut, descrita por Marx, mostra o suicídio de um homem, por ter ficado desempregado e não poder sustentar sua família (uma esposa e duas filhas) e ter que viver dos poucos rendimentos do trabalho delas. Isso é apenas um exemplo de que a opressão não é apenas feminina, mas também masculina, embora em menor grau, mas ambos são constituídos por esta sociedade e não pelo outro sexo. O moralismo e a moral dominante são produtos sociais e históricos que atingem ambos os sexos e não foi mera criação dos indivíduos do sexo masculino e sim de uma determinada sociedade com suas relações sociais e necessidades derivadas, incluindo o controle do corpo da mulher como forma de controle da propriedade e da herança.

<sup>74</sup> Não custa recordar que o que Marx entendia por “comunismo” nada tem a ver com o que os partidos, países, indivíduos, autodeclarados “comunistas” dizem ou realizam.

Essa abordagem de Marx, apesar de ser apontada em escritos esparsos e não em uma obra estruturada visando abordar especialmente esse tema, mostra a situação de um grupo social que posteriormente será gerador de movimento social, e da necessidade de entender a situação social específica de tal grupo e sua insatisfação social, no interior do conjunto das relações sociais em que ele existe. Aqui o método dialético reaparece, no sentido de mostrar a relação entre o particular e o total, que é sua forma específica de inserção na totalidade (VIANA, 2007). A especificidade de um grupo social gera a especificidade do movimento social que emerge a partir dele e por isso é necessário entender os movimentos sociais em geral e os movimentos sociais específicos (JENSEN, 2016). Assim, no contexto da época em que Marx viveu, já apontou para a crítica da vida privada e também para a situação da mulher na sociedade capitalista, antes de surgir o movimento feminino e as ideologias feministas, bem como antes de surgir o culturalismo e o discurso sobre o “mundo da vida”. Essa consciência antecipadora, no entanto, possui outra base teórico-metodológica e por isso seu desenvolvimento significa uma contribuição muito mais sólida e importante do que as de algumas abordagens contemporâneas, especialmente as culturalistas, fundadas no reducionismo e na recusa da totalidade concreta. O reducionismo, elemento característico do pensamento burguês busca se opor ao marxismo, mas o marxismo é a superação teórica e prática de todas as formas de reducionismo.

### **Considerações Finais**

Em síntese, o que buscamos aqui foi apresentar a contribuição de Marx para uma teoria dos movimentos sociais. Antes foi necessária uma análise dos escritos de alguns que abordaram essa contribuição ou a limitaram/recusaram e, posteriormente, um esclarecimento conceitual que já apontou algumas das contribuições, o que foi complementado por um item dedicado especificamente a isso.

A conclusão geral a que chegamos é que Marx foi um autor que ofereceu uma inestimável contribuição para a constituição de uma teoria dos movimentos sociais. Desta forma, aqueles que recusam ou negam tal contribuição deixam de lado um rico referencial teórico-metodológico para a análise dos movimentos sociais e também vários aspectos da realidade que seriam incorporados ao utilizá-lo. Por outro lado, aqueles que não compreendem adequadamente o pensamento de Marx, buscam extrair dele elementos de sua concepção que são descontextualizados e, assim, deformados. Um desses elementos é utilizar a análise de Marx do movimento operário, o movimento

de uma classe revolucionária, e sim apresentar uma concepção apologética dos movimentos sociais.

Assim, querer usar o termo “práxis” ou mesmo “solidariedade”, que Marx utilizou para analisar o movimento operário é uma extrapolação. Sem dúvida, o conceito de práxis é muito amplo e por isso pode ser percebido em alguns movimentos sociais, bem como a solidariedade. Porém, se manifesta de forma distinta e, o mais importante, não se manifesta em todos os movimentos sociais ou em todas as ramificações de um movimento social. Os movimentos sociais conservadores e as tendências conservadoras nos movimentos sociais reformistas não possuem a solidariedade como valor e essa transposição acaba reforçando uma concepção ingênua e apologética dos movimentos sociais. Desta forma, a contribuição real de Marx é esquecida (e não praticada, tal como o uso do método dialético) e em seu lugar aparece uma contribuição fantasmática que mais confunde e cria representações ilusórias do que ajuda a compreender os movimentos sociais.

Por tudo isso, fica claro que Marx traz uma grande contribuição para uma teoria do movimentos sociais, ainda muito incipiente e incompleta, e que precisa se inspirar nesse autor para avançar e se desenvolver. O nosso objetivo foi destacar esse elemento fundamental e fundamentá-lo e consideramos que o alcançamos.

## Referências

- ALONSO, A., 2009. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. *Lua Nova*, Issue 76.
- BELL, D., 1969. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. Lisboa: Difel.
- BICCA, L., 1987. *Marxismo e Liberdade*. São Paulo: Edições Loyola.
- BORJA, J., 1975. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- BRAGA, L., 2013. Terry Eagleton Contra os Pós-Modernos. In.: L. e. M. E. BRAGA, ed. *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: João e Pedro Editores.
- CASTELLS, M., 1988. *Cidade, Democracia e Socialismo*. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTELLS, M., 1988. *Movimientos Sociales Urbanos*. México: Siglo XXI.
- EAGLETON, T., 1998. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOHN, M. d. G., 2002. *Teorias dos Movimentos Sociais*. 3a edição ed. São Paulo: Edições Loyola.

- GOHN, M. d. G., 2008. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola.
- GUNDER FRANK, A. e. F. M., 1989. Dez Teses sobre os Movimentos Sociais. *Lua Nova*, Issue 17.
- JENSEN, K., 2016. *Que Fazer?*. Goiânia: Edições Redelp.
- KORSCH, K., 1983. *Karl Marx*. Barcelona: Ariel.
- LACLAU, E., 1986. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 01(02).
- LAZZARATO, M. e. N. A., 2001. *Trabalho Imaterial, Formas de Vida e Produção de Subjetividade*. São Paulo: DP&A.
- LEROY, P., 2014. O Vento ou a Vida - O Modo de Vida Capitalista como Modo de Vida Fútil. *Marxismo e Autogestão*, 01(01).
- LOJKINE, J., 1981. *Estado Capitalista e Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K. e ENGELS, F., 1982. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Ciências Humanas.
- MARX, K., 1983. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, K., 1983. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: E. FROMM, ed. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, K., 1988. *O Capital*. 3a ed. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K., 1989. *A Miséria da Filosofia*. 2a ed. São Paulo: Global.
- MARX, K., 2006. *O Suicídio*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. e E. F., 1979. *A Ideologia Alemã. Vol. 2.* Lisboa: Presença.
- MELUCCI, A., 1989. Um Objetivo para os Movimentos Sociais?. *Lua Nova*, 10(17).
- OFFE, C., 1989. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PANNEKOEK, A., 1978. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero.
- SCHERER-WARREN, I., 1989. *Movimentos Sociais - Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3a ed. Florianópolis: Editora da UFSC.
- TOURAINÉ, A., 1970. *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa: Moraes.
- VIANA, N., 2008. *Senso Comum, Representações Sociais, Representações Cotidianas*. Bauru: Edusc.

VIANA, N., 2009. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras.

VIANA, N., 2010. *Cérebro e Ideologia*. Jundiaí: Paco.

VIANA, N., 2012. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess.

VIANA, N., 2013. Imaginário e Ideologia - As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo. *Espaço Livre*, 7(13).

VIANA, N., 2014. *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*. São Paulo: Scortecci.

VIANA, N., 2015a. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado.

VIANA, N., 2015b. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Marxismo e Autogestão*, 2(3).

VIANA, N., 2015c. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma.

VIANA, N., 2015d. Marx e a Burocracia. *Plural*, 5(02).

VIANA, N., 2016a. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas.

VIANA, N., 2016b. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Ar editora.

VIANA, N., 2016c. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. *Movimentos Sociais*, 01(01).

## A BUROCRACIA PARA MAURÍCIO TRAGTENBERG

Rubens Vinícius da Silva\*

### Introdução

O foco de nosso estudo é a divulgação da perspectiva exposta por Maurício Tragtenberg, em especial de sua relação com as reflexões de Weber acerca do fenômeno burocrático, bem como da burocratização do conjunto das relações sociais e seus impactos nas lutas das classes e grupos sociais desprivilegiados. Iremos nos dedicar à análise efetuada por Tragtenberg da burocracia a partir de dois eixos fundamentais: a) a crítica ao capitalismo de Estado na União Soviética; b) a crítica às ideologias administrativas.

Visando reforçar o conteúdo a ser exposto no trabalho, delinearemos aspectos sintéticos relativos à biografia e concepções político-metodológicas de Maurício Tragtenberg (Erexim, 4 de novembro de 1929 – São Paulo, 17 de novembro de 1998). Sua orientação política distinta da esmagadora maioria dos membros de sua classe social, somada ao autodidatismo, espírito contestador e acima de tudo, pela generosidade intelectual, o fez exercer enorme influência e respeito por parte de estudantes e colegas de profissão. Filho de família camponesa e de origem judaica, Maurício morava com os avôs e a mãe, por conta da precoce morte de seu pai. Muda-se jovem para Porto Alegre, onde frequenta até os primeiros anos do Ensino Fundamental (o antigo “primário”); inquieto e rebelde na infância, foi reprovado na aula de canto, pois fugia da sala para jogar bola ou então ir ao cinema (TRAGTENBERG, 1999).

A família se muda para São Paulo e Tragtenberg retoma seus estudos e entra em contato com movimentos de jovens judeus com distintas posições políticas, passando a frequentar o Centro de Cultura Democrático, também de origem judaica. Lá aprende muito cedo português, espanhol, hebraico e em especial o iídiche (língua germânica das comunidades judaicas da Europa central e oriental, baseada no alto-alemão do século XIV, com acréscimo de elementos hebraicos e eslavos) cujo domínio lhe proporcionou, com apenas 10 anos, a entrar em contato com as obras de autores

---

\* Cientista Social, Universidade Regional de Blumenau – FURB.

como Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Franz Kafka, Fiódor Dostoievski, além dos textos dos bolcheviques e mencheviques (TRAGTENBERG, 1999).

É justamente desta forma que teve acesso aos autores contemporâneos críticos do leninismo, o qual se consolida como interpretação dominante do marxismo a partir da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917 e especialmente após o chamado processo de “bolchevização” dos partidos comunistas: no III Congresso da Internacional Comunista realizado em 1919, Lênin e os bolcheviques conseguem impor uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial. Animados com a vitória do suposta “Gloriosa Revolução de Outubro”, a burocracia bolchevique defende que as diretrizes de Moscou deveriam ser seguidas por todos os PC’s do mundo, independentemente do contexto e da dinâmica das lutas de classes nestes países (TRAGTENBERG, 1981).

Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro, o qual nasce sob o signo do bolchevismo. Contudo, é rapidamente expulso com base em um artigo que proibia ao militante contato direto ou indireto com trotskistas ou com a obra de Leon Trotsky, autor por ele lido e relido, além de estudar por conta própria Marx e Lênin ao invés de se limitar às cartilhas do PCB e, fundamentalmente, por conta da divergência oriunda das diretrizes que emanavam do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) as quais propunham a aliança com a “burguesia progressista” contra o imperialismo estadunidense.

Com a ruptura com o PCB intensifica seu autodidatismo, frequentando o Centro de Cultura Social, de matiz anarquista e que seria importantíssimo em sua trajetória intelectual, além de ir todos os dias ler o que lhe aprouvesse no gigantesco acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (“o melhor período de minha vida”: lia de oito a nove horas por dia), a Família Abramo (outra grande influência importante, em especial pelas indicações de livros e socialização de informações) e os cursos promovidos pelos intelectuais do Partido Socialista (próximo da intelectualidade e distante da classe trabalhadora), participando ativamente de diversos debates de distintas organizações políticas (TRAGTENBERG, 1999).

Atendendo convite insistente de Antônio Cândido, que lhe comentara a respeito de uma lei da época que garantia, através da apresentação e posterior aprovação de uma monografia, ao acesso universitário sem diploma escolar, Tragtenberg é aprovado (o texto foi publicado sob o título *Planificação: Desafio do Século 20*: é a primeira obra do



autor) e ingressa na esfera acadêmica. Nela consolida e sistematiza, a partir dos anos 70, diversas obras (em especial *Burocracia e Ideologia*, tese de doutorado apresentada em 1973 e *Administração, Poder e Ideologia*, de 1980, produções específicas sobre o fenômeno burocrático e seus desdobramentos: a crítica demolidora das ideologias administrativas e dos mecanismos de integração e cooptação da classe trabalhadora são destaques nos dois trabalhos), livros, prefácios de livros, organização de coletâneas (destaque para *Marxismo Heterodoxo*, de 1981 que conta com textos introdutórios de Tragtenberg e apresenta pela primeira vez no país a obra de revolucionários críticos do bolchevismo, tais como Jan WaclavMakhaïski, Herman Gorter e Amadeo Bordiga) e artigos para revistas e jornais, dentre eles o jornal Notícias Populares (com a coluna *No Batente*), muito lido entre os membros da classe trabalhadora. Como destaca Viana:

Dentre seus interesses intelectuais, algumas temáticas foram basilares de seu pensamento. A questão da burocracia, desde sua monografia de aspiração à entrada na USP, passando por sua fase doutoral, e diversas obras, sempre foi uma constante. O estudo da burocracia tinha como grande influência o sociólogo Max Weber, mas também Marx, Bakunin e vários outros estavam envolvidos em suas reflexões sobre o fenômeno burocrático. A questão da autogestão também foi uma das mais permanentes em sua produção e reflexão, ou seja, a negação da burocracia também foi foco de seus estudos. Porém, neste caso também ia além do simples “objeto de estudo”; tratava-se, também, de opção política, expressa magistralmente na sua obra *Reflexões sobre o Socialismo*. As lutas dos trabalhadores, a autonomia e auto-organização do proletariado e campesinato foram uma preocupação constante, tal como se pode perceber em sua produção intelectual. (VIANA, 2008 p. 32).

Com relação às questões de método, como o próprio processo histórico de vida evidencia, Tragtenberg foi um crítico contumaz dos regimes de capitalismo de Estado no Leste Europeu, além de um defensor intransigente das formas de auto-organização dos trabalhadores, combatendo e denunciando de modo implacável o papel contrarrevolucionário de partidos políticos e sindicatos. Declarava-se um “marxista anarquizante” (TRAGTENBERG, 2012); ou seja, concordava com as teses econômicas e sociais de Marx, mas se opõe ao chamado “marxismo-leninismo” em todas as suas vertentes (trotskista, maoísta, stalinista), além de resgatar e divulgar o pensamento libertário (é de sua organização uma coletânea do anarquista russo Kropotkin), efetivando a necessária crítica ao dogmatismo, tanto dos pretensos “marxistas” quanto de muitos anarquistas. A este respeito, cumpre destacar o artigo Marx/Bakunin, no qual Maurício sai em defesa do primeiro, ao rejeitar as acusações de autoritarismo feitas pelo segundo no contexto da Primeira AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e

denunciando o centralismo existente nas organizações secretas fundadas pelo anarquista russo (TRAGTENBERG, 2012).

É simpático ao comunismo de conselhos (tendência revolucionária do movimento operário que criticou contemporaneamente o bolchevismo, demonstrando sua natureza capitalista e burocrática) e identifica a tendência das lutas operárias à burocratização, com a ressalva de que a classe trabalhadora reage a tal processo ao criar novas organizações, horizontais, igualitárias e com caráter de associação (as quais historicamente tomam a forma de conselhos operários, comitês de fábrica e de greve, abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e executantes) e em sua dinâmica conformam o esboço de novas relações sociais, configurando-se no embrião da futura sociedade:

O que corrói o capitalismo é a criação dessas organizações, pois elas negam o verticalismo dos organismos existentes, seja o Estado, o partido ou o sindicato. Estes são despojados de sua finalidade de controle da mão-de-obra através da ação direta dos trabalhadores. Por mediação das instituições criadas no processo político-social, a classe operária possui a autogestão das lutas, ficando, portanto, a decisão e a execução em mãos dos trabalhadores. Assim, socialismo é entendido aqui como o regime onde a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o político profissional. (TRAGTENBERG, 1986, p. 10).

Outra preocupação fundamental que permeará as obras de Maurício Tragtenberg é a questão da educação e seu papel na sociedade burguesa, bem como suas possibilidades quando do desenvolvimento do processo de luta revolucionária: no capitalismo, o sistema de educação tem como principal objetivo adequar os indivíduos ao processo de produção e reprodução de mercadorias, além de possuir competências que o adaptem às mudanças no seio desta sociedade. Neste sentido, há a constituição de uma burocracia escolar e pedagógica, que garante a burocratização de todo o processo educacional. Contudo, Tragtenberg ressalta que o processo de educação tende a expressar não somente a burocracia e a dominação; em momentos históricos de avanço das lutas sociais, há o desenvolvimento de formas de crítica e alternativas frente à educação capitalista. Por conta disso, o autor irá se dedicar ao estudo das experiências históricas da chamada pedagogia libertária (também denominada autogestão pedagógica), opondo-a a pedagogia burocrática: a análise da obra de Francisco Ferrer e a luta pela autogestão pedagógica na Espanha durante o período da Guerra Civil (1936-1939) contra o ditador Franco são exemplos da necessidade de combater e ao mesmo

tempo superar a educação imposta pelo modo de produção capitalista (TRAGTENBERG, 1982).

Deste modo, o conflito entre o projeto revolucionário e a manutenção do status quo se coloca também no plano educacional, uma vez que a escola não se limita apenas ao papel de reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. A auto-organização das classes e grupos sociais explorados dentro do ambiente escolar fornece o aumento das possibilidades de questionamento e a busca de projetos alternativos ao modelo escolar, os quais estão em consonância com o fim último que é a superação revolucionária da sociedade burguesa. Neste sentido, a universidade não produz apenas o intelectual porta-voz dos interesses de classe da burguesia, cuja finalidade é ocultar os antagonismos sociais e reforçar a hegemonia do capital ao naturalizar as relações sociais dominantes. Há também o intelectual crítico, o qual em momentos históricos de acirramento e radicalização dos conflitos representa de modo legítimo os interesses históricos dos desprivilegiados (TRAGTENBERG, 1982).

Em resumo, os pontos fundamentais do pensamento de Tragtenberg se estruturam em torno da negação da burocracia (em todas as suas formas) e da afirmação da autogestão como alternativa necessária, desenvolvida nos momentos em que a classe operária e demais setores oprimidos rompem com os intermediários em sua luta direta contra o Estado e o capital. Em sua análise dos regimes ditos “comunistas” presentes no Leste Europeu, bem como sua retomada do pensamento original de Marx a respeito do Estado (um instrumento de dominação de classe e regularização das relações sociais capitalistas) fundamenta sua crítica aos partidos políticos e sindicatos: as duas organizações reproduzem a divisão social do trabalho em sua dinâmica, sendo dirigidas por minorias que não representam o conjunto da população trabalhadora, beneficiando unicamente os dirigentes e mantendo os operários domesticados na linha de produção. Já o chamado “socialismo real” existente na ex-URSS e que ainda vigora em poucos países do globo (China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte), nada mais é do que um capitalismo de Estado, que mantém a exploração e alienação (TRAGTENBERG, 1988; 1989).

Maurício Tragtenberg foi um profundo e original estudioso e pesquisador da burocracia e da autogestão, além do processo educacional e das experiências históricas da classe trabalhadora. Acima de tudo, não foi um simples sociólogo “de gabinete”: não separava de modo fantástico sua existência individual numa sociedade permeada por contradições, repressão e desumanização do trabalho acadêmico, conhecido pelo estudo

frio e aparentemente “neutro” do conjunto das relações sociais. Tomou parte dos conflitos de seu tempo, abandonando o conservadorismo reinante na esfera acadêmica e se diferenciando de milhares de colegas de profissão, os quais se ocupam unicamente com a universidade e seu destino profissional (VIANA, 2008).

### **A Origem da Burocracia e a Crítica ao Capitalismo de Estado na URSS**

Para Maurício Tragtenberg, a administração entendida enquanto organização formal burocrática se encontra plenamente realizada no Estado; isso equivale dizer que ela surge em formações sociais pré-capitalistas, séculos antes de sua aparição nas grandes empresas privadas. Cumpre ressaltar que é na fase industrial da sociedade moderna onde surgem as empresas burocratizadas: a ampliação da divisão social do trabalho faz surgir a necessidade de ideologias que justifiquem as relações de produção burguesas. A chamada Teoria Geral da Administração (originária da obra de Taylor) é um modelo explicativo do início do século XX – passagem do capitalismo liberal ao monopolista – que expõe a emergência da burocracia como poder funcional e político. Contudo, ela já pode ser encontrada no modo de produção asiático, que englobava todas as antigas sociedades do continente, além do México e Peru pré-coloniais:

A burocracia enquanto classe dominante (detentora dos meios de produção), elemento de mediação com a sociedade global, exercendo o poder político, perfila-os ante a História como uma forma de dominação burocrático-patrimonial ou *modo de produção asiático*. No modo de produção asiático, o déspota oriental representa a confluência de um processo social, que se inicia com a burocracia, surgindo das necessidades técnicas (irrigação de terra arável), finalizando como *poder de exploração*, efetuando-se assim a transitividade da burocracia cumprindo funções de *organização e supervisão* para o *monopólio do poder político*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 30).

Não é nosso intento aqui analisar de forma pormenorizada o modo de produção asiático e sim analisar a incorporação de Weber nas reflexões do sociólogo brasileiro: deste modo, delinearíamos algumas de suas características essenciais a partir da obra de Tragtenberg, as quais estão relacionadas ao nosso objeto de estudo. As determinações sociais para o surgimento desta formação econômico-social são: a) o aparecimento de um excedente, que condiciona o aumento incipiente da divisão social do trabalho, separando de forma mais rígida artesanato e agricultura; b) apropriação privada do excedente econômico por uma minoria, constituindo relações de dominação sobre as comunidades; c) a necessidade de uma direção centralizada, que coordene a ampla utilização da força de trabalho. No contexto de superexploração do trabalho devido ao

baixo desenvolvimento das forças produtivas, ocorre uma transformação do papel da autoridade superior numa ferramenta de exploração das comunidades subordinadas, através da apropriação da terra pelo Estado:

O modo de produção asiático é ao mesmo tempo um modelo histórico e um modelo sem história. É histórico, porque existiu no passado histórico das sociedades asiáticas; não tem história, porque é impossível precisar a época de seu início e desaparecimento e porque não se deu simultaneamente em todas as sociedades. O modo de produção asiático para estabelecer-se pressupõe a escassa divisão de trabalho entre campo e cidade, a transição da economia de consumo para a produção do excedente, levando à exploração do sobretabalho, a existência de uma autoridade suprema (o Estado, para saquear, guerrear e dirigir obras públicas); para tal, o Estado deve ter a propriedade da terra. A burocracia confunde-se com o Estado, é composta por militares, elite intelectual, funcionários públicos. (TRAGTENBERG, 2006, p. 33).

A respeito da confusão que se estabelece entre os objetivos do Estado e os da burocracia, Tragtenberg irá se arvorar nas contribuições fornecidas por Hegel em seus estudos sobre o fenômeno burocrático, os quais estão intimamente ligados à concepção hegeliana do Estado. Para o filósofo idealista alemão, o Estado seria a realidade em ato da liberdade, que se conhece, pensa e realiza pelo fato de sê-lo. Sua finalidade é a integração entre os interesses individuais e coletivos. Ao reconhecer a existência de conflitos de interesse entre particulares e os do Estado, Hegel analisa diversas formações sociais e busca sintetizar na burocracia privada (corporação) e na burocracia pública acabada (Estado) as múltiplas determinações destes conflitos. A burocracia, enquanto forma organizacional e classe social, nasce com o surgimento do Estado; o que implica em tensões internas (no seio desta) e externas (dela com os demais grupos e classes sociais). A existência da burocracia pressupõe, assim, ainda que minimamente, o espírito corporativo (TRAGTENBERG, 2006).

Apesar de reconhecer os interesses de classe e a perspectiva burguesa de Hegel, Tragtenberg busca em sua obra uma base analítica para reconhecer a existência da burocracia enquanto poder administrativo e poder político. Nesse processo, já reside de modo implícito sua crítica radical às frações da classe burocrática e ao Estado, seja ele capitalista ou “socialista”

A burocracia representa no esquema hegeliano certas corporações ou sua combinação. Além de ser um instrumento das classes dominantes, a burocracia tem efeitos de permanência subsistindo com nível relativo de autonomia. Esse nível atualmente é encontrado na burocratização das lideranças sindicais e dos Estados *socialistas*. A *corporação* é a burocracia da sociedade civil e do Estado, *sua hierarquia de formas, de apresentação*. Ela se opõe como *sociedade civil* ao Estado, ao Estado da sociedade civil, às corporações. O mesmo espírito que na sociedade criou a corporação cria no Estado a burocracia. A burocracia é mesmo uma corporação, aparece como realidade no bonapartismo e na Prússia. No capitalismo de Estado, no regime

democrático liberal, aparece como agente da *vontade geral*, como um universal que encobre determinações privatistas. A burocracia protege uma generalidade *imaginária* de interesses particulares. As finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta tornam-se finalidades do Estado. (TRAGTENBERG, 2006, p. 28).

As especificidades do modo de produção asiático podem ser encontradas na obra de Tragtenberg, o qual, concordando com Hegel e Weber, irá conceber a burocracia como produto destas sociedades. Neste sentido, a essência da burocracia para ambos é a mesma: sua origem histórica se dá com o surgimento do Estado, nas antigas civilizações orientais e no altiplano americano antes da invasão e conquista dos europeus. Contudo, os três têm acordo no fato de que a burocracia se desenvolve plenamente e tem sua máxima expressão na sociedade burguesa moderna.

A este respeito, no que tange ao processo de transição entre o modo de produção asiático e o modo de produção capitalista, o exemplo da Rússia e sua apreciação por Maurício nos parecem fornecer elementos contundentes para a sua compreensão acerca do fenômeno burocrático. Aqui também cumpre salientar que não é nosso intento aqui analisar de forma pormenorizada as múltiplas determinações histórico-sociais que culminaram na derrota dos soviets em favor da contrarrevolução bolchevique. As nossas preocupações são de partir deste processo, que toma sua forma mais acabada com a vitória do modelo russo na III Internacional, e através de sua reconstituição reconhecê-lo como sendo um dos elementos-chaves para entender o conceito de burocracia na apreciação de Tragtenberg: para tanto iremos nos debruçar em seus escritos acerca do bolchevismo e da Revolução Russa (TRAGTENBERG, 1986; 1988; 1989; 2006) no sentido de extrair destas obras o fundamento de sua concepção do fenômeno burocrático, em especial nos países ditos “socialistas”.

O sociólogo brasileiro retoma que o modo de produção asiático surge na Rússia a partir da invasão dos hunos, condicionando durante séculos determinados aspectos sociais e econômicos que para os ocidentais aparecem como imposição dos bolcheviques após o golpe de Estado em 1917. Porém, tais aspectos são na realidade prolongamentos, extensões de instituições remanescentes do antigo Império Russo, que trazem valiosos dados para compreender a realidade daquele país. Retomando o materialismo histórico-dialético, oferece uma interessante síntese do modo de produção asiático:

(...) é uma categoria que se define em relação à produção, exprimindo as relações sociais criadas em função das necessidades básicas do desenvolvimento das forças produtivas. Sua *lei básica* não aparece no nível das técnicas de produção, nem dos imprevistos geográficos (irrigação, clima seco), mas no nível da produção como forma específica da exploração da natureza pelo homem: implica organização técnica do trabalho, forma de

cooperação e autoridade social estruturada hierárquica e monocraticamente. (TRAGTENBERG, 2006, p. 35).

Na antiga Rússia, o governo cria as comunidades de aldeia (*obchtchina*), como imposição aos camponeses, em virtude de interesses fiscais e administrativos. Nelas, a propriedade da terra é do Grão-príncipe, que reparte os excedentes da produção entre os membros das classes privilegiadas (clero e aristocracia). O Grão-príncipe, neste processo, recruta e constitui os primeiros quadros da burocracia estatal. Os camponeses eram a maioria duramente explorada e oprimida da população, submetida à autoridade do Czar e não possuindo representação no seu Conselho, a “Duma”. Esta formação estatal onipotente, constituída através de serviços compulsórios e tendo um controle rígido da propriedade da terra, é na visão de Tragtenberg um elemento chave para explicar a persistência do Estado russo e suas similaridades com o capitalismo de Estado na extinta URSS, que combinou de modo inédito a iniciativa individual no plano da produção com a economia estatal

O capitalismo de Estado, ou melhor, o processo de modernização levado a efeito por uma elite industrializante sob a direção de um partido único, implica seus inícios, já na burocracia. Essa burocratização já ameaça, três anos após a tomada do poder por Lenin, o regime na sua totalidade. O monopólio do poder, pelo partido único, é o elemento que assegura a seleção da elite dirigente, em que a ascensão na escala partidária assegura igual subida na burocracia do Estado. Esta burocracia possui o Estado como propriedade privada, dirigindo coletivamente os meios de produção, é a tecnoburocracia dirigente, que persiste de Lênin até hoje. (TRAGTENBERG, 2006, p. 49).

No capitalismo de Estado, as empresas trabalham sob um sistema de controle hipercentralizado, com planos regulares elaborados pela burocracia do Partido. A grande maioria das indústrias é controlada por comissários e ministérios setoriais, sendo todos os membros filiados de longa data. Neste esquema são oferecidos sistemas de bônus aos dirigentes, os quais fomentam a produção de bens inúteis ou com pouca procura; aqui, temos o coletivismo burocrático somado ao nível de tecnificação através do monopólio do poder via ditadura do partido único. Neste contexto, o marxismo se torna um dogma ideológico que cimenta a figura do líder carismático (Lênin, Stálin, Mao, Che) ao lado da valorização da ciência e da técnica como elementos de reforço deste modo de produção fundado na burocratização do conjunto das relações sociais, cuja expressão máxima se deu na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Na URSS, a direção da industrialização levada a efeito pela burocracia do Partido Comunista que monopolizou o poder articulando as burocracias da organização hospitalar, escolar, militar, tomou a forma de um *coletivismo burocrático*, no qual a burocracia detém coletivamente a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político. O proletariado não



participa da direção da produção, está relegado a funções de pura execução. Por outro lado, há uma  *fusão*  do poder político com o poder econômico, confundindo-se no seio da classe burocrática em que participar da apropriação do sobreproduto social equivale a participar do sistema de dominação. Em tal estrutura, a rivalidade no seio da burocracia como dominação só pode ser controlada mediante a intervenção em todos os níveis e setores da vida social pelo princípio da unificação burocrática; constitui também a maior burocracia, resultando na  *politização*  da sociedade global. O Estado confunde-se com a sociedade. (TRAGTENBERG, 2006, p. 233-234).

Neste sentido, temos em Hegel os fundamentos da teoria da burocracia como classe dominante. Tragtenberg irá defender a tese segundo a qual a concepção de partido para os bolcheviques tem como base ideológica o hegelianismo: nem Lênin nem Trotsky consideravam a burocracia uma classe social. Para o marxista anarquizante brasileiro, a concepção hegeliana do partido e do Estado foram componentes ideológicos que levaram à extinção das tendências oposicionistas no seio do Partido e à repressão aos marinheiros de Kronstadt (que cedo perceberam o caráter do novo regime e logo lutaram pelo restabelecimento dos comitês de fábrica e conselhos de operários e soldados: eram louvados pro Trotsky como a “vanguarda da revolução” de 1905 e posteriormente implacavelmente esmagados pelo então Comandante do Exército Vermelho) e aos camponeses de Gulai Pole, onde se dera a Makhnovtchina (fundada na autogestão e coletivização das terras e depois exterminada à traição pelos antigos generais do czar recrutados pelos bolcheviques); o leninismo engendra o stalinismo, reforçando a repressão e o controle absolutos do Estado sobre o conjunto da vida em sociedade, atingindo até mesmo os movimentos sociais contestatórios de décadas posteriores:

A concepção leninista de um movimento dirigido a partir de um Estado Maior central, onde a autoridade é superior à dos conselhos operários, dos comitês de base ou de quarteirão, de grupos revolucionários autônomos, é uma concepção estatista, putchista, elitista, de uma “revolução” que lutaria contra a opressão patronal funcionando do mesmo modo que a opressão patronal. O leninismo parte do princípio de que as exigências de clandestinidade ou de militarização das lutas são tais que a democratização direta é impraticável, nefasta e ao mesmo tempo “normal”; os verdadeiros revolucionários são soldados que devem aceitar obediência absoluta sem discutir (como em qualquer Exército ou aparelho de Estado) as ordens de seus superiores, que encarnam física e institucionalmente a verdade, a justiça e a “razão do Estado” da classe operária. (...) Os movimentos leninistas que quiseram dirigir os movimentos de massas nos EUA, França, Itália, Alemanha, na década de 60, reproduziram toda a maquinaria opressiva da burocracia constituída em vanguarda. No que há de pior, o esquerdismo europeu copiou a uniformidade e a mediocridade stalinista; no que há de melhor, o abriu-se à subversão do capitalismo; mas o leninismo rígido e castrador provocou o desencorajamento de milhares de pessoas. Os mecanismos psicológicos e sociais de renovação mística de 70 funcionam já nos anos 60. A fascinação carismática por Mao, Ho Chi Min, Che, transferiu-se a outros ídolos e outros espetáculos políticos, esportivos, religiosos ou pornográficos. A indústria do espetáculo funciona a partir de alguns temas-

chaves: a vida / a morte / a liberdade / a opressão / o desejo / a castração. Em nossa opinião não se trata de mudar as peças do jogo, mas o próprio jogo. O domínio do centralismo leninista sobre o movimento operário, movimento negro, porto-riquenho, movimentos estudantis e grande parte do movimento pacifista obrigou esses movimentos a renunciar sua especificidade e criatividade, procurou controlar movimentos como o feminista, marginais e jovens proletários revoltados. (TRAGTENBERG, 1989, p. 112-115).

Ao analisar a formação econômico-social da União Soviética como um coletivismo burocrático ao partir das relações sociais concretas e da dinâmica da luta de classes, Tragtenberg observa que a burocracia concentra em suas mãos o monopólio do poder de Estado e da propriedade privada dos meios de produção, sendo ao mesmo tempo a classe dominante, exploradora e a classe encarregada de gerir o principal instrumento de reprodução das relações sociais capitalistas. Aqui, ele enfatiza sua distância e crítica ao modelo weberiano, o qual seria insuficiente para compreender tais sociedades, ao compará-las com o capitalismo privado:

Enquanto Weber, na sua análise da burocracia, preocupa-se com a enumeração de critérios que a constituem, parece-nos fundamental estudá-la em sua dinâmica interna, isto é, a maneira pela qual ela estrutura suas *raízes* na sociedade e o princípio em torno do qual ela aumenta seu *poder*. Enquanto na indústria capitalista a burocracia em Weber define-se como órgão de transmissão, isso não se dá numa estrutura em que um partido único detém o monopólio do poder total, pois o *burô* político do Partido Comunista da URSS não se reduz à transmissão e execução. O acesso aos cargos do partido *não* depende de conhecimento técnico ou profissional, *não* é necessário ser remunerado pelo partido para ter cargo importante. *A burocracia participando da apropriação da mais-valia participado sistema de dominação*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 235-236).

Deste modo, o partido político unifica os distintos setores da classe burocrática, amortecendo os conflitos no seio desta, mediando a sociedade e politizando-a através da fusão operada entre o Estado (portador do “interesse geral”, “socialista”, “operário”, etc.) e a sociedade civil (síntese dos “interesses particulares” dos variados grupos e classes sociais, “superestrutura”). Assim, a burocracia, ao se constituir como classe dominante torna-se dependente da unificação do poder via atividade política partidária; No caso concreto da URSS, que serve de base aos demais países capitalistas estatais, o planejamento centralizado e rigidamente controlado pela burocracia, fundados no leninismo e no seu “centralismo democrático”, foram duas determinações importantes que permitiram ao Partido a concentração do poder, confundindo-se com o Estado após o esmagamento das lutas operárias. Emerge assim a burocracia como centralizadora do poder político e detentora do poder econômico, abrindo caminho e sendo o desdobramento necessário do stalinismo:

A burocracia aparece como formação social no regime de transição articulando o corpo social, constitui um *aparelho* em que é mantida a separação que existe na fábrica, entre o operário e os meios de produção,

traduzida administrativamente pela posição da burocracia como entidade *autônoma* relativamente ao todo social, dominando as decisões, com seus critérios internos, atuando como matriz das relações sociais burguesas, convertendo-se no palco no qual se efetua a repressão às massas. É neste sentido que se dá a evolução do *aparelho* de Estado na URSS de 1917 até hoje. No período de transição, o Estado é a base da propriedade social, o que significa que *não é social, pois é exercida pelo Estado em nome da sociedade*. Os produtores aparecem como proprietários dos meios de produção *somente por mediação* do Estado. Fundamentalmente, o significado da propriedade do Estado *depende* das relações sociais existentes *entre ele e os* trabalhadores. Se ele é dominado por um corpo de funcionários e administradores que detém o controle dos meios de produção, *dispondo* do excedente econômico, conforme suas normas, com *papel dominante* no mercado e na imposição de critérios de rentabilidade. A burocracia, como proprietária efetiva dos meios de produção, justifica-se pela função que exerce, em que a principal é a *função de acumulação enquanto agente do capital social*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 240).

Para Tragtenberg, é impossível compreender a instauração dos regimes de capitalismo estatal no Leste Europeu sem com isso entender o funcionamento dos partidos políticos, em especial do partido bolchevique, o qual até hoje possui larga influência no seio do movimento socialista. A análise do sociólogo brasileiro acerca da burocratização dos partidos e sindicatos é um elemento chave para sua concepção do fenômeno burocrático. Inicia ele sua digressão aduzindo que a partir da II Internacional fundam-se os partidos socialistas, os quais rejeitavam a gestão política e econômica da classe proletária. Neste sentido, constitui-se uma burocracia que aspira a se tornar tecnoburocracia com a conquista e manutenção do poder de Estado, embora dizendo fazê-lo “em nome dos operários” (TRAGTENBERG, 1986).

Maurício percebe que a maioria destes partidos é formada por minorias organizadas. Com seu processo de consolidação e desenvolvimento plenos, acabam por se tornar organizações policlassistas, agrupando classes sociais com interesses contraditórios, transformando-se em “partidos da ordem”:

A fundamentação ideológica dessa tecnocracia dirigente está na célebre “teoria da vanguarda” de Karl Kautsky, principal teórico da II Internacional, desenvolvida por Lênin após a Revolução Russa de 1917. Segundo essa teoria, o proletariado entregue a si mesmo chega somente a uma visão economicista do processo social; a consciência política lhe é introjetada “de fora” pela vanguarda, que fala em seu nome, pela voz dos intelectuais portadores da ciência e do conhecimento. Essa teoria da nulidade operária se autoconcebe independente do modo de vida operário, como se pudesse haver consciência independente da existência social numa época, num país e numa classe determinada. (TRAGTENBERG, 1986, p.7).

Lênin foi o intelectual que melhor sistematizou a tese do partido de vanguarda, ao inspirar-se em Karl Kautsky, atualizando suas teses e adaptando-as ao contexto das lutas de classes na Rússia czarista. De acordo com Kautsky, era inteiramente falso o pressuposto de que a consciência socialista do proletariado poderia se desenvolver em

seu processo de auto-organização. Os intelectuais burgueses, portadores da ciência socialista (Kautsky entendia que o socialismo e a luta de classes tinham premissas diferentes), deveriam, através de uma disciplina férrea, “comunicar” e “introduzir” aos operários, com vistas à conquista do poder de Estado, os postulados do socialismo científico (TRAGTENBERG, 1986).

O bolchevismo possui dois fundamentos essenciais: a) a classe operária por conta própria não possui condições de chegar à consciência revolucionária, mas tão somente uma consciência sindical; b) a ideologia da vanguarda (MAIA, 2010). Tais teses são complementares e se reforçam mutuamente, não podendo ser entendidas em separado, uma vez que a práxis do partido bolchevique russo se deu tendo como fundamento estes princípios. Isso pode ser observado antes, durante e depois do golpe de Estado que culminou com a vitória do bolchevismo sobre os soviets. Em verdade, estas sentenças se traduzem na retomada do argumento de Kautsky segundo o qual existe a necessidade dos portadores da “doutrina socialista” (intelectuais), organizados de maneira rígida, centralizada e com uma disciplina férrea (semimilitar) através de sua atuação nos parlamentos e sindicatos, de dirigir e controlar o movimento operário.

Dessa forma, temos no seio do movimento bolchevique cristalizada uma das relações sociais fundamentais nas sociedades de classes: a relação entre dirigentes e dirigidos. Este tipo de relação tem por fundamento a separação e cisão entre quem planeja e não executa determinada atividade e quem simplesmente executa e não planeja determinada atividade. Há uma predeterminação no que tange tanto aos meios como aos fins, no caso do processo de luta revolucionária.

A divisão social do trabalho é um dos princípios da práxis bolchevique. A suposta tese do “controle operário” é o ápice deste processo, pois por mais que a classe operária tenha algum tipo de voz no que tange ao conteúdo de sua atividade, todas as decisões relativas ao modo e finalidade de sua produção são tomadas por instâncias superiores e exteriores, como o Estado ou o Partido. Já no texto *Que Fazer?*, escrito em 1902, Lênin aprofunda a tese kautskysta da nulidade operária e da necessidade de uma direção centralizada, que deve controlar o movimento da classe operária em luta desde o início de sua atividade. Este é o fundamento da dominação do proletariado pela intelectualidade e burocracia partidária:

Dissemos que os operários não podiam ter consciência socialdemocrata. Esta só podia ser introduzida do exterior. A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com suas próprias forças, só está em condições de

elaborar uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais. (LÊNIN, 1973, p.39).

Assim, os partidos políticos “de esquerda” integram as classes exploradas e oprimidas em organizações burocráticas, cujo único interesse é a luta pela conquista e/ou manutenção do poder estatal. Quando finalmente logram êxito, realizam a estatização dos meios de produção, alçando burocratas aos cargos de chefia, confundindo de modo proposital tal proposta com a efetiva socialização. A estatização dos meios de produção, com a presença do trabalho assalariado, o controle do processo de produção pela classe burocrática, o partido único no leme do Estado são as relações sociais dominantes na ex-URSS, China, Cuba, etc. (TRAGTENBERG, 1988).

Nestes países, a propriedade privada dos meios de produção permanece, ainda que metamorfoseada em propriedade estatal, sendo gerida por uma tecnoburocracia que tem no Partido (independente do nome: “popular”, “socialista”, “comunista”, “revolucionário dos trabalhadores”) a principal ferramenta para disciplina e domesticar a classe trabalhadora. O que existe, na realidade, é uma ditadura sobre o proletariado, ou sem ele; razão pela qual o socialismo nunca esteve em perigo, uma vez que sequer existiu (TRAGTENBERG, 1988).

Tragtenberg adverte que o processo vitorioso da tomada do poder pelos bolcheviques deve ser devidamente contextualizado. Acima de tudo, é necessário considerar que estes almejavam a implantação de um modelo oposto ao do capitalismo privado, Neste sentido, convém retomar determinações sociais importantes, como a Guerra Civil de anos contra a reação czarista, a intervenção estrangeira dos exércitos alemão, inglês, tcheco e estadunidense, os quais forneceram apoio às tropas czaristas que lutavam pelo restabelecimento da antiga ordem social. Nessa conjuntura, os dirigentes bolcheviques buscavam, antes de qualquer coisa, vencer os invasores e ao mesmo tempo reconstruir a economia, devastada por uma série de conflitos internos e externos (TRAGTENBERG, 1988).

Com a proclamação do “comunismo de guerra” pelo general do Exército Vermelho Leon Trotsky, há a indicação dos novos diretores de empresa pelo Partido, que já possui o poder e controle do Estado: a maioria destes era membro das antigas classes privilegiadas. As unidades autogeridas devem ser subordinadas às novas diretrizes, que culminam na imposição da militarização do trabalho e na estatização e

posterior esvaziamento dos soviets, convertidos em correias de transmissão do suposto “Estado Operário”:

Paralelamente, Lênin introduz o taylorismo na URSS, significando, portanto, a volta à hierarquia nas fábricas, o planejamento restrito a um corpo de especialistas e a mão-de-obra realizando o que cúpula técnica define como sendo os objetivos das empresas. Embora considerasse o taylorismo uma forma de organização do trabalho tipicamente capitalista, Lênin argumentava que o poder estava com o Partido e isso garantiria a supremacia da classe operária no país. Assim, a técnica taylorista poderia ser colocada a serviço do proletariado. Isso significou o fim dos comitês de fábrica e da autogestão nas empresas. A nova palavra de ordem de Trotsky era: trabalho, ordem e disciplina. Assim, já em 1920 das 2051 empresas importantes, 1783 estava sob a direção de um administrador nomeado pelo Estado. (...) Já em 1920 o proletariado russo tinha sido expropriado do controle dos meios de produção pelo Estado. A burocracia ocupava seu lugar na direção econômica (via economia de plano) e na direção política, por mediação do Partido. (TRAGTENBERG, 1986, p. 34-35).

Todo este processo não ocorreu sem resistência e luta por parte da classe trabalhadora. A criação e posterior esmagamento das diversas tendências no interior do Partido (Oposição Operária, Verdade Operária, Comunistas de Esquerda, Centralistas Democráticos, dentre outros) que postulavam a defesa da autonomia e auto-organização dos proletários contra o Partido, burocrático e centralizador é expressão deste processo, do ponto de vista da luta política e contra ideológica. Contudo, é no terreno da luta de classes concreta, manifesta na repressão à revolta de Kronstadt e aos camponeses ucranianos liderados por Nestor Makhno que resta demonstrada duas outras características essenciais do bolchevismo: a) a impossibilidade de coexistência com quaisquer movimentos fundados na ação autônoma da classe operária, sendo a repressão a resposta imediata; b) a profunda incompatibilidade entre a proposta socialista baseada na autogestão das lutas pelo proletariado – que é o embrião de novas relações sociais – com perspectiva bolchevique, assentada na burocracia que via hegemonia do partido único constitui o capitalismo de Estado (TRAGTENBERG, 1986).

O partido bolchevique, deste modo, é um Estado em miniatura, posto que é estruturado de forma hierárquica, reproduzindo a sociedade que diz combater. Por mais que manifeste proposições políticas “revolucionárias” é um órgão burguês e burocrático, cujo fim último é tomar o poder e não destruí-lo. Essa forma de organização assimila as técnicas e a mentalidade da burocracia: seus membros devem seguir uma rígida disciplina, educados para a obediência, dogmatizando as decisões superiores e cultivando o espírito de chefe, baseado em costumes gerados pelo autoritarismo, manipulação e poder de mando. Em tempos onde não consegue exercer sua ditadura, o partido político de tipo bolchevista se vê forçado a participar das

eleições; com seu crescimento (compra de imóveis e expansão dos meios de comunicação e corpo de funcionários), constitui seus intelectuais, os quais produzem e/ou reproduzem as decisões do Comitê Central, recusando novas ideias, dentro e fora do marxismo (TRAGTENBERG, 1988).

Onde o Partido é o detentor dos meios de produção e reprodução da vida social, seus intelectuais são rigidamente controlados, prestando serviços e ainda mais sujeitos ao constrangimento das relações sociais acima expostas. Neste sentido, a hierarquização do mando, outro elemento que fundamenta a concepção bolchevique de partido político, é retomada por Tragtenberg. Suas palavras a este respeito demonstram o alargamento e generalização da burocratização de todos os aspectos da tomada de decisões por parte dos membros da nova classe dominante e o abandono definitivo do projeto de superação do capitalismo:

À medida que o partido cresce, aumenta a *distância* entre base e direção. Os *líderes* convertem-se em *personagens*. Os grupos locais, que conhecem melhor que qualquer líder remoto sua situação em cada momento, são obrigados a subordinar sua interpretação direta às diretrizes das cúpulas. Como os dirigentes desconhecem os problemas locais, agem com cautela; em geral, a capacidade do líder *diminui* quanto mais *ascende* na hierarquia burocrática do partido. Quanto mais nos aproximamos do nível onde são tomadas as decisões reais, mais verificamos o caráter conservador do processo de elaboração decisória. Quanto mais burocráticos e alheios são os fatores que influenciam a decisão, tanto mais são levados em conta *problemas de prestígio*, e as *posições alcançadas* estão acima da dedicação desinteressada à revolução social. O partido, quando mais busca eficiência na hierarquia, nos quadros e na centralização, torna-se menos eficiente do ponto de vista revolucionário. O partido será eficiente no moldar a sociedade à sua imagem e semelhança, caso a revolução triunfe, Cria a burocracia, a centralização e o Estado. É um alento para as condições sociais que justificam este tipo de sociedade. Por isso, em vez de progressivamente desaparecer, o Estado controlado pelo “glorioso” partido preserva as condições essenciais que necessitam da existência de um Estado e de um partido para mantê-lo. (TRAGTENBERG, 1988, p. 117).

É importante ressaltar como a implantação do taylorismo se constitui numa das manifestações mais concretas da existência do capitalismo na ex-URSS. A direção unipessoal, com nomeação pelo Estado via dirigentes do Partido, aliam-se à organização científica do trabalho e ao pagamento baseado na produtividade cada vez maior dos operários, com redução de movimentos desnecessários, controle rígido da força de trabalho e fomento à competição entre os trabalhadores, visando sua “otimização”. Tais elementos já estavam presentes, do ponto de vista da produção ideológica, na própria Rússia: através da criação da Escola Imperial de Moscou no ano de 1878, dirigida pelo engenheiro Della Vocce. A utilização do taylorismo pelos bolcheviques significou em verdade a readaptação de tal método para dar conta da necessidade premente de



desenvolvimento acelerado das forças produtivas via industrialização (TRAGTENBERG, 1988).

Com isso, a administração científica é imposta em detrimento da gestão das fábricas pelos próprios operários que nelas trabalham: a estes, é “concedido” o limitado direito de greve. Tragtenberg percebe que o taylorismo é produto das necessidades do modo de produção capitalista, assim como a ciência; ambos contribuem e reforçam os privilégios e a condição da burguesia como classe dominante no capitalismo privado. A sociedade burguesa nomeia os conhecimentos e capacidades suscetíveis de servir à reprodução de saberes essenciais para a manutenção das relações de produção correspondentes. Ou seja, quando tal método é aplicado, está implícito nele o fundamento de uma cultura acadêmica em contraposição ao saber popular, considerado limitado e, por conseguinte, anticientífico. Assim, a aplicação do sistema Taylor em todos os cantos do globo, ao extenuar, brutalizar e dividir ao fragmentar a classe trabalhadora é expressão mais acabada do pensamento científico. Os bolcheviques importam com o taylorismo seu conteúdo repressivo: a negação do sujeito real, ou seu total desconhecimento (TRAGTENBERG, 1988).

O taylorismo é produto da sociedade burguesa e só pode ser aplicado nela ou em sua variante estatal. Tal forma de pensamento complexo é monopólio de um reduzido número de especialistas, que aprofundam a divisão social do trabalho e a exploração de mais-valia. Tal concepção de “socialismo”, fundada nestes termos, é na verdade sua manifestação antagônica, na medida em que

Essa concepção esquece que as relações sociais de produção não se limitam à propriedade jurídica dos meios de produção. Além da exploração possibilitada pela *propriedade privada ou estatal* dos meios de produção, essas relações compreendem também a *opressão*: o modo como a divisão do trabalho provoca a *concorrência* entre os trabalhadores, o modo de integrar os trabalhadores no processo de trabalho na empresa, o modo da *extorsão* do saber, do tempo livre e do poder de decisão do trabalhador. As relações sociais a serem suprimidas não se restringem à propriedade privada dos meios de produção, como o fizeram os bolcheviques na Revolução Russa. Tanto na URSS como em outros países (...) que seguem o mesmo modelo, continuam a existir: a relação empregado-empregador, agora entre o Estado e *seus* assalariados, devido ao fato de a propriedade privada dos meios de produção ter passado ao Estado (e não aos trabalhadores autonomamente organizados); uma divisão do trabalho que conserva a hierarquia e as regras do sistema mercantil, favorecendo também a concorrência entre os trabalhadores através da “emulação”; a dominação da autoridade e do saber por uma burocracia, da qual uma tecnocracia é parte integrante; e também a oposição entre trabalho intelectual e manual, com a supervalorização do primeiro, como se na execução e planejamento do segundo a inteligência inexistisse. A revolução das relações sociais e formas (instituições) correspondentes, e das relações de produção em que o empregador é o proprietário individual ou o Estado, pressupõe uma revolução socialista que não é sinônimo de tomada do poder por um partido ou grupo em nome do

proletariado, mas do proletariado dirigindo suas lutas (como todos os assalariados não-fabris), através da auto-organização e dos órgãos autônomos horizontais (comitês, comissões) que emergem do processo de *ação direta* de todos os assalariados. (TRAGTENBERG, 1988, p. 123-124).

Deste modo, podemos concluir que a análise feita por Tragtenberg acerca da origem da burocracia como forma organizacional e classe social no modo de produção asiático, bem como de sua crítica radical ao capitalismo de Estado guardam elementos de sua assimilação crítica da obra de Weber. Ademais, Maurício vai além: ao retomar as contribuições de Hegel (primeiro estudioso sistemático do fenômeno burocrático), reúne mais elementos para a compreensão e desmistificação do papel e projeto políticos dos bolcheviques, que a pretexto de uma suposta revolução proletária impuseram um novo regime de exploração e dominação, impingindo uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial.

Para justificá-la usou (dentre outros recursos e técnicas oriundas do capitalismo privado) do taylorismo, produto da resposta intelectual da burguesia no contexto de Revolução Industrial ao desenvolvimento da luta de classe do proletariado. O taylorismo, que inaugura a chamada “Teoria da Administração” é em realidade uma ideologia, configurando-se naquilo que Tragtenberg nomeou como harmonias administrativas, assim como as propostas de Fayol e Mayo. A partir de agora, iremos nos dedicar à reconstituição da análise realizada pelo sociólogo brasileiro acerca destas produções intelectuais, as quais dão apoio e suporte teóricos para a sua concepção da burocracia na sociedade moderna.

### **A Crítica às Ideologias Administrativas: Taylor-Fayol (Escola Clássica) e Mayo (Escola de Relações Humanas)**

Tragtenberg irá retomar e partir das determinações histórico-sociais que deram as condições de possibilidade para a emergência daquilo que nomeou como “harmonias administrativas”, expressas fundamentalmente nas obras de Frederick Taylor, Henri Fayol (representantes máximos da chamada Escola Clássica da Administração) e Elton Mayo (principal expoente da Escola de Relações Humanas). Embora tendo desenvolvido a crítica aos representantes posteriores destas tradições, bem como aos que buscaram dar uma resposta totalizante e numa perspectiva de combate ao capitalismo (Marx, Saint-Simon, Fourier), nos limitaremos aos três autores acima mencionados. Esta escolha se dá em virtude do fato de o conteúdo da crítica efetuada

por Tragtenberg aos referidos fornecer contribuições valiosas à compreensão da burocracia como classe social e forma organizacional no capitalismo. As determinações aludidas são produto da terceira fase do processo de industrialização, que surge com a desagregação das chamadas corporações de ofício: estas são solapadas e tornam-se dependentes das máquinas, as quais são aperfeiçoadas constantemente. A maquinaria que caracteriza essa redefinição na divisão social do trabalho é a emergência da figura do “trabalhador coletivo”, continuador dos trabalhos parciais (TRAGTENBERG, 2006).

Este processo aprofunda a especialização da força de trabalho operária, obstaculizando e destruindo as antigas possibilidades reais de ascensão social fundadas na lógica das corporações: a passagem do aprendiz ao cargo de ajudante e deste ao posto de mestre é substituída por uma nova relação social. Trata-se daquela fundada na separação estabelecida entre planejamento e execução do trabalho no interior das unidades produtivas. Esta tem origem nos Exércitos, e nas fábricas se instala primeiramente na indústria têxtil, sendo paulatinamente empregada nos demais ramos da produção capitalista (TRAGTENBERG, 2006).

O aumento da dimensão da empresa ocasiona uma transformação do ponto de vista intelectual. É a resposta da classe dominante, que se dá nas “teorias microindustriais de alcance médio”; elas implicam, no seio da estrutura empresarial, na criação de uma direção determinada (em maior ou menor grau), a qual consiga harmonizar as atividades dos indivíduos que as compõem, ao mesmo tempo em que promove a realização das funções gerais derivadas da atividade do conjunto do corpo produtivo. O crescimento das unidades industriais e fabris expressa a hegemonia de frações da classe capitalista: isso constringe o incentivo à cisão entre direção e execução no trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas, aliado ao aumento da população, do mercado interno, dos níveis de renda e da especialização da mão-de-obra com a conseqüente expansão do exército industrial de reserva permitiram os primeiros indícios da passagem do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista. Assim, o arranque da indústria é acompanhado de semelhante processo de concentração de capital, em especial nos EUA, configurando os primeiros monopólios. Estes últimos, para Tragtenberg, eram produto de um sistema econômico no qual

a. a grande empresa por suas dimensões e influência monopolística no mercado permite planejamento a longo prazo da produção. A minimização da concorrência permite a redução da instabilidade, o que cria as condições para o planejamento; b. a grande divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam se realiza na grande empresa. Aqueles fixam o processo da produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de

administração e normas de trabalho; criam as condições para o surgimento do *taylorismo*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 87).

Ao mesmo tempo, o surgimento da aviação, do telégrafo sem fio, da mobilidade entre campo e cidade expressa nas migrações e imigrações, a descoberta da eletricidade, se dão com base na exploração da força de trabalho feminina e infantil, com o objetivo de maximização dos lucros: aqui se manifestam outras determinações para a aplicação e do sistema de Taylor. Este é produto de um método empírico, no qual o conhecimento surge das evidências possíveis e não do processo de abstração mental. Ainda com relação às questões metodológicas, suas bases são os dados singulares observados a partir da experiência imediata, o que limita a possibilidade de generalizações; sua essência reside numa atitude descritiva, onde o mais importante é o como e não o porquê de determinada ação (TRAGTENBERG, 2006).

Tragtenberg acentua que de acordo com Taylor os operários devem se ajustar às normas de desempenho e cargos descritos: é o valor acessório atribuído aos que meramente executam as tarefas julgadas essenciais, vinculadas ao planejamento e direção. Neste sentido, a extrema e profunda especialização da classe operária tornam desnecessária sua qualificação. Taylor põe ênfase no princípio da hierarquia, a partir da autoridade administrativa. Para ele a qualificação dos operários é supérflua na medida em que o aumento da divisão do trabalho, característica das grandes empresas, contribui ao facilitar as tarefas e constante troca de indivíduos, ampliando o mercado de trabalho e incorporando mão-de-obra não plenamente desenvolvida:

(...) Taylor funda-se no estudo de tempos e movimentos, na procura de uma capatazia funcional, no uso de incentivos econômicos, tarifa diferencial de salário. O taylorismo implantado permite altos lucros com baixo nível salarial, a curto prazo, a custo de tensões sociais. Sua implantação pressupõe os seguintes pré-requisitos: a. a existência de empresas com grande poder econômico e político; b. debilidade sindical dos operários; c. ausência de legislação social; d. predomínio da oferta sobre a procura no mercado de mão-de-obra. (TRAGTENBERG, 2006, p. 88-89).

O sociólogo brasileiro irá ressaltar aspectos do processo histórico de vida de Taylor. Dentre eles, cabe destaque sua formação familiar e religiosa, com base na seita Quaker (o nome dado a vários grupos religiosos, com origem comum no protestantismo britânico do século XVII). Fora educado para a observação estrita do trabalho, poupança, disciplina e ascetismo, ao condenar as frivolidades mundanas ao eleger o trabalho como vocação. Os quakers se envolveram desde sua fundação com tais princípios e o próprio Taylor os aplica em sua trajetória profissional: começa como operário, promovido a capataz, contramestre, mestre de oficina, até chegar ao cargo de

engenheiro na Midvale Steel Company no estado da Filadélfia. O estudo e cronometragem minuciosa do tempo de trabalho são a pedra angular de seu sistema, fundado na racionalização (TRAGTENBERG, 2006).

Neste esquema, cada um dos movimentos é subdividido em tempos elementares, nos quais com a ajuda do cronômetro permitem a Taylor determinar o tempo médio de trabalho para cada movimento no processo produtivo. Seu objetivo é, a partir da junção dos tempos elementares e mortos, (resultado do tempo total de trabalho) combater de todas as formas possíveis a perda de tempo: sua finalidade é a intensificação do ritmo de trabalho. O taylorismo se funda também numa visão messiânica do empresário, tido como ser providencial. Este existe para garantir a satisfação dos interesses gerais da sociedade e os dos consumidores (particulares). Tal processo efetua o aproveitamento intensivo das riquezas coletivas, que a força divina pôs sob seu poder, ao racionalizar sua vida cotidiana (TRAGTENBERG, 2006).

Segundo Tragtenberg, os méritos do taylorismo consistem em acentuar as virtudes do ascetismo, a abstinência do álcool, a mentalidade de economizar dinheiro, à rotina do trabalho, associadas à figura de um chefe paciente, trabalhador e enérgico. Taylor parte do princípio de que o superior hierárquico deve suscitar a ambição de seus subordinados, além de condenar sua negligência; com relação aos salários, irá se manifestar a favor de seu aumento gradativo. Assim, temos que

No plano de sua Teoria da Administração, Taylor define a burocracia como emergente das condições técnicas de trabalho, pela separação entre as funções de execução e planejamento, predominando a organização sobre o homem, acentuando como fato motivador único o monetário. Taylor parte do ponto de vista segundo o qual o interesse dos trabalhadores é o da administração, desconhecendo as tensões entre a personalidade e a estrutura da organização formal. (TRAGTENBERG, 2006, p. 92-93).

Em suma, Taylor pensava em termos de motivação, por conta de seu quadro socioeconômico. Em seu tempo, a fábrica estava em pujante desenvolvimento, de modo que seus objetivos imediatos giravam em torno de da quantidade e dos resultados, projetos e performances. Seu esquema se funda na separação vertical, o que impede a participação ativa ou passiva dos subalternos; através de um rígido controle e racionalização do tempo de trabalho, busca aumentar constantemente a taxa de lucro: esta cisão operada entre pensamento e execução, somada a uma autoridade inquestionável do chefe, igualdade de interesses entre patrões e empregados constituem o ethos burocrático taylorista, cuja complementação pode ser encontrada na obra de Henri Fayol (TRAGTENBERG, 2006).

Fayol é adepto dos mesmos preceitos de Taylor. Parte do pressuposto segundo o qual o ser humano deve se restringir a seu papel, numa estrutura parcelada das ocupações. É ponderado no que tange ao aumento dos salários, não devendo estes ultrapassar certos limites. Compara a disposição estática das ferramentas numa fábrica com os papéis dos indivíduos nas organizações sociais, reafirmando a direção monocrática expressa por Taylor. Postula um modo paternalista nas relações com os operários e conclui quatro postulados no que tange ao ato de administrar: prever, organizar, controlar e comandar. Assim como Taylor, Fayol tem como elementos básicos de seu pensamento a estrita disciplina e a conservação da hierarquia, herança dos modelos das estruturas militares. Tragtenberg reforça que no esquema Taylor-Fayol o parcelamento de tarefas é a pedra angular: o importante é que os operários conheçam muito a respeito de poucas coisas. Fayol enfatiza a função do administrador (tido como exemplo a ser seguido) e define o papel da disciplina rígida na organização dentro da fábrica, reunindo os fundamentos essenciais do burocratismo da organização formal:

O esquema Taylor-Fayol aparece como um processo de impessoalização, definida esta pelo enunciado de tarefas e especialização destas; as pessoas *se alienam* nos papéis, estes no *sistema burocrático*. A decisão burocrática é absolutamente monocrática, havendo apenas um fluxo de comunicação. O empregado *adota* os mitos da corporação, que constitui uma atribuição de *status*, e ao mesmo tempo cria-se um *jargão* administrativo esotérico. Fayol está preocupado com a direção da empresa, onde só vê funções e operações. A empresa é vista como um conjunto de funções, técnicas, comerciais, financeiras, de segurança, contábeis e administrativas. No seu esquema, privilegia a concorrência como fundamento da maior eficiência e o interesse individual como mola da ação humana. Para Fayol a autoridade na empresa possui direito divino, emite comunicações de cima para baixo e recebe de baixo para cima. A essa concepção mecanicista do processo de comunicação, Fayol junta a ênfase na centralização da decisão, hierarquia, ordem, disciplina e da unidade de comando. Para Fayol o problema da empresa resume-se na chefia e nas dificuldades para substituí-la. Como Taylor, é engenheiro e funda seus conceitos na observação e no senso comum, isto é, no empirismo. (TRAGTENBERG, 2006, p. 96-97).

Assim, Tragtenberg conclui que os esquemas de F. Taylor e H. Fayol se baseiam na articulação e combinação de uma visão linear e determinista, fundada numa perspectiva negativa e pessimista da natureza humana, na qual uma lógica regida por verdades evidentes, incontestáveis e inquestionáveis constituem um sistema de obrigação que legitima a burocracia como classe social no capitalismo, naturalizando tal forma de organização, espelho da fábrica e expressão das relações de produção burguesas. O comando vem da direção, cimentando uma racionalidade burocrática, a qual racionaliza ao máximo as tarefas, simplificando e intensificando a exploração da força de trabalho (TRAGTENBERG, 2006).

Uma das contribuições na crítica realizada por Maurício aos ideólogos da administração é evidenciar que suas produções traduzem as necessidades específicas dos donos do poder político e econômico: elas se constituem enquanto resposta intelectual do capital, sendo produtos históricos, transitórios e que carregam interesses da classe dirigente numa dada correlação de forças com os membros das classes desprivilegiadas. Isso o leva à conclusão segundo a qual as transformações nas condições de trabalho acarretam necessariamente a posterior mudança dos modelos explicativos da chamada “Teoria da Administração”. Assim, o desenvolvimento e consolidação do trabalho parcelado, especializado encerra uma transição entre a desvalorização progressiva do trabalho qualificado e a valorização de elementos vinculados não mais à capacidade física dos operários (os quais Taylor e Fayol limitam sua análise a tais características, negligenciando o cansaço nervoso, mais sutil) e sim aos aspectos psicológicos, como a atenção, comunicação e percepção. Neste contexto é que emerge a obra de Elton Mayo, que inaugura a tradição conhecida como Escola de Relações Humanas (TRAGTENBERG, 2006).

Desse modo, a automação do trabalho marca uma mudança no comportamento e nas ações dos operários dentro das unidades produtivas: esta se caracteriza pelo predomínio das funções relativas à comunicação, em vez das vinculadas somente à execução de tarefas; isso se deve, antes de qualquer coisa, à correlação das forças entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista. Conforme esclarece Tragtenberg:

Relações humanas, relações trabalhistas ou relações industriais designam uma prática empresarial surgida nas décadas de 20 e 30, após a Revolução Russa e a Recessão, como adequação patronal ao desenvolvimento da empresa capitalista, que *reduzia* o esforço físico da mão-de-obra e aumentava o *desgaste nervoso*. Daí o chamado “tédio” na indústria, produtividade baixa, rotatividade de mão-de-obra. Como resposta à organização sindical que arrancara a Lei Wagner em 1935, a qual concedia dois direitos à mão-de-obra – organização autônoma e contratos coletivos de trabalho –, surge a técnica de relações humanas. Esta era uma resposta à piora das relações entre a classe operária e os agentes patronais na empresa. (TRAGTENBERG, 1989, p. 19).

O conjunto de transformações ocorridas na acumulação de capital nos EUA, com a passagem para a fase de abundância e altíssima produtividade, resolvem-se os problemas imediatos da classe capitalista. Contudo, a luta operária força uma mudança nas tentativas de conciliação e amortecimento dos conflitos de classe: as atividades de direção deixam de unificar organização e coordenação na figura de um burocrata; trata-se de formar uma equipe capaz de promover pontos de união, nos quais se aliam exigências políticas e funcionais no seio da empresa. Fayol propõe a noção de elite



administrativa dominante, no sentido de garantir a manutenção da ordem e da paz nas fábricas (TRAGTENBERG, 1989; 2006).

Assim como Taylor e Fayol, o esquema de Mayo se fundamenta em dados empíricos. Seus estudos sobre a alta rotatividade da força de trabalho numa indústria têxtil no estado da Filadélfia faz com que ele resolva tal problema elaborando um sistema alternativo de descanso a cada grupo, ao determinar os períodos de maneira a cada operário gozar de quatro momentos de repouso diários. Outro experimento com iluminação nos locais de trabalho entre os anos 20 e 30, onde verifica o aumento da produtividade oscilando entre a retirada de privilégios de setores da classe operária em virtude da busca por aumento dos lucros, o faz perceber a necessidade de se preocupar com dois fatores decisivos: a atitude do trabalhador frente às suas funções e a natureza do grupo em que está inserido na fábrica (TRAGTENBERG, 1989; 2006).

Mayo desenvolve assim as primeiras técnicas de entrevista, antecedendo às dinâmicas de grupo, percebendo seus efeitos psicológicos: alívio das tensões, diminuição dos níveis de reclamação e posterior aumento da produção. Ele e seus discípulos valorizam e ressaltam a importância do reconhecimento dos conflitos intra-familiares e emocionais na atitude dos trabalhadores na fábrica. Uma pesquisa sobre inter-relações numa equipe de soldadores no ano de 1931 o faz identificar dois tipos de relação: a) as condicionadas pela organização técnica da produção; b) as que constituem a organização social da empresa. Assim, constata Mayo o peso da espontaneidade e da informalidade no seio da organização burocrática (TRAGTENBERG, 1989).

A partir dos estudos de Tragtenberg, percebe-se a nítida influência da obra do sociólogo conservador francês Emile Durkheim nos escritos de Elton Mayo. Ambos percebem que a competição é um meio de desintegração social, destruindo a sociedade caso não sejam resolvidos através da cooperação. Ao conflito, Durkheim contrapõe a coesão na sociedade; aos antagonismos de classe, opõe um Estado Liberal regido pelas grandes corporações, garantidoras de uma “moral profissional”; à violência, coloca como alternativa a “consciência coletiva”, a qual estabelece o consenso: o pensamento durkheimiano entende a questão social como um problema de ordem moral e não uma luta em torno de melhorias nas condições de vida da maioria da população. Em síntese, as normas sociais são expressão da solidariedade global, o que tende a elidir as determinações de classe nos processos sociais: coesão, ordem e integração são os fundamentos de sua sociologia funcionalista, retomados por Mayo em seu discurso:

A grande preocupação de Mayo é *dominar os conflitos*, dominar a “cisão na alma” que se dá na empresa, instituindo sólidas relações sociais e cooperações espontâneas. A arte das relações humanas passa a ser sinônimo de arte de cooperação. A empresa é o novo sacrário, fornece a segurança, o apoio e os conselhos das igrejas antigas, só que o novo clérigo é o administrador, aquele que domina as técnicas da “HumanRelations”. Na realidade, a concorrência que opõe capital e trabalho, ou os trabalhadores entre si, é a “cisão” que Mayo combate. Não são as relações de trabalho as causas dos conflitos, mas o desenvolvimento tecnológico que elimina a solidariedade “orgânica”. Uma elite gerencial pode restaurar a solidariedade perdida. (TRAGTENBERG, 2006, p. 20).

Deste modo, a Escola de Relações Humanas busca valorizar a importância do consenso no seio dos pequenos grupos, com o objetivo de aumentar a produção e, ao mesmo tempo, minimizar o papel repressivo da autoridade industrial. Para Mayo, fundador e referência desta tradição intelectual, as formas de cooperação entre os operários se encontram na aceitação das diretrizes e ordens da elite administrativa dirigente (ou, em outras palavras, da burocracia empresarial), com o intuito de escamotear os conflitos no seio da empresa. Aqui, Tragtenberg percebe a continuidade da linha clássica taylorista: enquanto Frederick Taylor enfatizava a necessidade de contenção direta dos antagonismos sociais, Elton Mayo promove a manipulação das contradições de classe

A ideologia da *harmonia administrativa* iniciada por Taylor, reafirmada por Fayol, é continuada por Mayo, na sua preocupação em evitar os conflitos e promover o equilíbrio ou um estado de *colaboração* definido como *saúde social*. Durkheim é o grande predecessor de Mayo na sua crítica à supressão dos grupos de referência, desencadeada pela Revolução Industrial, que promove a substituição da mão-de-obra estável por outra em contínua rotação, gerando a sensação de *desenraizamento* (anomia). Para Mayo, a oposição à anomia se dá pela revalorização dos grupos de referência, do informal na empresa. *A lógica eficiência da racionalidade taylorista é redefinida pelo império da cooperação*, sistema de conselhos e promoção da integração, pela conversão em racional de comportamentos *irracionais* ou *ilógicos* de indivíduo, possível pelo reforço dos grupos primários na empresa. Para Taylor e Mayo os operários têm idênticos interesses aos da administração patronal na empresa, *daí achá-los não cooperativos em função dos alvos da administração patronal*. (...) Mayo vê o conflito na empresa em nível de *meros desajustes*, quando na realidade *se dá a oposição de duas lógicas: a lógica do empresário que procura maximizar lucros, minimizar custos* (incluindo a mão-de-obra) *e a lógica do operário, que procura maximizar seu salário*. Nesse nível, a Escola Clássica (Taylor-Fayol) era menos alienada em relação a determinações econômicas na conduta empresarial: para ela o administrador não devia falar em *relações humanas, moral na empresa*, mas, sim, usar a linguagem dos *custos*. (TRAGTENBERG, 2006, p. 102-103).

Assinala Tragtenberg que as diversas técnicas usadas para a pesquisa de comportamento dos operários, com o objetivo de verificar níveis de agressividade, lealdade em relação aos diretores ou descontentamento na empresa, somadas ao “aconselhamento” que culpabiliza o indivíduo por algo que é produzido socialmente,

espionagem, dentre outros meios, os quais conformam exemplos de controle dos capitalistas - através da ação de suas classes auxiliares – sobre o conjunto dos trabalhadores produtivos. Todo esse processo se dá com uma falsa imagem de logicidade e racionalismo: a lógica é a do lucro e a razão é tudo o que não contrarie os interesses do patronato. Por conta disso ocorre a “psicologização” dos conflitos, com o resgate enfático do papel dos instintos, paixões e sentimentos nas ações humanas. O arcabouço ideológico da Escola de Relações Humanas se funda numa necessidade que, embora seja condicionada socialmente, visa expressar um processo de naturalização das relações sociais; em especial para o controle e manipulação dos explorados, procurando amortecer as determinações vinculadas ao pertencimento de classe, com destaque para o caráter histórico dos modos de produção, cujas mudanças são promovidas pela ação das classes sociais (TRAGTENBERG, 1989).

Estas diversas técnicas são parte do plano metodológico behaviorista, que busca através de estímulos adaptar os indivíduos ao meio sem transformá-lo. Para tanto, é necessário negar a existência das classes: é a “teoria da desconversa”, na qual o real se dá com as interações pessoais, estas últimas articuladas em funções e pertencentes a grupos. Os conflitos são negados e tornados desvios de comportamento ou então falta de adaptação ao ambiente de trabalho. Trata-se da mágica metamorfose das relações entre seres sociais, condicionados pelo processo de produção e reprodução da vida material, para as relações entre *pessoas*. Tal procedimento promove a integração da força de trabalho operária na lógica participacionista, que mantém intocáveis as relações de exploração, dominação e alienação que se dão entre capitalistas e seus auxiliares (no caso concreto de nosso estudo nos referimos às frações da classe burocrática, em especial a burocracia empresarial) e o conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo de produção de mercadorias (TRAGTENBERG, 1989).

Essa estratégia, expressa nas dinâmicas de grupo, acentua a negociação e promove a cooptação: o processo de tomada de decisões envolve uma participação restrita, que se limita a referendar e legitimar decisões tomadas pelas instâncias superiores dentro da empresa; esta ideologia manipulatória manifesta aquilo que Tragtenberg chamou de *regressão do político ao psíquico*, que não permite o resgate da dimensão política via enfrentamento direto entre os membros de classes sociais antagônicas, negando e falseando sua condição oposta, marcada pela existência real de conflitos permanentes

Na dinâmica de grupo, se o indivíduo se referir à repressão, à oposição de classes, à exploração do trabalho, isso pode ser interpretado pelo animador do grupo como um mecanismo de defesa, pelo fato de sentir-se explorado por um animador repressivo, daí conchamar o grupo para reagir a isso. O aspecto real das lutas evocadas não penetra na situação, porque se constituiu num grupo heterogêneo em “situação” (estágio), *deslocado* das situações sociais concretas. As dimensões comuns a todos, biológicas, psico-afetivas e culturais, hábitos mentais e ideais, encobrirão a heterogeneidade do social e da posição de classe. O grupo é visto como homens e mulheres reunidos, *excluída* a dimensão política da dimensão humana. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 29).

Tragtenberg nos oferece uma contribuição fundamental para entender o fenômeno burocrático e suas manifestações tanto no capitalismo privado (tendo como referência de sua demolidora crítica às ideologias administrativas o país mais desenvolvido, os EUA) quanto no capitalismo estatal, em alguns momentos denominado coletivismo burocrático. Conforme explicitamos no tópico anterior do capítulo, os bolcheviques aplicaram o taylorismo como método de gestão das empresas estatizadas, com o objetivo de aumentar a exploração dos operários e desenvolver as relações capitalistas de produção, ao assumir também para si o monopólio do poder político via conquista do Poder de Estado, esmagamento e desmantelamento dos soviets e conselhos operários. Ele irá perceber que o equivalente às transformações nas ideologias administrativas expresso pela Escola das Relações Humanas tem o nome de trabalho ideológico, de propaganda e agitação na então União Soviética: o objetivo de ambas as potências é manipular a totalidade da mão-de-obra; enquanto as relações humanas tendem a integrá-la, o trabalho ideológico visa ao aumento da produtividade (TRAGTENBERG, 2006).

As diversas publicações relativas ao trabalho na ex-URSS possuem o mesmo conteúdo que as revistas editadas nas grandes empresas dos Estados Unidos da América. Ou seja, trata-se de garantir a naturalização, ocultamento e dissimulação de relações de produção baseadas na extração de mais-valor e na divisão social do trabalho, fomentando uma cooperação que reforça e aprofunda o fosso entre dirigentes e dirigidos no seio das unidades produtivas. Neste sentido, conforme evidencia o marxista anarquizante latino-americano:

*A Teoria da Administração, até hoje, reproduz as condições de opressão do homem pelo homem; seu discurso muda em função das determinações sociais. Apresenta seus enunciados parciais (restritos a um momento dado do processo capitalista de produção), tornando absolutas as formas hierárquicas de burocracia da empresa capitalista ou coletivista burocrática, em que capital é encarado como bem de produção inerente ao processo produtivo, trabalho complemento do capital, a maximização do lucro objetivo da empresa, burocracia hierárquica expressão natural da divisão de trabalho. A Teoria Geral da Administração dissimula a historicidade de suas categorias,*

que são inteligíveis *num modo de produção historicamente delimitado*, são como *expressão abstrata de relações sociais concretas, fundadas na apropriação privada dos meios de produção*, que permitem a conversão do *negro em escravo*, a emergência do *príncipe* no pré-capitalismo, do *burguês* após a Revolução Comercial, do cidadão na Revolução Francesa e do *quadro* no burocratismo soviético. (TRAGTENBERG, 2006, p. 267-268).

### Considerações Finais

Procuramos demonstrar como Tragtenberg revela o caráter ideológico da Teoria da Administração, em especial na sua análise das obras dos representantes mais conhecidos das duas tradicionais vertentes: a Escola Clássica e a Escola de Relações Humanas. Embora haja diferenças pontuais, é nítido que a essência a mesma, qual seja, a de garantir a emergência da burocracia como classe social e forma organizacional dominante no modo de produção capitalista, através do aumento das taxas de lucro, da integração e intensificação da força de trabalho da classe operária.

No capitalismo privado, a “gerência científica” e a “elite administrativa dirigente” são expressão da burocracia empresarial, fração da classe burocrática. Já no capitalismo estatal, a burocracia se metamorfoseia em burguesia de Estado, utilizando idênticas estratégias de controle, aumento da exploração e intensificação produtiva dos operários.

Ante o exposto, é possível afirmar que a análise empreendida por Maurício Tragtenberg, busca identificar especificidades históricas, a partir do aprofundamento e generalização da burocracia na sociedade moderna, capitalista. No entanto, para o sociólogo brasileiro, há como conter o irrefreável e quase indestrutível domínio desta classe social e forma de organização: a alternativa estaria no processo de autonomização das classes e grupos sociais explorados e oprimidos, os quais em seu processo de luta esboçam novas e superiores relações sociais no combate encarniado ao capitalismo e suas instituições.

### Referências

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2010.

LÊNIN, W.I. *Que Fazer*. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um Autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.

\_\_\_\_\_. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *Maurício Tragtenberg: Um Sociólogo Libertário*. Revista Sociologia, Ciência e Vida, São Paulo, Editora Escala, n. 20, Dez. 2008.

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é apresentar uma breve discussão sobre a concepção de burocracia na obra de Maurício Tragtenberg, com o objetivo de fornecer elementos para a compreensão crítica deste fenômeno na sociedade moderna.

**Palavras-chave:** Burocracia; dominação; capitalismo; Estado.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es presentar una breve discusión del concepto de la burocracia en el trabajo de Maurício Tragtenberg, con el fin de aportar elementos para una comprensión crítica de este fenómeno en la sociedad moderna.

**Palabras-clave:** Burocracia; dominación; capitalism; Estado.

**Resenhas:**

## DEMOCRACIA, PODER E MÍDIA - CONTROLE E CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

### RESENHA DA OBRA *MÍDIA: PROPAGANDA POLÍTICA E MANIPULAÇÃO*<sup>75</sup>

Ezequiel de Almeida Machado\*

“Outra concepção de democracia é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados” (CHOMSKY, 2013, p. 10). Tal excerto mostra como esta concepção de democracia, segundo o autor, por mais contraditória que possa parecer, é a dominante no contexto atual. *Mídia: propaganda política e manipulação* é uma demonstração do papel ocupado pela mídia na política contemporânea.

Noam Chomsky é linguista, filósofo e ativista político. Ele nasceu nos Estados Unidos em 1928 e é professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde leciona desde 1955. Entre suas publicações figuram: *Hegemony or Survival* (Hegemonia ou sobrevivência); *Power and Prospect* (Poder e perspectiva); *World Orders, Old and New* (Ordens mundiais, novas e velhas); *Detering Democracy* (Contendo a democracia); *Manufacturing Consent* - com E. S. Herman (A construção do consenso); *Year 501: The Conquest Continues* (Ano 501: A conquista continua); *Profit Over People* (O lucro ou as pessoas?); *The New Military Humanism* (O novo humanismo militar); *Rogue States* (Países delinquentes); *A New Generation Draws the Line* (Uma nova geração define o limite) e *9-11* (Onze de Setembro).

Seus estudos enfatizam a linguística, mas não se limita a ela. Ele é conhecido também como intelectual engajado e temível polemista. Publicou um número considerável de artigos para denunciar os danos do capitalismo americano, da política interna dos Estados Unidos e da submissão dos meios de comunicação. Para N. Chomsky as coisas são claras: o mundo moderno é governado por alguns grandes grupos capitalistas aos quais o Estado se submete. Seu único objetivo é satisfazer os interesses dos poucos donos do mundo. Além disso, os meios de comunicação estão totalmente subordinados a esse sistema capitalista e os intelectuais são seus cúmplices mais ou menos conscientes. Essas declarações radicais seriam de pouco peso se não estivessem fundamentadas em estudos consistentes sobre os bastidores da política externa americana, sobre o funcionamento dos meios de comunicação e sobre o mecanismo das eleições que, se não confirmam suas teses, tem o mérito de bater de frente com o conformismo intelectual (DORTIER, 2010, p. 69).

---

<sup>75</sup> CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

\* Graduando do 7º. Semestre no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPNV. E-mail: [ezeekmm@gmail.com](mailto:ezeekmm@gmail.com)



Traduzido por Fernando Santos, o livro consiste, sobretudo, em um esclarecedor e demolidor ensaio sobre temas que permeiam os noticiários, como opinião pública; propaganda política; campanhas sociais; espectros do medo e da insegurança; direitos humanos e Oriente Médio. O livro é organizado em duas partes. Na primeira – *Mídia Propaganda política e manipulação*, os tópicos são os seguintes: *Os primórdios da história da propaganda política; Uma democracia de espectadores; Relações públicas; A construção da opinião; Representação como realidade ; A cultura da dissidência; Cortejo de inimigos; Percepção seletiva e A Guerra do Golfo*. Na segunda, a partir da metáfora do “Jornalista marciano”, Chomsky apresenta onze pontos que ilustram o seu discurso sobre a questão do terrorismo, logo após o episódio de 11 de setembro de 2001. São eles: *O elemento do exercício do poder; Mesma guerra, alvos diferentes; A heresia da equivalência moral; Uma definição inútil; Terrorismo clássico; Casos incontestáveis; A domesticação da maioria; Parceiros entusiasmados; Atrocidades que concorrem ao prêmio; Desculpas desprezíveis e Respostas ao terrorismo*.

O simples enunciado dos tópicos que o livro apresenta, já permite apreender numa organização coerente, as várias abordagens dos assuntos que estudam os temas propostos, nos convidam e nos instigam para a sua leitura.

Ao desenvolver o texto, o autor, provocativo, indaga inicialmente sobre qual forma de democracia é a que vivemos: A democracia com plena participação política de todos ou a controlada pelo governo, através da mídia? Ele afirma que estamos na ilustrada pela segunda descrição. O autor afirma, recorrendo a Lippmann, que esta democracia possui o intuito de conter o “rebanho desorientado” (o povo), que, sem noção de como realmente acontecem as manobras que garantem a perpetuação do sistema, aceitam-nas, passivamente. Trata-se, então, de uma democracia de espectadores.

Ao inserir a propaganda e a prática das relações públicas no contexto dos projetos políticos, Chomsky exemplifica como se deu a transformação de uma nação pacífica em uma sociedade adepta da guerra em questão de meses e como a utilização de campanhas com slogans vazios e difusos é capaz de, com o auxílio fundamental da mídia, criar consenso e assim convencer a população sobre qualquer ponto de seu interesse (do governo e dos interesses da elite econômica).

Chomsky compara e examina a táticas e as armas de persuasão utilizadas, além das de distração massiva, outras, como a fabricação de inimigos em sequência (alemães, comunistas, russos, traficantes terroristas, etc.) e apresenta de maneira exemplar a

seletividade da mídia dominante através do caso Armando Valladares – Cuba e Herbert Anaya – El Salvador.

Daí segue-se a discussão contextualizando a cobertura midiática sobre a Guerra do Golfo e a condução da questão panamenha como forma de demonstrar como funciona um sistema de propaganda bem azeitado. A partir de então, Chomsky conclama a uma reflexão sobre se

queremos viver numa sociedade livre ou sujeitos àquilo que corresponde a uma forma de totalitarismo autoimposto, com o rebanho desorientado marginalizado, distraído com outros assuntos, aterrorizado, berrando slogans patrióticos, temendo por sua vida e reverenciando o líder que o salvou da destruição, enquanto as massas instruídas são enquadradas e repetem os slogans que se espera que repitam, e a sociedade entra em decadência (CHOMSKY, 2013, p. 66-67).

Em outro ponto alto do trabalho, na segunda parte do livro, é apresentada a transcrição de uma palestra sua proferida em janeiro de 2002 em Nova York, intitulada “O jornalista marciano – como a guerra ao terror deveria ser noticiada”. Ele adentra a questão da construção ideológica sobre o que é e como é explicado o que a mídia trata por terrorismo. Retomando o ano de 1985, onde o assunto entrou como pauta política e jornalística pela primeira vez, o autor nos revela com grande quantidade de informações detalhadas, todo o projeto que está em andamento atualmente.

Por fim, aborda a hipocrisia dos aliados, o rosário de desculpas sobre os atos tão desumanos praticados em nome do pretenso combate ao terrorismo – “Só é terrorismo quando eles fazem isso com a gente. Quando nós fazemos muito pior com eles, não é terrorismo” (CHOMSKY, 2013, p.97-98) e questões sobre justiça internacional.

Ao enfatizar as críticas à subserviência dos meios de comunicação como estratégia para manter a população civil dopada e mal informada, Chomsky alerta para que prestemos atenção nas entrelinhas dos discursos e sugere que a opção por um posicionamento mais cético é imprescindível, caso desejemos poupar o mundo de desgraças ainda piores. Tal premissa é dirigida ao seu leitor estadunidense, mas vale para nós daqui do fundo do quintal, principalmente nestes dias de recrudescimento neoliberal em que estamos vivendo.

A leitura desta obra não se restringe à pesquisa acadêmica, embora possa ser considerada imprescindível para todos que vivenciem as Ciências Sociais ou a áreas da Comunicação. Numa linguagem clara, o autor apresenta uma visão crítica, atual, consistente e por isso mesmo destoante acerca do poder midiático em um país dominante. Considerando que é assim nesse grupo de países, não será preciso muito

esforço para imaginar então como o tema é considerado nos países subordinados. Pensemos em nossa mídia oligárquica burguesa. A obra é recomendada a todos os públicos.

Ao relacionar mídia, política, poder, grupos dirigentes e “democracia”, Chomsky esclarece que esta é uma ideia inteligente e vantajosa, pois garante que os interesses comuns mais uma vez, escapem à percepção do rebanho desorientado, que não consegue decifrá-los.

Pode-se afirmar que *Mídia: propaganda política e manipulação* é fruto de um trabalho intelectual singular. Contém o esforço de tentar imbuir em seu leitor, um mínimo de consciência acerca dos tentáculos em que ele está envolvido, quando diante de qualquer consenso. É, sobretudo, um convite à desnaturalização, ao estranhamento e ao questionamento, elaborado com uma alta dose de inventividade e perspicácia - além da típica combatividade de seu autor.

### Referências

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

DORTIER, Jean-Francois. Chomsky in: *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.